

**Casa de Oswaldo Cruz – FIOCRUZ**  
**Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde**

**PAULA FORTINI MOREIRA**

***“POR UMA COMIDA SEM VENENO”*: AMBIENTALISMO,  
CONTRACULTURA E FORMAÇÃO DO MOVIMENTO  
AGROECOLÓGICO NO RIO DE JANEIRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO  
(1979-1985)**

**Rio de Janeiro**  
**2022**

**PAULA FORTINI MOREIRA**

***“POR UMA COMIDA SEM VENENO”*: AMBIENTALISMO,  
CONTRACULTURA E FORMAÇÃO DO MOVIMENTO  
AGROECOLÓGICO NO RIO DE JANEIRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO  
(1979-1985)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

Orientadora: Profa. Dra. Dominichi Miranda de Sá

Rio de Janeiro  
2022

**PAULA FORTINI MOREIRA****“POR UMA COMIDA SEM VENENO”: AMBIENTALISMO,  
CONTRACULTURA E FORMAÇÃO DO MOVIMENTO  
AGROECOLÓGICO NO RIO DE JANEIRO NA REDEMOCRATIZAÇÃO  
(1979-1985)**

Dissertação de mestrado apresentada ao Curso de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz-Fiocruz, como requisito parcial para obtenção do Grau de Mestre. Área de Concentração: História das Ciências.

**BANCA EXAMINADORA**

---

Profa. Dra Dominichi Miranda de Sá  
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz –  
Fiocruz) - Orientadora

---

Profa. Dra Elenita Malta Pereira  
(Departamento de História – Universidade Federal de Rondonópolis - UFR)

---

André Felipe Cândido da Silva  
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz –  
Fiocruz)

Suplentes:

---

Prof. Dr. Gabriel Pereira de Oliveira  
(Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio Grande do Norte - IFRN)

---

Prof. Dr. Gabriel Lopes  
(Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde da Casa de Oswaldo Cruz –  
Fiocruz)

## Ficha Catalográfica

M838p Moreira, Paula Fortini.

“Por uma comida sem veneno” : ambientalismo, contracultura e formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro na redemocratização (1979-1985) / Paula Fortini Moreira ; orientada por Dominichi Miranda de Sá. – Rio de Janeiro : s.n., 2022.

136 f.

Dissertação (Mestrado em História das Ciências e da Saúde) – Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz, 2022.

Bibliografia: 124-136f.

1. Estilo de Vida Saudável. 2. Agricultura Sustentável. 3. Alimentos Orgânicos. 4. História do Século XX. 5. Brasil.

CDD 362.1

Catálogo na fonte - Marise Terra Lachini – CRB6-351

*Dedico este trabalho à Elma Peixoto Fortini,  
minha amada avó.*

## AGRADECIMENTOS

Desenvolver e escrever a dissertação durante a crise sanitária provocada pela pandemia da Covid-19, desde o início do mestrado, foi algo extremamente desafiador. Diante do isolamento social, medos, inseguranças e busca pela sobrevivência, algumas pessoas foram meu abrigo e amparo, dando sustentação para que eu caminhasse até aqui, às quais eu não poderia deixar de agradecer.

Agradeço primeiramente a Deus, pela graça do viver, principalmente diante de tempos tão difíceis.

Sou muito grata à minha orientadora, Dominichi Miranda de Sá, pela dedicação, pela leitura minuciosa dos meus textos, correções, comentários e ensinamentos que foram essenciais para a construção do meu conhecimento e para minha formação como pesquisadora. Agradeço pela paciência com os meus processos, pela leveza das reuniões, pela disposição, pelas diretrizes no desenvolvimento da pesquisa, pelos incentivos, e, também, pelo apoio psicológico e emocional para o seguimento do meu trabalho. Muito obrigada, Dominichi, por todo amparo, especialmente nessa conjuntura de pandemia.

Agradeço à profa. Elenita Malta e ao prof. André Felipe por aceitarem compor a banca de qualificação e direcionarem os rumos da pesquisa com seus conselhos, críticas, sugestões e comentários ao trabalho. Foram essenciais! Muito obrigada pela disponibilidade de serem os componentes da banca de defesa da dissertação. Agradeço, também, aos professores, Gabriel Lopes e Gabriel Pereira, pelo aceite ao convite de suplentes da banca de defesa.

Agradeço à minha mãe pelo amor incondicional de sempre, pela paciência com os meus momentos de estresse e ansiedade, pela dedicação em proporcionar o melhor para mim dentro das suas possibilidades. Agradeço à minha avó querida, Elma, por ser minha maior escuta, por todo apoio e pelas palavras que contribuíram para que eu me sentisse confiante, mesmo quando eu pensava que não iria dar conta. Obrigada pelo colo, por ser a minha inspiração e melhor amiga. Agradeço à minha irmã, Danielle, pela parceria, amizade e por compreender meus diferentes momentos. Deixo minha gratidão também às minhas afilhadas, Maria Fernanda e Maria Flor, que me ensinam sobre amor, carinho e que foram pacientes pelas ausências e falta de atenção nos meus longos momentos de trabalho.

Agradeço à Adriana Benevenuto pelo apoio, companheirismo, amor e cuidado, principalmente durante a escrita da dissertação. Obrigada pelas conversas sobre minha pesquisa, pela dedicação às leituras, correções e por toda paciência. Ter você ao meu lado tornou o caminho mais leve.

“Quem tem um amigo, tem tudo”, disse Emicida! Eu não poderia deixar de agradecer à Odara Dias e ao Anderson Marinho por todo amor e apoio de sempre, pelas conversas infinitas,

leituras e correções dos meus textos, pelos longos encontros virtuais e presenciais que me confortaram tanto na pandemia. Ao João Pedro Rossi, pelos momentos de diversão, encontros virtuais e todo carinho. À Natasha Barbosa pelo suporte, pelas leituras de textos, pelo super incentivo de sempre e pelos momentos de diversão. À Jéssica Coutinho, amiga que chegou com o mestrado, que foi muito companheira por toda essa difícil trajetória e que provocou muitas risadas nas extensas horas dos nossos encontros virtuais. À Priscila Ferraz, minha querida, que mesmo residindo na Austrália se faz sempre presente e me apoia tanto. À Camila Patrocínio pela amizade e apoio, especialmente nas minhas idas e estadias no Rio de Janeiro. À Alessandra Calvão, por me apresentar o mundo da ecologia, pela parceria e amizade ao longo desses quatorze anos. Vocês são muito especiais para mim!

Agradeço à Júlia Brandão pelas conversas sobre o movimento agroecológico no Rio de Janeiro, troca de informações, de textos, de perspectivas, assistência, incentivo e parceria.

Agradeço aos amigos e amigas do Laboratório História e Natureza da UFRJ, que muito contribuíram no desenvolvimento da pesquisa, pelos compartilhamentos do saber e por todo apoio e amizade. Agradeço, em especial, à Comissão Capivara: Bruno Araújo, Gabriel Pães, Hana Ribeiro e Natasha Barbosa que compartilharam tantos momentos e conhecimentos na produção do I e II Encontro Virtual de Grupos de Pesquisa e Laboratórios de História Ambiental do Brasil.

Agradeço aos professores do Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde, da Casa de Oswaldo Cruz, pela dedicação em proporcionar disciplinas de excelente qualidade em meio à conjuntura de crise sanitária que nos submeteu ao trabalho e encontro remoto. Sou grata por toda oportunidade e compartilhamento de saberes. Agradeço também ao Sandro Hilário e ao Paulo Chagas, da secretaria acadêmica do Programa, que sempre se dispuseram a ajudar em todos os momentos de dúvidas e solicitações, o apoio de vocês foi fundamental.

Sou grata aos colegas que ingressaram na turma de mestrado e doutorado de 2020 pelos compartilhamentos na construção do conhecimento, pela divisão das angústias e pelo apoio virtual mútuo para seguirmos com os nossos estudos, mesmo enfrentando muitas dificuldades impostas pela pandemia, pelo carinho e respeito ao longo dessa trajetória. Sinto muito por não termos convivido pessoalmente e espero encontrá-los pelos corredores da Casa de Oswaldo Cruz em breve.

Por fim, agradeço a Fundação Oswaldo Cruz pelo financiamento que tornou possível realizar esta pesquisa.

**À todas e todos, gratidão!**

*“Ó donos do agrobis, ó reis do agronegócio  
Ó produtores de alimentos com veneno  
Vocês que aumentam todo ano sua posse  
E que poluem cada palmo de terreno...  
... Vocês desterram povaréus ao léu que erram  
E não empregam tanta gente como pregam  
Vocês não matam nem a fome que há na terra  
Nem alimentam tanta gente como alegam  
É o pequeno produtor que nos provê”  
(Reis do Agronegócio – Chico César)*



## RESUMO

Essa dissertação tem por objeto de pesquisa a formação do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro da década de 1970 até o ano de 1985. O objetivo da investigação foi compreender os anos iniciais do movimento em suas ações de defesa da saúde humana e ambiental, suas ideias e propósitos, seus principais atores, e as articulações locais e nacionais que contribuíram para a sua consolidação a partir da criação da cooperativa Coonatura, em 1979.

Articulados ao movimento da contracultura, de oposição aos padrões moderno-industriais, e a pautas ambientalistas, o movimento teve início por meio de carta-manifesto nas páginas do *Jornal do Brasil*, em 1979, intitulada “Comida sem veneno”, e que tinha como ideais a busca de alternativas para o consumo de “alimentos frescos, puros e baratos”, ou seja, naturais e com preço justo, e a criação de um modelo de vida mais sustentável. Assim, um grupo de pessoas que compartilhava das mesmas ideias se reuniu no Parque Lage da cidade do Rio de Janeiro e debateu alternativas alimentares e de produção, criando a Coonatura. A pesquisa busca demonstrar os trabalhos da cooperativa, em seus núcleos urbano e rural, os marcos iniciais do movimento agroecológico ao contribuir nas transformações da dinâmica produtiva do meio rural onde atuou, e sua participação em debates ambientalistas e sobre a relação humano-natureza-saúde. Além disso, procuramos entender o adensamento da rede agroecológica local a partir da criação do Projeto Tecnologias Alternativas//FASE, em 1983, e da Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, em 1985.

Para analisar os debates sobre a emergência do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, privilegiei o periódico *Jornal do Brasil*, encontrado na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. A pesquisa exclusivamente digital tornou-se fundamental na conjuntura de crise sanitária e fechamento de instituições arquivísticas. Este Jornal também foi escolhido por ter sido o periódico que mais centralizou qualitativamente e quantitativamente o debate da agricultura alternativa no período estudado.

Palavras-chave: Coonatura; movimento agroecológico; AS-PTA; ABIO

## ABSTRACT

This dissertation has as its research object the formation of the agroecological movement in the city of Rio de Janeiro from the 1970s to the year 1985. The objective of the study was to understand the initial years of the movement in its actions to defend human health and environmental health, its ideas and purposes, its main actors, and the local and national articulations that contributed to its consolidation from the creation of the Coonatura cooperative, in 1979.

Combined to the counterculture movement, in opposition to modern-industrial models, and linked to environmentalist topics, the movement began through a manifest letter published in the pages of the newspaper *Jornal do Brasil*, in 1979, entitled “Food without poison”, which had as ideals the search for alternatives for the consumption of “fresh, pure and cheap food”, in other words, natural and at a fair price, and the creation of a more sustainable way of life. Thus, a group of people who shared the same ideas met in the Parque Lage, from the city of Rio de Janeiro, and debated food and production alternatives, creating the Coonatura. The research seeks to demonstrate the work of the cooperative in its urban and rural centers, the initial boundary of the agroecological movement by contributing to the transformations of the productive dynamics of the rural environment where it worked, and its participation in environmental debates and on the human-nature-health relationship. In addition, we seek to understand the densification of the local agroecological network starting at the creation of the Alternative Technologies Project //FASE (Projeto Tecnologias Alternativas//FASE, in portuguese), in 1983, and the creation of the Association of Biological Producers of the State of Rio de Janeiro (ABIO), in 1985.

In order to analyze the debates on the arisin of the agroecological movement in the city of Rio de Janeiro, I focused on the periodical *Jornal do Brasil*, found in the Digital Newspaper Library of the National Library. This exclusively digital research has become fundamental in the context of a health crisis and the closing of archival institutions. This newspaper was also chosen because it was the journal that most qualitatively and quantitatively centralized the debate on alternative agriculture in the period analyzed by this dissertation.

Keywords: Coonatura; agroecological movement; AS-PTA; ABIO

## LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Figura 1:** JORNAL DO BRASIL. Mara Caballero. *Os novos camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4-5. \_\_\_\_\_ p. 53
- Figura 2:** JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. p. 9. \_\_\_\_\_ p. 63
- Figura 3:** *Reunião da Coonatura*. Fonte: Arquivo Pessoal do Sr. Paulo Aguinaga. \_\_\_\_\_ p. 67
- Figura 4:** Carlos Drummond de Andrade. *Sombras no dia claro*. Disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h. \_\_\_\_\_ p. 69
- Figura 5:** O GLOBO. *Semear o grão e colher o fruto. Eis uma lição que criança nenhuma esquece*. 19/9/1982. p. 6. Joaquim Moura está à direita. \_\_\_\_\_ p. 70
- Figura 6:** MATUTINA. *Profeta Verde*. 30/09/1987. Segundo Caderno. p. 6. \_\_\_\_\_ p. 71
- Figura 7:** *Currículo Ilustrado*. Disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h. \_\_\_\_\_ p. 71
- Figura 8:** JORNAL DO BRASIL. “*Por uma comida sem veneno*”: *os utopistas estão chegando*. 15/05/1979. Caderno B. p. 5. \_\_\_\_\_ p. 73
- Figura 9:** *Mapa do Estado do Rio de Janeiro*. Disponível em <<http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm>> Acessado em 20 de fevereiro de 2022. \_\_\_\_\_ p. 79
- Figura 10:** *Regiões de Petrópolis/RJ*. Disponível em <<https://educaemcasa.petrópolis.rj.gov.br/uploads/arquivos/1615206512-hg-7-ano-semana-2-pdf.pdf>> Acessado em 20 de fevereiro de 2022. \_\_\_\_\_ p. 80
- Figura 11:** *Primeiro Ponto de Comercialização da Coonatura*. Rua Pompeu Loureiro, Copacabana. Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo Pessoal do Sr. Paulo Aguinaga. \_\_\_\_\_ p. 83
- Figura 12:** JORNAL DO BRASIL. *Jornada ecológica protesta contra usinas nucleares*. 14/01/1980. Caderno B. p. 3. \_\_\_\_\_ p. 85
- Figura 13:** JORNAL DO BRASIL. *Ciclistas protestam contra usina nuclear*. 28/01/1980. Caderno B. p. 10. \_\_\_\_\_ p. 86
- Figura 14:** *Jornada ecológica antinuclear em Angra dos Reis*. Disponível em <http://www.geocities.ws/coonatura/coonaturap2.html>. Acesso em 18/02/2022 às 10:20h. \_\_\_\_\_ p. 86
- Figura 15:** JORNAL DO BRASIL: *A saída ecológica*. 28/11/1979. Caderno B. p.7. \_\_\_\_\_ p. 89
- Figura 16:** DIARIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Agricultura Alternativa é debatida em Curitiba*. 21/04/1981. 2º caderno. p. 4. \_\_\_\_\_ p. 96
- Figura 17:** *Panfleto do II Encontro de Agricultura alternativa*. Disponível em <<http://agronomos.ning.com/profiles/blogs/encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa?overrideMobileRedirect=1>> Acessado em 20 de fevereiro de 2022. \_\_\_\_\_ p. 104

**Figura 18:** JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Zona sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico*. 28/05/1984. 1º Caderno. p. 4. \_\_\_\_\_ p. 109

**Figura 19:** JORNAL DO BRASIL. *Rio terá sua primeira feira natural*. 08/10/1994. p.18. \_\_ p. 111

**Figura 20:** *Cartilha da Feira Cultural Ecológica da Glória no Rio de Janeiro. Lado A*. Fonte: arquivo pessoal do Sr. Paulo Aguinaga. \_\_\_\_\_ p. 111

**Figura 21:** *Cartilha da Feira Cultural Ecológica da Glória no Rio de Janeiro. Lado B*. Fonte: arquivo pessoal do Sr. Paulo Aguinaga. \_\_\_\_\_ p. 112

**LISTA DE SIGLAS**

AAO – Associação de Agricultura Orgânica  
ABA – Associação Brasileira de Agroecologia  
ABCAR – Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural  
ABIO – Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro  
ACAR – Associação de Crédito e Assistência Rural  
ADFG – Ação Democrática Feminina Gaúcha  
AEASP – Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo  
AGAPAN – Associação Gaúcha de Proteção do Ambiente Natural  
AIA – American International Association for Economic and Social Development  
AMAVerde – Associação de Moradores e Amigos da praça Arco Verde  
APPN – Associação Paulista de Proteção a Natureza  
AS-PTA – Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas  
BANERJ – Banco do Estado do Rio de Janeiro  
BASF – Badische Anilin and Soda Fabrik  
CDPC – Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade  
CEASA – Centrais de Abastecimento  
CEB's – Comunidades Eclesiais de Base  
CEDAE – Companhia Estadual de Águas e Esgoto do Rio de Janeiro  
CLADES – Consorcio Latino-americano de Agroecología y Desarrollo  
CNPJ – Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica  
CNPq – Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico  
COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos  
CREA – Conselho Regional de Engenharia e Agronomia  
CPDOC – Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil  
CTP – Comissões Pastorais da Terra  
DDT – Dicloro-Difenil-Tricloroetano  
EBAA – Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa  
EMATER – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural  
EMBRAPA – Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária  
ESALQ – Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz  
EUA – Estados Unidos da América  
EULEISA – Rede Europeia para Agricultura de Baixos Insumos Modernos  
FAEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil  
FAMA – Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente

FAMERJ – Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro  
FAO – Food and Agriculture Organization of the United Nations  
FBCN – Fundação Brasileira para Conservação da Natureza  
FEAB – Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil  
FEEM – Fundação Estadual de Educação do Menor  
FEEMA – Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente  
FETAEP – Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná  
FGV – Fundação Getúlio Vargas  
FINEP – Financiadora de Estudos e Projetos  
FMI – Fundo Monetário Internacional  
IFOAM – International Federation on Organic Agriculture Movement  
INCRA – Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária  
JB – Jornal do Brasil  
MAELA – Movimento agroecológico da América Latina e do Caribe  
MAPE – Movimento Arte e Pensamento Ecológico de São Paulo  
MST – Movimento dos Trabalhadores sem Terra  
OMS – Organização Mundial da Saúde  
ONG – Organização não-governamental  
ONU – Organização das Nações Unidas  
PCBR – Partido Comunista Brasileiro Revolucionário  
PIB – Produto Interno Bruto  
PESAGRO – Empresa de Pesquisa Agropecuária  
PND – Plano Nacional de Desenvolvimento  
PNUD – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento  
PTA/FASE – Projeto em Tecnologias Alternativas/Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional  
RJ – Rio de Janeiro  
SCIPA – Servicio Cooperativo Interamericano de Producción de Alimentos  
SEMA – Secretaria Especial do Meio Ambiente  
SINAC – Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento  
SNCR – Sistema Nacional de Crédito Rural  
SPG – Sistema Participativo de Garantia  
UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro  
UICN – União Internacional para Conservação da Natureza  
UNE – União Nacional dos Estudantes  
URSS – União das Repúblicas Socialistas Soviéticas

USAID – United States Agency for International Development

USDA – United States Department of Agriculture

## SUMÁRIO

<b>Introdução.....</b>	<b>01</b>
<b>Capítulo 1 - Resistências ao modelo agrícola e ao mundo industrial.....</b>	<b>13</b>
1.1 – Modernização agrícola no Brasil.....	13
1.2 – A contracultura e os movimentos ambientalistas.....	24
<b>Capítulo 2 – “Os utopistas estão chegando”.....</b>	<b>37</b>
2.1 – Os movimentos alternativos brasileiros.....	37
2.2 – Por uma saúde humana e ambiental.....	53
2.3 – O início do movimento agroecológico no Rio de Janeiro.....	61
<b>Capítulo 3 – Os novos camponeses: por uma agricultura de base ecológica.....</b>	<b>77</b>
3.1 – A expansão da Coonatura.....	77
3.2 – O I Encontro de Agricultura Alternativa.....	93
3.3 – A rede agroecológica carioca.....	97
3.4 – Um breve panorama do início da rede agroecológica latino-americana.....	113
<b>Considerações Finais.....</b>	<b>118</b>
<b>Referências.....</b>	<b>124</b>



## INTRODUÇÃO

Devo iniciar este trabalho contando um pouco da minha trajetória até o tema proposto, ou seja, até a intenção de analisar e compreender a formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro como resistência à hegemonia do que hoje conhecemos como agronegócio na produção agrícola.

Em 2011, durante o curso técnico em meio ambiente que eu fazia no Instituto de Arte e Projeto (INAP), uma grande amiga bióloga, Alessandra, me apresentou uma tecnologia alternativa como solução para os problemas de saneamento que muitas comunidades enfrentam no país, chamada Bacia de Evapotranspiração, conhecida também como TVAP, BET ou fossa ecológica. A proposta era interessantíssima e apresentei aos colegas de turma e ao professor como trabalho de uma disciplina. O professor ficou surpreso com a proposta e tivemos conversas ‘infinitas’ sobre o tema e sobre o rumo que minha vida acadêmica tomaria a partir dali. Minha vontade, naquele momento, era cursar Engenharia Ambiental e trabalhar com questões ecológicas, no entanto, em uma conversa informal com esse professor, foi sugerido o curso de Engenharia Civil, no intuito de me especializar nas questões sanitárias e de bioconstrução das quais eu estava tomando conhecimento.

Pois bem, ingressei em Engenharia Civil no Centro Universitário UNA, com financiamento estudantil, porém, no quarto período, percebi que eu não me “encaixava” naquele lugar. Nessa época eu trabalhava em uma empresa de telecomunicações, e, apesar de ser uma boa empresa e ter ótimos chefes e colegas, nada parecia fazer sentido. Foi então que, em 2013, em uma ligação via telefone com a minha amiga já citada, falávamos das nossas vontades sobre conhecer o mundo, os trabalhos ecológicos de pequenos grupos pelo Brasil e as ecovilas existentes, na intenção de aprendermos sobre permacultura, agriculturas alternativas (eu ainda não conhecia a agroecologia), tecnologias de saneamento e outras que serviriam como soluções para comunidades interioranas e nos grandes centros urbanos. Nesse dia decidimos que passaríamos um ano realizando um “mochilão” percorrendo uma rota feita por nós, a Rota das Ecovilas pelo Brasil. Passamos alguns meses nos preparando, tranquei o curso de Engenharia, pedi demissão do trabalho e me aventurei em um novo caminho desconhecido. Pode parecer loucura, mas foi nesse período que o nó se desfez!

Sáímos em janeiro de 2014 para nossa aventura. Não irei relatar tudo que vivenciamos, mas explicitar que nesses meses conheci diferenciadas vertentes das agriculturas alternativas com alguns grupos que foram abertos a nos receber e nos ensinaram muito. Porém, não foi assim o tempo todo, alguns grupos não foram tão receptivos ou cobravam um valor muito alto para nos ensinar e compartilhar seu conhecimento conosco. Minha amiga tinha a ideologia de criar um projeto, que era construir um espaço educacional no vilarejo rural onde ela morava, no interior de Minas Gerais, e a cada lugar que visitávamos esse sonho ia ficando mais latente; assim passei a enxergar a importância

daquele projeto, com o qual eu queria muito contribuir. O motivo principal de materializar o sonho de um espaço educacional aumentava ao passo que, ao visitarmos diferenciados trabalhos pelo Brasil (viajamos pelo sul de Minas Gerais e depois de Paraty/RJ até Natal/RN, percorrendo todo o litoral em 6 meses), percebemos que muitos grupos não se comunicavam bem ou não tinham trabalhos em conjunto com a comunidade em que estavam inseridos, e isso se tornou um grande incômodo e desapontamento.

Para além disso, escutando tantas histórias de pessoas que saíram da cidade e foram morar em vilarejos rurais, cidades praianas pequenas, pessoas geralmente com idade entre 50 e 60 anos que se identificavam como hippies ou novos rurais, eu tentava identificar o meu caminho profissional, para onde eu iria, já que, até aquele momento, eu ainda não tinha “acertado”. Lembro claramente quando encontrei a resposta de um caminho inicial. Estávamos na cidade de Baía Formosa/RN, tentando realizar o meu sonho de ver golfinhos. No tempo de espera, resgatei memórias antigas da minha vida, resgatei sonhos adormecidos, até que vinha a minha própria voz me lembrando que, desde o Ensino Médio, o curso de História era um dos meus sonhos, mas não conseguia imaginar como eu juntaria História e Meio Ambiente, já que minha vida tinha tomado o rumo das ecologias.

Ingressei no curso de História na UFRJ em 2015. Nesse mesmo ano, outros dois caminhos se abriram: primeiro, conheci a História Ambiental através da professora Lise Sedrez, que convidou os alunos que se interessassem a conhecer o Laboratório História e Natureza (LabHeN); segundo, Alessandra e eu inauguramos em seu terreno na zona rural Extrema, distrito do município de Congonhas do Norte/MG, o Espaço Educacional Contraponto, voltado para troca de saberes de tecnologias alternativas, agricultura e bioconstrução.

Eu não imaginava que existia História Ambiental e fiquei muito grata por não ter desistido da História e sabia que ali seria meu campo de pesquisa e de trabalho. Juntei-me ao grupo do LabHeN ainda no 1º período da graduação e pude me aprofundar no campo ao longo do curso. No Contraponto realizamos a Primeira Oficina Gratuita de Permacultura e Bioconstrução, e o objetivo desde o início era integrar o conhecimento dos camponeses locais com o conhecimento técnico de profissionais da área, que foi o que percebemos como falha em alguns grupos que visitamos no ano anterior. A Bacia de Evapotranspiração foi o “carro-chefe” do projeto inicialmente, e foi no Espaço Contraponto que conheci a agroecologia. Foi também convivendo com a comunidade de Extrema que conheci um pouco mais sobre a vida camponesa.

Como nova moradora da cidade do Rio de Janeiro fui conhecendo as feiras orgânicas pertencentes ao Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e fiquei curiosa para saber de onde vinham os produtos, os produtores, e como se formaram as redes de relações. Foi então, que, em uma conversa informal, pós-laboratório, com o Prof. José Augusto Pádua, conheci um pouco de como tudo aquilo começou, o movimento ecológico no Rio, o grupo da Cooperativa de Produtores e Consumidores

de Produtos, Ideias e Soluções Naturais (Coonatura), a Harmonia Ambiental, a Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas (AS-PTA) e a Associação dos Agricultores Biológicos do estado do Rio de Janeiro (ABIO), pois o professor foi ator participante do processo e compartilhou comigo suas memórias. Aprofundei-me naquela história e pesquisei, no Trabalho de Conclusão de Curso (TCC) da graduação, em 2018, sob orientação do próprio Prof. José A. Pádua, sobre o surgimento da Feira Orgânica da Glória, realizando também um estudo de caso do Sítio São Cosme e Damião que comercializa na Feira.

Decidi me aprofundar nessa história e compreender a formação desse movimento como pesquisa no mestrado. Meu ponto de partida para a pesquisa foi uma carta publicada na seção de leitores no Jornal do Brasil, escrita por Joaquim Moura e Ligia Lara, propondo a formação de uma cooperativa de pessoas que quisessem se alimentar sem agrotóxicos. Além disso, tinha também vários elementos analíticos colhidos em entrevistas realizadas em 2018, quando escrevia meu TCC, com um dos organizadores da cooperativa que se formou (Coonatura), Paulo Aguinaga, e com a diretora executiva da Associação de Produtores (ABIO), Cristina Ribeiro Brito.

No último ano da graduação, enquanto escrevia o TCC e o projeto para a seleção do mestrado na instituição que eu já estudava, a UFRJ, um grande amigo, Anderson Marinho, me perguntou se eu conhecia o Programa de Pós-Graduação em História das Ciências e da Saúde (PPGHCS) da Casa de Oswaldo Cruz e me instigou a conhecer o Programa. Assim, enquanto escrevia o projeto e refletia sobre a agroecologia e tudo que a envolvia esbarrei com a questão do comprometimento da saúde diante do uso de agrotóxicos e fui pesquisar sobre o PPGHCS. Apesar da História das Ciências e da Saúde serem campos de conhecimento desconhecidos para mim naquele momento, visualizei meu trabalho dentro de uma das linhas de pesquisa do Programa e, então, me inscrevi no processo seletivo desejando fortemente me integrar àquela comunidade de aprendizagem. Diante da minha aprovação, com muita alegria, iniciei a pesquisa sobre o movimento carioca do grupo que buscou solução para consumir alimentos sem agrotóxicos.

Portanto, minha dissertação possui como objetivo compreender os anos iniciais do movimento agroecológico no Rio de Janeiro que foi se configurando na primeira metade dos anos 80. Busquei analisar as ações em defesa da saúde humana e ambiental, quais eram seus principais atores e promotores, e as articulações locais e nacionais que contribuíram para a sua consolidação a partir da criação da Coonatura, em 1979. Diante disso, investiguei sob quais contextos, condições e influências surgiu o movimento agroecológico no Rio de Janeiro, quais eram as demandas do coletivo no aspecto socioambiental e as associações com outros movimentos brasileiros à época.

Devido ao fato de que o uso do termo e definições da agroecologia no Brasil surgiram apenas no fim da década de 1980, analisei as perspectivas teóricas da agroecologia que justificassem a definição do movimento sob análise como agroecológico. Isso posto, busquei identificar as características e planos de atuação da Coonatura na busca pelo adensamento do movimento

agroecológico, identificando os principais atores, suas formações, a quais grupos e classes sociais estavam inseridos, quais os espaços em que circulavam, as interações e articulações realizadas para a formação de aliados locais e nacionais. Enfim, busquei identificar a rede agroecológica formada no Rio de Janeiro nos anos 80, que surgiu no Brasil na segunda metade da década de 1980, conjuntamente com outros movimentos sociais, após o processo de redemocratização que o país atravessou depois dos longos anos de ditadura civil-militar<sup>1</sup>, e que trabalhou na formação de um movimento que buscasse o estabelecimento de uma agricultura de base ecológica e sem o uso de agrotóxicos.

O recorte temporal proposto nessa pesquisa se inicia em 1979, considerando a carta-semente intitulada “Comida sem Veneno”, publicada no Jornal do Brasil por Joaquim Moura e Ligia Lara, e que foi o pontapé para a criação da Coonatura no Rio de Janeiro. O ano de 1985, final do recorte temporal, foi definido pela formação da Associação dos Produtores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro – ABIO, que integrou a rede agroecológica do estado e que é de grande importância para a comercialização de produtos orgânicos para a cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana até os dias atuais. Um fato importante, que motivou a criação da ABIO, foi a ocorrência no ano anterior, em 1984, do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, que aconteceu em Petrópolis, no Estado do Rio de Janeiro, e que foi essencial para a difusão das agriculturas alternativas no Brasil.

O movimento da agricultura alternativa foi o grande guarda-chuva que surgiu na década de 1970, no âmbito agrícola, entre as esferas dos movimentos ambientalistas. Muitos grupos, nessa ocasião, faziam uso de outras denominações, como agricultura natural, agricultura sustentável, entre outras, entretanto, como a agroecologia só seria mais conhecida no Brasil na década de 1980, seu nome era pouco utilizado. Para que possamos caracterizar o movimento no Rio de Janeiro, iniciado em 1979, de agroecológico, é necessário distinguir as diferenças entre a chamada agricultura alternativa e a agroecologia e seus debates, naquele contexto, que instigaram o movimento no Rio de Janeiro.

Eduardo Ehlers, em “Agricultura Sustentável: origens e perspectivas de um novo paradigma”, realiza uma perspectiva história do surgimento de variadas vertentes de agricultura, como a orgânica, a biodinâmica, a sustentável e, também, a agricultura alternativa, caracterizando cada uma dessas linhas em suas especificidades. A agricultura alternativa na década de 1970 é, para ele, o guarda-chuva que consegue abarcar um conjunto de propostas alternativas aos padrões produtivos agrícolas convencionais, entretanto o autor não encaixa a agroecologia dentro da agricultura alternativa, especificando seu surgimento dentro de uma concepção científica norte-

---

<sup>1</sup> Ciente de toda a discussão sobre os usos dos termos referentes ao período governado pelos militares a partir de 1964, escolhi adotar o termo ‘ditadura civil-militar’, com base nas publicações do historiador Daniel Aarão Reis. Entendo que esse é o termo que representa minha concepção, considerando que o golpe de 64 foi apoiado por diversos setores da sociedade civil, como a igreja católica no movimento “Marcha com Deus, pela Pátria e pela Família”. REIS, Daniel Aarão. Ditadura, anistia e reconciliação. *Estudos Históricas*. Rio de Janeiro, Vol. 23, n.45. p. 171-186, jan./jun. 2010.

americana nos cursos de agronomia (EHLERS, 1994, p. 253).

Segundo Ehlers, o movimento da agricultura alternativa tomou uma proporção internacional e, por conta disso, foi criada a *International Federation on Organic Agriculture Movement* (IFOAM), sendo a primeira organização internacional com objetivo de fortalecer a agricultura alternativa (EHLERS, 1994, p. 253). É possível perceber que, por mais que o nome da organização internacional, IFOAM, remetesse à agricultura orgânica, e que por ter sido criada com o objetivo de fortalecer a agricultura alternativa, as definições entre as vertentes dos movimentos de agricultura não eram bem claras, e, de certa forma, se misturavam no vocabulário das pessoas naquele contexto. Compreender essas diferenças e as concepções da agricultura alternativa é importante para identificar a busca por essa agricultura no Brasil e como foi sua difusão no país, bem como o uso proposto em minha pesquisa de nomear o movimento do Rio de Janeiro como agroecológico.

Uma das vozes marcantes no Brasil a favor de uma agricultura ecológica, foi do agrônomo e ambientalista José Lutzenberger, na década de 1970. O trabalho de Elenita Malta Pereira retrata a biografia histórica de Lutzenberger com base na ética ecológica em sua trajetória, na qual o ambientalista lançou sua voz no mundo a favor das questões de proteção ao meio ambiente e foi um dos fundadores, em 1971, da Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), em Porto Alegre/RS. Lutzenberger trabalhou por muitos anos em empresas agroquímicas fora do Brasil. A maior luta de Lutzenberger foi contra os agrotóxicos e sua atuação no Sul do Brasil foi de grande inspiração para a formação de outros grupos de agricultura alternativa, ou que, talvez, pudessem ser considerados agroecológicos (PEREIRA, 2016, p. 174).

Segundo Pereira, Lutzenberger tinha preferência por denominar a agricultura que defendia de “ecológica”, pois outras como “orgânica” e “biológica” poderiam ser contraditórias frente a substâncias como o DDT, que é orgânico, ou mesmo a agricultura convencional, que, também, é biológica (PEREIRA, 2016, p. 265). Fato é que Lutzenberger teve uma determinação admirável e se destacou no meio político, na comunidade agrônômica e nos meios de comunicação em defesa de uma agricultura ecológica e contra o uso dos agrotóxicos no Brasil, como podemos ver na tese de Elenita Malta. Assim, esse é um trabalho importante para que possamos analisar a formação de um movimento agroecológico no Brasil e investigar a influência e a relação de Lutzenberger com o movimento no Rio de Janeiro.

A agricultura alternativa e a agroecologia têm seu berço nas ciências agrônômicas, sendo assim, há uma vasta literatura do assunto publicada por engenheiros agrônomos e, também, por ecólogos. Alexander Wezel et. Al, em “Agroecology as a Science, a movement and a practice. A review”, traçam uma narrativa histórica de dois períodos principais da agroecologia: o primeiro seria de 1930 a 1960, na qual denominaram de ‘A velhice da agroecologia’; e o segundo seria entre 1970 a 2000, chamado de ‘Expansão da agroecologia’ (WEZEL et al, 2009, p. 504). Eles apontam o nascimento da agroecologia como uma disciplina científica enraizada nas biociências ecológicas,

na zoologia e agronomia, e que, posteriormente, no período de expansão, se estabeleceu como ciência, movimento social e prática agrícola. Os autores discorrem sobre cada uma dessas esferas referenciando os principais pesquisadores do campo de pesquisa da agroecologia e expõem questões importantes como as discussões entre agricultura orgânica e agroecologia.

Nesse estudo, compreendem a agroecologia como um sistema alimentar e desenvolvem alguns breves estudos de caso do surgimento da agroecologia nos EUA, no Brasil, na França e na Alemanha. Na perspectiva de Wezel et al, no Brasil, diferentemente dos EUA, a agroecologia se estabeleceu com base em diferentes tipos de movimentos em prol de uma agricultura alternativa, tendo como um de seus líderes Lutzenberger (WEZEL et al, 2009, p. 507). O agrônomo brasileiro foi considerado, para eles, um dos precursores do movimento ambientalista no país e da agroecologia, além disso, compreendem a AS-PTA, formada no Rio de Janeiro em 1983, como a associação responsável por criar uma rede de organizações agroecológicas no Brasil. Essa pesquisa, além da perspectiva histórica da agroecologia, traça um panorama importante para a investigação da formação do movimento local da cidade do Rio de Janeiro e nos instiga a conhecer a relação dos atores locais com os nacionais.

O conjunto dos textos referidos proporciona um rico debate sobre o processo histórico até o surgimento do movimento da agricultura alternativa no Brasil e, conseqüentemente, da agroecologia. Além disso, auxiliam a compreender os debates sobre as questões ambientais emergentes, oferecendo aporte para discutir as tensões entre o movimento e as políticas públicas agrárias no Brasil entre 1970 e 1985. Ademais, as perspectivas acerca da agroecologia e suas conseqüências são essenciais para compreender as estratégias e as dinâmicas adotadas pelos atores que deram existência ao movimento agroecológico no Rio de Janeiro.

Uma pesquisa importante para o meu mestrado, e que integra o próprio grupo de pesquisa ao qual pertenço na instituição, também está em desenvolvimento no Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, na Casa de Oswaldo Cruz. Sua autora é a doutoranda Júlia Lima Gorges Brandão, e seu trabalho intitula-se “Agroecologia, saúde e ambiente: a trajetória da agricultura orgânica na Região do Estado do Rio de Janeiro (1980 – 2010)”. Em sua tese, Júlia Brandão busca analisar a trajetória da agricultura orgânica no Rio de Janeiro e, evidentemente, a consolidação do movimento agroecológico no estado no decorrer de 30 anos. Sendo assim, sua pesquisa dialoga diretamente com a pesquisa que desenvolvi nesta dissertação, e se complementam à medida que traço uma análise sobre a emergência e formação do movimento agroecológico, e Júlia Brandão examina a consolidação e ampliação do movimento.

A agroecologia tem sido objeto de estudo em algumas pesquisas do Programa de Pós-graduação de ciências sociais em desenvolvimento, agricultura e sociedade (CPDA) da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, como podemos encontrar na tese de Nilza Luzzi. A autora construiu sua tese sobre a construção do debate agroecológico no Brasil a partir das

perspectivas de atores sociais de diversas localidades, principalmente do Sul, São Paulo e Rio de Janeiro. Embora esse trabalho tenha sido importante para o desenvolvimento da minha pesquisa em relação à agroecologia, identifiquei que, se tratando do Rio de Janeiro, a Coonatura nem sempre é citada ou considerada parte do movimento agroecológico na cidade do Rio, sendo a AS-PTA a protagonista local (LUZZI, 2007).

Busquei suprir essa lacuna partindo da ideia de que a Coonatura foi uma expressão do movimento ecológico do Rio de Janeiro e importante como partida do movimento agroecológico e estabelecimento da agroecologia na cidade e na região metropolitana. Essa hipótese se sustenta junto ao fato de que, quando se formou o núcleo rural da Coonatura na região do Brejal, último distrito e zona rural de Petrópolis, foi implementado o cultivo agrícola orgânico na região, gerando grande inspiração e influência aos vizinhos que passaram a seguir o mesmo caminho. Uma das questões que busquei examinar, exatamente, foi esta atuação de exemplo e influência na região como um movimento de transição agroecológica dos produtores locais, que, até aquele momento, plantavam de forma convencional. Além disso, os produtores, com sua produção em transição, se uniram ao grupo da Coonatura e passaram a escoar seus produtos nos pontos de vendas da cooperativa, o que aponta a possibilidade de transformação econômica desses produtores, para além da prática agrícola.

Esses trabalhos contribuem diretamente para compreender o cenário, as relações e influências que foram indispensáveis na formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro, principalmente com a atuação da Coonatura. Compreender a formação dessa cooperativa, os membros de seu núcleo ativo e seus passos na ascensão da agricultura orgânica e agroecológica no Rio de Janeiro contribui para a história da transformação agrícola do estado e para a busca constante pela soberania alimentar de base agroecológica.

Para realizar a análise do movimento no Rio de Janeiro que buscava uma alimentação sem veneno, me baseei nos pressupostos teóricos da agroecologia, fundamentando a investigação, principalmente, nos trabalhos de Miguel Altieri, Stephen Gliessman e Eduardo Sevilla Guzmán. Os dois primeiros autores foram fundamentais na construção da definição do conceito e consolidação da agroecologia, sobretudo na América Latina. O terceiro, Guzmán, alavancou o estudo da perspectiva sociológica da agroecologia, o que foi essencial para análise do movimento que eu denomino como agroecológico, no Rio de Janeiro.

O professor de agroecologia na Universidade da Califórnia, Berkeley, Miguel Altieri, compartilha da visão de que a agroecologia “fornece as bases científicas, metodológicas e técnicas para uma nova revolução agrária não só no Brasil, mas no mundo inteiro” (ALTIERI, 2012, p. 15). Para ele, a agroecologia é um paradigma que transforma os sistemas de produção em agroecossistemas e enfatiza que, inicialmente, a agroecologia é tida como a ciência que dispõe de princípios ecológicos para o desenvolvimento de agroecossistema produtivos e que sejam adaptados conforme as culturas locais, de modo a se tornarem viáveis econômico e socialmente (ALTIERI,

2012, p. 105). Ou seja, a agroecologia parte de uma abordagem técnico-científica para um prisma multifacetado na qual ela é caracterizada pelas dimensões sociais, políticas, culturais e econômicas.

Miguel Altieri (2012), compreende os agroecossistemas como

sistemas agrícolas dentro de pequenas unidades geográficas. Deste modo, a ênfase está nas interações entre as pessoas e os recursos de produção de alimentos dentro de uma propriedade ou de uma área específica. Deve-se ter em mente que os agroecossistemas são sistemas abertos que recebem insumos do exterior, gerando como resultado, produtos que podem ser exportados para fora dos seus limites (p. 183).

Sendo assim, “os agroecossistemas são considerados como unidades fundamentais para o estudo e planejamento das intervenções humanas em prol do desenvolvimento rural sustentável” (CAPORAL, COSTABEBER, 2002, p. 14). É importante sabermos que cada agroecossistema tem sua especificidade local e seus próprios limites, ainda que cada agroecossistema se inclua no sistema agroalimentar onde se encontra a produção agrícola, distribuição de recursos, processamentos e comercialização de produtos regionalmente (ALTIERI, 2012, p. 183).

Outro conceito teórico do paradigma agroecológico apontado por Altieri é a ideia de *transição agroecológica*. Este é um conceito importante para a agroecologia, pois é por meio do qual os camponeses e famílias agricultoras das zonas rurais e urbanas irão conhecer, identificar, resgatar conhecimentos e estruturar um agroecossistema em suas terras. A transição é a transformação de agrossistemas industrializados para um agroecossistema, que se baseia em agriculturas diversificadas, sem uso de agroquímicos, em recursos locais, em energia interna, em inovações e saberes localizados (ALTIERI, 2015, p. 15-17). Para a transição agroecológica é necessário reduzir o uso e consumo de inputs externos caros, escassos e daninhos ao meio ambiente; substituir os inputs e práticas convencionais por práticas alternativas e redesenhar os agroecossistemas (GLIESSMAN, 2000 *apud* CAPORAL, 2008, p. 25). É com base nesse conceito que busquei analisar as transformações na região do Brejal, núcleo rural da Coonatura: alguns produtores que utilizavam agrotóxicos em suas lavouras decidiram conhecer melhor o trabalho agrícola da Coonatura e realizaram a transição agroecológica em suas terras.

Stephen Gliessman segue os mesmos parâmetros de Altieri, e enfatiza a ecologia como o princípio ativo da construção da agroecologia, que, assim, configuraria os agroecossistemas manejados com base ecológica (GLIESSMAN, 2001, p. 14). Ele defende uma agricultura que mire conhecimentos tradicionais, como dos grupos indígenas, somada às estratégias de conservação dos recursos naturais e que seja aplicada com base nos conhecimentos da ecologia. Essa agricultura se concretiza no conceito de agroecologia, que ele define como a aplicação de conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo dos agroecossistemas sustentáveis (GLIESSMAN, 2001, p. 13). Gliessman compreende que a agroecologia é a ciência que fornece o conhecimento e a metodologia para o desenvolvimento rural sustentável, pois é ambientalmente apropriada, pode ser altamente



produtiva e é economicamente viável, além de valorizar os conhecimentos empíricos dos agricultores locais (GLIESSMAN, 2001, p. 13).

Eduardo Sevilla Guzmán desenvolveu trabalhos da perspectiva sociológica em seus estudos sobre a agroecologia. Para ele, a “agroecologia tem uma natureza social, pois apoia-se na ação coletiva de determinados setores da sociedade civil vinculados ao manejo de recursos naturais, razão pela qual também é sociológica” (GUZMÁN, 2002, p. 19). Nessa visão, o autor compreende que a pesquisa em agroecologia deve considerá-la como uma agricultura participativa, que sistematiza os métodos e técnicas de pesquisa científica com base no conhecimento da comunidade local e seus espaços produtivos – denominado de ecoagricultura –, na estratégia de ações coletivas a partir de soluções dos atores comunitários e na transcendência da metodologia científica (GUZMÁN, 2002, p. 21).

Utilizo também os conceitos de saberes localizados, redes de conhecimento e poder na perspectiva teórica de Donna Haraway. Considerando que a agroecologia se desenvolve em cada território de uma maneira singular, pois dá importância aos fatores específicos de cada ambiente, e, além disso, leva em conta o conhecimento dos agricultores locais, é possível nos apropriar do prisma de Haraway em seus estudos sobre a objetividade e no que ela nomeia de objetividade por saberes localizados no contexto das redes de conhecimento e poder. Donna Haraway propõe uma construção do conhecimento entre comunidades diferenciadas em termos de poder, que devem considerar visões parciais (HARAWAY, 2009, p. 21). Para a autora, os saberes localizáveis, críticos, como parte de uma rede de conexões, é a possibilidade de uma visão objetiva. Sob essa ótica, podemos analisar a agroecologia, a construção de suas perspectivas e a formação de sua rede de conexões e de poder dos movimentos que se formaram no Brasil em contraposição a uma agricultura industrial advinda de uma visão tradicional de objetividade.

É com base nesses parâmetros que iremos analisar o movimento do Rio de Janeiro e identificá-lo como agroecológico, bem como investigar a aderência de produtores nos anos iniciais. Ainda que hoje a agroecologia tenha definições mais claras e tenha tomado uma proporção muito maior em termos técnicos, científicos, políticos e sociais, do que no início da década de 1980, acreditamos ser possível examinar as ações de transformação agrícola por meio dos grupos que se formaram no Rio de Janeiro com base em seus conceitos básicos. Assim, a pesquisa propõe certa flexibilidade na compreensão da agroecologia e nos trabalhos iniciais, visto que se trata de um período que os termos e definições da agroecologia e agriculturas alternativas eram pouco aprofundados.

Como já mencionado, a pesquisa partiu de fontes levantadas para o desenvolvimento de minha monografia no período de conclusão da graduação em História na UFRJ. Essas fontes se referem ao arquivo pessoal de Paulo Aguinaga, um dos precursores da Coonatura, do qual constam fotos da época, revistas e jornais arquivados pela cooperativa, permitindo-nos a identificar os locais,

as notícias e fases do movimento de agricultura sem veneno na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Esses documentos estão disponíveis na residência de Aguinaga, sob sua tutela, e foram escaneados em meados de 2018. Também incluem duas entrevistas realizadas no mesmo ano, uma com Aguinaga, e outra realizada com a diretora executiva da ABIO, Cristina Ribeiro Brito, que, além de conceder a entrevista, permitiu o acesso ao livro de Ata da Associação desde sua criação.

Na busca por outras fontes que pudessem analisar a emergência e a formação do movimento agroecológico na cidade do Rio de Janeiro, foi realizada uma pesquisa geral na Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional. O número de periódicos encontrados no período de 1979 a 1985 foi muito alto, portanto, foi realizada uma busca selecionando o vocabulário a fim de efetuar uma pesquisa precisa de acordo com as palavras-chave que supus serem importantes. Devo ressaltar que, por questões qualitativas e quantitativas, escolhi trabalhar apenas com o Jornal do Brasil, certa de que o periódico daria conta de responder as questões levantadas, e que, somando aos outros periódicos, como o Jornal do Commercio, não seria possível analisá-los em função do tempo. Ainda assim, os outros jornais serviram de “pano de fundo” para adensar a análise da pesquisa.

Os principais termos de busca na Hemeroteca Digital foram: agricultura alternativa; agricultura biológica; agricultura ecológica; agricultura orgânica; agroecologia; agroecológico; agroquímicos; agrotóxico; agrotóxicos; Antônio Carlos Lago; biodinâmica; comida envenenada; comida sem veneno; conferência de Estolcolmo; contracultura; controle biológico; controle químico; Coonatura; defesa agrícola; defensivos agrícolas; Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa; harmonia ambiental; Joaquim Moura; pesticidas; praguicida; Rachel Carson. Para a análise das matérias encontradas, assumi a postura crítica frente aos documentos, considerando o contexto brasileiro de redemocratização, os leitores alcançados pelo Jornal do Brasil, a história do periódico ao longo do tempo e sua agência na imprensa brasileira como instrumento que impacta a vida de seus leitores. Sendo assim, analisei o Jornal do Brasil dialogando-o com os personagens de sua história e com o contexto político que se inseria naquele momento.

Nos periódicos encontrados, me deparei com indícios do início do movimento agroecológico no Estado do Rio de Janeiro, os encontros dos grupos precursores desse movimento, assim como atuações dos atores que revelam o princípio e desenvolvimento do movimento social. O Jornal do Brasil permitia, de uma certa maneira, a comunicação entre os leitores, e um exemplo disso foi a publicação de Joaquim Moura e Ligia Lara intitulada “Comida sem Veneno”, que obteve muitos retornos e por meio da qual foi marcado o encontro presencial em um parque da cidade, com participação de mais de 300 pessoas. Por meio da seção “carta aos leitores” do Jornal, os cooperativistas da Coonatura fizeram diversas publicações sobre seus pontos de vistas ecológicos, de apoio a outros grupos ambientalistas e de provocações à sociedade referentes às questões ambientais. Esse, também, foi um dos motivos de seleção do Jornal do Brasil como fonte principal.

Antes de apresentar a divisão do trabalho, devo mencionar como se deu o processo de pesquisa no contexto do ano de 2020 a 2022. Ingressei no mestrado em março de 2020 e, logo em seguida, as aulas foram suspensas, os arquivos foram fechados e a população condicionada a manter o distanciamento social, de preferência, sem sair de casa. Tudo mudou a partir daí! As aulas da Pós-Graduação aconteceram de forma remota, o que considere ser muito positivo, pois acredito que pausar o curso, que havia, na ocasião, se iniciado há duas semanas, teria me despertado uma grande frustração somada aos outros sentimentos que foram surgindo na pandemia. Entretanto, apesar da ótima qualidade dos cursos e do empenho admirável dos professores e convidados, eu e outros colegas sentimos falta da sociabilidade e dos espaços de produção de conhecimentos que ultrapassam a sala de aula (virtual ou não).

Além disso, as angústias diárias aumentavam ao passo que as notícias chegavam com o número de vítimas da Covid-19, com os casos de pessoas próximas que adoeciam, com a desesperança e a revolta por estarmos sob a política de um governo federal que nada contribuiu com a expectativa de uma solução. Um misto de sentimentos se misturou ao triste cenário que o mundo viveu, principalmente em 2020 e em 2021, e acarretou todas as paralisias que são causadas pelo medo, pelas mudanças na vida, pelo desânimo, pela ansiedade e pelo estresse. Quero dizer que, em relação ao período que cursei o mestrado, foi um momento de muito esforço para todos que estavam envolvidos com a pesquisa científica. Na verdade, foi um momento de esforço pela sobrevivência.

Considerando isso, as minhas maiores dificuldades, durante o desenvolvimento da pesquisa, foram lidar com os diversos medos e incertezas, com a mudança de casa e de estado (me mudei do Rio para a casa da minha mãe em Belo Horizonte), com a dificuldade de concentração e ansiedade. Durante a análise das fontes e a escrita da pesquisa, me deparei com a surpresa das respostas às minhas questões iniciais e às que foram surgindo, e a falta de alternativa de outros recursos para suprir as lacunas identificadas. Para minha alegria, as entrevistas com Paulo Aguinaga e Cristina Ribeiro contribuíram muito para amarrar as pontas soltas após a investigação nos periódicos. Apesar do triste cenário que todo o mundo vivenciou, de tantas angústias, perdas e solidão, me sinto grata por desenvolver esta pesquisa sobre um tema que considero ser importante para nossa sociedade.

A dissertação está dividida em três capítulos. O primeiro, intitulado “Resistências ao modelo agrícola e ao mundo industrial”, disserta sobre o processo de industrialização da agricultura e a implementação da “Revolução Verde” no Brasil como política pública agrícola oficial a partir do período de ditadura civil-militar no país. Também apresenta as contraposições que foram surgindo com as mudanças sociais e culturais que se opunham ao mundo moderno e industrializado, com o movimento da contracultura. A partir daí, discorre sobre os movimentos ambientalistas e o ambientalismo em relação às questões agrícolas na década de 1960 e 1970, que foi tomando um caráter mais ativista na esfera pública, e tecendo uma perspectiva mais holística referente à relação associada entre humano e natureza.

O segundo capítulo, denominado “Os utopistas estão chegando”, aborda inicialmente os movimentos alternativos brasileiros, especialmente a mobilização ambientalista no Brasil, apresentando suas particularidades e as influências externas, principalmente norte-americana. Procuo demonstrar também que a contracultura brasileira que foi um “guarda-chuva” para a busca por uma vida alternativa frente aos padrões socioculturais estabelecidos, e na qual se inseriram os novos rurais.

O capítulo também aborda as relações entre a saúde humana e ambiental e o esforço pelo estabelecimento de uma agricultura agroecológica frente às crescentes notícias dos casos de intoxicação por agrotóxicos. Em seguida, a partir da carta intitulada “Comida sem Veneno” e da formação da Coonatura, o capítulo desenvolve a análise sobre o início do movimento agroecológico no Rio de Janeiro, a adesão de pessoas que buscavam uma agricultura sem agrotóxicos na cidade, investigando as características e atuações iniciais desse coletivo.

O terceiro e último capítulo, intitulado “Os novos campones: por uma agricultura de base ecológica”, trata sobre os primeiros anos de ações do movimento agroecológico, seu campo de ação, busca por aliados e a expansão do grupo da Coonatura. São apresentadas as atuações da Coonatura em seu núcleo rural e urbano, e como esse movimento é representado no Jornal do Brasil. Também apresento os temas principais do primeiro Encontro de Agricultura Alternativa (IEBAA), em 1981, e que foi importante para a disseminação dessas agriculturas no Brasil.

O capítulo também aborda o surgimento de outros grupos atuantes no Rio de Janeiro, como a PTA/FASE, criada em 1983, e a ABIO, criada em 1985, formando a rede agroecológica carioca, e atualmente a principal certificadora de produtos orgânicos do estado do Rio de Janeiro. Os resultados do II Encontro Nacional de Agricultura Alternativa, realizado em 1984, em Petrópolis/RJ, também foram desenvolvidos nesse capítulo pela sua importância para o movimento agroecológico carioca. Por fim, apresenta a significativa atuação da PTA/FASE para o movimento agroecológico e o fortalecimento da rede latino-americana de agroecologia.

## CAPÍTULO 1

### RESISTÊNCIAS AO MODELO AGRÍCOLA E AO MUNDO INDUSTRIAL

#### 1.1 Modernização agrícola no Brasil

Na década de 1950, fortaleceu-se a ideia de que, diante das inovações tecnológicas produzidas no período da Segunda Guerra Mundial, era necessário, grosso modo, que os países se modernizassem e estabelecessem uma economia industrial. Nesse sentido, um conjunto de organizações desencadearam proposições que visavam o auxílio econômico, científico e tecnológico de países desenvolvidos para os países caracterizados como subdesenvolvidos, como era o caso do Brasil, a fim de que esses se modernizassem<sup>2</sup> (SILVA, 2009, p. 16).

Essas proposições foram articuladas por instituições internacionais como a Organização das Nações Unidas (ONU), o Banco Mundial, o Fundo Monetário Internacional (FMI), a *Food Agriculture Organization of the United Nations* (FAO), a Organização Mundial da Saúde (OMS), entre outras. As estratégias de desenvolvimento para os países, em âmbito global, abrangiam diferentes setores, como a saúde e a alimentação, e seriam fundamentadas no crescimento econômico e na tecnologia (BOROWY, 2013, p. 452). Assim, a industrialização e a modernização foram pontos centrais das propostas e acordos políticos nos programas de governo em diversos países.

Em 1949, Harry Truman, eleito presidente norte-americano, discursou que, em relação à modernização, a política estadunidense deveria se voltar para levar a “industrialização, urbanização, crescimento da produção material e dos níveis de vida e ideais educacionais e culturais modernos” (SILVA, 2009, p. 25) aos demais países, bem como desenvolver tecnicamente a agricultura. A política de Truman deu início, em 1950, ao “Programa de cooperação técnica institucional entre os Estados Unidos e os países latino-americanos” (ABREU, 2010 *apud* MELLO, 2017, p. 24) denominado Ponto IV, por ter sido o quarto ponto abordado em seu discurso presidencial (SILVA, 2009, p. 25). Entretanto, esse programa de assistência não era incipiente, pois outras corporações e agências estadunidenses já atuavam em países latino-americanos, como era o caso da *American International Association for Economic and Social Development* (AIA), criada por Nelson Rockefeller, que trabalhava com assistência técnica e econômica no continente americano desde 1946, principalmente no setor agrícola (SILVA, 2009, p. 26).

Pelo fato de os países da América Latina serem considerados “subdesenvolvidos” na ocasião, eles foram palco para que instituições implementassem seus projetos desenvolvimentistas agrícolas. Claiton Silva explicou que, segundo Soth,

---

<sup>2</sup> Não é o objetivo aqui detalhar a teoria do desenvolvimento, portanto está sendo mencionada sumariamente. Para aprofundar no assunto ver STAPLES, Amy L. S. *The birth of development: how the world bank, food and agriculture organization, and world health organization have changed the world, 1945 – 1965*. The Kent State University Press, Kent, Ohio, 2006.

a América se empenhou num poderoso esforço, tanto público como privado, para auxiliar países menos privilegiados a desenvolverem indústrias agrícolas produtivas. Através da Organização da Agricultura e Alimentação das Nações Unidas (FAO) e também através do programa de ajuda externa dos Estados Unidos, através de agências de ensino particulares, através de igrejas e através de programas comerciais individuais está sendo ensinado aos agricultores, em outros países, como os da América a se tornarem tão produtivos (SOTH REF 108 *apud* SILVA, 2009, p. 53)

Esse esforço, como disse, se iniciou ainda durante a II Guerra Mundial, com protagonismo da Fundação Rockefeller atuando na América Latina (Venezuela, Costa Rica, México) com apoio de instituições governamentais norte-americanas. No cenário da modernização e industrialização que se intensificou após 1945, o setor agrícola ganhou ainda mais foco ao incorporar a discussão das progressões geométricas do crescimento populacional comparadas às progressões aritméticas da produção de alimentos, baseada na teoria elaborada por Thomas Malthus no séc. XVIII (SILVA, 2009, p. 65). Nesse sentido, agências internacionais, como a FAO, utilizaram esse argumento para refletir sobre a produção agrícola e incorporaram à agenda internacional a importância de impulsionar a modernização da agricultura para que não se intensificasse o quadro de fome no mundo. Os países “subdesenvolvidos” passaram, então, a receber assistência técnica internacional, dentre eles, o Brasil (SILVA, 2009, p. 60).

Nesse contexto, fortaleceu-se a ideologia que se baseava em uma nova forma de produção agrícola, despontada desde o início do século XX nos EUA. Essa produção foi realizada com base em adubação e fertilização química do solo, uso de sementes geneticamente modificadas, bem como na aplicação de pesticidas e herbicidas que afastariam as chamadas “pragas” dos cultivos. Essa ideia se proliferou por toda América Latina, por meio das experiências de cooperação técnica em parceria com os Estados Unidos já existentes, principalmente com as organizações da Rockefeller, assim, tornou-se um método de produção agrícola hegemônico por meio das políticas públicas implementadas pelos governos latino-americanos<sup>3</sup> que recebiam assistência técnica e econômica externos, principalmente, na década de 1960. Esse modo de produção ficou conhecido, mundialmente, como Revolução Verde.

O historiador Wilson Picado Umaña, a define da seguinte maneira:

É um processo de mudança tecnológica que se estendeu às agriculturas do chamado Terceiro Mundo durante a segunda metade do século XX, que significou a adoção de fertilizantes e outros insumos químicos de origem industrial, de variedades de culturas de alto rendimento (ou de alta resposta), assim como máquinas para cultivo e colheita, com o objetivo de aumentar os rendimentos por unidade de superfície. Esse processo levou à especialização produtiva, simplificando os agroecossistemas; os tornou dependentes de uma matriz energética baseada em fontes fósseis e os incorporou a um sistema agroalimentar de escala global (UMAÑA, 2021, p. 917) *Tradução nossa*.

<sup>3</sup> A proliferação de uma agricultura química nos países da América Latina, diante da relação com os Estados Unidos, não foi homogênea. Houve um processo singular e complexo em tempos diferenciados, com cooperações de acordo com as especificidades de cada localidade, sociedade e condições históricas plurais (SILVA, 2009, p. 39).

Um dos argumentos estadunidenses para a efetivação de uma Revolução Verde na agricultura era sustentado pelo discurso de que esta era uma forma de acabar com a fome no mundo, pois, independente das condições ecológicas, haveria colheita. Sendo assim, era necessário investir na modernização agrícola, principalmente os países latino-americanos que não estavam conseguindo alimentos suficientes para suprir suas próprias necessidades, conseqüentemente, não poderiam contribuir para a alimentação dos aliados (SILVA, 2009, p. 61). Dessa forma, os programas de cooperação técnica e econômica deveriam ser implementados e impulsionados para garantir um sistema agrícola moderno que fosse capaz de superar as necessidades básicas de alimentação.

A implementação da Revolução Verde na América Latina se lançou como projeto inicial no México, que vivia uma situação crítica referente ao abastecimento alimentar para a população (MACHADO; MACHADO FILHO, 2014, p. 51). A ideia preliminar tinha um anseio ainda maior de propagar os modos de produção nos países entendidos como “subdesenvolvidos”, a fim de estreitar os laços políticos com os EUA em meio à Guerra Fria. Como mencionado, a implementação desse ideário de produção aos países que não haviam se industrializado, se sustentava pelo discurso de que, ao fazer uso do pacote tecnológico, os produtores agrícolas obteriam maior quantidade, maior qualidade nutricional, acesso e variedade de alimentos nas mesas das famílias, acabando com a fome da população.

O pacote tecnológico implementado pela Revolução Verde estava amparado na alta produtividade que a “nova agricultura” industrial e tecnológica oferecia. Sendo assim, esse consistia em sementes geneticamente modificadas para serem mais resistentes, agrotóxicos de alta solubilidade e capacidade de combater os animais e insetos indesejados, irrigação e motomecanização (EHLERS, 1999. p. 32). A agricultura industrial apresentava-se como uma solução para vários problemas sociais e econômicos.

Referente a essa medida política estadunidense, Angus Wright analisou a trajetória da agricultura no México, no período do século XX, e afirmou que

dirigentes mexicanos e consultores técnicos dos Estados Unidos justificaram o caminho escolhido para o desenvolvimento agrícola com base numa visão de que os solos do México eram naturalmente pobres e profundamente degradados pelo uso contínuo e excessivo. A estratégia foi apoiada com determinação pela Fundação Rockefeller e pelo governo dos Estados Unidos porque ambos a consideravam desejável para o México e porque o caso mexicano era visto como uma espécie de campo de teste experimental para a política norte-americana, que poderia se mostrar altamente favorável às metas comerciais dos EUA e de sua política externa (WRIGHT; 2012, p. 137).

Nesse sentido, entendemos que o projeto da Revolução Verde foi pensado e desenvolvido para fins econômicos e políticos muito maiores do que resolver o abastecimento alimentar do

México; a intenção era expandir suas relações políticas e econômicas. Deve-se ter em mente também o contexto histórico da Guerra Fria, mencionado anteriormente, no qual a influência e os alinhamentos políticos eram de extrema importância para os principais países em disputa, EUA e URSS. Nesse caso, para os Estados Unidos, estreitar laços no continente americano era, certamente, uma medida crucial e determinante.

Embora a idealização de uma agricultura industrial, sustentada no discurso de certeza da colheita, erradicação da fome e modernização, tenha convencido governos e promovido alinhamentos internacionais entre diversos países, esse método produtivo desencadeou consequências negativas para o campo e para o meio ambiente. Podemos mencionar, como exemplo, o êxodo rural e a transformação das paisagens, por fazer uso de maquinários, irrigação com pesticidas e fertilizantes que degradam os solos e contaminam a água. Segundo Wright, a transformação da paisagem ambiental tem encadeamentos “econômicos, políticos, culturais, não apenas para a sociedade mexicana, mas para todo o planeta” (WRIGHT, 2012, p. 138).

É preciso saber que o pacote tecnológico da Revolução Verde não abarcava apenas os fertilizantes e pesticidas, mas a transformação de todo um modo de produção de uma sociedade rural camponesa que produzia os alimentos. Esse pacote, composto pela inserção de herbicidas, pesticidas e outros insumos químicos, fertilizantes, sementes híbridas e maquinários agrícolas foi tomando uma proporção muito maior ao longo do tempo (MOREIRA, 2000, p. 44). Nesse conjunto incluiu-se o crédito agrícola aos produtores rurais e a transformação de pequenas propriedades em grandes latifúndios monocultores.

Umaña (2011), em seu trabalho sobre a história semântica da Revolução Verde, menciona que William S. Gaud, administrador da *United States Agency for International Development*, (USAID)<sup>4</sup>, em 1968, foi um dos primeiros a usar publicamente esse termo (UMAÑA, 2011, p. 27). O autor cita o discurso de Gaud, apresentando a intenção e as políticas públicas para o desenvolvimento de tal “Revolução”, no qual diz:

“Para acelerá-lo, espalhá-lo e torná-lo permanente, nós precisamos entender como tudo começou e quais forças estão levando isso adiante. Boa sorte – boas monções – ajudaram a trazer as colheitas recordes recentes. Mas trabalho árduo, boa gestão e políticas agrícolas sólidas nos países em desenvolvimento e ajuda externa também estavam muito envolvidas.” (GAUD, 1968). *Tradução nossa*.

Wilson Picado ainda menciona que a intenção da “Revolução” era de que, além do alto

---

<sup>4</sup> A USAID foi criada, em 1961, para dar continuidade aos programas de modernização existentes nos Estados Unidos que eram, até então, elaborados e coordenados por outras agências, como a *International Cooperation Administration* (ICA). Com amplo recurso, a USAID tinha como um de seus objetivos fomentar a modernização na América Latina por meio da cooperação técnica e econômica, investindo em pesquisa científica, agricultura, educação, entre outros setores. Era importante manter tais programas na América Latina no contexto da Guerra Fria a fim de conter o avanço do comunismo no continente americano (MOTTA, Rodrigo Pato Sá, 2010, *apud* MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972 – 1993). Tese (Doutorado em História das Ciências e da Saúde) - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz. Rio de Janeiro: s.n., 2017.



rendimento produtivo, a utilização dos fertilizantes fosse potencializada e, para isso, era necessário que a sociedade rural camponesa fizesse uso das novas tecnologias de insumos e de estrutura agrícola (UMAÑA, 2011, p. 28). Assim, para alcançar essa premissa, o autor menciona que Gaud afirmava ser fundamental o estabelecimento de políticas que favorecessem o desenvolvimento das transformações agrícolas, promovendo “recursos de crédito que favoreciam a compra de fertilizantes pelos agricultores, sem precedentes” (UMAÑA, 2011, p. 28). É preciso considerar que as novas tecnologias de produção de alimentos, inseridas no campo por meio dos pacotes tecnológicos, ocasionou processos de transformação da agricultura tradicional, nos quais contribuíram para o rebaixamento do plantio com base na policultura, no uso de adubo orgânico e outros saberes ancestrais das sociedades campesinas.

A Revolução Verde transformou os sistemas agroalimentares tradicionais simples e de policultura em sistemas complexos e de monocultura. Além disso, reduziu a autonomia e a segurança alimentar da sociedade camponesa envolvendo-a na dependência de crédito bancário, sementes modificadas, fertilizantes, programas de extensão, entre outras. Buscou explorar a natureza intensamente em prol de servir à humanidade e à sociedade capitalista, obtendo o resultado de destruição de florestas, solo, fauna e flora (McNEIL, 2000, p. 219).

Como consequência ambiental, viu-se a degradação dos recursos naturais por toda América Latina, principalmente os recursos renováveis como a água, o solo, a fauna e a flora, com a intensificação do uso de produtos químicos na agricultura. Segundo Kaimowitz (1997), no final do século XX, havia grandes áreas com produções de cereais no Cone Sul que enfrentaram muitos problemas ambientais diante de uma produção monocultora que gerou pragas, doenças e escassez dentro desse sistema de produção. Além disso, ele afirma que, entre a década de 1970 e 1990, perderam-se muitas florestas e houve muitas mudanças ambientais e problemas no solo, como erosão e salinização, por causa do número elevado de pesticidas por hectares (KAIMOWITZ, 1997, p. 59).

Segundo o autor, a implementação da Revolução Verde nos países latino-americanos foi completa. Isso implica a inserção de maquinarias, agroquímicos, crédito subsidiado aos produtores rurais, muitas políticas comerciais de exportação dos produtos agrícolas, implementação das sementes geneticamente modificadas e híbridas, entre outras propostas gerais do pacote tecnológico. A adesão a essas políticas feitas em acordo com agências estadunidenses aumentava, cada vez mais, a dependência do setor produtivo agrícola desses recursos não renováveis.

Os acordos em auxílio da modernização agrícola ofertados pelos Estados Unidos se espalharam por toda a América Latina com a criação de programas assistenciais. Para termos uma dimensão, foram criados “o Servicio Cooperativo Interamericano de Producción de Alimentos (SCIPA), en Perú y Haiti; Cooperative Agricultural Commission en Cuba; ACAR en Brasil; Convênio costariquense; servicio agrícola bilateral en Ecuador, entre otros” (UMAÑA, 2008, p. 53). Todos

eles custosos em termos de água, energia, questões sociais, agrárias - como concentração de terra – e desencadeando problemas ambientais a médio e longo prazo.

No Brasil, os ideais da Revolução Verde e a efetivação de uma agricultura convencional foram mobilizados a partir do fim da década de 1950. No governo de Juscelino Kubitschek (1956-61), período de expansão capitalista no país, no qual buscava-se o desenvolvimento, foi consolidado o Sistema ABCAR (Associação Brasileira de Crédito e Assistência Rural). O Sistema objetivava fornecer pacotes tecnológicos – fertilizantes, pesticidas e inseticidas – aos produtores rurais com o intuito de que estes aplicassem em suas lavouras agrícolas, a fim de melhorar a produção em qualidade e quantidade (POSSENTI. et al., 2007, p. 55).

Essa associação foi um avanço nacional para a experiência que havia sido realizada no Estado de Minas Gerais, com o programa ACAR (Associação de Crédito e Assistência Rural), iniciado pelo governador Milton Campos, em 1947, na busca pelo desenvolvimento da produção agrícola e da economia do estado mineiro (SILVA, 2009, p. 171). Assim, os agricultores que estivessem nos moldes do programa receberiam o benefício de um crédito agrícola para investir na produção como incentivo a utilizar e se enquadrar às novas tecnologias, além de receber assistência técnica com extensionismo (SILVA, 2009, p. 181). Ambos os programas foram implantados com o auxílio estadunidense no Brasil por meio, inicialmente, da *American International Association for economic and social development* (AIA), que objetivava enviar seus projetos em ciência e tecnologia para diferentes nações, principalmente os de cooperação técnica em agricultura e conservação do solo (SILVA, 2009, p. 22).

Todavia, foi a partir de 1964, durante o período de ditadura civil-militar, que a Revolução Verde se tornou uma política agrícola oficial. Apesar da criação de um Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR) em 1965, que seguia os moldes do programa anterior, a ABCAR, foi durante o governo de Emílio Garrastazu Médici, empossado em 1969, que a agricultura se tornou ponto central da política econômica, com objetivo de realizar uma revolução agrícola e agregar os camponeses ao projeto de desenvolvimento nacional (MELLO, 2017, p. 38).

Vanessa Mello cita o discurso de posse do presidente eleito referente aos seus objetivos na esfera da agricultura, onde diz

Homem do campo, creio no homem e no campo. E creio em que o dever desta hora é a integração do homem do interior ao processo de desenvolvimento nacional. E, porque assim o creio, é que tudo darei de mim para fazer a revolução no campo, revolução na agricultura, no abastecimento, na alimentação. E sinto que isso não se faz somente dando terra a quem não tem, e quer, e pode ter. Mas se faz levando ao campo a escola ao campo adequada; ali plantando a assistência médica e a previdência rural, a mecanização, o crédito e a semente, o fertilizante e o corretivo, a pesquisa genética e a perspectiva de comercialização. E tenho a diversificação e o aumento da produção agrícola, a ampliação das áreas cultivadas e a elevação da renda rural como essenciais à expansão de nosso mercado interno, sem o qual jamais chegaremos a ter uma poupança nossa, que nos torne menos dependentes e acione, com o nosso esforço, aliado à ajuda externa, um grande projeto nacional de desenvolvimento. (MEDICI, 1969, p. 34 *apud* MELLO, 2017, p. 40)

Vê-se que o projeto de desenvolvimento nacional envolvia agregar a agricultura, de forma intensa, à proposta da Revolução Verde, que incluía mecanização agrícola, adoção do pacote tecnológico com os insumos químicos e sementes geneticamente modificadas, incentivados pelo crédito agrícola aos produtores rurais e toda política necessária que contribuísse para o crescimento da produção. Tudo isso alicerçado pelo auxílio externo, principalmente dos Estados Unidos.

Logo no início do mandato de Médici, em 1971, foi criado o primeiro Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), com foco na expansão da utilização de insumos químicos e fertilizantes; além disso, em seu governo também foram propostos e criados alguns programas de pesquisa<sup>5</sup> e desenvolvimento agropecuário que tinham apoio financeiro externo (MELLO, 2017, p. 42).

O I PND ambicionava incluir o Brasil na lista das nações desenvolvidas e ascender a economia aumentando o Produto Interno Bruto (PIB) entre 8 e 10% ao ano. (MELLO, 2017, p. 42). Para alcançar esses objetivos, uma das estratégias referentes ao setor agrícola foi a de criar uma política de crédito rural e incentivos fiscais, como a isenção do Imposto de Renda e do Imposto Territorial Rural (DELGADO, 2012, p. 13). Além disso, adotou o “aporte direto e expressivo do gasto público na execução das políticas públicas de fomento produtivo e comercial dirigidas às clientelas das entidades criadas ou recicladas no período, como o SNCR, Política de garantia de Preço, Proagro, Pesquisa e extensão rural etc.”. (DELGADO, 2012, p. 14). De modo geral, o plano era estabelecer o desenvolvimento rural pautado pelas premissas da Revolução Verde e das políticas agrícolas externas. O PND foi fundamental para impulsionar o projeto de modernização da agricultura.

Para reafirmar isso, consta do I PND que a política nacional agrícola se ampararia:

- 1) No sistema, já montado, de incentivos fiscais e financeiros ao aumento da produção, ao investimento, a comercialização e a transformação tecnológica no setor agrícola.
- 2) Na disseminação do uso de insumos modernos, de forma diversificada para o Centro-Sul e Nordeste, atentos os seus efeitos sobre a absorção da mão de obra.
- 3) No programa, já em curso, de pesquisa agrícola em grande dimensão, a fim de obter, para os produtos básicos do Centro-Sul e do Nordeste, os resultados alcançados, por exemplo, no caso do trigo.<sup>6</sup>

Alguns anos depois, visando fomentar a agricultura com base no intensivo uso dos insumos químicos empregados no sistema produtivo, foi criado o Programa Nacional de Defensivos Agrícolas no âmbito do II Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND), em 1975 (MELLO, 2017, p. 79). O programa objetivava incentivar a fundação de empresas que fabricassem produtos químicos, como pesticidas e inseticidas, ofertando, assim, isenção fiscal, estímulo financeiro e outras facilidades para importação de maquinarias e equipamentos utilizados na produção (MELLO,

---

<sup>5</sup> Um dos exemplos é a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), que será explicada mais à frente.

<sup>6</sup> I PND - Disponível em [http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72\\_74](http://www.biblioteca.presidencia.gov.br/publicacoes-oficiais/catalogo/medici/i-pnd-72_74) acesso em 30/08/2021 as 11h.

2017, p. 107). Ou seja, a política aplicada era na intenção de proporcionar um aumento nacional de produtos agrícolas com base na industrialização do campo.

Assim, para atingir as metas de industrialização e rendimento da produção, o Programa “apresentou algumas estratégias, como o desenvolvimento da indústria de insumos básicos, fertilizantes e suas matérias-primas, “defensivos agrícolas”, papel e celulose” (MELLO, 2017, p. 75). Dessa maneira, a agricultura brasileira alcançaria certa independência de recursos externos, passando a se associar às empresas multinacionais tornando-se parceira e autossuficiente. A meta seria alcançar a autossuficiência nesses setores (MELLO, 2017, p. 76). Nesse período, verificou-se um crescimento no consumo de agrotóxicos, passando de 16.000 toneladas no ano de 1964, para 101.000 toneladas em 1974, ou seja, um crescimento de 7,1% por ano (EHLERS, 1999, p. 41).

No campo da pesquisa devemos ressaltar a criação da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária - EMBRAPA, em 1972, que deveria: I - Promover, estimular, coordenar e executar atividades de pesquisa, com o objetivo de produzir conhecimentos e tecnologia a serem empregados no desenvolvimento agrícola nacional; II - Dar apoio técnico e administrativo a órgãos do Poder Executivo com atribuições de formulação, orientação e coordenação da política de ciência e tecnologia no setor agrícola (MELLO, 2017, p. 55). Esse foi um período em que o governo brasileiro investiu fortemente em pesquisa, desenvolvimento agrícola, extensão rural e crédito para os produtores, com o objetivo de intensificar o processo de mudanças no setor agrícola visando sua modernização (EMBRAPA)<sup>7</sup>. A Embrapa foi uma instituição importante para o fomento da agricultura brasileira no sentido de ciência, tecnologia e propagação do pacote tecnológico da Revolução Verde.

O investimento em pesquisa agrícola, voltado para o desenvolvimento rural, foi de grande importância para a ciência e para a ampliação da extensão rural, que objetivava a orientação aos produtores sobre novas tecnologias industriais. As instituições de pesquisa e extensão das ciências agrárias e agropecuária contribuía com profissionais especializados que seriam responsáveis por levar aos produtores do campo as novas tecnologias e informações voltadas para a modernização rural, validadas pelo conhecimento científico (DIAS, 2007, p. 12). O ato de levar aos agricultores os resultados das pesquisas em tecnologia que se denominou de extensão rural (SILVA, 2009, p. 119).

Os serviços de extensão rural, que eram fornecidos pelo Estado, até meados da década de 1980, tinha o objetivo claro de modernizar o campo. Foi um dos serviços mais importantes para a difusão da industrialização da agricultura, pois os extensionistas exerciam o papel de converter o “agricultor tradicional” em “agricultor moderno”, convencendo-o a adotar as tecnologias modernizadoras. Para isso, era necessário persuadir os agricultores com o argumento de que, embora

---

<sup>7</sup> Disponível em <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em 11 de novembro de 2021 às 15:20h.

os custos de produção fossem mais altos com as novas tecnologias, o retorno financeiro seria mais lucrativo devido ao crescimento na produção em quantidade e qualidade (DIAS, 2016, p. 5).

A extensão rural foi essencial para o plano de desenvolvimento nacional, principalmente na conjuntura do “milagre econômico”. Marcelo Dias escreveu que

naquele momento, como afirma Brandenburg (1993, p. 56), a extensão rural trabalhou não apenas com a difusão de modernas técnicas de produção, mas também com a reeducação dos agricultores de acordo com a racionalidade técnica e empresarial, “comprometida com o lucro, com a realização do capital, da sociedade de consumo.” Neste processo, a transferência ou difusão de tecnologias com foco nos meios de comunicação foi a principal abordagem teórico-metodológica orientadora da ação extensionista. A questão tecnológica tornou-se o centro das ações e do debate – que ocorreria sob a limitação do regime autoritário – sobre as melhores maneiras para alcançar a “modernidade no campo” (DIAS, 2016, p. 8)

A política de expansão agrícola no modelo da Revolução Verde, na intenção de aumentar a produtividade agropecuária no Brasil, se estendeu pelos presidentes seguintes, como Ernesto Geisel e João Figueiredo. O crescimento econômico continuou sendo prioridade do Estado por meio de uma política fundamentada na ciência e na tecnologia, incluída nas propostas de industrialização.

Em relação à agricultura, o conceito de modernização está relacionado não apenas ao modo de produção, mas à “alteração da organização da produção e das relações sociais de produção” (NETO, 1982, p. 27). Essa nova dinâmica no setor produtivo se transformou em uma lógica que reproduz o capitalismo, como uma matriz empresarial. Para Graziano Neto, “a chamada modernização da agricultura não é outra coisa, para ser mais correto, que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira” (NETO, 1982, p. 27), e é nesse cenário de transformação agrícola que se “agravou consideravelmente a dependência e subordinação histórica do setor agrícola ao industrial” (NETO, 1982, p.68). O que se viu, e ainda se vê, é a marginalização e exploração do trabalhador rural, o estrangulamento do minifúndio pelo latifúndio, financiamentos e dívidas de insumos agrícolas que beneficiam o capital multinacional, a contaminação dos solos e da saúde humana com os agrotóxicos e a escassez da biodiversidade.

A modernização da agricultura brasileira, nesse contexto, no qual ocorreu a subordinação da agricultura às lógicas econômicas externas, ocasionou mudanças profundas no meio rural (LINHARES, SILVA, 1999, p.190). Transformou-se o chamado *complexo rural* para uma nova dinâmica denominada de *complexos agroindustriais*<sup>8</sup>. O primeiro, era protagonizado pelos agricultores familiares que utilizavam materiais orgânicos e insumos de dentro do próprio espaço

---

<sup>8</sup> Linhares e Silva denominam a dinâmica da produção agrícola industrial se referindo à complexos agroindustriais, que outrora se encontrava o complexo rural. Essa denominação não se refere à diversidade de culturas ou substituição de uma policultura para a monocultura, e sim à transformação de um complexo baseado na agricultura familiar com técnicas naturais passadas por gerações, para complexos que marginalizam agricultores familiares, que endividam camponeses, que têm como objetivo o lucro, ainda que custe a saúde humana e ambiental.

de produção e conviviam com os limites da natureza no processo de produção, como o tempo de pousio para recomposição da fertilidade do solo. Já o segundo complexo seria uma dinâmica onde os atores principais são médios e grandes proprietários de terras que dispõem de trabalhadores assalariados – muitas vezes mal pagos – e visam a produção máxima, afrontando os limites ambientais (ALMEIDA, PETERSEN, CORDEIRO, 2001, p. 17).

Essa política de consolidação da agricultura industrial gerou consequências profundas na sociedade, principalmente entre os trabalhadores do campo com a exclusão social no meio rural e urbano. Isso se deve aos efeitos da modernização com a “expulsão, êxodo rural, miséria, pobreza e, claro, conflito” (MENDONÇA, 2010, p. 22), aumentando o número de miseráveis urbanos que viviam carentes das condições mínimas de seus direitos como cidadãos. Além disso, a dinâmica dos complexos agroindustriais engrossou o problema agrário já existente no Brasil com a concentração fundiária, desapropriação de terra e implicação de um número maior de sem-terra desamparados. Deve-se destacar que o Estado fazia parte desse grande negócio agrícola e agrário, pois foi por meio de crédito e benefícios que grandes proprietários adquiriram terras públicas na dinâmica do mercado de terras (MENDONÇA, 2010, p. 75).

A estrutura agrária acentuada pela Revolução Verde, com base nos latifúndios, também foi denominada de “modernização conservadora”. Esta, durante o desenvolvimento da implementação da Revolução Verde no Brasil, privilegiou os grandes proprietários de terra, excluindo, assim, muitos agricultores familiares dos benefícios dos programas assistenciais rurais do governo (EHLERS, 1999, p. 38). Consequentemente, muitos desses agricultores se viram obrigados a vender suas propriedades e migrar para outros locais que ofertassem oportunidade de trabalho, geralmente, para cidades maiores. Esse processo aumentou o índice do desemprego, do subemprego e contribuiu com a formação e dependência dos agricultores aos impérios alimentares<sup>9</sup> (PLOEG, 2008).

Em relação ao processo de desenvolvimento econômico e industrialização voltados para os países considerados Terceiro Mundo – Ásia, África e América Latina – em meados do século XX, no qual a Revolução Verde se incluía, Amy Staples mencionou que

ao se concentrar no produto final – o desenvolvimento – os funcionários públicos internacionais muitas vezes ignoraram a miséria humana e a ruptura social causadas pela industrialização. O resultado da aplicação desse modelo ocidental ao Terceiro Mundo foi a ruptura dos sistemas sociais, econômicos e culturais existentes (muitas vezes sem fornecer alternativas viáveis) e um programa de desenvolvimento geralmente caracterizado hoje como insustentável, especialmente em termos da alta taxa de consumo de recursos naturais (STAPLES, 2006, p. 2)  
*Tradução nossa.*

---

<sup>9</sup> Os impérios alimentares “constituem uma característica crucial do Império, partilham de várias características, tais como o expansionismo, o controle hierárquico e a criação de novas ordens materiais e simbólicas. Existe uma conquista imperial no que diz respeito à integridade dos alimentos, à perícia da prática agrícola, à dinâmica da natureza e aos recursos e aspirações de muitos agricultores. Essa conquista se processa como uma desconstrução continuada, seguida da reformulação de muitas inter-relações e ligações que caracterizam os domínios da agricultura, dos alimentos e da natureza. As novas tecnologias e a dependência generalizada de sistemas de conhecimento institucionalizado têm um papel estratégico nessa reformulação imperial.” (PLOEG, 2008, p. 7)

Isso significa que o processo de modernização implicou mudanças sociais, culturais e econômicas profundas nas sociedades dos países em desenvolvimento. Nessa conjuntura, havia a defesa da implementação das tecnologias agrícolas de produção, mas, do outro lado, não demorou muito para que também surgissem casos que relatassem os danos ao meio ambiente e para a saúde humana, bem como a dependência dos agrotóxicos nas lavouras agrícolas.

As notícias sobre os malefícios dos inseticidas eram cada vez mais divulgadas na década de 1970 no Brasil. Os agrotóxicos eram utilizados pelos produtores de maneira exagerada e sem os equipamentos de proteção individual que deveriam ser obrigatórios para a aplicação de diversos produtos que, inclusive, já eram proibidos em países desenvolvidos (EHLERS, 1999, p. 41). A divulgação sobre os casos de intoxicação aumentava frequentemente, mas, apesar disso, os números de investimentos em fertilizantes e insumos agroquímicos também cresciam.

Em 1976, no caderno de economia do *Jornal do Brasil*<sup>10</sup>, foi informado que os subsídios aos fertilizantes aumentaram de Cr\$5 bilhões para 800 bilhões. Na mesma matéria há em destaque um comunicado em defesa aos agrotóxicos apoiado no discurso de um especialista em “defensivos agrícolas”, professor de física médica da Universidade de Berkeley, Califórnia. O norte-americano Thomaz H Jurke, em sua visita ao Brasil, dizia que a população não deveria analisar fertilizantes e “defensivos agrícolas” pelos problemas ambientais que eles causavam, mas sim pela importância que esses produtos químicos tinham de resolver o problema da humanidade: a fome. Segundo Jurke, sua análise estava fundamentada no índice de destruição de alimentos causado pelas pragas, com uma média de 30% ao ano. E ainda afirmou que o problema de intoxicações estava no método de utilização inadequada dos “defensivos” e fertilizantes.

Nessa matéria, é possível analisar três características importantes que contribuía para a disseminação de informações que poderiam colaborar para a difusão do pensamento positivo em relação aos agrotóxicos para a população. São elas: 1) o uso do termo “defensivo” agrícola para os produtos aos quais hoje nos referimos como agrotóxicos; 2) o reforço ao discurso de que os insumos químicos (agrotóxicos) são necessários para resolver o problema da fome que atingia a população; 3) a responsabilização das intoxicações ao produtor rural por causa do método de aplicação do insumo químico. Discursos como estes foram um alicerce para reforçar a necessidade de se usar fertilizantes e outros químicos na agricultura, ainda que houvesse divulgação de casos de intoxicação em pessoas que tiveram contato com os agrotóxicos e de alguns estudos, como o da norte-americana Rachel Carson<sup>11</sup>, que evidenciavam e comprovavam a quão nociva era a utilização desses insumos químicos para o ser humano e o meio ambiente.

---

<sup>10</sup> JORNAL DO BRASIL. *Crítica a defensivos é problema conceitual*. 25/10/1976. 1º caderno. p. 16.

<sup>11</sup> O trabalho de Rachel Carson sobre os agrotóxicos foi muito importante para o movimento ambientalista de contraposição. Não abordamos seu trabalho nesse momento, pois será tratado no próximo subcapítulo, no qual dissertaremos sobre o surgimento do movimento ecológico e de contracultura.

Na década de 1970, no Brasil, se tornou comum encontrar notícias nos meios de comunicação sobre a contaminação em adultos e crianças por agrotóxicos. Há muitos casos emblemáticos como o publicado pelo *Jornal do Brasil*<sup>12</sup>, em 1972, em que uma criança que brincava no quintal de casa, em Sucursal, interior de São Paulo, colocou na boca sementes de algodão tratadas por inseticida e foi levada ao hospital com mal-estar. Na maior parte das vezes os diagnósticos não eram precisos, geralmente eram considerados como sintomas de gripe, diarreia, crise cardíaca, entre outras.

Além disso, embora aumentasse o número de estudos que comprovassem que a quantidade de pragas quadruplicou com os agrotóxicos, como o do engenheiro agrônomo e professor brasileiro Adilson Paschoal<sup>13</sup>, o investimento nesses insumos também aumentava. As empresas norte-americanas de produtos agroquímicos tóxicos se expandiam no Brasil nos fins da década de 1970, inaugurando indústrias de herbicidas em diferentes lugares, como foi o caso na cidade fluminense de Barra Mansa, em 1979, onde a Dupont, empresa de Wilmington, cidade da Carolina do Norte, instalou mais uma de suas unidades<sup>14</sup>. Como mencionado, os negócios do setor agrícola cresceram exorbitantemente com financiamento do capital interno e externo, sendo muitas vezes fabricados produtos já proibidos nos Estados Unidos e outros países da Europa Ocidental, como o DDT, BHC e o Aldrin.

Entretanto, é preciso ter em mente que os movimentos de contraposição cresciam veementemente em diversos países do continente americano e europeu. Muitos foram os motivos que contribuíram para o surgimento de movimentos que se mobilizaram contra a industrialização do campo e o uso intensivo de agrotóxicos na produção agrícola. Como já apontado anteriormente, a destruição ambiental da fauna e da flora, a precarização do trabalho rural, o êxodo rural, o aumento da miséria urbana, a concentração de terras nas mãos dos grandes latifundiários e os danos à saúde humana são exemplos das demandas ecológicas que surgiram entre as décadas de 1960 e 1970.

## 1.2 A contracultura e o movimentos ambientalistas

Diante de um método produtivo que causava o esgotamento dos recursos naturais e marginalizava a sociedade rural, emergiram movimentos sociais e trabalhos científicos de oposição. Um dos trabalhos de grande importância e crítica ao uso dos agrotóxicos na agricultura foi o livro da bióloga norte-americana Rachel Carson, publicado em 1962, denominado *Silent Spring* (CARSON, 2010). Nele, Carson explicita o quanto os agrotóxicos exterminam diversas espécies de

<sup>12</sup> JORNAL DO BRASIL. Juarez Bahia. *Intoxicação por inseticidas vai ficando comum*. 12/04/1972. 1º caderno, p. 13.

<sup>13</sup> Adilson Paschoal publicou em 1979 o livro “Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções”, da editora Fundação Getúlio Vargas (FGV), com muitas informações referentes ao aumento do número de pragas agrícolas com o uso de agroquímicos, além disso, o livro abordou o quão nocivo os agrotóxicos eram para a natureza e para a espécie humana, sugerindo alternativas como solução.

<sup>14</sup> JORNAL DO BRASIL. *Dupont aplicará 100 milhões de dólares em cinco anos*. São Paulo. 12/02/1979. 1º caderno, p. 16.



insetos e de animais, e, conseqüentemente, prejudicam o meio ambiente desencadeando seu desequilíbrio.

Essa publicação teve grande repercussão e serviu como um alerta, evidenciando os malefícios dos agrotóxicos para a sociedade e para a natureza. O trabalho de Carson alcançou muitas pessoas e, por isso, foi alarmante. Em seu livro, a autora relatou vários casos de doenças e reações que os agricultores estadunidenses tiveram ao ter contato com inseticidas. Além disso, Carson contribuiu para que a ecologia se tornasse uma palavra familiar na década de 1960, sendo seu trabalho baseado no “campo emergente da ecologia ecossistêmica, juntamente com conceitos mais antigos de equilíbrio da natureza e a disciplina de saúde pública da toxicologia ambiental, para rastrear os efeitos dos pesticidas sobre a saúde dos seres humanos e da vida selvagem”. (MITMAN; MURPHY; SELLERS, 2004, p. 8).

O livro de Carson tinha seu cerne voltado para a saúde humana, embora ela explicitasse os efeitos nocivos aos animais. Nesta obra, há um capítulo inteiro, denominado “Um em cada quatro”, voltado para análise da ação dos pesticidas como possíveis causas de câncer (CARSON, 2010, p. 187), o que supostamente chamou atenção dos leitores.

John McCormick explicou que

Apesar de seu tema aparentemente impenetrável, pesticidas e inseticidas sintéticos, *Silent Spring* tocou num ponto sensível de seus leitores, vendeu meio milhão de cópias encadernadas, permaneceu na lista dos mais vendidos do *New York Times* por 31 semanas, e incitou a criação de um grupo consultivo presidencial sobre pesticidas. (McCORMICK, 1992, p. 64)

Fato é que o livro de Carson foi importante para divulgar as conseqüências que inseticidas, principalmente o DDT, poderiam provocar para a natureza e para a humanidade; estimulou a realização de inquéritos presidenciais e audiências no congresso sobre o DDT, contribuiu para a disseminação de que esse e outros inseticidas eram armas perigosas e foi determinante para o surgimento do movimento ambientalista (RUSSEL, 2001; McCORMICK, 1992). Obviamente, Carson também recebeu críticas e provocou descontentamento nas indústrias químicas e em alguns cientistas que defendiam a industrialização agrícola. Segundo Russell, empresas químicas montaram uma campanha contra o livro de Carson, selecionando partes do livro para rebater e fizeram uso do gênero feminino para atacá-la, na tentativa de enfraquecer seu discurso (RUSSELL, 2001, p. 222). É preciso ressaltar que Rachel Carson era uma referência na biologia, escrevia para jornais e já havia publicado outros livros de excelência e com premiações (McCORMICK, 1992, p. 70).

McCormick defende a ideia de que, após essa explosão do livro de Carson, houve o começo da “Revolução Ambiental”, pois foi um momento de expansão da consciência pública dos efeitos e custos dos agroquímicos, e de divulgação em manchetes de jornais e revistas com advertências de inúmeros desastres ambientais nos anos posteriores (1963-1972) (McCORMICK, 1992, p. 70). Isso

indica que os problemas ambientais não eram tão silenciosos mais, e que, diferente do posicionamento dos grupos ambientalistas existentes até então, com suas perspectivas conservacionista-preservacionista<sup>15</sup>, o novo ambientalismo se posicionou de forma humanista e política (McCORMICK, 1992, p. 65).

Isso quer dizer que o movimento ambientalista passou a ter outros traços e tomou uma dimensão que ultrapassava a questão do meio ambiente, passando a se preocupar também com a relação entre humanidade e natureza. Essa nova perspectiva se fundamentava nas consequências ambientais referentes ao crescimento populacional, à contaminação ambiental advinda das novas tecnologias nucleares que contaminava humanos e natureza com seus elementos radioativos, ao desenvolvimento industrial que desmatava florestas, poluía o ar, contaminava os solos e as águas, e ao crescimento econômico moderno que não estabeleceu padrões de consumo, alimentação, transporte, entre outros.

A década de 1960, então, foi marcada pela emergência de um movimento ambientalista mais ativista, denominado também como movimento ecológico. O novo ambientalismo foi impulsionado por uma maior consciência social das consequências que o desenvolvimento econômico causava ao meio ambiente nos países capitalistas industrializados, pela ameaça que os testes nucleares pudessem causar aos seres humanos e à natureza, e pelo grande número de desastres ambientais que eram anunciados midiaticamente e ocorridos em diversos países. Entre eles, o nevoeiro sulfuroso na Pensilvânia e em Londres, a queimada de uma usina nuclear e dispersão de radioatividade na Inglaterra, o desmoronamento de minas, resíduos contaminantes de petróleo, entre outros casos. Essas notícias sensibilizavam, de alguma maneira, a sociedade, contribuindo para o apoio aos grupos que levantavam a bandeira ambientalista (McCORMICK, 1992, p. 71; BOROWY, 2013, p. 461).

Além disso, o novo ambientalismo também foi estimulado pelo livro, já mencionado, de Rachel Carson, *Silent Spring*, e pelos avanços do conhecimento científico diante dos programas de pesquisa organizados internacionalmente, promovendo novos métodos de pesquisa e amplitude geográfica de interação entre os especialistas, principalmente nos campos da biologia e da ecologia.

Outro fator que deve ser ressaltado e que contribuiu para a transformação mais ativista do movimento ambientalista foi a influência dos movimentos sociais que se revelaram em meados do século XX. Eram movimentos heterogêneos que militavam por causas contra o racismo, em prol da

---

<sup>15</sup> Historicamente, existiram pessoas que levantaram questões em defesa do meio ambiente desde o século XVII, na Europa, Estados Unidos e no Brasil (PÁDUA, 1987). No entanto, foi a partir do século XIX que passaram a existir grupos mais definidos que se posicionavam a favor da proteção da fauna e da flora, tendo como consequência a criação de leis de preservação da paisagem e criação de parques nacionais em alguns países como Austrália, Nova Zelândia e Canadá (McCORMICK, 1992, p. 28). Nos Estados Unidos, em meados do século XIX, os grupos ambientalistas se dividiram entre aqueles que se entendiam como preservacionistas ou como conservacionistas. Os primeiros buscavam preservar as áreas virgens de qualquer uso que não fosse recreativo ou educacional, e os últimos buscavam explorar os recursos naturais do continente, mas de modo racional e sustentável – embora ainda não existisse esse conceito (McCORMICK, 1992, p. 30). Esses foram os primeiros grupos que formaram um movimento ambientalista organizado de proteção da fauna e da flora, e que buscaram uma exploração da natureza que fosse, de alguma maneira, “ecológica”.

igualdade política e social, a favor da ampliação dos direitos das mulheres, entre outros. Essas demandas estavam inseridas dentro de um amplo movimento que ficou conhecido como contracultura.

A contracultura foi um movimento de contestações em diversos países do mundo, na década de 1960 e 1970, que questionava o comportamento das sociedades em diferentes aspectos. Esse movimento buscava uma vida mais simples, uma alimentação que valorizasse a natureza e que alterasse as formas de consumo humano moderno (EHLERS, 1994, p. 251). Para compreendermos melhor, podemos definir a contracultura como “cultura minoritária caracterizada por um conjunto de valores, normas e padrões de comportamento que contradizem diretamente os da sociedade dominante” (OUTHWAITE E BOTTOMORE, 1996, p. 134 *apud* CARVALHO, 2001, p. 55).

O movimento contracultural estava associado aos novos valores, pensamentos, comportamentos, padrões estéticos, e outros padrões socioculturais que eclodiram vigorosamente na sociedade capitalista moderna no século XX, especialmente após a Segunda Guerra Mundial. O movimento abarcava diversos grupos, como movimento hippie, punk, feminista, entre outros, que prezavam pela liberdade sexual, o cooperativismo, liberdade do corpo e da aparência etc. A alimentação também era um tema abordado nos movimentos da contracultura, pois se manifestavam por transformações nos hábitos alimentares em busca de uma alimentação mais saudável ou natural. Warren J. Belasco designou esta mudança como “contraculinária”, como um movimento de recusa dos alimentos gordurosos, industrializados e excessivos em carboidratos, e defendia uma alimentação saudável e livre de agrotóxicos, conservantes e outros que não fossem danosos ao meio ambiente (BELASCO, 1989 *apud* EHLERS, 1994, p. 251). Os novos padrões propostos pelos movimentos de contracultura foram vistos como “alternativos”.

Esse movimento também pode ser compreendido como uma reação à tecnocracia, segundo Roszak (1972), que “opõe-se ao paradigma ocidental moderno, industrial, científico, questionando a racionalidade e o modo de vida da chamada Grande Sociedade” (CARVALHO, 2001, p. 56). Era uma revolta em busca da revolução social, econômica e política.

Então, podemos entender a contracultura como uma oposição às normas estabelecidas nos países ocidentais desenvolvidos e que foi marcada pelo grande número de jovens nas mobilizações heterogêneas, como nos movimentos já citados. Segundo Luciano Thomé, a contracultura se insere também no debate que diz respeito à “crise da modernidade e da emergência de um assim chamado pós-modernismo. Nesse caso, ela é vista como parte integrante e proativa nessa crise em sua crítica a valores identificados com a modernidade e na sua tentativa de construir uma nova ordem ética, estética e política” (THOMÉ, 2016, p. 10).

Diante desses variados movimentos sociais que estavam imersos na contracultura, encontrava-se também o movimento ecológico, ou ambientalista, que se preocupava com a qualidade de vida da sociedade e sua relação consciente na utilização dos recursos naturais

disponíveis no meio ambiente. As questões ambientais estavam sendo alarmadas e seus rumores mobilizavam grupos e o apoio da sociedade na resolução de seus impactos negativos, como o aumento da poluição, e os danos ambientais, tal como a presença de agrotóxicos na água e em alimentos.

Uma consequência das ações dos movimentos ambientalistas e das emergências levantadas por eles, foi a realização da Conferência Intergovernamental de Especialistas sobre as Bases Científicas para o Uso e Conservação Racionais dos Recursos da Biosfera, mais conhecida como Conferência da Biosfera. Foi um debate realizado em Paris, no ano de 1968, promovido pela Unesco, com a colaboração da OMS, FAO, UICN (União Internacional para Conservação da Natureza) e do Conselho Internacional das Uniões Científicas (ACOT, 1990, p. 167). O objetivo da Conferência foi discutir o impacto humano sobre a biosfera em todos seus elementos – terra, ar, água, florestas etc. Dentre os acordos finais destacaremos o da necessidade de investir mais em pesquisas científicas sobre os “ecossistemas, ecologia humana, poluição e recursos genéticos e naturais, e sobre a necessidade do desenvolvimento de práticas de inventário e monitoração de recursos” (McCORMICK, 1992, p. 99).

Um resultado importante da Conferência da Biosfera foi a noção de um ecossistema mundial, que significava que as transformações criadas pelos seres humanos no ambiente afetariam a biosfera como um todo; sendo assim, a resolução de um impacto negativo dessas mudanças dependeria de uma resolução em escala global e não regional ou nacional, sendo necessário também a continuidade na cooperação internacional em pesquisas ecológicas (McCORMICK, 1992, p. 100). Além disso, ampliou-se a da ideia de conservação, advinda da visão biocêntrica da ecologia (conservacionista e preservacionista) que, nesse caso, ultrapassaria a natureza, passando a incluir a humanidade. É uma visão ambientalista mais complexa. Além disso, as organizações envolvidas iniciaram ou fortaleceram a reflexão sobre as questões ambientais e pensaram na iminência de promover uma outra conferência, que efetivamente ocorreria em Estocolmo, na Suécia, em 1972.

Em relação à agricultura industrial e seu uso intenso de agrotóxicos, as opiniões se dividiam. Segundo Borowy, o secretário-geral da Organização Mundial da Saúde se preocupou com o andamento do desenvolvimento antimalárico por causa do aumento na divulgação das notícias sobre a contaminação dos inseticidas que, de certa maneira, sensibilizou e preocupou a sociedade em relação à saúde. Além disso, havia a suspeita de que os ambientalistas buscassem, na verdade, um anti-desenvolvimento (BOROWY, 2013, p. 462). Ainda era confusa a função das tecnologias agroindustriais. Por outro lado, o movimento ambientalista e os cientistas, como Carson, defendiam e demonstravam a quão nociva era, para o meio ambiente e para a saúde humana, a aplicação intensiva dos agrotóxicos.

No Brasil, nesse cenário das conferências internacionais sobre a pauta ambiental, na década de 1970, o receio de um movimento anti-desenvolvimento provocado por ambientalistas era tão

enraizado que foram publicadas reportagens no *Jornal do Brasil*, escritas pelo corpo editorial e pelo ministro das Relações Exteriores, Mário Gibson Barboza, debatendo a questão ambiental relacionada ao progresso, nas quais era reforçado que a preservação do meio ambiente não deveria ser tentada à custa do desenvolvimento dos países mais atrasados.<sup>16</sup> Nos meses que antecederam a Conferência que seria realizada na cidade de Estocolmo, as publicações referentes à discussão sobre progresso e meio ambiente se intensificaram no Jornal, firmando a posição a favor da continuação do desenvolvimento industrial e na busca de soluções para a poluição e questões ambientais desde que não intervissem no progresso.<sup>17</sup>

Ainda em 1968, reuniu-se um grupo informal de 30 pessoas de diferentes países, entre eles, economistas, cientistas, educadores e industriais, na cidade de Roma, formando, assim, o chamado Clube de Roma (McCORMICK, 1992, p. 86). No período de dois anos, o Clube contava com 75 membros de 25 países, e ambicionava

incentivar a compreensão dos componentes econômicos, políticos, culturais e sociais interdependentes do “sistema global” e encorajar a adoção de novas atitudes, políticas e instituições capazes de minorar os problemas. A degradação ambiental era justamente um desses problemas. Os outros incluíam a expansão urbana, a perda de fé nas instituições, rejeição dos valores tradicionais e deterioração econômica, todos os quais o Clube via como de tal complexidade que extrapolavam a competência das instituições e políticas tradicionais. (McCORMICK, 1992, p. 86)

O Clube publicou, em 1972, o livro *The Limits to Growth*, enunciando uma grave crise ambiental exponencial que seria provocada pelo esgotamento dos recursos naturais, poluição e carência de alimentos, principalmente diante do crescimento populacional. A visão expressada no livro era, principalmente, de que seria necessária uma mudança radical quanto aos recursos naturais finitos, diminuição no uso de agroquímicos, redução de dejetos industriais, crescimento populacional, entre outros (McCORMICK, 1992, p. 89). *The Limits to Growth* recebeu diversas críticas, especialmente por ser considerado como uma publicação baseada na “síndrome do apocalipse”, na qual desconsiderava a capacidade humana para se adaptar política e socialmente às questões ambientais emergentes e de crescimento populacional (McCORMICK, 1992, p. 91). Por outro lado, a visão, considerada apocalíptica dos enunciados do livro, chamou atenção de outras pessoas, que apoiaram a publicação do Clube, contribuindo para a reflexão da sociedade sobre as questões ambientais, que era uma de suas metas.

No mesmo ano, foi realizada a chamada Conferência das Nações Unidas para o Meio Ambiente Humano, ou Conferência de Estocolmo, como ficou conhecida, obtendo grande alcance internacional. A Conferência ocorreu em junho de 1972 com a presença de 113 países e procurou

<sup>16</sup> JORNAL DO BRASIL. *Poluição no vizinho*. 1º caderno. 25/02/1972, p. 6.

JORNAL DO BRASIL. *Política econômica internacional*. Mário Gibson Barboza. Revista Econômica. 31/05/1972, p. 184.

<sup>17</sup> JORNAL DO BRASIL. *Poluição e Progresso*. 1º caderno. 19/05/1972, p. 4.

encontrar caminhos que solucionassem problemas ambientais associados como ameaça à vida humana. O debate reforçou a visão de um “meio ambiente humano”, que relacionava natureza e humanidade de forma íntegra (McCORMICK, 1992, p. 106). A conferência foi importante para o movimento ambientalista no mundo e apresentou resultados significativos:

Em primeiro lugar, a conferência confirmou a tendência em direção a uma nova ênfase sobre o meio ambiente humano. O Novo Ambientalismo evoluiu para termos que eram politicamente mais aceitáveis, encorajando mais governos nacionais a fazer do meio ambiente uma questão de política. / Em segundo, Estocolmo forçou um compromisso entre as diferentes percepções sobre o meio ambiente defendidas pelos países mais e menos desenvolvidos. / Em terceiro lugar, a presença de muitas ONGs na conferência - e o papel que tiveram - marcou o começo de um papel novo e mais persistente para as ONGs no trabalho dos governos e das organizações intergovernamentais. / Finalmente, o produto tangível de Estocolmo foi a criação do Programa de Meio Ambiente das Nações Unidas. Este tinha limitações e deficiências, mas foi provavelmente a melhor forma institucional possível naquelas circunstâncias (McCORMICK, 1992, p. 111)

A Conferência de Estocolmo foi decisiva para principiar um gerenciamento político para questões ambientais emergentes e tornou visíveis problemas ambientais decorrentes da ação humana em nível global (LEIS, D'AMATO, 1998, p. 45).

O Brasil foi um dos 113 países que participou da Conferência, sendo o evento muito noticiado nos veículos de comunicação. Nesse período, o debate ambiental já se expressava em muitos países, impulsionando o surgimento de movimentos ambientalistas, para os quais a reunião de Estocolmo, com alcance internacional, contribuiu. No ano da Conferência, em que o Brasil vivia um momento de repressão da ditadura civil-militar e se empenhava para o progresso tecnológico e industrial de modernização, o governo federal brasileiro foi, de certa maneira, pressionado pelas significativas mobilizações das pautas ambientais a criar instituições nacionais de meio ambiente. Como consequência, foi criado em 1973 “um pequeno departamento federal do meio ambiente, em grande parte como resposta à Conferência de Estocolmo” (PÁDUA, 2012, p. 13).

É nesse cenário que surge a crítica ecológica ou ecologia política. Segundo Carvalho, “ao levar a problemática ambiental para a esfera pública, o ecologismo confere ao ideário ambiental uma dimensão política” (CARVALHO, 2001, p. 57). Inclusive, foi no ano de 1970, na comemoração do Dia da Terra, que surgiu a frase “era da ecologia” como “uma esperança sombria de que a ciência ecológica ofereceria nada menos que um plano para a sobrevivência planetária” (WORSTER, 1985, p. 340). Segundo Lago e Pádua (2017), “a política ecologista, portanto, não se preocupa apenas em garantir a sobrevivência da espécie humana, mas sim em garantir essa sobrevivência pela construção de formas sociais e culturais que permitam a existência de uma sociedade não opressiva, igualitária, fraterna e libertária” (LAGO, PÁDUA, 2017, p. 25).

O momento era marcado pelo surgimento sucessivo de movimentos com viés ecológico ambientalista. Em 1971 temos a criação do denominado *Greenpeace*, uma ONG com caráter ecológico no Canadá que teve seus primeiros protestos mobilizados contra os testes nucleares e

posteriormente contra a caça de baleias. Inclusive, a questão nuclear era um assunto muito debatido entre os ambientalistas estadunidenses, britânicos, suíços, e de outros países; muitos grupos protestaram a favor do fechamento das usinas ou cancelamento da montagem delas. O *Greenpeace* ganhou atenção e associados de outros países, obtendo um alcance internacional enorme, estimulando assim a formação de grupos ambientais em diversos países do mundo. Como vemos, a Conferência de Estocolmo foi impulsionadora no fortalecimento do *Greenpeace* e de outras ONGs, visto que muitas delas puderam participar da conferência (ELSEVIER, 2004, p. 234).

Ocorre que, num pensamento ecologista, os danos ambientais causados pela agricultura industrial atingem não só os animais e a geografia física, mas também a espécie humana, prejudicando a produção alimentar, a saúde do indivíduo pelo contato e ingestão de produtos químicos tóxicos e a dinâmica camponesa no modo de produção, diversidade agrícola e economia rural. No Brasil, na década de 1970, essa perspectiva foi crescendo e criando debates importantes nas universidades, instituições de pesquisa e de trabalhos relacionados à produção agrícola camponesa, principalmente entre as ciências agrárias. A concepção ecológica que emergiu em meio aos movimentos de contracultura e ambientalista foi a base para ações de contraposição à política agrícola dos agrotóxicos.

Muitas críticas foram feitas à agricultura convencional<sup>18</sup> pelos que se entendiam como ecologistas e por grupos ambientalistas, diante dos problemas que a mesma traria para a sociedade e para o meio ambiente, sendo alguns deles: a) alteração na relação humano-natureza – na medida em que o processo sintético, químico e de grande escala de produção foge ao natural, fazendo com que o ser humano se esquive da dinâmica da natureza; b) poluição e envenenamento dos recursos naturais e dos alimentos – recursos naturais como solo, água e ar; c) perda da biodiversidade com a implementação de um sistema monocultor; d) destruição do solo – devido ao alto índice de substâncias químicas incorporadas ao solo e da monocultura; e) assoreamento de rios e desmatamento; f) desigual distribuição de terra para a população; g) enfermidades como câncer, osteonecrose, cegueira, imunodepressores, entre outras (VALENÇA, 2016, p. 12). Isso posto, era essencial para os ecologistas, ambientalistas, engenheiros agrônomos, biólogos e todos aqueles que se conscientizavam dos princípios da ecologia, que propostas eficazes como alternativas ao modelo produtivo químico-industrial fossem circuladas, conscientizadas e aplicadas na sociedade.

A década de 1960 e 1970 foi um período que marcou a difusão dos debates, pelos ambientalistas, em busca de soluções frente aos descontentamentos referentes às transformações da natureza nos anos anteriores, de forma geral. Na esfera da produção de alimentos, se fortaleceu, em diferentes países, como veremos, a chamada agricultura alternativa<sup>19</sup>, que se propunha como saída

---

<sup>18</sup> Chamamos de agricultura convencional a prática que se insere nos moldes da Revolução Verde. Este termo passou a ser utilizado por ter sido o método agrícola dominante em inúmeros países.

<sup>19</sup> No Brasil, a agricultura alternativa se difundiu na década de 1970.

ou possibilidade de outras formas de produção, que não as da Revolução Verde. Dessa maneira, se faz necessário compreender o surgimento e a adoção dessa prática alternativa de produção agrícola.

Como mencionado, o movimento da agricultura alternativa emergiu entre a década de 1960 e 1970, entretanto foi embasado por estudos que começaram a surgir no início do século XX. Tais estudos não nasceram como uma reação à “Revolução Verde”, como podemos perceber pelas datas de surgimento a seguir; eles são uma oposição às teorias que raíram na passagem do século XIX para o século XX, referentes à introdução da prática de adubação química na agricultura, criada por Justus von Liebig<sup>20</sup> (EHLERS, 1994, p. 232). Foi diante da dispersão e implementação do trabalho de Liebig, que surgiu o que Eduardo Ehlers chamou de “movimentos rebeldes”. Esses movimentos despontaram como resistência à utilização dos produtos que iriam compor mais tarde os pacotes tecnológicos da Revolução Verde e sugeriam formas alternativas de produzir sem aplicação de fertilizantes químicos, ou seja, a busca por uma agricultura com uso de materiais orgânicos (EHLERS, 1994, p. 232).

O autor aponta as vertentes dos chamados “movimentos rebeldes”, as quais seriam: a agricultura biodinâmica, desenvolvida por Rudolf Steiner em 1924 na Alemanha; agricultura orgânica, por Albert Howard em 1925 na Inglaterra; agricultura biológica, por Hans Peter Muller em 1930 na França; e agricultura natural, por Mokiti Okada em 1935 no Japão (EHLERS, 1994, p. 232). Cada uma dessas correntes tinha suas especificidades, nas quais iremos destacar os pontos principais de cada uma para que possamos compreender melhor suas distinções.

A agricultura biodinâmica foi criada pelo filósofo Rudolf Steiner, que se baseou na Antroposofia<sup>21</sup> para desenvolver soluções práticas a fim de melhorar a qualidade do solo. Assim, a biodinâmica teve seu foco direcionado em desenvolver “preparados biodinâmicos” elaborados com substâncias, vegetais, minerais e animais para resgatar a fertilidade da terra, sendo o solo a grande chave para uma agricultura produtiva sem agroquímicos e a propriedade agrícola compreendida como um organismo (EHLERS, 1994, p. 234-235).

A agricultura orgânica nasceu com base nos estudos de Albert Howard e, também, focou na recomposição da fertilidade do solo, sendo esse estimulado por compostagem e adubação orgânica. Nesse tipo de técnica agrícola é extremamente proibido qualquer tipo de fertilizante ou composto sintético. De todas as vertentes, foi a que ficou mais conhecida devido à sua popularização nos Estados Unidos protagonizada por Jerome Rodale, que passou a praticar os ensinamentos de Howard na Pensilvânia, a partir da década de 1940, e a divulgar seus resultados na revista *Organic*

---

<sup>20</sup> Justus von Liebig foi um químico alemão, do século XIX, que defendeu que a incorporação de substâncias químicas no solo produziria um aumento significativo na produção agrícola. Foi considerado o maior precursor da agroquímica e desprezava o papel da matéria orgânica no nutrimento das plantas e na produção agrícola. Um de seus principais opositores foi Louis Pasteur, que, no campo da microbiologia, comprovou que a nutrição das plantas se dava essencialmente por ações dos microrganismos no solo que, por sua vez, se nutriam de matéria orgânica (EHLERS, 1999, p. 24).

<sup>21</sup> Segundo Ehlers, “a ciência espiritual antroposófica ou antroposofia é um movimento filosófico com manifestações em diferentes campos, tais como a pedagogia, a medicina, a farmacologia e a agricultura.” (EHLERS, 1999, p. 50)



*Gardening and Farm*, lançada pela empresa de sua família, a *Rodale Press*. Ehlers informa que a partir do surgimento do novo ambientalismo na década de 1960 e sua grande publicidade, a população americana consumidora passou a se preocupar com a nutrição dos alimentos e a desejar alimentos livres de agroquímicos, adquirindo, assim, conhecimento sobre a produção orgânica divulgada pela revista da família Rodale. O autor também menciona que o valor comercial da agricultura orgânica foi agregado no final da década de 1970, quando foram criados em três Estados estadunidenses leis que estabeleciam os pré-requisitos necessários para que os alimentos pudessem ser regulamentados, rotulados e comercializados como orgânicos, a fim de garantir a procedência orgânica da produção (EHLERS, 1994, p. 236 - 239). A agricultura orgânica se fortaleceu em inúmeros países do mundo e se tornou a principal vertente de agricultura alternativa produzida e conhecida mundialmente, principalmente pelo seu valor econômico e de comercialização nos circuitos de mercado.

A agricultura biológica surgiu na França, no início da década de 1930, denominada como modelo “organo-biológico” e se preocupava com a autonomia dos agricultores e com os meios de comercialização que deveria ser direto aos consumidores. Ela foi mais difundida na década de 1960 e se tornou bem popular entre os movimentos ecológicos, que consideravam que era uma prática agrícola que abarcava algumas de suas aspirações, como a preocupação ambiental, alimentos livre de químicos e desenvolvimento de fontes de energias renováveis (EHLERS, 1999, p. 240). Além disso, se diferenciava de outras práticas por não considerar importante, por exemplo, a associação com a agropecuária. Na França, a agricultura biológica passou a ter o mesmo significado de agricultura alternativa, de forma geral. Já na década de 1970, a agricultura biológica passou a ser associada com o trabalho do engenheiro agrônomo Claude Aubert, que também evidenciou a importância da saúde dos solos para uma agricultura saudável e de qualidade. Aubert realizou muitos trabalhos científicos e técnicos com essa prática agrícola, sendo reconhecido como o “pai da agricultura biológica” (EHLERS, 1999, p. 242). O agrônomo se baseava na teoria da Trofobiose, desenvolvida por Francis Chaboussou, que compreendia que os problemas das lavouras estavam associados aos desequilíbrios nutricionais das plantas, e que o número de predadores e parasitas (pragas) aumentam com o uso de agrotóxicos pelo fato destes causarem desequilíbrios no metabolismo das vegetações (EHLERS, 1999, p. 243).

A agricultura natural, criada no Japão, teve sua base na filosofia, bem como a biodinâmica. Mokiti Okada, que era um empresário bem-sucedido, se dedicou a estudar a filosofia que tinha como fundamento a purificação do espírito por meio das artes e a purificação do corpo por meio dos alimentos que deveriam ser produzidos sem produtos químicos. Assim, se dedicou à agricultura que foi denominada natural. Esta deveria ter a mínima intervenção humana, ou seja, se fazia a compostagem estritamente vegetal e utilização de microrganismos para ajudar nos processos de decomposição quando necessário. Apesar de se assemelhar à agricultura orgânica, além da diferença

geográfica de origem, se diferenciavam, principalmente, pelo fato de a agricultura natural não executar a rotação de culturas e nem utilizar nenhum tipo de compostos animais, mesmo que estivesse dentro do mesmo espaço de produção (EHLERS, 1994, p. 244 - 147).

Embora houvesse diferenciações práticas e científicas em cada uma dessas vertentes, pode-se dizer que todos esses estudiosos defendiam uma maneira de cultivo que valorizaria a biodiversidade, utilizaria de adubação orgânica e se opunha ao uso de agroquímicos. Foram estes estudos dos “movimentos rebeldes”, reconhecidos por seus métodos “alternativos”, que serviram de alicerce para o que se chamou de agricultura alternativa e que se fortaleceu na década de 1970.

Muitos nomes surgiram para um mesmo propósito; isso demonstra que existia certa preocupação com a dispersão da ideia de uma agricultura produzida sem elementos químicos. Porém, segundo José Eli da Veiga, essas propostas agrícolas alternativas não foram amplamente propagadas, ou seja, “ficaram confinadas em pequenos guetos enquanto a opção mecânico-química permitia que grande parte da população alcançasse, pela primeira vez na história da humanidade, uma real (in)segurança alimentar” (VEIGA, 1994, p. 21). Isso nos mostra que, embora houvesse esses estudos e práticas agrícolas alternativas dos “movimentos rebeldes” em oposição à agricultura química, o alcance inicial foi pequeno e a agricultura industrial se propagou mais efetivamente, se fortalecendo e se tornando hegemônica, como uso convencional.

Nos primeiros anos da década de 1970, avolumaram-se alguns grupos insatisfeitos com o modelo produtivo agrícola proposto pela Revolução Verde. Iniciou-se o movimento da agricultura alternativa que abarcava todas as vertentes mencionadas anteriormente. Esse movimento foi influenciado pelo livro de Carson, pelos movimentos ambientalistas, pelos movimentos da contracultura, dentre outros trabalhos e movimentos da época que não se limitavam apenas à agricultura, mas que criticavam o desenvolvimento do industrialismo e os padrões da vida moderna<sup>22</sup> (EHLERS, 1994, p. 251). Ele foi se fortalecendo, principalmente nos campos da agronomia e biologia, e tornando públicos os malefícios que o pacote tecnológico da agricultura convencional provoca ao meio ambiente, à saúde do indivíduo, entre outros. O movimento cresceu em âmbito internacional e, como consequência, foi fundada em 1972, na França, a *International Federation on Organic Agriculture Movement* (IFOAM) com objetivo de fortalecer a agricultura alternativa e orgânica. A IFOAM foi a primeira organização internacional de referência para a circulação de informações técnicas, de produção, científica, de certificação, entre outras (EHLERS, 1994, p. 252-253).

Na formação da IFOAM e nos debates posteriores, não só estava representada a agricultura orgânica, mas também outras vertentes, como a biodinâmica (PAULL, 2010, p. 96). A agricultura

---

<sup>22</sup> Destaca-se os trabalhos de Paul Ehrlich, *The Population Bomb*, em 1966; de Garret Hardin, *Tragedy of the Commons*, em 1968; do já mencionado Clube de Roma, *The Limits to Growth*, em 1972; de Edward Goldsmith, *A Blueprint for Survival* em *The Ecologist*, em 1972; de Ernest Frederick Schumacker, *Small is Beautiful*, em 1973 (EHLERS, 1994, p. 250).

alternativa seria uma espécie de “guarda-chuva” que abarcava todas as agriculturas que buscam uma produção isenta de agroquímicos e métodos industriais, mesmo que utilizassem de técnicas produtivas diferentes, como já mencionado anteriormente. Em 1975, a IFOAM contava com 50 membros que representavam 17 países, e “a primeira conferência parece ter sido o rumo a uma agricultura sustentável” (PAULL, 2010, p. 6). De fato, a IFOAM foi importante para disseminação da agricultura orgânica e outras técnicas produtivas que se encaixavam dentro da ideia de agricultura alternativa em todo o mundo.

É nesse cenário que surgiu também a agroecologia, porém, diferente das agriculturas alternativas, que foram criadas a partir de experiências de práticas agrícolas, a agroecologia nasceu como uma ciência. A primeira publicação utilizando o termo agroecologia foi feita pelo agrônomo russo Basil Bensin, em 1928, na qual a agroecologia se definia como a aplicação da ecologia na agricultura. O mesmo autor, Bensin, também realizou outras publicações abordando a agroecologia como uma ciência da agricultura (WEZEL, SOLDAT, 2009, p. 9). Posteriormente, o agrônomo americano Klages, em 1942, escreveu um livro intitulado *Ecological Crop Geography*, e, apesar de não utilizar o termo “agroecologia”, ele “tratou da distribuição de plantas cultivadas em bases fisiológicas e analisou os fatores ecológicos, tecnológicos, socioeconômicos e históricos que influenciaram sua produção (WEZEL & SOLDAT, 2009, p. 9). Ehlers aponta que esse trabalho também serviu de base para a construção na definição da agroecologia posteriormente e que boa parte do desenvolvimento da agroecologia pode ser concedida a Klages (EHLERS, 1999, p. 71).

O primeiro livro intitulado *Agroecologia (Agrarökologie)* foi publicado em 1965, pelo ecologista e zoólogo alemão Tischler, na qual sua “abordagem combinava ecologia (interações entre componentes biológicos em nível de campo, ou agroecossistema) e agronomia (integração do manejo agrícola)” (WEZEL, SOLDAT, 2009, p. 9). A obra de Tischler foi muito mobilizada nos trabalhos de desenvolvimento de pesquisa em agroecologia e agriculturas de base ecológica e se assemelhava ao de Bensin.

Em 1978, início do período considerado de expansão da agroecologia por Wezel e Soldat, outro livro foi publicado com o título *Agroecologia*. O autor é o ambientalista, zoólogo, botânico brasileiro Augusto Ruschi, que foi professor titular de botânica do Museu Nacional no Rio de Janeiro. Em seu livro, Ruschi aborda questões sobre produção agrícola e sobre preservação da floresta e da fauna (RUSCHI, 1978).

Para Ruschi, a agroecologia

trata, pois, do estudo ecológico das plantas agrícolas e dos agroecossistemas, que são constituídos, de espécies botânicas de interesse para a economia humana, sejam elas para sua alimentação ou para alimentação dos animais domésticos e para fins industriais, com aplicações as mais diversas nos ramos da medicina, da silvicultura, horticultura, fruticultura, paisagismo, urbanismo etc. Entre as plantas utilizadas pelo homem, destacam-se as de cultura permanentes, anuais e temporárias, constituídas de árvores, arbustos e ervas, num ciclo equilibrado de colheita e renovação. O cultivo das plantas em agroecossistemas pode ser feito em espécies

associadas ou em consorciações, sendo estas as mais empregadas. (RUSCHI, 1978, p. 16)

Ainda nessa definição de Ruschi, vemos que a agroecologia é compreendida como a aplicação do estudo da ecologia na agricultura, não incluindo as dimensões sociais, econômicas, culturais, éticas, políticas etc.

Foi na década de 1980 que surgiram novas perspectivas para a agroecologia, mais semelhantes do que conhecemos na atualidade, com os trabalhos de Miguel Altieri e Stephen Gliessman. Segundo Susanna Hecht, o pensamento agroecológico foi influenciado por 4 áreas, sendo: as ciências agrícolas ou Ecologia Agrícola; o ambientalismo das décadas de 1960 e 1970; os estudos sobre o desenvolvimento agrícola e os estudos sobre os sistemas tradicionais de produção indígena e camponesa (HECHT, 2002, p. 31). A agroecologia se diferenciou das agriculturas alternativas não só pelo seu surgimento como uma ciência para a produção de agriculturas de base ecológica, mas por ter uma dimensão mais ampla que considera os processos sociais, ambientais, tecnológicos, políticos e econômicos, que tornam os agricultores agentes ativos na produção e disseminação do conhecimento, valorizando a cultura e o saber rural, diferenciando das agriculturas alternativas mais tecnicistas (LUZZI, 2007, p. 18). A agroecologia se firmou ao longo do tempo em três sentidos: como as bases científicas para uma agricultura sustentável; como uma prática social com base na teoria agroecológica e como movimento social (PETERSEN, 2012, p. 7).

Podemos concluir que as insatisfações com os padrões modernos estabelecidos pelo desenvolvimento industrial, a partir da segunda metade do século XX, se traduziram nas manifestações dos movimentos de contracultura em diversas esferas. Entre eles surgiram os movimentos ambientalistas na década de 1960, que compreendiam que algumas ações desenvolvimentistas causavam degradação ambiental, como a criação de armas nucleares e a modernização agrícola, e ameaçavam a própria sobrevivência humana. Uma das questões levantadas pelos ambientalistas, que se manifestavam de maneira mais ativista nesse período, foi a implementação de agriculturas alternativas nas lavouras agrícolas em substituição ao modelo químico-industrial que se tornou hegemônico a partir das políticas públicas implementadas em diversos países com a Revolução Verde. Assim, fortaleceu-se o movimento das agriculturas alternativas que incluíam diversas vertentes com diferenciadas práticas agrícolas, bem como a aplicação do conhecimento científico da ecologia nos ecossistemas agrícolas que se configurou na agroecologia. Ao longo do tempo, esta ampliou suas dimensões para além de uma base científica para a agricultura ecológica, se tornando uma prática agrícola e movimento social, que inclui processos éticos, sociais, ambientais, políticos e econômicos no desenvolvimento agrícola.

## CAPÍTULO 2 – “OS UTOPISTAS ESTÃO CHEGANDO”

### 2.1 Os movimentos alternativos brasileiros

O ambientalismo brasileiro se desenvolveu concomitantemente aos movimentos internacionais, porém com alguns pontos específicos e influências. José Augusto Pádua divide-o em quatro períodos: de 1822 a 1930, sendo um ambientalismo que se concentrava em uma crítica intelectual; de 1930 a 1970, quando se restringiu à comunidade de cientistas naturais, com algumas iniciativas institucionais e jurídicas, nas quais se inseriam as perspectivas de conservacionistas e preservacionistas; de 1970 a 1990, que seria o momento oficial do surgimento do movimento ambientalista confrontando a esfera pública; e de 1990 até o atual momento que se refere a uma “virada ambiental” da sociedade e a um ambientalismo que se tornou mais profissional (PÁDUA, 2012).

De maneira comparativa, podemos considerar que, na década de 1970, ocorre o mesmo que sucedeu no movimento estadunidense, em que houve a transformação de um movimento que era voltado para a preservação e conservação da fauna e da flora, muito centrado no meio ambiente, para um movimento mais politizado, no qual se incluíam os seres humanos e sua relação com a natureza.

Iremos nos concentrar no momento de surgimento do movimento ambientalista mais politizado, considerado por Pádua o período correspondente de 1970 até 1990, para compreender o cenário de discussões sobre o meio ambiente na formação do movimento agroecológico do Rio de Janeiro. Cabe ressaltar que o ambientalismo brasileiro nesse momento sofria influências internacionais e, também, internas, sob o prisma especialmente do conservacionismo; uma herança dos debates das décadas anteriores. Um exemplo foi a Fundação Brasileira para Conservação da Natureza (FBCN)<sup>23</sup>, criada em 1958 no Rio de Janeiro (FRANCO, DRUMMOND, 2009, p. 61).

A perspectiva da existência de influência externa também é compartilhada por Eduardo Viola, pois compreende que o processo de formação do movimento ecológico brasileiro é procedente de uma conjuntura internacional. Viola esmiuça o momento do ambientalismo brasileiro entre as décadas de 1970 e 1990, dividindo-as em 3 fases:

A primeira, de 1974 a 1981, momento em que ocorreram denúncias e iniciativas de degradação ambiental nas cidades e o surgimento de comunidades alternativas;  
A segunda, de 1982 a 1985, onde há uma experiência de politização progressiva e de institucionalização dos movimentos;

<sup>23</sup> A FBCN é uma ONG ambientalista, criada em 1958, com sede no Museu Nacional e que tinha a figura do Curupira como símbolo, personificando uma entidade de proteção às florestas e contrastando a imagem do saci-pererê, que representaria a malandragem. (JORNAL DO BRASIL. Panorama das artes. 28/07/1967. Caderno B. p. 7). O intuito era de promover, recomendar e realizar uma ação nacional no sentido de preservar os recursos naturais renováveis e não-renováveis do país, em especial a vegetação, a flora, as populações de animais, a fauna, as águas, o solo, as paisagens e os monumentos naturais. (JORNAL DO BRASIL. Fundação para Conservação da Natureza. 31/08/1958. 2º caderno, p. 8)

E a terceira, a partir de 1986, quando houve a criação do Partido Verde, que é considerado como marco na redefinição da ideia de Ecologia Política no Brasil pelo autor. (VIOLA, 1992 *apud* RÜCKERT, 2015, p.15)

O ambientalismo brasileiro também foi inspirado pelo movimento da contracultura. Este, assim como em outros países, se centrava mais nas questões comportamentais da sociedade, como o nível de consumo e os estilos de vida adotados nos parâmetros da industrialização e urbanização, a alimentação orgânica e a consciência sobre a saúde, entre outros temas (PÁDUA, 2012, p. 11). Como já dito anteriormente, a contracultura desafiava o padrão de vida e de pensamento moderno, e visava um movimento alternativo, um contraponto aos segmentos que se estabeleciam como normativos ou convencionais. No Brasil, um grande representante que caracterizou, de certa forma, a contracultura foram os Tropicalistas<sup>24</sup> que se expressaram, principalmente, por meio da música e da arte.

Esse foi um momento em que surgiram movimentos espirituais plurais, artísticos e comunidades alternativas rurais, nas quais se prezava uma harmonia entre pessoas e natureza (PÁDUA, 2012, p. 11). É preciso reter que liberdade de expressão, de religião, de manifestação artística, alimentar, sexual, entre outras, eram perspectivas muito almeçadas em um contexto de ditadura civil-militar. Alguns grupos dos movimentos da contracultura supervalorizavam também os conhecimentos e culturas orientais, como a yoga, alimentação macrobiótica e meditação, como é possível identificar no grupo ambientalista que se formou no Rio de Janeiro no final da década de 1970 e início de 1980<sup>25</sup>. Para termos uma ideia, a Índia se tornou uma das principais rotas entre os jovens de diferentes países que faziam parte do movimento contracultural durante a década de 1960 e 1970, inclusive brasileiros (KAMINSKI, 2019, p. 24).

Podemos ver a influência da contracultura norte-americana e europeia no Brasil por meio dos periódicos. O *Jornal do Brasil*, periódico que usamos como fonte em nossa pesquisa, foi criado em 1891 e atravessou muitas fases durante todo esse período. Em seu início, apesar de ser considerado conservador e de apoio aos poderes públicos (1894 a 1919), tinha um caráter popular, noticiando queixas e reclamações da população mais empobrecida. Em muitas de suas fases o *Jornal do Brasil* se posicionou politicamente de forma neutra ou discreta, a fim de não se indispor e sofrer represálias dos governos vigentes.<sup>26</sup> A partir da década de 1950 o *Jornal* passou por uma série de reformas, no sentido de profissionalização em cada um de seus setores – estrutura, distribuição, imagem – e foi um dos exemplos importantes na década de 1960 com a nova forma de abordar as

---

<sup>24</sup> O Tropicalismo foi uma grande manifestação na indústria cultural e na mídia brasileira. Foi considerado um contraponto referente ao comportamento, política ideológica, aos padrões estéticos e outras esferas que a contracultura incorporou. O Tropicalismo ficou conhecido como uma das faces da contracultura brasileira na música, no teatro, no cinema e nas artes plásticas em sua implosão político-cultural (NAPOLITANO, VILLAÇA, 1998, p. 4).

<sup>25</sup> JORNAL DO BRASIL. *Naturalistas creem que alimentos naturais são a salvação da humanidade*. 11/08/1980. 1º caderno. p. 8.

<sup>26</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.CPDOC.

notícias, passando de elemento de doutrinação, moderação, boletim de anúncios, para a intenção de dar mais informações. Com isso, passou a ocupar uma posição de destaque na imprensa carioca (LUCA 2008, p. 138). Em 1959, o Jornal criou o Caderno B, com a intenção de abordar questões culturais nacionais e internacionais. Assim, comunicava assuntos sobre arte, música, teatro, literatura e comportamento cotidiano, principalmente do Rio de Janeiro. Um dos diferenciais desse Caderno é que havia colaboração de diversas pessoas entre jornalistas, escritores e intelectuais, e se constituiu como um caderno cultural de muita qualidade (FERREIRA, 2008, p. 2). As matérias do Jornal do Brasil que são analisadas na nossa pesquisa, se encontram, majoritariamente, no Caderno B, no qual, de certa maneira, havia maior liberdade para assuntos relacionados à cultura.

Apesar da reforma, o Jornal manteve seu caráter católico, liberal-conservador, constitucional e defensor da iniciativa privada. No início da década de 1960, o Jornal se posicionou a favor da reforma agrária, pois acreditava ser necessário “reformular o sistema fundiário improdutivo e antieconômico”<sup>27</sup>, e era a favor de uma reforma na legislação trabalhista dos produtores rurais. Nota-se que o Jornal tinha posições progressistas, entre as quais podemos considerar também as relacionadas ao movimento ecológico, e, também, posições ortodoxas, principalmente em termos da política econômica. Nosso recorte temporal se insere no período de ditadura civil-militar, sendo assim, é importante destacar que o *Jornal do Brasil* apoiou, inicialmente, o governo Castelo Branco e começou a mudar seu posicionamento a partir do Ato Institucional nº 5 (AI-5), sob o governo de Costa e Silva. No governo de Médici, o Jornal se manteve numa posição mais neutra, menos comprometida, porém, “mesmo nos momentos de mais intensa repressão, foram mantidas certas janelas de oposição forte ao regime. Essa era uma forma de o jornal manifestar sua fidelidade às suas origens liberais”<sup>28</sup>. A partir de 1974, o clima de abertura política permitiu que o Jornal se manifestasse de forma mais crítica, assim, por exemplo, criticou claramente o acordo nuclear com a Alemanha e a instalação de usinas nucleares no país. Esse exemplo se associa com o posicionamento dos nossos atores do movimento agroecológico no Rio de Janeiro que protestaram contra as usinas nas suas páginas. Enfim, com o processo de abertura política, o Jornal teve maior liberdade para expressar suas contraposições frente a assuntos como da contracultura, agricultura, agrotóxicos, ecologia, e movimentos ambientalistas.

Sobre a contracultura no Brasil, o *Jornal do Brasil*, em 1969, publicou o artigo “Hippies: a utopia da década de 60”, que tratava da formação de algumas comunidades hippies pelo território dos Estados Unidos, sob o prisma do historiador Theodore Roszak<sup>29</sup>. A matéria enunciou que “toda

---

<sup>27</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.CPDOC.

<sup>28</sup> FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.CPDOC.

<sup>29</sup> Theodore Roszak foi um historiador, professor da California State University, e o primeiro a usar o termo e definir a Contracultura em seu texto *The Making of a Counter-Culture*, em 1969 e traduzido e publicado no Brasil em 1972 (KAMINSKI, 2019, p. 9).

a população norte-americana abaixo dos 30 anos já foi afetada pelo que ele chamou de contracultura<sup>30</sup>. Também menciona o Festival de *Woodstock*, que reuniu cerca de 400 mil jovens e foi muito marcado pela música, principalmente de Janis Joplin, Jimmy Hendrix, entre outros. A música e a arte são os pontos mais marcantes desses movimentos contraculturais, seja na Europa, América do Norte ou América Latina.

Na década de 1970 e 1980, as matérias do *Jornal do Brasil* que tratam do movimento da contracultura são numerosas<sup>31</sup>. Muitas delas trazem atualizações e discussões sobre a contracultura estadunidense, majoritariamente, e algumas delas referem-se a Londres ou ao movimento em Paris. Segundo Kaminski,

a contracultura ficou associada aos Estados Unidos por sua importância na referência capitalista na geopolítica do pós-guerra. Seu estilo de vida hegemônico, o *American way of life*, era exportado junto com seus produtos industriais e culturais. O movimento heterogêneo denominado lá de contracultura ganhou grande repercussão internacional. Portanto, foi uma fonte do imaginário contracultural. (KAMINSKI, 2019, p. 26)

As matérias encontradas no *Jornal do Brasil* sob recorte da contracultura abordam, predominantemente, as ações dos movimentos estadunidenses e parisienses. Um número menor menciona o movimento brasileiro, sendo que algumas matérias discorrem de maneira comparativa com os movimentos estrangeiros, especialmente na esfera musical.

Adriana Santos menciona que os principais ativistas da esquerda política brasileira, que estavam exilados, retornaram ao Brasil no final da década de 1970 com experiências de movimentos sociais contraculturais europeus e estadunidenses, em relação à sexualidade, à música, ao meio ambiente, e outros (SANTOS, 2008, p. 60); certamente esse fato contribuiu para a influência de tendências estrangeiras no movimento contracultural brasileiro. Ou ainda podemos pensar que os movimentos serviam de inspiração uns aos outros pelo contato entre os jovens e acesso entre eles. Kaminski caracteriza o movimento como uma contracultura transnacional (KAMINSKI, 2019, p. 21). No início dos anos 70 a contracultura brasileira foi marcada pela música da MPB, com figuras como Tim Maia, Milton Nascimento, Secos e Molhados, Caetano Veloso, Gilberto Gil, entre outros<sup>32</sup>. A ideia dos “contraculturistas” era ter um olhar amplo para o mundo e para a sociedade, que ultrapassasse a geografia local. Ou seja, muitos jovens passaram a viver viajando, construindo comunidades coletivas, conhecendo novas cidades e países, rompendo com a ideia de estudar, trabalhar e viver em um só local, segundo os preceitos da modernidade industrial.

Como apontado anteriormente, a contracultura permeava diversos setores, e o meio ambiente foi um deles. Todo esse cenário de contestação aos padrões estabelecidos como ideais da vida

<sup>30</sup> JORNAL DO BRASIL. *Hippies: a utopia da década de 60*. 18/09/1969. 1º Caderno. p. 29.

<sup>31</sup> Apenas no Jornal do Brasil (RJ) há 231 ocorrências na década de 1970 e 324 ocorrências na década de 1980 com a seleção do termo “contracultura”.

<sup>32</sup> JORNAL DO BRASIL. *A Contracultura*. 10 e 11/02/1971. Caderno B. p. 7.



moderna-industrial também incluiu o questionamento para as questões agrárias, tanto de produção agrícola, quanto de ocupação da terra, implementado pela política da ditadura civil-militar. As pessoas adeptas ao movimento da contracultura discutiam os impactos que a industrialização traria para o aspecto social, econômico e ambiental da sociedade brasileira. Em meio a todas essas circunstâncias se construiu o movimento ambientalista brasileiro.

O livro de Carson, *Silent Spring*, que foi traduzido para a língua portuguesa e publicado em 1964, pela Editora Melhoramentos, repercutiu na mídia brasileira como denúncia do quão nocivo o DDT e outros inseticidas eram para a saúde humana e ambiental<sup>33</sup>. Carson dizia que o DDT poderia ser chamado de biocida, ou seja, um inseticida da guerra que destrói “pragas”, o solo, muitas vidas de animais no ecossistema, inclusive a dos seres humanos. Apesar das notícias sobre seu livro, foi com a Conferência de Estocolmo, em 1972, que a questão ambiental reverberou no Brasil impulsionando o movimento ambientalista na década de 1970.

A Conferência de junho de 1972 foi amplamente divulgada nos jornais antes mesmo da data de sua realização. Apenas no *Jornal do Brasil*, há 83 ocorrências mencionando a Conferência e as discussões em torno do que poderia ser tratado durante o encontro e posteriormente aos debates. As questões mais anunciadas no *Jornal do Brasil* foram referentes ao crescimento econômico, como já mencionado anteriormente, e sobre as indústrias nucleares. A preocupação central, antes da Conferência, era que as medidas de proteção à natureza não afetassem os objetivos do governo vigente em relação ao processo de industrialização.<sup>34</sup> A título de exemplo, em 19 de maio do ano da Conferência, uma matéria intitulada “Poluição e Progresso” diz que

Estará em debate, na Conferência de Estocolmo, a filosofia do combate à poluição. Salta aos olhos, desde já, que a preservação do meio ambiente não deve ser tentada à custa do desenvolvimento dos países mais atrasados. Seria ilógico, senão hipócrita, que as nações desenvolvidas de hoje responsáveis pelos índices de poluição, pretendessem postular semelhante atitude. O Brasil, que se fará representar na Conferência de Estocolmo, já firmou posição a respeito. O desenvolvimento é um direito de todos, sobretudo dos que se deixaram atrasar no acervo de conquistas econômicas e sociais. O progresso desses países terá de ser construído sem interrupções. Os objetivos de bem-estar e riqueza nacional podem conviver perfeitamente com um elenco de medidas acauteladoras da industrialização excessiva e da massificação urbana desordenada.<sup>35</sup>

Nesse trecho transparece o grande receio de diminuir o processo de industrialização no Brasil. O projeto político de modernização da ditadura militar temia um entrave pelas questões ambientais, pois o debate da Conferência de Estocolmo, as notícias de desastres químico-ambientais, o livro de Carson e as discussões mundiais referentes às questões ambientais haviam se avolumado intensamente. Ocorreu que, após a reunião da Conferência, diversos ativistas ambientais

<sup>33</sup> JORNAL DO BRASIL. *A humanidade está morrendo aos poucos*. 14/05/1965. Caderno B. p. 7.

<sup>34</sup> JORNAL DO BRASIL. *Strong adere à tese do Brasil sobre o ambiente*. 22/01/1972. 1º caderno. p. 3.

JORNAL DO BRASIL. Mário Gibson. *Política Econômica Internacional*. 31/03/1972. Revista Econômica. p. 184.

<sup>35</sup> JORNAL DO BRASIL. *Poluição e progresso*. 19/05/1972. 1º caderno. p. 7.

se mobilizaram mundialmente e, no Brasil, como já mencionamos, em 1973, foi criada a Secretaria Especial do Meio Ambiente (SEMA)<sup>36</sup>. Ambientalistas brasileiros passaram a se mobilizar mais contra o projeto de industrialização militar, e a formar, de fato, um grupo mais ativista na esfera política.

É preciso ter em vista que, na década de surgimento do movimento ambiental no Brasil, a natureza já passava por um longo processo de destruição, além disso, as questões ambientais não eram uma preocupação para os governos que tinham como prioridade o desenvolvimento econômico do país, abrindo as portas para empresas transnacionais a fim de gerar capital e emprego (McCORMICK, 1992; PÁDUA, 2012). Desde o período colonial o Brasil sofreu uma vasta destruição ambiental com a produção de açúcar, algodão, café, entre outras monoculturas, extração de ouro, diamantes, ocupação de terra com gado, desalojando as florestas tropicais, principalmente a Mata Atlântica (DEAN, 1995). Pós-Revolução Industrial, a necessidade de recursos naturais em materiais e energia aumentaram exorbitantemente, como alimentos, água, madeira, minérios etc. O carvão, então, se tornou a principal fonte de energia e de destruição de florestas no século XIX em diferentes países. No entanto, foi no século XX que a humanidade provocou mudanças ambientais em grande escala (McNEIL, 2014, p. 94).

O petróleo modificou a questão energética mundial e, além disso, outras fontes de energia fizeram parte da industrialização do século XX, como a nuclear e a hidrelétrica. Nenhuma delas podem ser consideradas energias renováveis e todas contribuem para a transformação massiva da natureza. Na agricultura, por exemplo, a mecanização e o petróleo contribuíram para a substituição de dezenas de braços humanos pelas máquinas, bem como para o bombeamento de água para irrigação e pulverização de agrotóxicos. Segundo McNeil,

A mecanização é apenas a mudança mais óbvia que a energia barata trouxe para a agricultura. O enorme uso de fertilizantes nitrogenados também dependia de energia barata. Cerca de 5 por cento do gás natural do mundo é dedicado à produção de fertilizantes. Muitos pesticidas usavam óleo como matéria-prima química. A irrigação também, especialmente quando envolvia bombear água de aquíferos, dependia de energia barata. Todas essas práticas da agricultura moderna tiveram profundos efeitos ecológicos, e todos eles precisavam de energia barata (McNEIL, 2014, p. 36). *Tradução Nossa.*

Cientes das enormes demandas da vida moderna à natureza, os ecologistas da década de 1970 propunham um sistema que não mirava apenas o ambiente, mas a relação entre humanidade e natureza. Segundo Viola, as propostas mais anunciadas entre eles eram:

Produção de energia flexível que trabalha com os ciclos do sol, da água e do vento;

---

<sup>36</sup> A Secretaria Especial do Meio Ambiente foi criada através do Decreto nº 73.030 em 30 de outubro de 1973 e era vinculada ao Ministério do Interior. A SEMA foi criada para ser responsável pela execução de ações de proteção ambiental no Brasil, sendo a primeira entidade brasileira de proteção ambiental incentivada pela Conferência de Estocolmo no ano anterior. A Secretaria desenvolveu projetos e ações que contribuíram para a construção da consciência ambiental no país, e foi base para o surgimento posterior do Ministério do Meio Ambiente (ARQUIVO NACIONAL, disponível em < <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/secretaria-especial-do-meio-ambiente-1973> > acesso em 28/10/2021 as 12:01h).

agricultura de regeneração que reabastece o solo e incorpora meios naturais de controle das pragas; fim da devastação das fontes de recursos naturais (renováveis e não-renováveis); parada do envenenamento da biosfera pelo descarregamento de lixo tóxico; drástico controle da poluição do ar efetuada pelas indústrias e meios de transporte; redução dos “níveis aceitáveis” de exposição radioativa (VIOLA, 1987, p.6).

O que não podemos esquecer é que o contexto político brasileiro era de repressão advinda da ditadura civil-militar. Sendo assim, diferente dos países europeus e dos EUA, que começaram seus movimentos contraculturais e ambientalistas na década de 1960, no Brasil, as manifestações, reivindicações e formação de grupos de protestos mais atuantes se expressaram com mais afinco em conjunto com o processo de redemocratização, em meados da década de 1970. Dito isso, é preciso ressaltar que, desde que não afrontassem o regime ditatorial em vigor a partir de 1964, poderiam existir associações e manifestações consideradas politicamente “neutras”.

O processo de redemocratização no período da ditadura civil-militar permitiu que muitas questões sociais fossem pautadas, o que levou à formação de grupos e protestos. Esse processo se iniciou com o mandato do General Ernesto Geisel, em 1974, quando algumas medidas de flexibilização foram adotadas, como o fim da censura dos meios de comunicação. Em vista disso, muitos setores da sociedade civil foram se fortalecendo coletivamente, discutindo pautas sociais, políticas, econômicas e agindo em conjunto na busca pelos seus direitos à cidadania, intensificando os movimentos sociais organizados (REIS, 2010, p. 224).

O processo de redemocratização deu abertura para que as reivindicações organizadas na esfera local se ampliassem para o âmbito nacional e, nesse sentido, se constituíram também os protestos referentes às questões relacionadas ao meio ambiente. Os movimentos ambientais não estiveram tão separados dos movimentos sociais, tanto no Brasil, quanto em outros países (McCORMICK, 1992). No Brasil, os problemas urbanos de miséria, saúde, emprego, custo de vida, as lutas estudantis, a luta pela terra e questões agrárias, as questões ambientais, a ameaça da energia nuclear e a alimentação contaminada por agrotóxicos, engrossavam o caldo desse cenário de contestações frente à brecha política depois de anos de repressão.

Pádua caracteriza a extração social do ambientalismo no Brasil, em seu momento inicial, como sendo dividido entre dois movimentos: um composto por uma classe média e urbana, e outro composto pela população mais pobre e, majoritariamente, rural, mas que também somava às manifestações urbanas (PÁDUA, 2012, p.12). Segundo o autor, o primeiro, de classe média, atuou na formação de grupos urbanos locais que tinham como objetivo a conscientização de problemas ambientais que também eram prejudiciais para o ser humano. A atuação desse grupo tendia à formação de redes e “os principais alvos foram a destruição de espaços verdes urbanos, poluição do ar e da água, especulação imobiliária, contaminação de alimentos, criação de usinas nucleares e destruição ambiental causada por projetos de infraestrutura” (PÁDUA 2012, p. 12).

O segundo movimento, das populações mais empobrecidas e rurais, seria daqueles que atuavam pela terra, por melhores condições de trabalho no campo e seriam aqueles que se manifestariam em consonância com alguns setores da Igreja Católica (PÁDUA, 2012). No início do ambientalismo da década de 1970, os movimentos tinham um alcance muito regional, assim, as lutas e conquistas eram bem localizadas e isso veio a se transformar na década de 1980.

Em meio a essas circunstâncias, cabe ressaltar a atuação política e social relevante da Igreja Católica, por meio das Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que contribuía para promover autonomia aos poderes locais, preferencialmente em locais de pobreza. No cenário de repressão dos anos de 1960 e 1970, as CEBs apoiaram movimentos sociais, sindicatos, associações, entre outros em busca de democracia e de igualdade. Por meio da criação das Comissões Pastorais da Terra (CTP), a Igreja buscou ajudar os trabalhadores e trabalhadoras rurais que sofriam as consequências da nova estrutura moderna agrícola, na qual muitos perdiam terras, sofriam exploração em seu trabalho, adoeciam e eram marginalizados socialmente. A ação da Pastoral foi criada com base na Teologia da Libertação, ou seja, a partir do pressuposto de que seria dever da Igreja atuar na esfera pública em benefício dos oprimidos pelo sistema político.<sup>37</sup> As CEBs, na década de 1980, impulsionaram e contribuíram para o nascimento do Movimento Sem Terra (MST), o qual visa promover a produção agroecológica e orgânica até os dias atuais.

#### A Comissão Pastoral da Terra, desde sua criação

serviu como base de sustentação simbólica (a partir de uma reinterpretação dos evangelhos baseada na justiça social e no direito ontológico dos indígenas e camponeses à terra) e material (formação política de camponeses e técnicos, fortalecimento das estruturas e logística nacional) para o fortalecimento de assembleias e grupos camponeses durante a ditadura (PINTO, 2021, p. 311)  
*Tradução nossa.*

As CEBs e as CPTs são exemplos de setores da Igreja Católica que lutaram a favor da redemocratização, pelo direito à terra, em defesa de pequenas comunidades agrícolas e responsáveis por debater as questões sociais e econômicas com a parte da sociedade urbana e rural marginalizada.

O *Jornal do Brasil* noticiou mobilizações das CEBs em todo o país, por exemplo na região amazônica em defesa da situação dos indígenas de permanecerem em terras onde se executariam planos do desenvolvimento<sup>38</sup>. Tratou também de seu posicionamento político, reproduzindo nota em que a Igreja afirmava que lutava pela justiça e libertação social e, muitas vezes, se “compromete na luta política, mesmo de tipo revolucionário e violento” desde que esteja cumprindo seu compromisso com pobres e oprimidos<sup>39</sup>. Deu espaço a críticas e denúncias de que as CEBs estariam tomando um “comportamento estranho”, com risco de se tornar núcleo de uma guerra de sublevação

<sup>37</sup> OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. *Comissão Pastoral da Terra (CPT)*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.

<sup>38</sup> JORNAL DO BRASIL. *Dom Ivo Lorscheider diz que não vê motivo para expulsão do padre Jentel*. 01/06/1972. 1º caderno. p. 16.

<sup>39</sup> JORNAL DO BRASIL. *Lorscheider mostra “visão geral”*. 28/09/1974. 1º caderno. p. 8.

esquerdista<sup>40</sup>. As CEBs também se uniram a alguns movimentos sociais, como a aliança com os líderes operários do ABC Paulista, constituindo uma Pastoral Operária ativa trabalhando nas fábricas<sup>41</sup>. Esses são alguns exemplos de atuação das CEBs no contexto de transição democrática no Brasil.

Para Paulo Petersen, coordenador executivo da ONG Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA) e vice-presidente da Associação Brasileira de Agroecologia (ABA), as CEBs podem ser consideradas como o embrião da agroecologia, em sua defesa pela agricultura camponesa e familiar, e pela terra, visando a autonomia dos produtores e a permanência das tecnologias tradicionais. Além disso, as Comunidades buscaram incentivar as relações sociais locais a fim de fortalecer a população, estimular a consciência crítica e refletir as atitudes humanas entre os grupos com base no evangelho cristão. Elas têm enorme importância no movimento ambiental referente à agricultura no país (PETERSEN, ALMEIDA, 2006, p. 15).

Alguns nomes, principalmente no meio acadêmico, foram essenciais para o fortalecimento do movimento ambiental brasileiro, principalmente na oposição ao processo de modernização agrícola. Podemos citar Adilson Paschoal (nascido em 1941), Ana Primavesi (1920 – 2020), Luiz Carlos Pinheiro Machado (1928 – 2020) e José Lutzenberger (1926 – 2002), os quatro formados em engenharia agrônoma.

Adilson Paschoal, professor da Escola Superior de Agricultura Luiz de Queiroz (ESALQ), foi o primeiro a usar o vocábulo “agrotóxico” no Brasil. Este termo surgiu no final da década de 70, enquanto escrevia seu livro “Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções”, publicado pela editora da Fundação Getúlio Vargas (FGV) em 1979. Segundo o próprio autor, no prefácio da edição reeditada e publicada 40 anos depois pela editora Expressão Popular, essa terminologia teve uma grande aceitação e passou a ser muito utilizada socialmente (PASCHOAL, 2019, p. 7). De fato, se analisarmos numa perspectiva semântica o vocábulo “agrotóxico”, agro + tóxico, há de se concordar com José Augusto Pádua de que se vivenciava, nesses anos, um ambientalismo de confronto e se fez importante o uso de um vocabulário que traduzisse a real condição dos químicos utilizados na agricultura (PASCHOAL, 2019; PÁDUA, 2012).

Ana Primavesi (Annemarie Conrad, de nascimento) era austríaca, cursou a graduação na Universidade Agrícola de Viena e concluiu seu doutorado em Culturas de Solo e Nutrição Vegetal. Após ser presa por nove meses na II Guerra Mundial, casou-se com Arthur Primavesi, que também era agrônomo, e, passados dois anos, desde o casamento, decidiram se mudar para outro lugar que não fosse a Europa, pois esta estava devastada após a Guerra. Logo depois de Arthur conhecer o governador de São Paulo e receber dele uma proposta de trabalho, o casal Primavesi mudou-se para o Brasil, em 1948, onde Ana Maria deu continuidade às suas pesquisas científicas. Foi professora

---

<sup>40</sup> JORNAL DO BRASIL. *Minhas entrevistas*. 04/05/1977. 1º caderno. p. 19.

<sup>41</sup> JORNAL DO BRASIL. *Greve Geral*. 21/04/1980. 1º caderno. p. 4.

da Universidade de Santa Maria, no Rio Grande do Sul, e esteve ao lado do marido na fundação do Instituto de Solos e Culturas na mesma universidade. Primavesi foi muito importante para a disseminação da agricultura orgânica e da agroecologia no Brasil por seus vastos trabalhos científicos sobre o assunto e por sua dedicação em disseminá-las em diversas regiões do Brasil. Ana Maria Primavesi é considerada patrona no campo da agroecologia, além disso foi fundadora da Associação de Agricultura Orgânica (AAO), uma das primeiras associações de agricultura alternativa no Brasil (KNABBEN, 2017).

O agrônomo Luiz Carlos Pinheiro Machado foi professor na Universidade Federal do Rio Grande do Sul e na Universidade Federal de Santa Catarina, cofundador e presidente da Associação Brasileira de Criadores de Suínos, e foi um ator importante para a disseminação da agricultura orgânica, principalmente entre o período de 1983 e 1984, quando foi presidente da Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB). Além disso, dedicou-se aos estudos e divulgação científica da agroecologia, sendo sua obra de destaque sobre o assunto o livro intitulado “A Dialética da Agroecologia – Contribuição para um mundo com alimentos sem veneno”. O livro aborda o conceito de agroecologia para produção em larga escala, discutindo seus princípios e apresentando caminhos para a transformação da agricultura brasileira (MACHADO, MACHADO FILHO, 2014).

Além deles, outra pessoa com grande protagonismo na formação do movimento ambientalista no Brasil foi o também engenheiro agrônomo, José Lutzenberger. Em sua trajetória profissional, Lutzenberger trabalhou por anos em empresas agroquímicas até o momento em que, percebendo as consequências ambientais gravíssimas, a marginalização da sociedade camponesa e os efeitos nocivos para a saúde advindas das tecnologias da Revolução Verde, decidiu usar sua voz e suas forças para divulgar as consequências dos agrotóxicos e para lutar por uma agricultura ecológica (PEREIRA, 2016). Segundo Elenita Malta Pereira, o livro de Rachel Carson foi o que provocou as reflexões do agrônomo a respeito do uso de químicos nas lavouras agrícolas. Ao que parece, *Silent Spring* reverberou tanto em Lutzenberger, que, ao olhar para a realidade em que estava inserido, resolveu alinhar seus pensamentos com suas ações, pedindo demissão da BASF<sup>42</sup> alguns anos após a leitura do livro (PEREIRA, 2016, p. 93).

No ano de 1971, Lutzenberger, em conjunto com outros colegas, fundou a Associação Gaúcha de Proteção ao Ambiente Natural (AGAPAN), na qual ocupou o cargo de presidente até o ano de 1983. A Associação foi o lugar onde Lutzenberger realizou palestras e se manifestou ativamente contra a agricultura químico-industrial, chamada por ele também de “agricultura comercial”, sendo sua primeira palestra em 1972 intitulada “A insensatez da agroquímica” (PEREIRA, 2016, p. 190). Sem dúvidas, o agrônomo foi um protagonista na ascensão do movimento

---

<sup>42</sup> A Badische Anilin & Soda Fabrik (BASF), é uma empresa química alemã multinacional que entrou no ramo de produção de fertilizantes em 1949 e se expandiu nesse setor a partir da década de 1960 (PEREIRA, 2016, p. 70).

ambientalista com seus discursos críticos aos agrotóxicos se espalhando pelo Brasil, por seus enunciados em grupos e associações diversas, por reportagens em jornais e revistas denunciando a indústria química agrícola, entre outros.

A luta de Lutzenberger era pela ecologia, de modo geral. Segundo Elenita Malta Pereira, Lutzenberger prezava pelo resgate de uma agricultura tradicional rural que fosse justa e sustentável para a humanidade e para a natureza, e exemplifica o pensamento do agrônomo:

Em 1973, no artigo “Plantações sem veneno” (Revista ZH, Zero Hora), Lutzenberger enfocou os métodos “tradicionais”, praticados por agricultores no passado. Especialmente em países com uma cultura camponesa desenvolvida, na Europa e Ásia, a agricultura “procurava manter a fertilidade pelo cuidado esmerado da saúde orgânica do solo. Havia um máximo de reciclagem natural da riqueza do solo, uma perfeita rotação de culturas e um entrosamento harmônico entre a agricultura e pecuária”. Segundo ele (Zero Hora, 21/01/1973, p. 2, APJL), “naquela época não se falava em ecologia, mas praticava-se muita ecologia”. Podemos perceber aqui a ênfase de Lutz no “convívio sustentável” dessa agricultura com a natureza (PEREIRA, 2016, p. 260).

Pádua compreende que alguns intelectuais, como Lutzenberger, tiveram influência a partir das suas experiências adquiridas em outros países. Foi o caso de Fernando Gabeira, um dos fundadores do Partido Verde no Brasil em 1986, que, embora tenha saído do Brasil por exílio, também vivenciou as mobilizações, transformações e novos conhecimentos ambientais onde morava. De certa maneira, concordamos com a perspectiva de Pádua, na medida em que se noticiavam nos jornais as matérias dos movimentos estadunidenses, a explanação das questões ambientais sendo tratadas na Europa, e o momento de repressão brasileira no qual muitas pessoas se exilaram em outros países. Além disso, as discussões ambientais eram transnacionais, como a questão nuclear.

A atuação e a luta de Lutzenberger em prol de uma agricultura ecológica<sup>43</sup> foram de grande alcance. Seu livro “O Manifesto Ecológico Brasileiro: fim do futuro?”, lançado em 1976, gerou grandes repercussões e foi considerado por Ehlers como um “*Silent Spring*” da agricultura alternativa brasileira (EHLERS, 1999, p. 78). Em 1978 esteve na lista dos dez engenheiros de destaque do ano, sendo eleito como o representante principal daquele ano pela Associação de Engenheiros Agrônomos de São Paulo (AEASP), por sua luta ambientalista e utilização de tecnologias alternativas na agricultura (PEREIRA, 2016, p. 209). Apesar da insatisfação de alguns agrônomos com a premiação concedida à Lutzenberger e de suas ideias não serem aderidas e apoiadas majoritariamente pela sociedade agrônômica, o agrônomo e ecologista gerou muitas questões e debateu muito o assunto dos agrotóxicos Brasil afora, além de apoiar outras causas ambientalistas, como a questão nuclear<sup>44</sup>, caça às baleias<sup>45</sup>, entre outras, desempenhando um papel

<sup>43</sup> Segundo Pereira, Lutzenberger tinha preferência por denominar a agricultura que defendia de “ecológica”, pois outras como “orgânica” e “biológica” poderiam ser contraditórias frente às substâncias como o DDT, que é orgânico, ou mesmo a agricultura convencional, que, também, é biológica (PEREIRA, 2016, p. 265).

<sup>44</sup> JORNAL DO BRASIL. *IEA defende política nuclear. Mais críticas*. 01/06/1979. 1º caderno. p. 15.

<sup>45</sup> JORNAL DO BRASIL. *Zózimo. Baleias*. 17/05/1979. Caderno B. p. 3.

ativo na luta pelo meio ambiente<sup>46</sup>.

Toda a reverberação das questões ambientais, o descontentamento com a política químico-industrial e diante de diversos casos de contaminação por agrotóxicos, no sul do Brasil, em 1974, foi proposto um receituário agrônomo como condicionante na comercialização de produtos químicos tóxicos. Isso ocorreu na “I Convenção Regional do Centro de Estudos de Toxicologia do Rio Grande do Sul e foi reiterado no Simpósio de Toxicologia dos Pesticidas e Envenenamento Ambiental, organizado pelos agrônomos do RS” (MELLO, 2017, p. 156). No ano seguinte a proposta foi posta em prática na experiência local do município de Santa Rosa/RS.

O receituário agrônomo “consistia em um formulário preenchido por engenheiro agrônomo que, a partir da avaliação das necessidades de cada propriedade receitaria o agrotóxico – e a respectiva quantidade de aplicação – adequado” (PEREIRA, 2016, p. 219). O motivo de implementação do receituário era evitar o intenso uso de agrotóxicos na produção agrícola, como tentativa de controlar a oferta e utilização pelos produtores. O empenho na busca pela implantação desse formulário foi protagonizado por uma parcela de engenheiros agrônomos que eram contrários à modernização agrícola com base nos preceitos da Revolução Verde (PEREIRA, 2016, p. 219). A exigência do receituário foi implementada em todo o estado do Rio Grande do Sul em 1977, e, no ano seguinte, implantada pelo Serviço de Extensão Rural Estadual (PEREIRA, 2016, p. 220). Essa medida foi estendida em 1981 para todo o território brasileiro por meio da Portaria nº 7/1981 do Ministério da Agricultura (EHLERS, 1999, p. 81).

Como já apontado, a década de 1970 foi marcada por um ambientalismo muito regional. A abrangência e articulações alcançaram o nível nacional na década de 1980 e está relacionado ao processo de redemocratização. Isso não significa que não havia diálogos, encontros e debates interestaduais, entretanto é preciso considerar que o movimento ambientalista só foi amplamente reconhecido e fortaleceu-se de acordo com a flexibilização das condições políticas da ditadura civil-militar.

Para termos uma noção da propagação das questões ambientais e do movimento ambientalista brasileiro, também levantamos, na nossa pesquisa documental, a discussão desses temas nos jornais do período. Na seleção do termo “movimento ambientalista” na década de 1970, encontramos apenas 7 ocorrências, divididas entre 5 jornais, que se centram na discussão entre ecologismo, ambientalismo, poluição e crescimento das cidades. Já com recorte da década de 1980, encontramos 86 ocorrências, divididas entre 14 jornais, abordando a qualidade de vida, preservação de áreas urbanas florestadas, luta ecológica, projeto de debate ecológico por Fernando Gabeira e outros assuntos sobre questões ambientais. Há, no início da década de 80, algumas publicações que

---

<sup>46</sup> É preciso destacar que Lutzenberger, além de publicar muitos livros importantes para o movimento ecológico brasileiro, também contribuiu para a causa traduzindo livros de língua estrangeira, como o livro de Francis Chaboussou referente à Teoria da Trofobiose, que foi base para o surgimento da agricultura biológica na França, como já mencionado.



buscam o fortalecimento do debate ecológico e do movimento ambientalista brasileiro, como é o caso da publicação do prof. de História Soffiati Netto, que chama a atenção dos leitores para somar ao movimento em construção<sup>47</sup>.

A seleção com a palavra “ambientalismo” segue o mesmo rumo da anterior. Poucas ocorrências na década de 1970, no entanto há uma matéria importante que menciona sobre “os novos alquimistas” dos Estados Unidos, abordando o ambientalismo adotado na sociedade estadunidense<sup>48</sup>. Na década de 1980 o vocábulo foi encontrado nas mesmas matérias em que apareceram as ocorrências do movimento ambientalista.

Por fim, o movimento ambientalista foi mais difundido como “movimento ecológico”. A pesquisa com esse vocabulário é a que encontrou maior quantidade de ocorrências, sendo 125 para a década de 1970 e 952 para a década de 1980. No início dos anos 70, a abordagem ainda se referia muito aos exemplos estadunidenses, aos movimentos contraculturais, a questão nuclear, ao livro *Silent Spring*, ao movimento ecológico francês etc. Já para o final dos anos 1970, a comunicação sobre o movimento ecológico e questões ambientais foram tomando uma dimensão nacional e política<sup>49</sup>. A década de 1980 foi marcada por um movimento ecológico que protestava, fazia campanhas, escrevia no jornal e que lutava a favor da ecologia abordando diferentes assuntos ambientais.

A análise quantitativa nos dá uma dimensão sobre a relação entre os movimentos sociais e ambientais no processo de redemocratização. No período em que houve maior flexibilização dos meios de comunicação, na década de 1980, o debate ecológico se tornou muito mais presente nos periódicos, o que contribuiu para sua difusão e fortalecimento.

A agricultura alternativa fazia parte do pensamento ecologista referente à produção de alimentos, como já apresentado, e, com isso, sua representatividade nos jornais acompanha o volume de referências ao movimento ambientalista. Na década de 1970 a agricultura alternativa era mencionada, majoritariamente, como agricultura orgânica e remetia ao movimento crescente em diversos países. A título de exemplo, em 8 de junho de 1976, o *Jornal do Commercio (RJ)* (edição 00205, p. 10), publicou um artigo intitulado “O que há contra a lavoura orgânica”, escrito por John Cherrington do Financial Times News Features, questionando se a agricultura orgânica seria capaz de saciar a fome das populações. O subtítulo diz assim:

Há um crescente movimento em favor de uma “agricultura alternativa”, na qual os sistemas “naturais” são favorecidos e os fertilizantes químicos e os pesticidas são evitados. Contudo, sem esses modernos aditivos poderia a agricultura mundial saciar a fome de toda a população da terra?<sup>50</sup>

<sup>47</sup> JORNAL DO BRASIL. Soffiati Netto. Carta aos Leitores. *Movimento Ambientalista*. 18/10/1980. Caderno B. p. 2.

<sup>48</sup> JORNAL DO BRASIL. Wade Greene. *Os novos alquimistas: vivendo em paz com a natureza sem usar máquinas ou técnicas modernas*. 10/10/1976. p. 28

<sup>49</sup> JORNAL DO BRASIL. *Ecologistas*. 12/03/1978. Caderno especial. p. 3.

<sup>50</sup> JORNAL DO COMMERCIO. John Cherrington. *O que há contra a lavoura orgânica*. 08/06/1976. p. 10.

A matéria tem o intuito de criticar a agricultura alternativa, que preza por adubação e insumos orgânicos. É mencionado que, depois da industrialização agrícola, as colheitas aumentaram e os animais adoeceram menos, sendo assim, voltar ao método de produção agrícola anterior seria o mesmo que voltar ao período da fome provocada pela falta de batatas na Irlanda. Concluem que não seria possível uma produção alta em quantidade e certeza de colheita sem o uso de fertilizantes inorgânicos, ou seja, sem agrotóxicos.

Os debates sobre as agriculturas não-convencionais na década de 1970 geralmente se davam entre os benefícios e os malefícios: eram prejudiciais ao meio ambiente ou saciavam a fome da população; alavancavam a economia do país com a modernização do campo ou mantinham o país ‘atrasado’ e ‘subdesenvolvido’. Um exemplo disso é uma publicação na seção de carta aos leitores do *Jornal do Brasil*<sup>51</sup>, no qual um leitor rebateu um artigo publicado na edição anterior que comentava sobre uma matéria transmitida pela TV Globo, denominada “A poluição das hortaliças e o dever da televisão”. A matéria anunciava o perigo e a nocividade dos agrotóxicos presentes nos alimentos e a contaminação humana por meio deles. A crítica à matéria da Globo, feita pelo leitor, foi que a TV Globo alertou o perigo, mas não deu esperança da existência de alternativas para a produção agrícola e para o consumo livre dos agrotóxicos. Essa publicação, como carta aos leitores do jornal, demonstra que esse tipo de matéria foi um passo importante para conscientização da população, bem como a presente discussão sobre o assunto da agricultura convencional e da saúde humana.

O que queremos deixar claro é que o movimento ambientalista brasileiro trouxe novas discussões sobre as questões relacionadas ao meio ambiente, e a agricultura era uma delas. Devido ao processo político que o Brasil atravessava na década de 1970, o movimento de agricultura alternativa se fortaleceu mesmo na década de 1980, quando se iniciaram os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa (EBAA), dos quais tratarei no capítulo 3.

Estes encontros foram promovidos e organizados pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB)<sup>52</sup>, em conjunto com intelectuais críticos ao modelo de agricultura convencional – como o agrônomo José Lutzenberger –, a Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB)<sup>53</sup>, associações estaduais de agrônomos, outros grupos e organizações, como o Projeto Tecnologia Alternativa - PTA/FASE que mencionarei melhor no terceiro capítulo. Consequentemente, desde o início, o público majoritário presente nesses encontros foram os

---

<sup>51</sup> JORNAL DO BRASIL. Jovino Santos. Carta aos leitores. *O vilão*. 14/06/1978. Caderno B. p. 2.

<sup>52</sup> A Federação das Associações de Engenheiros Agrônomos do Brasil foi criada em 12 de outubro de 1963 como entidade nacional dos profissionais e “passou a assumir, como uma de suas principais lutas, a regulamentação do exercício profissional em novas bases, em que este não fosse apenas um mero instrumento da produção agrícola, mas caracterizado por um estatuto próprio de profissão autônoma” (CAVALLET, 1999, p. 59). A FAEAB assumiu diferentes lutas em prol dos engenheiros agrônomos de acordo com o momento histórico.

<sup>53</sup> A Federação dos Estudantes de Agronomia do Brasil (FEAB), em conjunto com a FAEAB, passou a reivindicar as condições submetidas ao trabalho do agrônomo e a “participação política na formulação das propostas para o setor agrário” (CAVALLET, 1999, p. 50).

engenheiros e estudantes de agronomia de diversas localidades, universidades e instituições. No entanto, é necessário destacar que as vertentes da agricultura alternativa não eram tão difundidas e aderidas no campo agrônomo, sendo os EBAA's<sup>54</sup> locais importantes de debate e difusão do conhecimento de produção agrícola alternativa, bem como da agroecologia (LUZZI, 2007, p. 9).

As agriculturas alternativas propagadas no Brasil seguiam as mesmas vertentes das agriculturas já mencionadas na criação dos movimentos rebeldes, como a agricultura biodinâmica, agricultura biológica, agricultura orgânica e agricultura natural. As ações ambientalistas na esfera agrícola publicadas no *Jornal do Brasil* demonstram o crescente movimento em favor de uma agricultura alternativa. Vejamos alguns exemplos a seguir:

[**Agrobiologia, a alquimia do século XX**] – Na Europa, nos Estados Unidos, os agrobiólogos são ainda olhados de soslaio por uma tecnologia que já conseguiu fazer as plantas crescerem mais rápido, resistindo melhor ao frio, à seca, às pragas. Mas que também conseguiu poluir e envenenar a terra como nunca. Surgida na década de 60, a Agrobiologia é, antes de mais nada, a vontade de voltar às condições de produção de vegetais e animais que existiam há 200 anos. Ou seja, trabalhar a terra por meios naturais, com preparos feitos à base de plantas, numa espécie de homeopatia voltada para a terra... Os resultados falam por si: as faixas de terra que receberam as tais ervas apresentaram um rendimento muito maior que os hectares vizinhos, sem sofrer os danos de uma fermentação artificial, sem produzir poluição.<sup>55</sup>

Em matérias como essa, podemos averiguar que os casos de agricultura alternativa, como a agrobiológica, ou só biológica, de países como nos EUA e europeus, serviam de exemplo para o Brasil. Inclusive, o próprio *Jornal do Brasil* tinha o costume de publicar constantemente matérias sobre a cultura estadunidense e europeia, muitas vezes republicando matérias de jornais internacionais. Nessa edição do *Jornal do Brasil*, citada acima, vemos que a agricultura biológica, como alternativa à produção industrial com agrotóxicos, seria capaz de produzir com alto rendimento, o que se contrapunha ao discurso de que a agricultura convencional era a única a vencer a fome.

O próximo exemplo, de 1978, demonstra que a contracultura, o movimento ecológico, e as questões ambientais estavam ganhando espaço na vida da população, ainda que fossem realidade apenas para uma minoria, na qual se incluía a classe média:

[**Carta aos leitores – Inquietação Prioritária**] – Todo apoio a quaisquer denúncias de âmbito ecológico, ainda que engajadas, é extremamente necessário. Todo apoio a quaisquer modalidades, ainda que consideradas elitistas, de alternativas mais saudáveis, como macrobiótica, vegetarianismo, agricultura biológica, acupuntura, homeopatia, ioga, flora medicinal ou ir para o campo, é igualmente necessário. Combater e denunciar a especulação imobiliária criminoso, a caça, a devastação das florestas, o uso indiscriminado de produtos químicos na lavoura e nos alimentos... deveria ser inquietação prioritária... Se esta preocupação

<sup>54</sup> Esses encontros ocorreram na década de 1980 e serão abordados de maneira aprofundada no capítulo 3.

<sup>55</sup> JORNAL DO BRASIL. *Agrobiologia, a alquimia do século XX*. 23/04/1975. Caderno B. p. 9.

com a ecologia e com a alimentação está virando moda, bendita essa moda que povoa as montanhas tranquilas, aqui e ali, de crianças maravilhosas e saudáveis, filhas de pais – minoria que se incomodaram. Espero que o mau cheiro, o barulho, a violência, a comida (e a fome), a doença, levem o homem a fazer algo mais do que simplesmente ficar perplexo após um programa de televisão sobre ecologia.<sup>56</sup>

No fim da década de 1970, as publicações aumentaram. A matéria abaixo é um exemplo do protagonismo de José Lutzenberger referente à agricultura orgânica e sua luta pelas questões ambientais:

**[Gaúcho defende agricultura orgânica]** – Porto Alegre – O presidente da AGAPAN, Sr. José Lutzenberger, defendeu ontem na instalação da 11ª reunião da Comissão Estadual de Conservação do Solo, nesta capital, o incentivo urgente de uma agricultura orgânica no país que não utilize pesticidas e inseticidas para o combate às pragas, mas deixe que o solo propicie às plantas seu próprio mecanismo natural de defesa de pragas.<sup>57</sup>

Para finalizar as experiências ambientais e notícias sobre agricultura e vida alternativa, citaremos uma publicação no *Jornal do Brasil* que incorpora e exemplifica pontos importantes já abordados neste capítulo:

**[Os novos camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa]** - ... a destruição da natureza pelo progresso, uma existência espiritualmente vazia, uma vida em tudo e por tudo artificial, dos alimentos que causam doenças à medicina que se propõe a curar essas doenças – estas seriam as violências e impurezas de agora. A salvação estaria na volta ao campo, em novas religiões, correntes espirituais, numa filosofia de alimentação mais natural (vegetarianismo, macrobiótica e o naturismo), ou numa medicina que, sem desprezar os fundamentos científicos, tenta aproveitar os ensinamentos de antigos métodos de cura, a maior parte vinda do oriente. Todas as opções chamam-se, a falta de melhor nome, vida alternativa... Esses caminhos já transformaram em movimentos organizados, muito difundidos dos Estados Unidos e Europa, agora ganhando corpo no Rio e em São Paulo... O Incra doou um terreno de um alqueire, em Cachoeiras de Macacu, para experiências com agricultura biodinâmica. Em julho, realizou-se em Nobres, Mato Grosso, o 3º Encontro Nacional de Comunidades Rurais... Semana passada organizaram-se dois cursos: um de medicina natural e outro de agricultura biodinâmica. E em outubro de 1980 terá lugar, no Brasil, o 1º Congresso Nacional de Naturistas. Os participantes desses movimentos, com idade que variam de 18 a 35 anos, têm um passado comum... Todos pertencem ou descendem de uma geração que se formou entre 1968 e 72, no aprendizado de filosofias orientais, nas comunidades hippies, no espírito de Woodstock, nas manifestações político-estudantis que em todo o mundo – o Brasil inclusive – foram empreendidas pelos jovens da classe média... Hoje, outros pontos importantes da vida alternativa foram mantidos e até intensificados. Naturismo, medicina natural, parto de cócoras, harmonia, equilíbrio ecológico, cooperativas próprias, agricultura biodinâmica, alimentação, tecnologias, comércios e até indústrias alternativas tornaram-se palavras de ordem num mundo que, segundo os gurus do movimento, já não sabe como escapar ao dilúvio.<sup>58</sup>

<sup>56</sup> JORNAL DO BRASIL. Emani Fornari Neto. Carta aos Leitores. *Inquietação Prioritária*. 09/06/1978. p. 2.

<sup>57</sup> JORNAL DO BRASIL. *Gaúcho defende agricultura orgânica*. 09/03/1979. 1º caderno. p. 8.

<sup>58</sup> JORNAL DO BRASIL. Mara Caballero. *Os novos camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4-5.



Figura 1: JORNAL DO BRASIL. Mara Caballero. *Os novos camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4-5.

Essa publicação foi apenas uma breve abertura para duas matérias que foram publicadas na mesma edição, porém nas páginas 4 e 5. A primeira matéria, completa na página 4, tem o título: “Os novos camponeses – Misticismo e ciência unidos”, e, também, “A salvação começa no almoço”, ambas tratando sobre tecnologias alternativas e agriculturas alternativas com referência à biodinâmica, agricultura natural e orgânica. E a matéria na página 5, intitulada “Redescobrimo a vida no campo” discorre sobre experiências no campo com agricultura natural, inclusive da experiência da Coonatura. É importante evidenciar que esses movimentos, os encontros e congressos de naturistas e comunidades rurais, bem como a doação de um terreno para a experiência de produção biodinâmica pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA), ocorreram ainda no período de ditadura militar. Isso nos leva a compreender que existia certa flexibilidade política para ações como essas.

Este é um exemplo das transformações advindas da contracultura transnacional, com suas ideias alimentares e religiosas da cultura oriental, e a busca pela quebra do padrão moderno-industrial com um modo de vida alternativo. No mesmo sentido aponta para a influência do festival de Woodstock e da formação de comunidades rurais hippies, que surgiram a princípio nos Estados Unidos. Também traz informações sobre movimento ambientalista mais organizado no Brasil, em especial nas cidades do Rio de Janeiro e São Paulo, na década de 1970, e deixa evidente que os atores envolvidos eram jovens da classe média.

## 2.2 Por uma saúde humana e ambiental

O movimento ambientalista na década de 1970, além de traçar um perfil mais politizado diante da conscientização do grande impacto que o desenvolvimento econômico em países industrializados causava no meio ambiente, teve uma visão mais integral sobre o ser humano e a

natureza. Isso quer dizer que a visão ambientalista não desassociava meio ambiente e ser humano, de forma que ficou nítida que a destruição da vida vegetal e animal, por meio da poluição, ameaça nuclear e agrotóxicos, ameaçava a vida humana na terra.

Essa perspectiva holística e ecossistêmica está intrinsecamente relacionada com o movimento de contracultura dos anos 1960 e 1970, quando os jovens, em sua maioria, compreenderam que a humanidade deveria buscar uma vida mais simples e mais natural para garantir sua própria sobrevivência. Dessa maneira a alimentação saudável, baseada em legumes, frutas, verduras, grãos – todos orgânicos –, deveria ser a regra, e não a exceção, pois da maneira que estava acontecendo, com a alimentação se fundamentando em comida envenenada por agrotóxicos, alimentos enlatados e fast food's, as consequências seriam destruição ambiental e o surgimento de novas doenças humanas.

Com base nisso, como vimos, na esfera da produção agrícola, ambientalistas como Rachel Carson já denunciavam, desde a década de 1960, os perigos dos agroquímicos, que ameaçavam a espécie humana com seus “elixires da morte”, com novas doenças para a sociedade, como alguns cânceres. Porém, nem sempre foi assim. Inicialmente, alguns químicos, como o DDT, foram propagandeados como salvadores e erradicadores de doenças, considerados como verdadeiras “armas”, promovendo o progresso sanitário e a modernização.

A visão desenvolvimentista não parecia considerar as questões negativas da aplicação das novas tecnologias agrícolas e dos novos recursos preventivos e terapêuticos. Algumas doenças, como os cânceres era considerado decorrência de um país urbano, industrializado e doença presente nos países desenvolvidos. As doenças que prevaleciam no Brasil, ainda na década de 1960 e 1970, seriam as doenças rurais, como a malária, e “demarcavam o atraso sanitário do país” (ARAÚJO NETO; TEIXEIRA, 2017, p. 181). Nesse sentido, a ideia de um desenvolvimento rural, levando o progresso agrícola por meio dos agrotóxicos, tratores, sementes modificadas, entre outros, para o campo, era muito bem-visto, como pudemos perceber no discurso presidencial de Emilio Garrastazu Médici no primeiro capítulo dessa dissertação.

O otimismo sanitário com as novas armas químicas logo se tornou alvo de crítica pelos movimentos ambientalistas no Brasil, principalmente pelos ecologistas mais ativistas como Lutzenberger. Como dito, as questões ecológicas entre os movimentos ativistas regionais não miravam apenas na destruição da natureza, mas consideravam questões sociais, econômicas e de saúde. As razões para não se utilizar agrotóxicos na produção agrícola ia desde a destruição do solo e contaminação da água, até as intoxicações e desenvolvimento de doenças. Além disso, também havia a crítica quanto às perdas culturais dos métodos e técnicas ancestrais presentes no campo há anos.

Acreditamos que a mudança na abordagem dos termos utilizados referente à agricultura químico-industrial também seja um indicativo de como a visão dos agrotóxicos e seus malefícios

foram sendo incorporados na sociedade. Ao realizarmos uma busca no site da Hemeroteca Digital da Biblioteca Nacional com os termos “agrotóxico”, “agrotóxicos”, “controle químico” e “agroquímico”, entre a década de 1970 e 1980, podemos analisar o seguinte: na década de 1970, ao pesquisarmos a palavra “agrotóxico” encontramos 1 ocorrência no *Jornal do Brasil*, enquanto na década de 1980 são encontradas 285 ocorrências. Para o uso do termo no plural, “agrotóxicos”<sup>59</sup>, na década de 1970 não há nenhuma ocorrência no *Jornal do Brasil*, enquanto na década de 1980 há 809 ocorrências. A palavra “agroquímico” alterou de 13 para 24 ocorrências, ao passo que “controle químico” diminuiu de 24 para 19 ocorrências.

A análise desses dados quantitativos, principalmente quanto ao uso da palavra “agrotóxico”, no singular e no plural, nos leva a especular que os debates acerca do assunto aumentaram durante a década, ao mesmo tempo que a conscientização também foi maior sobre a toxicidade dos, também chamados, “defensivos agrícolas”. Entretanto, deve-se ter em mente que a progressiva mudança e conscientização está relacionada com as consequências negativas para a saúde humana e para a saúde ambiental, e que foi uma transformação gradativa. As notícias eram, cada vez mais, recorrentes quanto aos perigos dos agroquímicos para a vida, bem como as mobilizações para diminuição ou proibição de alguns tipos de tóxicos.

As denúncias contra o uso dos agrotóxicos se tornaram ainda mais frequentes no decorrer da década de 1980. No Rio de Janeiro, alguns grupos se manifestavam contra os agrotóxicos. Foi o caso do Sindicato dos Trabalhadores Rurais do Norte Fluminense, que pedia maior controle da comercialização e aplicação dos pesticidas agrícolas devido à contaminação mercurial no organismo dos homens do campo. O Sindicato era representado pelo ecologista Aristides Arthur Soffiati, que apontava que os efeitos sobre as pragas eram decrescentes, isso quer dizer que, quanto mais agrotóxicos, mais pragas resistentes e outras novas pragas surgiriam.<sup>60</sup>

A presença de agrotóxicos na água também foi um tema recorrente entre muitas denúncias alarmantes. Uma reportagem menciona o envenenamento em rios do Paraná provocados por agrotóxicos e resíduos industriais, apontando a poluição hídrica como o maior problema ambiental do estado. Exemplificam que peixes e outros animais morreram nas águas do Rio das Cinzas, que havia sido poluído com o vinhoto vazado de uma das lagoas da usina de açúcar e álcool do Paraná.<sup>61</sup> A água é uma via rápida de contaminação, principalmente em regiões onde o tratamento sanitário

---

<sup>59</sup> O aumento do uso do termo “agrotóxicos” na década de 1980 é uma demonstração importante de conscientização da nocividade dos venenos presentes nos alimentos, adesão do termo pela população e impactou a política, sendo implementada, em 1989, a Lei nº 7.802, denominada Lei dos agrotóxicos. A Lei dispõe sobre a nomenclatura correta para definir os produtos agrícolas nocivos à saúde e ao meio ambiente, bem como sobre “a pesquisa, a experimentação, a produção, a embalagem, o transporte, o armazenamento, a comercialização, a propaganda comercial, a utilização, a importação, a exportação, destino final dos resíduos e embalagens, o registro, a classificação, o controle, a inspeção e a fiscalização de agrotóxicos, seus componentes e afins, e dá outras providências” (LEI, 7.802, de 11 de julho de 1989, Lei dos agrotóxicos. Disponível em <https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1989/lei-7802-11-julho-1989-356807-norma-pl.html>, acessado em 12 de maio de 2022 às 20:50h).

<sup>60</sup> JORNAL DO BRASIL. *Ecologista pede maior controle*. 07/03/1980. 1º caderno. p. 8.

<sup>61</sup> JORNAL DO BRASIL. *Lixo industrial e agrotóxico poluem 8 rios no Paraná*. 05/09/1981. 1º caderno. p. 8.

das águas é menor ou quase inexistente.

As denúncias de contaminação por agrotóxicos ficaram cada vez mais comuns e estavam diretamente associadas com o aumento do número de casos. Também no Paraná, uma família de sete pessoas foi intoxicada por alta dose de herbicidas aplicados numa plantação de feijão, no município de Capitão Leônidas Marques. Nédio Luiz Bettio, de 13 anos, morreu, enquanto seu pai, Honório Bettio, de 52 anos, estava em coma há cinco dias, porque a substância tóxica se impregnou em seu sistema nervoso. A autópsia realizada no adolescente captou a existência de resíduos de *trifluralina* e *basagran*, ambos agrotóxicos utilizados nas lavouras. A Secretaria de Saúde do Paraná havia registrado, em cinco dias, 204 casos de gastroenterite aguda em um município da região norte do estado, que foram associados com a intoxicação por agrotóxicos.<sup>62</sup>

Algumas reportagens chamam atenção para o fato de que muitos agricultores eram analfabetos, apontando com isso que as intoxicações com os agrotóxicos estavam relacionadas com a maneira errada de sua aplicação, pelo fato de os agricultores não lerem e não seguirem as recomendações. Além disso, é preciso lembrar que, no ano de 1981, a obrigação do receituário agrônomo se espalhava por vários estados, mas ainda não era uma política nacional. O receituário foi importante para alertar os agricultores, mas não resolveu o problema, pois o uso indiscriminado dos agroquímicos e os casos de contaminação continuaram a acontecer. No Sul, foi estabelecido que houvesse maior controle na emissão do receituário agrônomo diante do crescente número de intoxicações pelo uso inadequado dos agrotóxicos. Isso ocorreu depois do registro de três mortes por envenenamento de dois agricultores e uma criança de três anos.<sup>63</sup>

Foi o caso, também, do agricultor José Pires Siqueira, de 23 anos, que morreu envenenado depois de aplicar pesticida contra a lagarta da soja sem o uso de máscara. Três dias antes de sua morte, seu irmão, José Dorival, de 24 anos, esteve internado no mesmo hospital por intoxicação. A notícia também menciona outras seis pessoas que receberam atendimento no mesmo hospital apresentando sintomas de intoxicação devido ao uso inadequado de agrotóxicos.<sup>64</sup> O inseticida *paration* era o mais comum entre os casos de intoxicação<sup>65</sup>, além disso, dezenas de agrotóxicos utilizados no Brasil já estavam proibidos em outros países na Europa e nos Estados Unidos.

Um levantamento feito pela Federação dos Trabalhadores na Agricultura do Estado do Paraná (FETAEP) junto aos sindicatos rurais mostrou que, até 1981, morriam, em média, 50 trabalhadores rurais por ano, em todo o estado, intoxicados por agrotóxicos (usado no jornal o termo defensivo agrícola). Segundo a matéria, desde 1982, as pesquisas feitas pela Secretaria da Agricultura junto aos hospitais classificaram as mortes por intoxicação de agrotóxicos como suicídio, e que o número total de internações em 1982 foi de 1.669 casos, entre o período de plantio

---

<sup>62</sup> JORNAL DO BRASIL. *Herbicida intoxica família paranaense*. 29/10/1981. 1º caderno. p. 16.

<sup>63</sup> JORNAL DO BRASIL. *Sul quer controlar agrotóxico*. 24/01/1984. 1º caderno. p. 4.

<sup>64</sup> JORNAL DO BRASIL. *Pesticida mata no Sul agricultor*. 13/01/1984. 1º caderno. p. 12.

<sup>65</sup> JORNAL DO BRASIL. *Agrotóxico no Sul matou 3 e envenenou 7 este ano*. 29/01/1984. 1º caderno. p. 18.



e de colheita. O ex-secretário da agricultura do Paraná alertou: “aí está o erro básico: o defensivo não é remédio para a planta, é veneno”<sup>66</sup>. Como estava evidente, o “defensivo” era, na verdade, veneno tanto para a planta quanto para o indivíduo, pois adoece e pode até levar à morte. Essa ideia pairava sobre a população na década de 1980, tornando preocupante a alimentação contaminada diante do número dessas denúncias, sendo assim, a procura por uma alimentação sem veneno aumentava na sociedade brasileira.

Em nossa pesquisa, usando o termo “agrotóxicos”, das 809 ocorrências, 21 correspondem ao período de 1980 a 1983. Só no ano de 1984, há registradas 254 ocorrências, a maioria são denúncias por intoxicação de agrotóxicos ou do quão nocivo são esses venenos químicos para a saúde humana e ambiental. Isso nos indica que a mídia impressa do *Jornal do Brasil* estava cumprindo um papel relevante no intuito de denunciar o uso indiscriminado de agrotóxicos. O número de adesão ao movimento contra os agrotóxicos também foi aumentando, como o relato de um leitor que dizia que “atualmente há uma maior procura de alimentos naturais na pretensão de se fugir dos riscos inerentes aos produtos beneficiados, refinados, industrializados”<sup>67</sup>.

No Rio, o movimento a favor de uma alimentação mais natural e orgânica crescia. As notícias seguiam os passos de outros estados no índice gradual de intoxicados e de poluição por agrotóxicos. Na Central de Abastecimento (CEASA) do Rio de Janeiro, um funcionário sofreu com intoxicação alimentar após ingerir um tomate contaminado. O número de casos de intoxicação provocadas pelo uso de agrotóxicos fizeram com que técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER) do Rio de Janeiro iniciassem uma campanha de esclarecimento contra o uso indiscriminado dos agrotóxicos em Teresópolis, mostrando que os agroquímicos mais consumidos eram: *radiatox, tamaron, mansati, benomil, dithane e antracol*. Além disso, encontravam notícias no Jornal mencionando as doenças e reações no corpo mais comuns entre os produtores, como pressão alta, diabetes transitórias, dores de cabeça, lesões nos rins e no fígado. As doenças nos consumidores eram mais raras de se manifestar, mas o consumo contínuo de alimentos contaminados poderia provocar câncer, principalmente no aparelho digestivo, e graves lesões nos rins e no fígado, bem como provocar convulsões e distúrbios no sistema nervoso central.<sup>68</sup>

O *Jornal do Brasil* publicou uma matéria dez dias depois da intoxicação do funcionário do CEASA, em 19 de fevereiro de 1984, informando que o presidente da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Rio de Janeiro disse que o uso de agrotóxicos no estado era tão indiscriminado na década de 1980, que, das 120 mil toneladas de hortifrutigranjeiros consumidos pela população carioca, cerca de 90% estavam contaminados. Ainda mencionou que o argumento para o uso desses

---

<sup>66</sup> JORNAL DO BRASIL. *Número de mortes cai desde 81*. 29/01/1984. 1º caderno. p. 18.

<sup>67</sup> JORNAL DO BRASIL. Moisés Montalvão. Carta aos leitores. *Marxismo na Teologia*. Rio de Janeiro. 19/04/1980. Caderno B. p. 2.

<sup>68</sup> JORNAL DO BRASIL. Ezídio Barroso. *Agrotóxicos gera intoxicações ao ficar no tomate*. Teresópolis/RJ. 19/02/1984. 1º caderno. p. 12.

produtos devia-se ao número excessivo de pragas que provocava baixa produtividade da agricultura brasileira. No entanto, o agrônomo apontou que já existiam estudos, como de Adilson Paschoal, que apresentavam que o número de pragas só havia aumentado com o uso dos agrotóxicos.<sup>69</sup> O Jornal não menciona para qual público o agrônomo estava direcionando o seu discurso, se foi uma informação enviada diretamente para o Jornal, se era uma entrevista, palestra ou algo semelhante.

No dia 18 de março de 1984, o Jornal publicou outra grande matéria abordando o assunto dos hortigranjeiros envenenados no Rio de Janeiro com os posicionamentos do presidente da associação dos agrônomos. O Jornal enunciou que, segundo o agrônomo, a falta de fiscalização e controle no uso de agrotóxicos gerou consequências nefastas, como a intoxicação frequente do trabalhador rural que manuseia os agrotóxicos sem proteção e a poluição dos cursos d'água, que atinge o lençol freático. Os males mais comuns entre os produtores cariocas eram alergias, perturbações nervosas, perturbações da visão e problemas digestivos sendo consequências do uso dos organoclorados nos alimentos. Daniel Fonseca Pinto, o presidente da associação dos agrônomos, discorreu que o aumento do uso dos agrotóxicos ocorreu a partir de 1967, quando se intensificou o acesso ao crédito rural e que o uso indiscriminado de agrotóxicos criou certa dependência do produtor e da lavoura aos agroquímicos. Ele disse que o acesso a alguns agrotóxicos é muito facilitado, e que alguns deles, como o fungicida *Brestan*, eram vendidos em supermercados e pequenos comércios. O agrônomo acreditava que uma das resoluções para reverter essa situação seria o receituário agrônômico.<sup>70</sup>

Matérias como essas duas anteriores, sobre comida envenenada no Rio de Janeiro, produção agrícola, contaminação por agrotóxicos e alimentação natural, estavam aparecendo com certa frequência no *Jornal do Brasil* em meados da década de 1980. Isso nos leva a entender que havia intenção do Jornal de veicular esse tipo de informação. Segundo o *Jornal do Brasil*, em uma matéria do dia 24 de março de 1984, os habitantes do estado do Rio de Janeiro teriam “todo direito de se sentirem ameaçados em sua integridade física, em sua expectativa de vida e saúde” devido ao risco elevado de se contaminarem ao ingerir produtos hortigranjeiros alertado pelo jornal nas reportagens anteriores<sup>71</sup>. O periódico também destaca que a conscientização por meio de um trabalho educativo seria uma das vias de modificar esse cenário, visto que muitos produtores rurais utilizavam agrotóxicos de forma exagerada sem saber os danos para a saúde e sem seguir a quantidade recomendada por não saberem ler. A publicação não menciona o (a) autor (a), o que nos leva a crer que é um posicionamento do próprio Jornal.

Alguns grupos formados na cidade do Rio de Janeiro, geralmente organizados por bairros ou regiões, se preocupavam com a contaminação dos alimentos. É o caso da Associação de

---

<sup>69</sup> JORNAL DO BRASIL. *Agrônomo aponta presença de agrotóxico em hortaliças*. 01/03/1984. 1º caderno. p. 5.

<sup>70</sup> JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Hortigranjeiros do Rio são envenenados por agrotóxicos*. Teresópolis/RJ. 18/03/1984. p. 18.

<sup>71</sup> JORNAL DO BRASIL. *Desafio inadiável*. 24/03/1984. 1º caderno. p. 10.

Moradores e Amigos da Praça Arco Verde (AMAVerde)<sup>72</sup>, criada em 1977, por moradores da região do bairro Copacabana (zona sul) com objetivo de manter a paz, segurança e tranquilidade na comunidade; e da Federação de Associações de Moradores do Estado do Rio de Janeiro (FAMERJ), criada no início do ano de 1978 diante da união de diversas associações de moradores do estado do Rio de Janeiro, com objetivo de “gritar, exigir, cobrar e principalmente criar alternativas para enfrentar e derrubar a ditadura militar”<sup>73</sup> por meio da aglutinação de forças de associações locais. Ambas fizeram protestos e publicaram no *Jornal do Brasil* sugerindo que fosse criada no estado a Lei do receituário agrônomo e um laboratório de análises dos alimentos para verificar o índice de contaminação por agrotóxicos. As associações estavam preocupadas com a intoxicação progressiva e graves casos de enfermidades, muitas vezes de difícil diagnóstico, que eram cada vez mais noticiadas.<sup>74</sup> A Lei do Receituário Agrônomo era existente apenas no Rio Grande do Sul, Paraná, São Paulo e Mato Grosso do Sul àquela altura.

Na segunda metade da década de 1980, apenas Petrópolis abastecia a cidade do Rio com aproximadamente 40 mil toneladas de hortifrutigranjeiros por ano, e só para a CEASA, sendo a maioria contaminada por agrotóxicos. Além disso, abastecia outros mercados e feiras-livres, sendo um dos maiores centros de produção agrícola do estado do Rio. Segundo a Emater, quase todas as regiões produtoras de Petrópolis estavam completamente tomadas pelo uso de agrotóxicos, sendo o distrito da Posse, o 5º da cidade, um dos que estava entre os que mais faziam uso de substâncias altamente tóxicas.<sup>75</sup> A justificativa para os riscos à saúde se repetia, como em outros lugares do Brasil: o maior problema na época, mencionado em diferentes reportagens do *Jornal do Brasil*, seria a maneira pela qual o agricultor utilizava os agroquímicos, sem ler as instruções e sem direcionamento específico de quantidade e dos tipos para cada lavoura. A ideia geral não era eliminar a utilização de agrotóxicos, o uso era visto como seguro, mas capacitar os produtores da melhor maneira de empregá-los.

Diante de diversos casos de contaminação divulgados por periódicos como o *Jornal do Brasil*, profissionais da Secretaria Municipal e Estadual de Saúde no Rio de Janeiro, junto com associações de moradores de Petrópolis, se mobilizaram e conseguiram que fosse criada a Comissão Municipal de Controle de Agrotóxicos e Biocidas, disposta a analisar projetos propostos para controlar o uso de agroquímicos e sua dosagem no estado. Essa Comissão foi implementada em 1988, e contaria com o trabalho de médicos do setor de Epidemiologia da Secretaria de Saúde, técnicos da Emater, representantes da comunidade, e da Secretaria municipal da Educação. Além disso, contava com a assessoria de integrantes da Secretaria Estadual de Agricultura e Saúde,

---

<sup>72</sup> Disponível em <http://www.amave.com.br/>

<sup>73</sup> JORNAL DA FAMERJ. *A festa dos 10 anos*. Fevereiro de 1988 – Ano V – nº43. p. 2. Disponível em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOFMRJ021988043.pdf>, acessado em 13/02/2022 às 9:45h.

<sup>74</sup> JORNAL DO BRASIL. *Associação quer coibir agrotóxicos*. 29/03/1984. 1º caderno. p. 5.

<sup>75</sup> JORNAL DO BRASIL. Celia Abend. *Guerra verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras saturadas pelo uso de agrotóxicos. Uma produção ameaçada pela desinformação*. 17/06/1988. p. 6.

Fundação Oswaldo Cruz, FEEMA e PESAGRO.<sup>76</sup>

Os objetivos iniciais da Comissão eram que os profissionais da saúde conseguissem diagnosticar com urgência e precisão as doenças provocadas pela contaminação de agrotóxicos, principalmente nas áreas de cultivo hortigranjeiros, sendo necessário realizar um treinamento com profissionais de saúde para conduzir o atendimento às vítimas de contaminação por agroquímicos. Além disso, em parceria com a Secretaria de educação, o projeto visava inserir matérias sobre meio ambiente nas escolas do ensino fundamental, para que se iniciasse um trabalho de conscientização com as crianças. Ademais, o projeto contou com o trabalho de um representante da EMATER para realizar um levantamento de quais agrotóxicos eram mais utilizados na região de Petrópolis. A Comissão também planejava submeter ao prefeito e a Câmara dos Vereadores um projeto para regulamentação do uso de agrotóxicos na cidade.<sup>77</sup>

Em meados da década de 1980, o crescimento da demanda pelo consumo de alimentos livres de agrotóxicos, livre de enlatados, conservantes, entre outros ingredientes industrializados e contaminados por químicos, se deve a duas questões principais: a questão ambiental e a questão da saúde. Os movimentos ecológicos abarcavam vários problemas ambientais que o mundo atravessava e que eram preocupantes para a sobrevivência humana. Incluíam questões como a destruição das florestas, principalmente na região amazônica com os projetos de modernização criados no período da ditadura militar; o movimento antinuclear, vistos como muito ameaçadores para a vida na terra; a questão agrária do acesso à terra e dos grandes latifúndios; entre outras questões, inclusive o uso indiscriminado e o investimento público crescente em agrotóxicos, que destruía o solo e o ambiente, bem como era prejudicial para produtores e para consumidores.

A saúde também foi uma pauta entre os movimentos ambientalistas e foi um alerta que contribuiu para maior adesão ao consumo e produção de alimentos sem agrotóxicos. A perspectiva ecossistêmica entre saúde humana e ambiente foi se expandindo na sociedade; dessa forma, o processo de tomada de consciência diante das notícias frequentes mobilizou ao longo do tempo algumas pessoas a buscarem uma alternativa na organização de movimentos locais. Assim, a escolha de uma vida mais simples, saudável e integrada à natureza deixava, aos poucos, de ser uma ideia utopista e se tornava uma realidade, especialmente para aqueles que tinham mais acesso às informações e condições financeiras para tal finalidade. Por fim, é necessário ressaltar que, na esfera de produtos agrícolas, a oferta de alimentos sem agrotóxicos foi se construindo gradativamente, ou seja, no início da década de 1980, por mais que a população urbana desejasse se alimentar de legumes e verduras sem agroquímicos, não eram encontrados com facilidade dos mercados e feiras. Assim se iniciou a formação do movimento agroecológico no Rio de Janeiro.

---

<sup>76</sup> Idem.

<sup>77</sup> JORNAL DO BRASIL. Célia Abend. *Guerra verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras saturadas pelo uso de agrotóxicos*. 17/06/1988. p. 6.

### 2.3 O início do movimento agroecológico no Rio de Janeiro

O movimento agroecológico local se iniciou nos fins da década de 1970, na cidade do Rio de Janeiro, com a formação de um grupo de pessoas com ideologias ecológicas e um sentimento comum: a insatisfação com uma política nacional que intensificou o uso de agroquímicos presentes na produção dos alimentos. Diante disso, decidiram unir forças e mobilizaram a produção de alimentos orgânicos na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro, visando propiciar um consumo mais “natural” à população da cidade.

Como vimos no capítulo anterior, as questões ambientais e as insatisfações com a questão agrícola no Brasil se manifestaram ainda na década de 1970. Essas estavam pautadas nos movimentos contestatórios da contracultura transnacional, na formação de comunidades alternativas, na adoção das ideias e culturas orientais, das tecnologias e das agriculturas alternativas.

No Brasil, as ideias de agricultura ecológica de José Lutzenberger ecoavam pelos periódicos, associações, entre outros grupos, e, a partir da metade da década de 1970, se tornaram mais comuns publicações tratando da questão agrícola e da insatisfação com a contaminação por agrotóxicos. A seção de Carta aos Leitores do *Jornal do Brasil* se tornou um lugar usual para a manifestação das insatisfações ambientais.

Nesse seguimento, um episódio marcante que mobilizou muitas pessoas no Rio de Janeiro foi quando, em 12 de janeiro de 1979, o casal Joaquim Moura<sup>78</sup> e Ligia Lara publicou no *Jornal do Brasil*, na seção de carta aos leitores, uma nota intitulada “*Comida sem veneno*”<sup>79</sup>. Compreendemos tal carta como um manifesto contra a hegemonia da produção convencional vigente no país e a busca por soluções.

A carta contestava o preço alto dos alimentos tidos por “comida morta e envenenada”. O casal acreditava que a solução para tais circunstâncias era se organizar para “produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos” e a melhor forma de fazer isso seria de maneira horizontal, sem intermediários, criando uma cooperativa. Assim, Joaquim e Ligia convidavam os leitores, que compartilhassem da mesma insatisfação com o estado de contaminação a que eram submetidos pelos alimentos, a entrar em contato com eles para que, assim, pudessem pensar em estratégias de materializar o sonho de se alimentarem de comida saudável de verdade. Vemos a publicação, na íntegra, a seguir:

**[Comida sem veneno]** os preços estão caros e a comida morta ou contaminada. Como não parece mesmo haver qualquer solução oficial à vista, só resta nos organizarmos para produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos. Esta carta é uma semente. A proposta é criar uma espécie de cooperativa que distribua, para quem se interesse, hortaliças (para comer) produzidas sem

<sup>78</sup> Segundo o *Jornal do Brasil*, publicado em 15 de fevereiro de 1979 – edição 00311 – Joaquim Moura tinha 31 anos de idade, era agricultor, teria formado em desenho industrial e era ex-funcionário do Banco Central do Brasil. O jornal, como se pode imaginar, não deu detalhes sobre Ligia Lara; apenas mencionou que era esposa de Joaquim.

<sup>79</sup> JORNAL DO BRASIL. Joaquim e Ligia. *Comida sem veneno*. Carta aos leitores. 12/01/1979. Caderno B. p. 5.

inseticidas nem outras químicas por quem tenha fazenda, sítio ou mesmo terreno grande em casa e queira aumentar ou diversificar sua renda, divertir-se e aprender plantando conforme a Natureza e contribuir para melhora da alimentação dos sacrificados cariocas. Para começar um movimento que pode crescer muito, basta por ora que os interessados entrem em contato conosco, por carta, informando quem queira plantar, da disponibilidade e localização da área, e quem queira consumir, suas necessidades semanais de hortaliças, raízes, ovos, queijo, mel, doces naturais etc. Conforme a receptividade da ideia, o segundo passo seria a legalização da Cooperativa e a instalação de um entreposto/depósito e talvez um sistema de entrega em domicílio. Estamos prontos a dar nossa colaboração e tempo para concretização dessa ideia, que nos parece excelente e urgente, e orientar os futuros produtores nas práticas de uma agricultura natural, pura e generosa. Responderemos a todas as cartas e agradecemos sugestões. Joaquim e Ligia. Rua Domingos Ferreira, 78, apto 201, CEP 20050, Rio de Janeiro.<sup>80</sup>

Podemos observar pontos importantes na intenção da proposta feita por Joaquim e Ligia:

a) eles apontam para a alimentação contaminada pelos agrotóxicos; b) diante de uma política que buscava a industrialização agrícola, não haveria outra solução a não ser pela mobilização coletiva; c) a mobilização pretendia seguir um fluxo fechado de produzir, distribuir e consumir alimentos sem agrotóxicos por meio de uma cooperativa<sup>81</sup>; d) toda essa mobilização também poderia promover benefícios econômicos de complementação da renda mensal aos interessados; e) deixam claro que há certa urgência na implementação da ideia de produzir e consumir alimentos naturais e saudáveis. Além disso, pensando na ideia de criar um entreposto da cooperativa, ou até mesmo um sistema de entrega em domicílio, podemos considerar que, naquela ocasião, era uma alternativa para a população urbana que não tinha muitas opções de lugares para comprar legumes e verduras sem agroquímicos.

Seguindo a repercussão do assunto, no dia 15 de fevereiro do mesmo ano, o Jornal mencionou as consequências da chamada “*Comida sem veneno*” e colocou uma nota informando que, nos EUA, o governo estava sendo pressionado a tornar obrigatória a transparência referente ao uso de aditivos químicos e ingredientes nos rótulos dos produtos. Também noticiou que a agricultura orgânica era efetiva na Alemanha, França, Inglaterra, Holanda e EUA, e quase inédita no Brasil. A matéria também anuncia que, na grande mídia brasileira, o Globo Repórter teria veiculado, em 1978, programa sobre o uso prejudicial de agrotóxicos nos alimentos, de título “*Sal, Azeite e Veneno: o que há de errado com nossa salada?*”. Segundo o Jornal, a repercussão do assunto após o programa televisivo se estendeu por algum tempo e contribuiu para que as vendas de hortaliças reduzissem em 50% nas grandes cidades brasileiras, com retorno às vendas usuais pouco depois, por falta de outras opções. Isso nos revela que circulavam, em fins da década de 1970, informações referentes aos danos dos agroquímicos para a saúde humana e seu uso indiscriminado, as quais contribuiriam

<sup>80</sup> JORNAL DO BRASIL. Joaquim e Ligia. *Comida sem veneno*. Carta aos leitores. 12/01/1979. Caderno B. p. 5.

<sup>81</sup> O movimento de contracultura trouxe uma perspectiva de ação coletiva na esfera das cooperativas, nas quais os cooperativistas trabalhariam juntos em um objetivo sem hierarquias, sem poder uns sobre os outros.

para a publicação de Joaquim e Ligia.<sup>82</sup>

Na mesma matéria de 15 de fevereiro de 1979, intitulada “Por uma comida sem veneno”, o *Jornal do Brasil* compartilhou as consequências imediatas da carta escrita por Joaquim e Ligia. O casal recebeu muitas cartas de retorno e não perderam tempo em dar início ao projeto. A matéria é grande e tomou uma página inteira do Caderno B do Jornal, como mostra a imagem a seguir.



Figura 2: JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

Sendo assim, iremos citar a chamada inicial da matéria e os pontos mais importantes para analisarmos a repercussão:

**[Por uma comida sem veneno]** Um jovem agricultor de 31 anos, Joaquim Moura, carioca formado em Desenho Industrial e ex-funcionário do Banco Central do Brasil, e sua mulher Ligia Lara, de 21 anos, escreveram uma carta ao JORNAL DO BRASIL, publicada no dia 12 de janeiro passado. Era uma conclamação a todos os cidadãos que se sabem ameaçados pelo envenenamento da comida para que se unissem e vissem o que, juntos, poderiam fazer. Como agir diante dos índices alarmantes de contaminação por produtos químicos, altamente venenosos, encontrados nas verduras e legumes livremente oferecidos às populações urbanas nas feiras e supermercados? A péssima qualidade dos alimentos encontrados nas grandes cidades é um problema mundial. Os americanos, cansados de tanta trapaça na comida, exigem de seu Governo que abrigue as indústrias a revelar todos os ingredientes e aditivos nos rótulos de seus produtos, segundo o jornal *The New York Times*, que anuncia para este ano uma legislação especial contra práticas abusivas. Nos países mais desenvolvidos uma solução vem sendo adotada, em termos ainda incipientes, mas promissores: a agricultura orgânica, que abre mão dos fertilizantes e praguicidas químicos e estimula a fertilidade natural da terra com práticas baseadas na Biologia e na Ecologia. Ano passado, a TV Globo levou ao ar um programa *Globo Repórter* intitulado *Sal, Azeite e Veneno* (o que há de errado com nossa salada) denunciando nosso envenenamento cotidiano. Nos dias que se seguiram, as vendas de hortaliças caíram cerca de 50% nas grandes cidades

<sup>82</sup> JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

brasileiras. Muita gente se assustou, mas depois, por não haver opções, tudo voltou ao “normal”. Joaquim e Lígia inquietaram-se e apresentaram uma proposta: a organização, sem intermediários, de produtores e consumidores, para produzir, distribuir e consumir alimentos frescos, puros e baratos. Através de uma cooperativa. A resposta dos leitores foi imediata e hoje eles contam com a oferta de oito proprietários de fazendas, sítios e quintais, que se colocam à disposição para o projeto. Utopia? Bom que não seja, exatamente neste ano em que a agricultura é meta prioritária do próximo governo.<sup>83</sup>

Joaquim e Lara deram início imediato à proposta feita no dia 12 de janeiro. Eles receberam muitas cartas que se dividiram em três grupos: as que ofereceram fazendas no estado do Rio de Janeiro, as que ofereceram terrenos na cidade do Rio de Janeiro e as de futuros consumidores interessados. O primeiro passo foi conhecer as fazendas disponíveis e iniciar uma horta na Fazenda Pasárgada, em Lumiar, distrito de Nova Friburgo/RJ. Para termos uma ideia, segue um exemplo das cartas que foram trocadas entre uma leitora e o casal, nas quais podemos acompanhar a adesão à proposta de Joaquim e Ligia, assim como o início de todo o movimento:

É admirável esta iniciativa de vocês da qual eu gostaria de participar, embora talvez com a menor parcela de terra de todos que estão interessados no projeto. O terreno de que disponho é de propriedade de minha avó. São dois lotes regulares (não consegui saber as medidas) com uma pequena casa, em Queimados, perto de Nova Iguaçu. Meus avós eram camponeses emigrados de Portugal e quando chegaram se instalaram nesse terreno. Uma horta foi feita e supria todas as necessidades da família, além de contribuir para o abastecimento de duas quitandas locais. O cultivo era diversificado, não se atendo a nenhuma verdura em particular. Esses são os antecedentes do terreno. De minha parte, que sou adepta da alimentação natural, gostaria de contribuir da melhor forma possível. Não tenho qualquer experiência de cultivo a não ser algumas que fiz com plantas ornamentais durante um rápido curso de jardinagem. Talvez tenha omitido fatos que podem ser de relevância para vocês, mas que no momento não me ocorrem. Espero ansiosamente pela resposta de vocês. Celeste Azevedo.<sup>84</sup>

Como resposta, o casal escreveu:

Amiga Celeste, sua carta chegou para nossa alegria. Estamos pensando em como fazer para pôr todos os terrenos oferecidos em produção. Não que sejam muitos, até agora oito, mas já são mais do que podemos pessoalmente, imediatamente, cuidar. Enfim, veremos como, com a ajuda dos amigos que certamente virão, faremos. Agora conte: mora alguém lá? Sua avó? Você e algum amigo estariam dispostos a ir lá nos fins de semana, pelo menos? Talvez sua avó conheça quem em Queimados se interessasse e, morando mais perto, pudesse dar uma assistência mais frequente – pois, pelo menos, a rega é diária (quando não chove), o resto podendo ser feito nos fins de semana. Enfim, agora você deve pensar neste aspecto, de quem poderia ajudar-lhe a cuidar da horta, para não se tornar um compromisso demais exigente para você. Lá em Queimados não deve ser difícil encontrar quem perceba o alcance da ideia – normalistas, escoteiros, cursilista, rotarianos e demais amigos de boa vontade – e se disponha a participar. No mais, tente fazer um mapa aproximado do terreno, com as medidas, localização da casa, de árvores porventura existentes e outras fontes de sombra, tipo de cerca que o limita, recursos d’água. Conte também os aspectos básicos do solo? A terra lhe parece fértil? Rica em matéria orgânica? Escura, fofa, arejada, com muitas minhocas? Ou estará mais

<sup>83</sup> JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

<sup>84</sup> JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.



fraca, meio morta, demasiado arenosa ou barrenta? De qualquer modo, após semanas, meses e anos de bons cuidados, estará tão fértil como as melhores que há.<sup>85</sup>

Até aqui podemos analisar alguns pontos. Primeiramente, o casal escreveu em um Jornal que circulava na cidade do Rio de Janeiro, no meio urbano, então, provavelmente, seus leitores também moravam na cidade, ou seja, é o início de um movimento urbano. Em segundo lugar, devemos atentar para algumas informações que nos indicam a classe social dos leitores e do próprio casal. Joaquim e Ligia escreveram a carta e solicitaram retorno para seu endereço que se localizava no bairro de Copacabana, Zona Sul do Rio de Janeiro. Além disso, Joaquim é apresentado como agricultor, como desenhista industrial pela sua formação profissional e pelo seu trabalho anterior como funcionário do Banco Central do Brasil. Diante dessas referências, tudo indica que Joaquim e Ligia compunham a classe média carioca. Quanto aos interessados na proposta da produção e consumo dos alimentos sem agrotóxicos, que responderam a carta, sabemos que dispunham de fazendas e terrenos para plantio, no entanto, ainda são poucas informações para caracterizá-los socialmente.

Outras informações se enquadram nas características referenciais da produção agrícola. As perguntas de Joaquim e Ligia para Celeste Azevedo, interessada em contribuir para o projeto em formação, sobre o terreno que essa disponibilizava, configuram pontos importantes para que aquele local pudesse ser redesenhado. Ou seja, saber o tamanho do terreno (escala), árvores existentes (pontos de sombreamento), localização e tamanho da casa (para calcular as zonas dos agroecossistemas) e recursos d'água são questões iniciais para projetar um espaço de produção agrícola de base ecológica pensando nos fluxos de energia. Percebe-se que, apesar das perguntas sobre o tipo de solo, esse não era o elemento mais importante, pois, independentemente de suas características, usando os conhecimentos técnicos agrícolas, eles ficariam férteis e produtivos.

Em outra parte da carta, Joaquim e Ligia pedem à Celeste que ela investigasse se haveria, próxima ao terreno, alguma fonte de estrume para o solo, ou ainda alguma indústria que gerasse resíduo orgânico, como palha de café ou cacau, massas, bagaços de soja, cana, serragem etc., desde que não tenham recebido nenhum composto químico. Essa investigação solicitada pelo casal seria para, mais uma vez, redesenhar o que eles chamaram de pequeno ecossistema. A intenção inicial de produzir nesse espaço era a de suprir as famílias que trabalhassem e ajudassem na horta, e de “motivar os vizinhos a plantar também, resultando em benefícios materiais, sociais e espirituais para todos”.<sup>86</sup>

Isso nos revela que muito mais do que implementar hortas em terrenos ociosos com práticas de agricultura alternativa, o grupo que estava começando a se formar tinha perspectivas de

<sup>85</sup> JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

<sup>86</sup> JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

transformação ecológica na criação de um espaço biodiverso, ético e social com impacto e transformação da comunidade local e econômica. Considerava a produção para subsistência e possível renda extra, além de entrever também transformação política, pois era um movimento contra hegemônico frente à agricultura industrial vigente e de resistência ecológica.

Ainda na mesma publicação do *Jornal do Brasil*, “Por uma comida sem veneno”, no dia 15 de fevereiro de 1979, há menção a outra correspondência direcionada à Joaquim e Ligia, de uma leitora do Jornal interessada no projeto proposto pelo casal. A carta foi escrita por Alzira B. Ferreira, que se manifestou dizendo que gostaria de ser apenas uma consumidora, pois morava “na chamada selva de concreto que é Copacabana”, mas que também disponibilizaria de tempo e assistência no que fosse preciso. O casal respondeu convidando-a para contribuir trabalhando nas hortas já implementadas em Jacarepaguá, Santa Tereza, Queimados, Petrópolis, Paracambi e Friburgo.

Devemos atentar para as datas de início da proposta, 12 de janeiro de 1979, e dessa longa matéria no *Jornal do Brasil* sobre as correspondências trocadas com Joaquim e Ligia, dia 15 de fevereiro de 1979. Percebe-se que, no período de um mês, aproximadamente, foram instauradas seis hortas de imediato. É preciso considerar que este é um número significativo para o período de 4 semanas. Além disso, a matéria denomina Joaquim Moura como agricultor biológico, uma das vertentes da agricultura alternativa, o que nos faz perceber que os termos se misturavam bastante.

Diante do grande número de pessoas que responderam a proposta feita por Ligia e Joaquim Moura, estes combinaram um encontro presencial no dia 10 de março de 1979 no Parque Lage, localizado na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro, com a finalidade de discutir métodos de associação e organização de uma cooperativa para produção de alimentos sem fertilizantes químicos.<sup>87</sup> Mais de 300 pessoas compareceram ao encontro e discutiram as possibilidades de prosseguir com a ideia de criar uma cooperativa de produtores e consumidores de alimentos cultivados sem agrotóxicos. O encontro de tantos leitores do *Jornal do Brasil* demonstra a preocupação e a urgência em criar uma alternativa para consumir alimentos livres de fertilizantes e pesticidas. Joaquim Moura, ao escrever no *Jornal do Brasil* sobre o encontro no Parque, expressou:

Nos dias atuais, tão exíguos e apressados, nesta cidade que tantos obstáculos e inconvenientes opõe à circulação de seus habitantes, o fato de quase 300 leitores de um mesmo jornal se reunirem espontaneamente para concretizar uma ideia que todos já planejavam isoladamente pode ser visto como uma novidade em nosso espaço sócio-político-econômico-cultural, que tanto carece delas se positivas. É também, certamente, fruto da conscientização das populações para os problemas ecológicos, ambientais, agrícolas e sanitários que os meios de comunicação, a comunidade científica, alguns setores do Governo, os organismos internacionais e agora a Igreja Católica vêm desenvolvendo com ênfase crescente...

...O encontro foi um sucesso. Todos vislumbrando como organizar concretamente... como lá havia muitas pessoas, com experiência e recursos nas mais diversas atividades profissionais, liberais e existenciais, oferecendo sua participação na construção ao nível da realidade de algo que ainda só existe no plano da idealização, da vontade, não será difícil fazê-lo. Foram oferecidas áreas

<sup>87</sup> JORNAL DO BRASIL. “Por uma comida sem veneno”. 09/03/1979. Caderno B. p. 2.

para plantio comum dos cooperativados em 45 fazendas, sítios e terrenos na cidade e nos arredores... Estudantes, economistas, agrônomos, mães de famílias, professores de química, biologia e história, psicólogos, militares, médicos, agricultores alternativos, administradores, espiritualistas, fazendeiros, cientistas, jornalistas, crianças, poetas, advogados e curiosos, todos interessados e simpáticos, formam uma equipe certamente eclética abrangente, contemporânea e experiente.<sup>88</sup>

O primeiro encontro dos interessados no cooperativismo da produção de alimentos contou com pessoas de diversas realidades e deu bons frutos, pois, como a seguir a citação de Moura, 45 espaços foram disponibilizados para uso de produção agrícola alternativa. Essa ação nos dá indícios da formação de um grupo que buscava por uma transformação política, social, econômica, cultural e ambiental.

Durante essa mobilização no Parque Lage, realizando o desejo inicial de Joaquim e Ligia, as pessoas que estavam presentes e desejavam contribuir, fundaram a Coonatura – Cooperativa mista de produtores, consumidores de alimentos, ideias e soluções naturais – a primeira cooperativa de consumidores orgânicos<sup>89</sup> no Rio de Janeiro. A cooperativa não teve uma sede inicialmente, portanto as primeiras reuniões foram realizadas no Parque Lage ou nas casas de participantes, também na cidade do Rio de Janeiro. Vejamos abaixo uma foto da reunião dos cooperativistas, infelizmente, sem registro de data.



Figura 3: Reunião da Coonatura. Fonte: Arquivo Pessoal de Paulo Aguinaga<sup>90</sup>.

<sup>88</sup> JORNAL DO BRASIL. Joaquim Moura. “*Por uma comida sem veneno*”: um encontro no Parque Lage. 21/03/1979. Caderno B. p. 10.

<sup>89</sup> Os termos que utilizaremos para mencionar a produção agrícola da Coonatura irão variar entre orgânicos, naturais e biológicos, ao invés de referirmos como agroecológico, e essa nossa escolha é proposital. O que nos motiva é que analisando as categorias nativas das nomenclaturas usadas pelos atores na época se misturavam, mas voltavam-se para o mesmo fim, ou seja, uma agricultura livre de agrotóxicos. Justificaremos, posteriormente, nossa escolha do termo agroecológico em relação à produção do movimento que se formava no Rio de Janeiro.

<sup>90</sup> Paulo Aguinaga foi um dos cooperativistas fundadores da Coonatura e contribuiu diretamente em sua atuação por todo tempo de existência da cooperativa. Em 2018, quando eu desenvolvía a minha monografia da graduação da UFRJ,

A Coonatura compartilhava o pioneirismo na criação de uma cooperativa de impulsionamento à produção agrícola livre de agrotóxicos com a Cooperativa Ecológica Coolmeia, que foi fundada em 1978 na cidade de Porto Alegre/RS. Ambas as cooperativas atuaram na promoção de uma alimentação natural, na produção ecológica e na comercialização de orgânicos por meio do cooperativismo e autogestão, impactando a economia dos produtores, manifestando-se politicamente em resistência à agricultura convencional e em defesa de um meio ambiente saudável. Segundo Paulo Aguinaga<sup>91</sup>, os organizadores das cooperativas mantiveram contato e realizavam trocas de produtos, principalmente, os regionais. A Coonatura, bem como a Coolmeia, se encerrou no início dos anos 2000.

As notícias sobre a Coonatura correram por todo ano de 1979 com o protagonismo de Joaquim Moura. Seu intuito era implementar hortas nas casas da população para tornar as famílias autossuficientes no consumo de hortaliças e legumes, em espaços públicos sob o prisma do voluntariado, em escolas, fábricas e empresas, realizando uma ampla metamorfose na alimentação da população carioca.<sup>92</sup> A ideia era sempre expandir!

Joaquim Moura<sup>93</sup> construiu uma popularidade enorme entre os grupos ambientalistas e no próprio *Jornal do Brasil*, publicando cartas recorrentemente na seção de Carta aos Leitores e sonhando com um mundo melhor, transformado ecológica e humanisticamente. O projeto da cooperativa foi enviado, por ele, ao Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (INCRA) com objetivo de adquirir registro formal e dar respaldo jurídico à mobilização, para que pudessem realizar transações em nome da Coonatura, como comprar de produtores da Coolmeia, no Rio Grande do Sul<sup>94</sup>. Infelizmente, naquele momento de ditadura civil-militar, registrar uma cooperativa não era comum e não havia uma legislação específica para tal finalidade, sendo assim, a Coonatura não conseguiu o registro.<sup>95</sup>

Segundo Joaquim Moura, referente à ideia de criação da Coonatura disse: “não parti do fastio da vida urbana, mas das preocupações com as condições de vida do povo, quer seja nas cidades, quer no campo, este é um projeto de reforma cultural”!<sup>96</sup> Joaquim tinha bons contatos; manteve relações e foi citado por artistas, ambientalistas, políticos, entre outros. Ele foi citado em

---

Paulo permitiu que eu acessasse o seu arquivo pessoal, localizado em sua residência em Petrópolis, que continha imagens, recortes de jornais e boletins da Coonatura.

<sup>91</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min). Essa entrevista foi realizada para o desenvolvimento de minha monografia como trabalho de conclusão do curso de História da UFRJ. MOREIRA, Paula Fortini. *O surgimento das feiras orgânicas no Rio de Janeiro: uma perspectiva histórica*. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: 2020.

<sup>92</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Comida sem veneno passa do papel para a prática*. 26/04/1979. p. 5.

<sup>93</sup> A partir daqui irei me referir apenas a ele, pois ele e Ligia se separaram, sendo assim, as fontes não a mencionam mais.

<sup>94</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Encontro de agricultura natural*. 20/04/1979. p. 11.

<sup>95</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>96</sup> TRIBUNA DA IMPRENSA. *Encontro de agricultura natural*. 20/04/1979. p. 11.

três crônicas de Carlos Drummond de Andrade, que se revelou ardoroso e fiel seguidor do movimento (ver figura 4); manteve encontros com Augusto Ruschi, ambientalista reconhecido nacional e internacionalmente, que o recebeu em Vitória; o ministro da Casa Civil, General Golbery, manifestou querer ouvi-lo; além de criar relações e vínculos devido à causa ecológica com Antônio Houaiss<sup>97</sup>, José Lutzenberger, Zuenir Ventura<sup>98</sup>, Washington Novais<sup>99</sup>, Ziraldo<sup>100</sup>, Caetano Veloso e Jorge Mautner<sup>101</sup>.

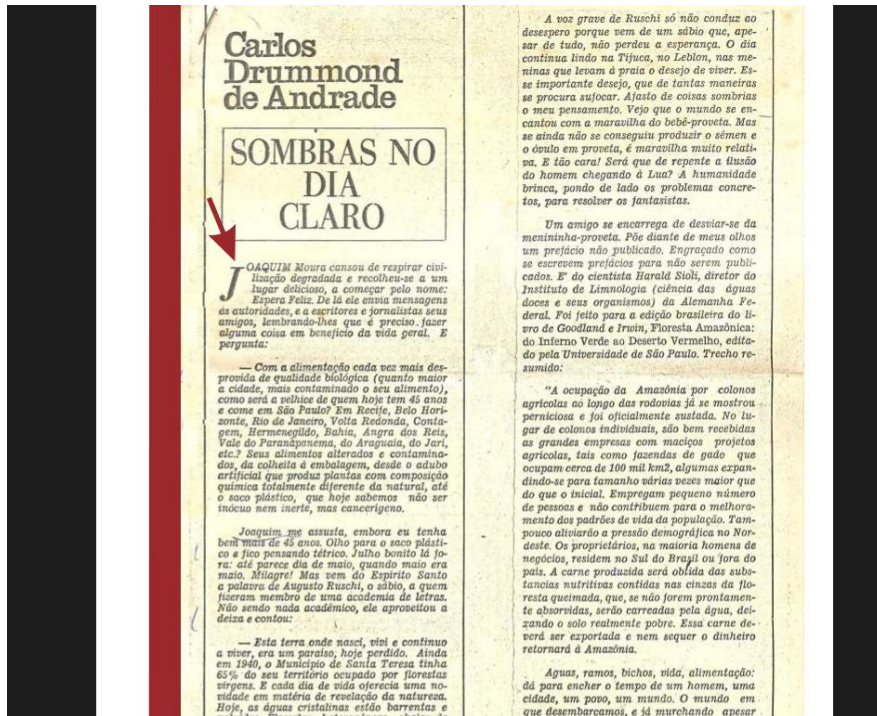


Figura 4: Carlos Drummond de Andrade. *Sombras no dia claro*. Disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-illustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h.

Joaquim Magalhães Barata de Moura entrou para o Banco Central no primeiro concurso da instituição, em 1966, como escriturário “A”, onde atuou no Museu de Valores do Banco até o

<sup>97</sup> Antônio Houaiss foi um destacado intelectual brasileiro, filólogo, crítico literário, tradutor, diplomata, enciclopedista e ministro da cultura do Brasil no governo Itamar Franco. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio\\_Houaiss](https://pt.wikipedia.org/wiki/Ant%C3%B4nio_Houaiss). Acesso em 16/08/2021 às 19:45.

<sup>98</sup> Zuenir Carlos Ventura é um jornalista e escritor brasileiro. Em 1954, no Rio de Janeiro, iniciou o curso de Letras Neolatinas na Faculdade Nacional de Filosofia, hoje UFRJ. Em seguida, começou sua carreira de jornalista. É colunista do jornal *O Globo*, tendo ganhado o Prêmio Jabuti em 1995 na categoria Reportagem pelo livro *Cidade Partida*. É o sétimo ocupante da cadeira 32 da Academia Brasileira de Letras, eleito no dia 30 de outubro de 2014, na sucessão do dramaturgo Ariano Suassuna. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Zuenir\\_Ventura](https://pt.wikipedia.org/wiki/Zuenir_Ventura). Acesso em 16/08/2021 às 19:45.

<sup>99</sup> Washington Luís Rodrigues Novaes foi um jornalista brasileiro que tratou com especial destaque os temas de meio ambiente e culturas indígenas. Recentemente, era colunista dos jornais *O Estado de S. Paulo* e *O Popular*, bem como consultor de jornalismo da TV Cultura. Um de seus trabalhos mais recentes foi a realização da série de documentários *Xingu - A Terra Ameaçada*. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Washington\\_Novaes](https://pt.wikipedia.org/wiki/Washington_Novaes). Acesso em 16/08/2021 às 19:45.

<sup>100</sup> Ziraldo Alves Pinto é um cartunista, chargista, pintor, escritor, dramaturgo, cartazista, caricaturista, poeta, cronista, desenhista, apresentador, humorista e jornalista brasileiro. É o criados de personagens famosos, como o Menino Maluquinho, e é, atualmente, um dos mais conhecidos e aclamados escritores infantis do Brasil. Disponível em <https://pt.wikipedia.org/wiki/Ziraldo>. Acesso em 16/08/2021 às 19:45.

<sup>101</sup> Jorge Mautner, nome artístico de Henrique George Mautner, é um cantor, compositor, violinista e escritor brasileiro. Disponível em [https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge\\_Mautner](https://pt.wikipedia.org/wiki/Jorge_Mautner). Acesso em 16/08/2021 às 19:45.

ano de 1978. Durante esse período fez o curso e se formou, em 1974, como desenhista industrial. No ano de 1986 retornou ao Banco Central ocupando o cargo de Analista, Classe Especial, onde trabalhou até o ano de sua aposentaria na instituição, em 1998. Joaquim, junto com sua esposa Ligia Lara, foram os idealizadores da Coonatura que acabou sendo uma oportunidade para Joaquim se inserir no mundo da agricultura ecológica, sendo solicitado para implementar horta (ver figura 5) em diversas instituições e organizações no estado do Rio de Janeiro e em outros, como Brasília. Seu trabalho com a Coonatura também o levou a ser contratado como consultor pela Fundação de Tecnologia Industrial, do Ministério da Ciência e Tecnologia para colaborar em um subprojeto denominado “Ilhas Energéticas” do Pró-Alcool, em 1979, na qual o ecologista tinha a função de propor soluções que promovessem a segurança alimentar, a alimentação e a saúde da população e estimulassem as tecnologias apropriadas para geração de renda de modo sustentável.<sup>102</sup>



Figura 5: O GLOBO. *Semear o grão e colher o fruto. Eis uma lição que criança nenhuma esquece.* 19/9/1982. p. 6. Joaquim Moura está à direita.

Por ser o fundador e idealizador da Coonatura, a cooperativa foi associada a Joaquim nos primeiros anos. Pela análise de seu currículo, do qual constam muitas viagens internacionais para pesquisa, contratação em outros estados como consultor ambiental e moradia em outros países a partir de 1992, pressupomos que sua atuação na Coonatura deva ter diminuído. Entretanto, o trabalho realizado por Joaquim Moura como ecologista e no campo da agricultura ecológica foi bem reconhecido e divulgado em periódicos, sendo chamado, inclusive, de “profeta verde”. Além disso,

<sup>102</sup> Todas essas informações sobre Joaquim Moura foram retiradas de seu Currículo Ilustrado enviado ao PNUD em dezembro de 2010. O currículo está disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h.

foi convidado a palestrar sobre alimentação natural e seu possível impacto na saúde da população na Escola Nacional de Saúde Pública da Fundação Oswaldo Cruz, em 1979, e solicitado para implementar hortas em diversos lugares na cidade do Rio de Janeiro.<sup>103</sup> Vejamos nas imagens a seguir.



Figura 6: MATUTINA. *Profeta Verde*. 30/09/1987. Segundo Caderno. p. 6.

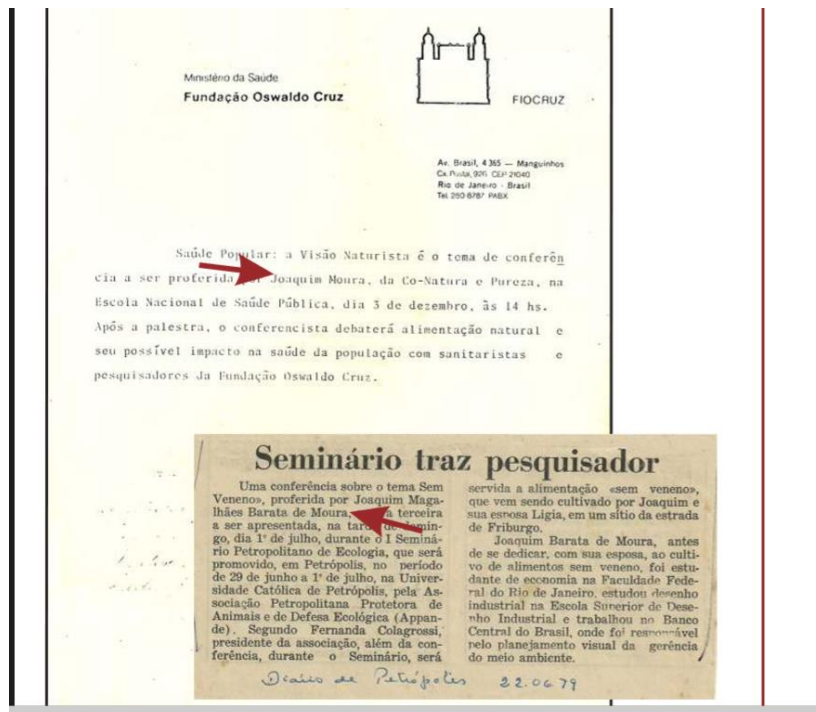


Figura 7: *Currículo Ilustrado*. Disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h.

<sup>103</sup> *Currículo Ilustrado*. disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h.

As primeiras ações da Coonatura, liderada por Joaquim Moura, se realizaram na cidade do Rio de Janeiro e região metropolitana. Além dos terrenos disponibilizados pelos associados cooperativistas, algumas instituições da cidade aderiram à causa e pediram auxílio à cooperativa para implementar uma agricultura ecológica. Foi o caso do Internato Santa Mônica, localizado no bairro Jacarepaguá, zona oeste do Rio de Janeiro, que abrigava 250 crianças e adolescentes órfãos. O internato dispôs de uma área de mil metros quadrados destinados à produção de alimentos sem agrotóxicos com assistência da Coonatura, e influenciou o interesse de outras instituições como a Fundação Estadual de Educação do Menor (FEEM), Funabem, hospitais psiquiátricos, asilos, quartéis e outros que dispunham de área para cultivo. Além deles, uma fazenda da Baixada Fluminense, Fazenda Anjo da Guarda, ofereceu suas terras para o cultivo agrícola e voluntário de alimentos livres de agrotóxicos. Essa produção seria destinada a quem trabalhasse na produção e seus excedentes seriam oferecidos aos cooperativistas, sem nenhuma outra intermediação. Dos 43 voluntários a trabalhar nesse projeto da Fazenda, a maioria era de estudantes<sup>104</sup>.

A matéria do *Jornal do Brasil*, intitulada de “Por uma comida sem veneno: os utopistas estão chegando”, publicada em 15 de maio de 1979, relata as ações urbanas da Coonatura, suas dificuldades e benefícios na implementação de produção agrícola alternativa. Segundo a matéria, a Fazenda Anjo da Guarda estava condenada a ser um local de acúmulo de lixo radioativo, mas, ao invés disso, se tornou um campo de pesquisa de agricultura ecológica ou de transição agroecológica. Segundo o relato de Joaquim Moura ao Jornal, pretendiam que a Fazenda Anjo da Guarda

ainda uma experiência piloto, possa criar unidades agrícolas o mais possível autossuficientes em adubação, alimentação e energia. Essas comunidades autogeridas e cooperativadas, são laboratórios de pesquisas e testes capazes de apresentar soluções alternativas. O objetivo imediato é desenvolver projetos de arquitetura ecológica, natural, apicultura, de energias não-convencionais, escola-aberta, horto de formação de mudas de árvores nativas brasileiras, seminários, espetáculos e artesanato. Quem sabe se de tudo isso nascerá um novo modelo de ocupação agrária, mais comunitário e justo, mais rico em possibilidades de desenvolvimento pessoal e social para as populações rurais e mesmo urbanas, mais apto a atender as necessidades e exigências do terceiro milênio que, sabemos, não serão poucas?<sup>105</sup>

Evidentemente, a intenção da cooperativa Coonatura era de ampla transformação social e ambiental. O trabalho implementado pela cooperativa ganhava um caráter político, social, ecológico, cultural, ético e econômico. É possível considerar que o trabalho da Coonatura também se caracterizava como sendo de Educação Ambiental, visto que muitos dos cooperativistas estavam aprendendo novas técnicas e possibilidades ecológicas, além do trabalho em escolas de ensino-aprendizagem na implementação de hortas no Internato de Jacarepaguá com os 250 meninos.

<sup>104</sup> JORNAL DO BRASIL. “Por uma comida sem veneno”: os utopistas estão chegando. 15/05/1979. Caderno B. p. 5.

<sup>105</sup> JORNAL DO BRASIL. “Por uma comida sem veneno”: os utopistas estão chegando. 15/05/1979. Caderno B. p. 5.





Figura 8: JORNAL DO BRASIL. “Por uma comida sem veneno”: os utopistas estão chegando. 15/05/1979. Caderno B. p. 5.

Além da questão agrícola, como muitos movimentos ambientalistas, a Coonatura também se manifestava publicamente a favor de outras causas ambientais, como a crise energética e nuclear. Joaquim, que escrevia muito bem e publicava constantemente no *Jornal do Brasil*, publicou um artigo em 17 de junho de 1979, nomeado de “Crise energética – a saída pela democratização da pesquisa”, no qual evidenciava que não seria por falta de sugestões que a crise energética e os problemas ecológicos deixariam de ser resolvidos, pois, muitos simpósios, palestras, seminários, cursos, estavam sendo realizados para levar informações e apontar soluções sobre as questões ambientais iminentes como energia, alimentação, desenvolvimento, consumo, entre outras.<sup>106</sup>

A Coonatura não se formou singularmente; ela, na verdade, foi uma expressão do movimento ecológico que se manifestava mundialmente por meio das ONG’s, associações, cooperativas e grupos informais. A Coonatura se mantinha integrada ao movimento nacional e regional, se pronunciava e lutava por causas ecológicas juntamente com a Associação Harmonia Ambiental<sup>107</sup>, do Rio de Janeiro, representada por Antônio Carlos Lago, conhecido também como “Tuíca”. No início da década de 1980, como veremos, a Coonatura e a Associação Harmonia Ambiental se fundiram e tornaram a Associação Harmonia Ambiental Coonatura.

A década de 1970, marcada pelos movimentos da contracultura, e a adesão de muitos jovens que se contrapunham ao sistema moderno-industrial, com vistas a uma vida mais natural, orgânica, livre de padrões estéticos, de consumo e do modo de vida em geral, foi palco para o

<sup>106</sup> JORNAL DO BRASIL. Joaquim Moura. *Crise energética: a saída pela democratização da pesquisa*. 17/06/1979. Caderno B. p. 2.

<sup>107</sup> A Associação Harmonia Ambiental foi fundada por Antônio Carlos Lago, conhecido também como “Tuíca”, em 1978, na cidade do Rio de Janeiro. A associação foi criada a fim de fortalecer a luta pelas questões ecológicas na cidade.

nascimento de muitas comunidades alternativas. No final da década, e início dos anos 80 no Brasil, a população brasileira aumentava o número de “alternativos” e novos camponeses, e isso se expressou nas notícias publicadas pelos periódicos. Em agosto de 1979, um artigo no *Jornal do Brasil*, intitulado “Os novos camponeses: Misticismo e ciência unidos”<sup>108</sup>, apresentou exemplos de pessoas que faziam a escolha de vida de sair da cidade e ter uma vida no campo, entre eles Joaquim Moura. A matéria foi escrita com base em entrevistas com diversas pessoas que mencionavam quais tinham sido as principais mudanças que fizeram ao adotar uma vida, segundo eles, menos materialista. Entre os pontos principais de uma vida “alternativa” estão presentes a yoga, o vegetarianismo, a alimentação sem agrotóxicos e medicina natural.

Na mesma edição do jornal, outra matéria intitulada “Redescobrimo a vida no campo”<sup>109</sup> discorre sobre os exemplos do dia a dia e de independência financeira daqueles jovens que saíram da cidade e migraram para as zonas rurais, a fim de ter uma vida mais tranquila, mais ecológica, ficando conhecidos também como “novos rurais”. Um deles era João Carlos Ávila, um jovem de, aproximadamente, 38 anos que se mudou da Alemanha para o Brasil e adquiriu uma Fazenda em Nova Friburgo/RJ, nomeando-a de “Arca de Noé”; ele era um dos responsáveis por ensinar a agricultura biodinâmica, que aprendera na Alemanha, aos novos camponeses. Segundo a matéria, que não tem nome de autor (a), os novos camponeses eram jovens, entre 18 e 26 anos, que eram moradores de bairros da Zona Sul<sup>110</sup> do Rio de Janeiro, como Botafogo e Ipanema, e se autodeclaravam como parte da classe média e da classe média-alta. Além da agricultura, os novos rurais<sup>111</sup> se preparavam e investiam em outras tecnologias alternativas – energia solar, captação de água de chuva – e com a questão espiritual, sendo orientados, na maioria das vezes, pelas práticas e culturas orientais.

Como bom comentarista e muito presente nas páginas no *Jornal do Brasil*, Joaquim Moura em conjunto com João Bertolini<sup>112</sup> e Taís Ribeiro de Lima<sup>113</sup>, comentou, por meio da seção Carta

<sup>108</sup> JORNAL DO BRASIL. *Novos camponeses: misticismo e ciência unidos*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4.

<sup>109</sup> JORNAL DO BRASIL. *Redescobrimo a vida no campo*. 19.08.1979. Caderno B. p. 5.

<sup>110</sup> A Zona Sul do Rio de Janeiro é a região mais turística e onerosa para se morar na cidade. É na Zona Sul que estão localizados os atrativos mais famosos, como o Cristo Redentor, o Pão de Açúcar, o Jardim Botânico, as praias mais procuradas e o luxuoso Hotel Copacabana Palace, entre outros. Os moradores dessa região, geralmente, podem ser considerados como parte da classe média e classe média alta. Os bairros que compõem a Zona Sul carioca são: Leme, Copacabana, Ipanema, Leblon, Botafogo, Catete, Flamengo, Lagoa, Gávea, Humaitá, Jardim Botânico, Laranjeiras, Glória, Urca, Cosme Velho, São Conrado, Vidigal (comunidade) e Complexo da Rocinha (comunidade).

<sup>111</sup> Como apontado pelo Jornal, esses jovens declaravam que faziam parte da classe média e classe média alta brasileira. Isso, de certa maneira, facilitava a migração para as zonas rurais, considerando o fácil acesso a terras, a cursos, voluntariado e uma menor preocupação financeira para sobrevivência. JORNAL DO BRASIL. *Redescobrimo a vida no campo*. 19.08.1979. Caderno B. p. 5.

<sup>112</sup> João da Cunha Rego Bertolini, tinha 23 anos em 1979, era formado em administração e estava cursando psicologia na Universidade Estadual do Rio de Janeiro. Considerava-se como ecologista e pretendia continuar morando na cidade do Rio de Janeiro para trabalhar com a conscientização ambiental por meio da Coonatura e do Movimento Associação Harmonia Ambiental. JORNAL DO BRASIL. *A saída ecológica*. 28/11/1979. Caderno B. p. 7.

<sup>113</sup> Taís Ribeiro de Lima estava como autora em conjunto com Joaquim Moura e João Bertolini, da Carta aos Leitores, publicada no *Jornal do Brasil*, porém, não há outra menção sobre ela no periódico. Presume-se que ela era uma associada da Coonatura que se juntou a eles para escrever ao jornal.

aos Leitores, do *Jornal do Brasil*, a publicação referente às comunidades rurais formadas pelos novos camponeses, intitulada “Redescobrimo a vida no campo”. Mencionou que havia algumas fazendas coletivas pelo Brasil, mas que ainda eram poucas, e tornou público o desejo dos associados da Coonatura, que somavam naquela ocasião 400 cidadãos cariocas, de instalar no Rio de Janeiro um espaço social coletivo semelhante. Portanto, solicitava recomendações de uma terra que se localizasse a “uma hora e meia do Rio, no máximo; próxima do asfalto, área mínima de 100 mil metros quadrados, água abundante que permita aproveitamento hidráulico, algumas áreas planas para cultivo, alguma mata nativa, um pouco de pasto, de preferência com casa”<sup>114</sup>.

Em meados de 1980, Paulo Aguinaga, cooperativista associado da Coonatura, ex-estudante de agronomia pela UFRRJ<sup>115</sup>, e aprendiz voluntário na Fazenda Arca de Noé com João Carlos Ávila, saiu de um Encontro de Comunidades Alternativas Rurais e chegou ao 5º distrito de Petrópolis, Brejal<sup>116</sup>, onde arrendou a primeira terra da Coonatura, inaugurando o Sítio Semente (BLOISE, 2013, p. 112). A Coonatura, até então, era estritamente urbana, pois, apesar de não terem ainda uma sede na cidade, seus associados se reuniam e realizavam trabalhos no centro urbano do Rio de Janeiro. Em meados de 1980, formava, então, o seu núcleo rural. As primeiras atividades se concentraram em conhecer a região, os produtores, os métodos de cultivo, a cultura local, entre outros elementos importantes para morar, conviver e plantar em uma região com poucos moradores (BLOISE, 2013, p. 112).

Após os primeiros momentos no novo domicílio, a Coonatura Rural<sup>117</sup> iniciou sua produção agrícola sob os preceitos da agricultura biodinâmica e o redesenho do ecossistema local em que estava inserida. Ao mesmo tempo, ele realizava um trabalho de troca de saberes com os agricultores daquela localidade, aprendendo o método de plantio, as condições climáticas da região, o escoamento da produção agrícola, e ensinando sobre a agricultura biodinâmica e os circuitos curtos de mercado<sup>118</sup> – nos quais poderiam ser comercializados produtos sem agrotóxicos por meio da Cooperativa – com a finalidade de incentivar a transição agroecológica na região e conhecer a cultura local (BLOISE, 2013, p. 112).

Enquanto alguns associados da Coonatura cultivavam no Sítio Semente do Brejal, também

---

<sup>114</sup> JORNAL DO BRASIL. João Bertolini, Joaquim Moura, Taís Ribeiro de Lima. *Cidadãos inspirados*. 24/08/1979. Caderno B. p. 2.

<sup>115</sup> Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

<sup>116</sup> O Brejal está localizado no distrito de Posse, no município de Petrópolis, na região serrana do Rio. Na época, a região do Brejal fazia parte do chamado “cinturão verde” da região Serrana do estado do Rio de Janeiro, onde havia maior produção de hortigranjeiros que abastecia a cidade do Rio e região metropolitana, com a agricultura convencional, ou seja, com agrotóxicos.

<sup>117</sup> Coonatura rural ou núcleo rural da Coonatura foi a forma que o Sítio Semente, no Brejal, foi mencionado, tanto por Paulo Aguinaga em entrevista, quanto na Tese de doutorado de Denise Bloise e ainda em algumas publicações no Jornal.

<sup>118</sup> O termo “circuitos curtos” é utilizado para se referir a um meio de tráfego agroalimentar que aproxima os produtores dos consumidores. Segundo Darolt, Lamine e Brandemburg, “é utilizado para caracterizar os circuitos de distribuição que mobilizam até, no máximo, um intermediário entre produtor e consumidor” Além disso, reforçam “a noção de proximidade geográfica, aludindo ao aspecto social/relacional presente na ligação entre consumidor e produtor, nos processos de desenvolvimento local e na territorialização da alimentação”. Outra forma de denominação para outros autores é “circuitos alternativos”. (DAROLT, LAMINE, BRANDEMBURG, 2013, p. 9.)

em 1980, a cooperativa recebeu um outro espaço que pode ser considerado como a primeira sede para reunião do coletivo e distribuição da produção que estava sendo lavrada. O espaço foi cedido pela família de Paulo Aguinaga. Segundo ele, se localizava na parte de trás de um prédio na rua Pompeu Loureiro em Copacabana, no Rio de Janeiro, e era semelhante a um espaço de estacionamento. Nesse local, além de reuniões, a Coonatura iniciou um ponto improvisado de comercialização de produtos vindos da região do Brejal, tanto da produção da cooperativa, quanto de outros produtores da região que estavam no processo de transição agroecológica. Segundo Aguinaga, as produções iniciais eram pequenas, sendo assim, as vendas se destinavam aos associados da Cooperativa. Posteriormente abriu para outros interessados.<sup>119</sup>

Devido a entraves burocráticos, a cooperativa não conseguiu se legalizar como tal, sendo assim, ainda no início dos anos 1980, se fundiu com a Associação Harmonia Ambiental e passou a se chamar, então, Associação Harmonia Ambiental Coonatura<sup>120</sup>, que visava trazer para o centro urbano alimentos orgânicos mais saudáveis advindos da região do Brejal, localizado no município de Petrópolis/RJ, entre outras finalidades. A Coonatura Rural foi essencial para a formação do movimento que caracterizamos como agroecológico e para encontrar a solução que o grupo buscava desde o início: produzir, distribuir e consumir alimentos livres de substâncias químicas.

Na década de 1980, o movimento que se iniciou em 1979, marcado pela primeira mobilização da Coonatura, foi se encorpando. A Coonatura tornou parte de uma rede local fluminense que reunia outras organizações, como é o caso do Projeto Tecnologias Alternativas (PTA/FASE), criada em 1983, e a Associação dos Agricultores Biológicos do Rio de Janeiro (ABIO), criada em 1985. Os grupos não se fundiram, mas os integrantes se conheciam e, muitas vezes, uns se associavam ao grupo dos outros. Como veremos no próximo capítulo, os grupos se relacionavam de alguma maneira e tinham pontos de comercialização em conjunto. Ao analisar a trajetória no movimento, suas ações e seus atores no próximo capítulo, iremos aprofundar o exame da criação da rede carioca com a AS-PTA e a ABIO.

---

<sup>119</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>120</sup> Não foi encontrada uma data específica de quando a Coonatura e a Associação Harmonia Ambiental se uniram, porém, por causa do entreposto criado pela Coonatura e a comercialização de produtos ecológicos que vinham de outras regiões, presume-se que isso aconteceu entre 1982 e 1984.

## CAPÍTULO 3 – OS NOVOS CAMPONESES: POR UMA AGRICULTURA DE BASE ECOLÓGICA

### 3.1 A expansão da Coonatura

No capítulo anterior construímos os primeiros passos de um movimento de busca pela produção e consumo de uma agricultura de base ecológica na cidade do Rio de Janeiro. A partida ocorreu por meio da carta “Comida sem veneno” publicada no *Jornal do Brasil*, na seção de carta aos leitores, que teve um grande alcance. O trabalho urbano da cooperativa que se formou, Coonatura, foi primordial para alavancar o movimento, no entanto, a constituição de um núcleo rural foi fundamental para a formação do movimento agroecológico na cidade, pois foi a partir dele que a cooperativa pôde, de fato, atingir seu objetivo inicial de produzir e consumir produtos sem agrotóxicos. Além disso, foi por seu trabalho agrícola com os produtores da região do Brejal e a comercialização de seus produtos direto aos consumidores que compreendemos o movimento como agroecológico.

O grupo formado era composto por estudantes e profissionais de diversos campos de conhecimento. A maioria deles se encaixava no perfil dos consumidores, por não terem disponibilidade de tempo ou desejo de “botar a mão na terra” e plantar. Outra parte do grupo buscava, além do consumo de alimentos sem veneno, uma vida alternativa aos padrões moderno-industriais. Pretendemos, então, identificar esses novos camponeses, conhecer o movimento que estava em formação na cidade, as mobilizações realizadas, bem como conhecer o funcionamento do abastecimento agrícola no Rio de Janeiro e a região que se iniciou a produção orgânica, o Brejal.

Como apontou Rogério Seabra em sua tese, devido ao aumento da demanda dos produtos agrícolas na cidade do Rio de Janeiro, acarretado pelo acentuado crescimento demográfico urbano no século XX, a produção e a comercialização desses produtos se intensificaram concomitantemente. Com isso, se avolumou o número de trabalhadores que atuavam como atravessadores de produtos do campo para a cidade e surgiram as empresas de logística que intercambiavam os alimentos entre o agricultor e os pontos de comercialização. Consequentemente, as áreas de produção foram encurraladas para regiões mais distantes, e os produtores eram cada vez mais afastados da comercialização direta ao consumidor, sendo incorporados nos grandes circuitos e tornando-se dependentes das empresas que intercediam o comércio.

Segundo Linhares,

A organização da produção para o abastecimento exigiu a montagem de uma estrutura de transportes e de comercialização que escapava às possibilidades reduzidas do pequeno produtor. Este, quando situado na periferia de um centro consumidor em expansão, como foi o Rio de Janeiro, ou entregava seus produtos às empresas (de transporte) que se formavam e progrediam ou, então limitava-se a colocar seus reduzidos excedentes no mercado ambulante (LINHARES, 1979, p. 163 *apud* SEABRA, 2015, p. 304).

Esse é o contexto da modernização agrícola conservadora implementada nos anos 1970, dentro da política pública voltada para o desenvolvimento agrícola. Os pequenos produtores e camponeses sofreram um processo de desapropriação da terra e de marginalização, ficando, muitas vezes, sem acesso às políticas agrícolas implementadas com base no pacote tecnológico da Revolução Verde e sendo obrigados a se renderem aos grandes latifúndios monocultores, quando não migravam para os centros urbanos. A agricultura industrial exigiu também um novo sistema de abastecimento para as grandes cidades, o qual, como disse Linhares, reduziu as possibilidades dos pequenos produtores.

Em maio de 1972, o governo federal, promulgou um decreto de Lei nº 70.502, inserido no I PND, que criava o “SINAC - Sistema Nacional de Centrais de Abastecimento – vinculado ao controle técnico, financeiro e administrativo da COBAL – Companhia Brasileira de Alimentos” (SEABRA, 2015, p. 307). O SINAC exerceria a função de transacionar as informações referentes à comercialização nacional, “como, por exemplo, preços, padronização, classificação e embalagem dos produtos agrícolas, apresentando uma forma clara de regulação pública no sistema de distribuição” (SEABRA, 2015, p. 307). Ou seja, a distribuição da produção agrícola ficou sob direção do Estado, que, de alguma maneira, estabeleceu regras referentes aos valores, aos padrões estéticos dos produtos e aos meios logísticos. Nesse sentido, a autonomia dos pequenos produtores rurais diminuía e o número de empresas vinculadas ao governo aumentava, criando um grande circuito comercial que incluía maior número de pessoas entre produtor e consumidor.

O SINAC regulamentou, em nível nacional, as Centrais de Abastecimento (CEASAs), que foram criadas na década de 1960 nos principais núcleos urbanos, a fim de organizar a comercialização das produções agrícolas concentrando produtores e compradores em um único local (ABRACEN, 2018). A regulamentação destinada à CEASA “tinha como proposta inicial o estabelecimento de uma rede de informações técnicas entre as unidades atacadistas regionais para servir como ponto de referência aos negócios entre produtores, propiciando o melhor ponto de equilíbrio da oferta e dos preços” (CUNHA, 2006, p. 38 apud, SEABRA, 2015, p. 307). Dessa forma, o SINAC buscava reorientar o escoamento comercial da produção hortifrutigranjeira concentrado em uma única unidade intermediadora. Em 1986, o controle de algumas unidades das CEASAs foi transferido para os estados e municípios, e algumas unidades passaram por um processo de privatização.

O Rio de Janeiro também estava inserido nesse contexto das Centrais de Abastecimento e das novas logísticas após a implementação do SINAC. Seabra aponta que isso refletiu na região serrana do Estado, e que era possível encontrar nas estradas da região diversos “operadores logísticos, de diversos tamanhos, integrando várias redes de abastecimento” (SEABRA, 2015, p. 322). O autor também menciona que, dentre esses operadores, era possível se deparar com “serviços exclusivos para varejistas e operadores de grande porte atuando para vários supermercados e

atravessadores formalizados em múltiplos canais de comercialização” (SEABRA, 2015, p. 322).

Fica claro que toda a dinâmica rural, de produção, escoamento, econômica, social, política, foi se alterando após a implementação das políticas modernizadoras em prol do desenvolvimento industrial no período da ditadura militar. Essas mudanças transformaram a realidade do produtor rural que foi ficando cada vez mais distante do consumidor final de seus produtos, e se integrando a um grande circuito de comercialização no qual eram os menos beneficiados. A estipulação de preços dos produtos agrícolas pelo SINAC criou outra dinâmica de abastecimento pela CEASA e fomentou uma nova logística de comercialização e distribuição desses produtos. Esse processo se refletiu no campo, com os produtores recebendo valores irrisórios por sua produção. Além disso, a política desenvolvimentista trouxe pobreza, doença e insegurança alimentar para a população campesina.

A região serrana do Estado do Rio de Janeiro há anos vem se revelando como a região principal de produção agrícola, sendo o principal polo de distribuição para capital. A região serrana é composta por dezesseis municípios, sendo eles: Bom Jardim, Cachoeira de Macacu, Cantagalo, Carmo, Cordeiro, Duas Barras, Guapimirim, Macuco, Nova Friburgo, Petrópolis, Santa Maria Madalena, São José do Rio Preto, São Sebastião do Alto, Sumidouro, Teresópolis e Trajano de Moraes (Ministério da Saúde, 2007). Para visualizarmos, segue abaixo um mapa do estado do Rio de Janeiro e da região Serrana:

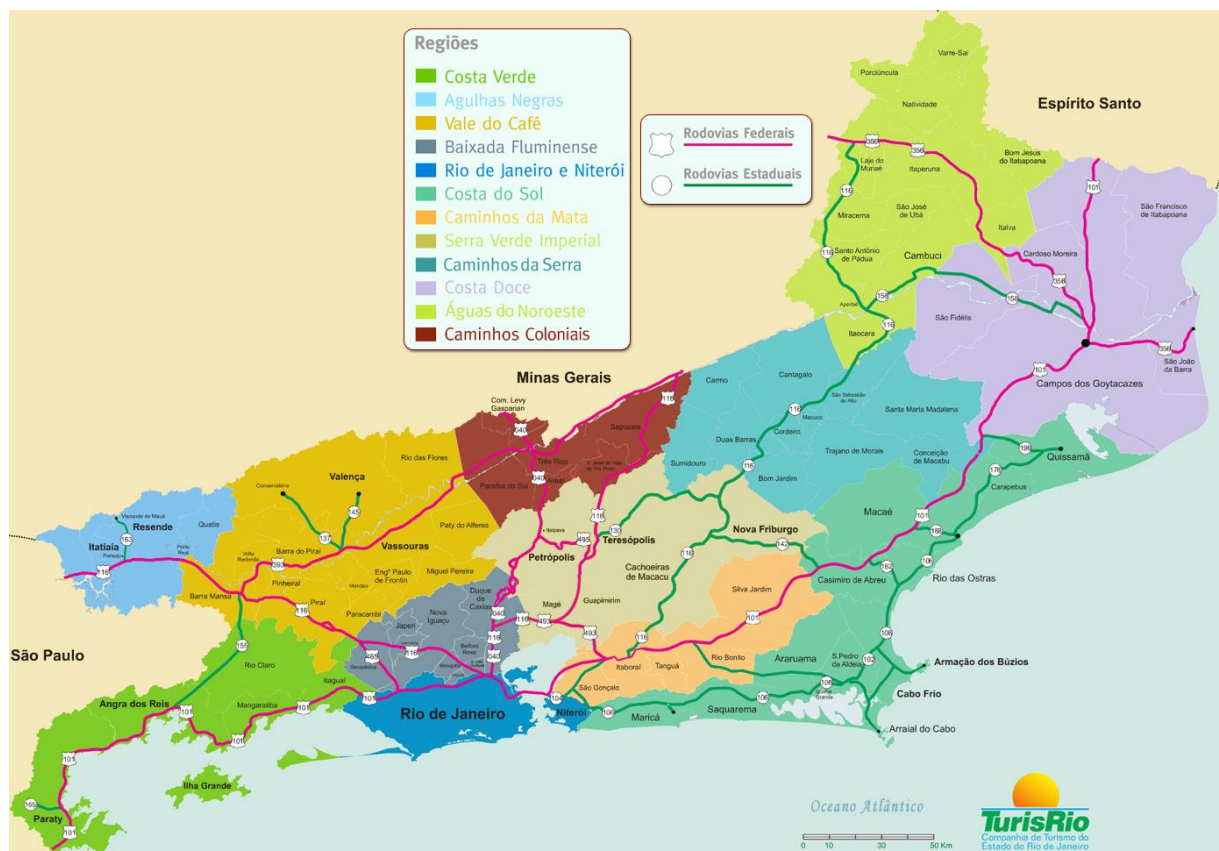


Figura 9 – Mapa do Estado do Rio de Janeiro. Disponível em <<http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm>> Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

Petrópolis é um dos polos de produção agrícola na região serrana que contribui para o abastecimento da capital e região metropolitana. A cidade possui 5 distritos: Petrópolis, Cascatinha, Itaipava, Pedro do Rio e Posse. A região onde se formou o núcleo rural da Coonatura, o Brejal, é uma zona rural pertencente ao 5º distrito, Posse. Ele se localiza no extremo norte da Serra dos Órgãos, a 100km da capital carioca e, aproximadamente, a uma hora do centro histórico. Suas principais atividades econômicas são a agricultura e, atualmente, o ecoturismo<sup>121</sup>, pelo seu clima ameno, uma área florestal exuberante e preservada, e fauna diversa. O Brejal se sobressai, atualmente, como um importante centro de produção agrícola “pela variedade de produtos como legumes e verduras orgânicos, ervas-finas, café e peixes, criação de cavalos e artesanato” (BLOISE, 2013, p. 17).

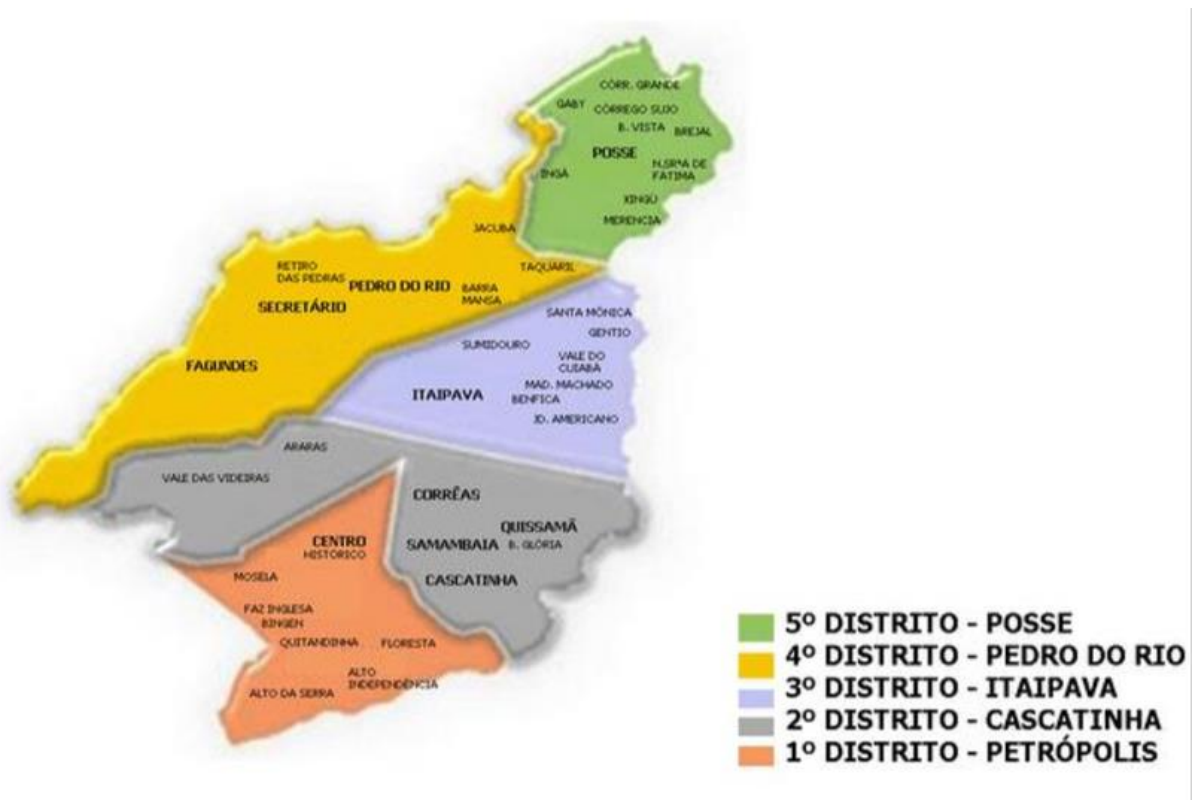


Figura 10 – *Regiões de Petrópolis/RJ*. Disponível em <<https://educaemcasa.petropolis.rj.gov.br/uploads/arquivos/1615206512-hg-7-ano-semana-2-pdf.pdf>> Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

No momento em que Paulo Aguinaga, que era componente da Coonatura, chegou à região do Brejal, iniciou um trabalho não só de produção própria para o grupo, mas de transição agroecológica na região entre produtores. O Sítio Semente, arrendado da cunhada do primeiro

<sup>121</sup> O ecoturismo foi uma consequência do que o Brejal e as regiões próximas se tornaram em um longo processo de transformação agrícola agroecológica e orgânica, ou seja, um polo sustentável. Hoje, o conhecido Circuito Ecorural Caminhos do Brejal conta com 20 propriedades abertas à visitação que conta sobre a história regional que se construiu por meio de suas plantações, sítios e fazendas, sendo o maior polo de agricultura orgânica do estado do Rio de Janeiro. Disponível em < <https://www.petropolis.rj.gov.br/pmp/index.php/imprensa/noticias/item/9460-caminhos-do-brejal-roiteiro-tur%C3%ADstico-que-encanta-os-amantes-do-cen%C3%A1rio-rural.html> >. Acesso em 03/02/2022, as 08:19h.



agricultor com quem Paulo fez contato, era uma pequena propriedade cercada por outros pequenos sítios, e era uma região que tinha o perfil fundiário de agricultura familiar. Seus primeiros passos foram conhecer os seus vizinhos agricultores e seus métodos de plantio. Muitos deles eram produtores empobrecidos que não usavam nenhum tipo de agrotóxico na produção, pois não tinham dinheiro para comprar o veneno, sendo assim usavam das técnicas ancestrais, dos conhecimentos advindos do pai e do avô, baseado no esterco do curral ou no esterco dos animais que criavam. Outros usavam o pacote do veneno de agrotóxicos, no entanto, alguns desses tinham uma horta próxima à casa, para sustento próprio, que não utilizava nenhum agroquímico e, geralmente, era manuseada pelas mulheres.<sup>122</sup>

Inicialmente, Aguinaga descia do Brejal para o Rio de Janeiro, nas reuniões periódicas da Coonatura, levando duas cestas de palha com produtos orgânicos produzidos no Sítio Semente. Esses produtos eram vendidos para os associados presentes na reunião e, ainda assim, não atendia a demanda de todos. À medida que foi crescendo a própria produção da Coonatura, também foi sendo incorporada a produção de agricultores do Brejal que não usavam agroquímicos, dentro da lógica de integração do cooperativismo. Quem fazia a própria inspeção do solo, da produção e contribuía para o redesenho dos agroecossistemas dos agricultores do Brejal era, principalmente, o próprio Paulo Aguinaga, que tinha conhecimento técnico e experiência, além de outros associados da Coonatura.<sup>123</sup>

Nesse processo, o conhecimento de uma agricultura de base ecológica foi sendo difundido na região diante do exemplo do Sítio Semente e chamando atenção da vizinhança, que foi aos poucos se interessando e desejando se integrar, bem como transicionar a produção contaminada para a ecológica. Segundo Aguinaga, as mulheres que administravam a horta caseira da casa, sem agrotóxico, começaram a integrar seus excedentes nas cestas orgânicas<sup>124</sup> da Coonatura e a obter uma renda com as vendas, e isso foi servindo de amostra e convencendo, na prática, sobre os benefícios de uma agricultura sem veneno. Assim, após observarem os exemplos do Sítio Semente e de outros sítios da região do Brejal que se uniram ao núcleo rural da Coonatura, e após conversas e trabalhos de educação ambiental que aconteciam com produtores da região sobre agricultura sem agrotóxico, promovidos pelos cooperativistas, alguns agricultores ao redor iniciaram o que compreendemos como transição agroecológica. O núcleo rural da Coonatura foi se compondo não só dos associados urbanos, mas também dos agricultores familiares da própria região do Brejal.<sup>125</sup>

Alguns membros da cooperativa tinham a base técnica das agriculturas de base ecológica. O

---

<sup>122</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>123</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>124</sup> A agricultura orgânica não deve ser interpretada nos conformes mercadológicos que conhecemos na atualidade.

<sup>125</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

próprio Paulo Aguinaga é um exemplo, pois havia cursado alguns períodos de agronomia na Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro e passado um período aprendendo sobre agricultura biodinâmica no sítio “Arca de Noé” de João Carlos Ávila, em Nova Friburgo.<sup>126</sup> Além dele, Joaquim Moura tinha bastante experiência com a implementação de agricultura alternativa, como apresentado no capítulo anterior. Muitos cooperativistas não tinham conhecimento inicialmente, mas foram aprendendo por meio dos mutirões que aconteciam no núcleo rural da Coonatura e em outros espaços urbanos que implementavam hortas. Assim, os membros uniram seus conhecimentos técnicos com os saberes locais da região, tanto em relação ao método de plantio quanto sobre a história social e ambiental daquela localidade. Assim, realizaram um trabalho bem-sucedido sob o prisma ecológico e econômico, visto que vendiam sua produção a um preço mais alto do que era pago pelos atravessadores do CEASA e de outros comércios, e contribuíram para a transição de produções com base em adubo químico para produções de base ecológica.

Segundo Aguinaga, uma das maiores dificuldades técnicas que encontrou no Brejal foi o pensamento “se não botar veneno, não produz”, seguindo o discurso existente na implementação da modernização agrícola. Portanto, pode-se compreender que o trabalho da Coonatura contribuiu para quebrar o paradigma da Revolução Verde de que é com adubo químico que se tem colheita.<sup>127</sup> Isso por meio das conversas de educação ambiental com produtores da região do Brejal, dos exemplos de produção no sítio da cooperativa, de retorno financeiro com as vendas aos associados e de ajuda mútua entre agricultores da região e os novos camponeses.

A produção agroecológica no Brejal, com a incorporação dos produtores locais, foi crescendo à medida que os consumidores também aumentavam, criando um circuito curto da venda dos produtos agrícolas. Das cestas de palha e produtos vendidos nas reuniões, passou-se a existir, em 1981, uma feira informal na primeira Sede da Coonatura, em Copacabana.<sup>128</sup> Ou seja, com o aumento da produção agrícola da cooperativa, somada à produção dos agricultores do Brejal que se associaram à Coonatura, foi possível criar uma espécie de feira improvisada, segundo Paulo Aguinaga<sup>129</sup>, que acontecia uma vez por semana. Os associados da cooperativa tinham prioridade na compra dos produtos agroecológicos e os excedentes eram colocados para a venda ao público, geralmente pessoas do próprio bairro, que buscavam se alimentar de comida sem veneno. A imagem a seguir mostra como era a feira da Coonatura em Copacabana, porém, infelizmente não temos registro de data para sabermos a qual ano se refere, a fim de termos uma dimensão do volume da produção ao longo do tempo.

---

<sup>126</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>127</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>128</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>129</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).



Figura 11: *Primeiro Ponto de Comercialização da Coonatura*. Rua Pompeu Loureiro, Copacabana. Rio de Janeiro. Fonte: Arquivo Pessoal de Paulo Aguinaga.

Ali a demanda crescia juntamente com a vizinhança que procurava se alimentar cada vez mais de produtos sem agrotóxicos e encontrava pouca oferta de alimentos saudáveis e sem veneno. Diante disso, os agricultores do Brejal escoavam sua produção agroecológica dentro de uma dinâmica que os beneficiava ambientalmente (sem contaminação por químicos), socialmente (consolidando as relações do coletivo que se formara com a Coonatura), politicamente (rompendo as relações desiguais com os atravessadores e uma agricultura mercadológica) e economicamente, visto que gastavam menos com insumo e com o pagamento pelo crédito rural cedido com o pacote tecnológico, e eram mais bem remunerados pelos seus serviços e seus produtos agrícolas.

A Coonatura foi se expandindo gradativamente, tanto no núcleo urbano, quanto no núcleo rural. O *Jornal do Brasil* apresentou, majoritariamente, as realizações da cooperativa no núcleo urbano, onde foram implementadas hortas orgânicas, realizados palestras, cursos, sessões de cinema, caravanas antinucleares e onde eram vendidos os produtos produzidos pelo núcleo rural. Por todo seu tempo de existência, os dois núcleos se integravam em função da produção e consumo de produtos sem agrotóxicos. Entretanto, o núcleo urbano, além da questão da agricultura, também se manifestava ativamente por questões ecológicas, realizando muitas intervenções urbanas, como mencionarei a seguir. Nesse sentido, a Coonatura ficou mais conhecida como uma cooperativa urbana.

Os membros da Coonatura continuaram se fazendo presentes nas Cartas aos Leitores do *Jornal do Brasil*. Antônio Carlos Lago, conhecido também como Tuíca, era diretor da Associação

Harmonia Ambiental e cooperativista associado também da Coonatura e, representando o Sítio Semente, o núcleo rural da cooperativa, escreveu uma carta ao Jornal conclamando a sociedade a ser livre e a buscar soluções individualmente. Além disso, a publicação serviu como demonstração da existência do Sítio Semente e da formação da nova comunidade agrícola. Seguem trechos da carta:

**[Indivíduos Livres]** as atitudes da grande maioria das pessoas diante das atuais e sucessivas crises nos parecem um tanto acomodadas, para quem sente no dia-a-dia os sintomas da decadência de um quadro político-sócio-econômico que vem lutando para manter as aparências. Cabe a cada um de nós, indivíduos livres, as primeiras iniciativas para conquistarmos nossos direitos e exercermos nossos deveres, sem dependermos de ordens e decisões de poucos homens, que nos comandam e guiam conforme seus interesses... É de nossa tomada de consciência... procurar uma alimentação frugal, equilibrada e saudável, economizar todas as formas de energia... por coerência e respeito às condições sócio-ecológicas do planeta... Não nos consideramos utopistas ou românticos. Achamos necessário participar, opinar, como membros da sociedade, colocando nossa vivência e nossos sentimentos, e partilhar um espaço dentro da comunidade com pessoas também dispostas a descobrir e a viver a importância da beleza da liberdade e do amor no homem. Antônio Lago, pela Comunidade Rural Semente, Brejal, Posse (RJ).<sup>130</sup>

Uma publicação feita pela Coonatura na seção de carta aos leitores, em junho de 1980, expunha seu apoio a outros movimentos ecológicos contra os agrotóxicos no Brasil. Na carta, a Coonatura dizia aplaudir e apoiar o movimento realizado pela AGAPAN (presidido por José Lutzenberger) e pela ADFG contra os agrotóxicos com base em mercúrio. Assim, seguiram se posicionando de que a produção agrícola deveria usar outros métodos, como o controle biológico, evitando uso de adubo químico, garantindo maior produtividade e economizando no custo da produção. A carta e o movimento dos grupos do Sul do país eram uma manifestação contra a Portaria nº 006, de 29 de abril de 1980<sup>131</sup>, da Secretaria de Defesa Sanitária Vegetal, baixada pelo Ministério da Agricultura, em meados do mesmo ano, que permitia o uso controlado de “defensivos agrícolas” à base de mercúrio por mais dois anos. Os agrotóxicos organomercuriais foram considerados prejudiciais para a saúde humana e ambiental e haviam sido proibidos em diversos países, sendo assim, a AGAPAN e a ADFG pediam imediata suspensão no uso desses venenos.<sup>132</sup>

Como disse, concomitante à produção e ações no núcleo rural, a Coonatura também se voltava para outras questões ecológicas no centro urbano. A ameaça das usinas nucleares era pauta constante nos diversos movimentos ecológicos do mundo, e entre os membros da Coonatura não era diferente. A cooperativa propôs uma jornada ecológica de protesto contra usinas nucleares, na qual sairiam do bairro Cinelândia, no Rio de Janeiro, e pedalarium suas bicicletas até o município de

<sup>130</sup> JORNAL DO BRASIL. Antonio Lago. *Indivíduos Livres*. 04/11/1980, caderno 2. p. 2.

<sup>131</sup> CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=349AD13B8186C0F2AAB1ADA8BF676730.proposicoesWebExterno2?codteor=1172859&filename=Dossie+-PL+3454/1980](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=349AD13B8186C0F2AAB1ADA8BF676730.proposicoesWebExterno2?codteor=1172859&filename=Dossie+-PL+3454/1980). Acesso em 18/02/2022 às 10h.

<sup>132</sup> JORNAL DO BRASIL. João Bertolini e Hermano de Mattos, pela Coonatura. *Defensivos nocivos*. 10/06/1980. Caderno B. p. 2.

Angra dos Reis – aproximadamente 160km – para impedir que a usina de Angra entrasse em funcionamento. A Coonatura, que tinha em torno de 400 associados, seria representada na jornada por Joaquim Moura, Marcos Betoni, Myrian Porto, Carla Maria Guallardi, João Henrique Brito e Evandro Vieira. Além disso, objetivavam despertar a atenção das pessoas sobre a ameaça das usinas nucleares, chamando atenção de todos e usando a bicicleta como demonstração da própria energia humana que deveria ser aproveitada pelos indivíduos que se tornavam cada vez mais sedentários.<sup>133</sup>

A jornada ciclística antinuclear aconteceu no dia 17 de janeiro de 1980, com 17 participantes dispostos a encarar a longa pedalada dividida em três dias de viagem. No local de partida, aproximadamente 100 pessoas estiveram presentes sob chuva dando apoio ao grupo com faixas e cartazes em manifestação contra as usinas. Durante todo o trajeto os 17 ciclistas tiveram escolta de policiais que os acompanharam, e apoio de outras pessoas no caminho, como o Padre Rafael, da igreja matriz de Itaguaí, que recebeu o grupo e organizou uma palestra ecológica para debater sobre agricultura, alimentação, saúde, ameaça nuclear e tecnologias alternativas. Durante o trajeto e em Angra dos Reis, onde se juntaram com outros simpatizantes da causa, entoavam slogans como “Vamos pedalar contra a energia nuclear!”, “Energia é a solar, não a nuclear!”, “Angra dos Reis, o perigo é de vocês!”, “Vamos despertar para o perigo nuclear!”, “Usinas não, mais arroz e feijão!”, “Seja mais ativo e não radioativo!”<sup>134</sup>

**JORNAL DO BRASIL (RJ) - 1980 a 1989**

27/34

TECNOLOGIA Digital docpro

Ano 1980 | Edição 00279

Zózimo Barroso do Amaral

**LIVRO SÁBADO CADERNO B JORNAL DO BRASIL**

**GESTANTES** Modo atual para gestantes. Vestidos, calças, batas etc. *de S. M. L.* Av. Copacabana, 1.068 Loja C

**samba flor** LEOPOLDO VOLK APRESENTA **ENCONTRO COM O JAZZ** com o RIO JAZZ ORCHESTRA e a cantora Louise, recém-chegada do Harlem. **SOUSAS, SÁBADO, FÉRIAS, 5 e 6 HORAS** No 2º andar do BODA VIVA (Praia Vermelha) Reservas: 295-1546 • 295-1496 • 295-4045

**JORNADA ECOLÓGICA PROTESTA CONTRA USINAS NUCLEARES**

Um passeio até Angra dos Reis, de bicicleta, é o que membros da COONATURA, uma cooperativa de produtores e consumidores de alimentos, está propondo no sentido de ser um grito contra a instalação das usinas nucleares no Brasil e no mundo. Tudo o que desejam, portanto, Joaquim Moura, Marcos Betoni, Myrian Porto, Carla Maria Guallardi, João Henrique Brito e Evandro Vieira (os quais representam cerca de 400 membros da COONATURA) é que não chovia na próxima quinta-feira, quando sairão às 8 horas da Cinelândia.

— Mas a chuva não impedirá que façamos o passeio — diz Marcos Betoni. Chover ou não, nós iremos porque é importante que despertemos a atenção das pessoas sobre a ameaça que as usinas nucleares trarão em termos de saúde não só nossa como da nossa descendência.

A jornada terminará dois dias depois, no sábado, na rodoviária de Angra dos Reis, estando a chegada prevista a partir de 14 horas. Aos mais preguiçosos, Marcos sugere que participem a pé na Cinelândia ou de bicicleta (“Vamos fazer uma volta passando pelas praças”) ou então na chegada a Angra dos Reis.

Ele que juntamente com alguns membros da COONATURA dedica-se à agricultura urbana e à mobilização comunitária (“a COONATURA já implantou duas hortas, uma em Campo Grande, outra em Jacarepaguá, está situada num orfanato e está implantando uma terceira na Casa do Mobil, Cosme Velho, com a colaboração da associação dos moradores do bairro”) explica por que é importante impedir que a usina nuclear de Angra dos Reis entre em funcionamento.

— Será uma catástrofe. Se ela der defeito, como já aconteceu com várias usinas no mundo, as populações sofrerão danos incalçáveis. Além do mais há muitas outras fontes de energia: vento, sol, água, biomassa, que podem ser utilizadas. Renováveis e não poluentes são muito mais despoluentes porque, descentralizam o Poder, ao passo que a energia nuclear é centralizadora, cara, perigosa e inaceitável.

Carla Maria Guallardi complementa: “Todo mundo diz por aí que a demanda em termos de alimentos, de tudo, está crescendo. Mas o que vemos é desperdício. Milhares de curtos continuam saindo das fábricas, aumentando a poluição e consumindo gasolina. Seria o caso, por exemplo, de o Governo incentivar o transporte ferroviário. Mas qual a mão dessa jornada de bicicleta, que conta com o apoio da Federação das Associações de Defesa do Meio Ambiente do Estado do Rio? João Henrique Brito responde:

— A bicicleta é para provar que existe a energia humana e ela tem de ser aproveitada. As pessoas preferem a comodidade do carro a se movimentarem. Por isso é que estão aí gordas, morrendo de enfarte.

**Os ecologistas que vão pedalar até Angra dos Reis em protesto contra a usina nuclear**

**O Alfa Romeo vai dizer**

**ESPECIAL AMANHA 11H DA NOITE**

“A minha preocupação escrevendo é ter sempre no leitor um elemento de solidariedade. Porque o escritor não se realiza sem o seu leitor”.

Figura 12: JORNAL DO BRASIL. Jornada ecológica protesta contra usinas nucleares. 14/01/1980. Caderno B. p. 3.

<sup>133</sup> JORNAL DO BRASIL. Jornada ecológica protesta contra usinas nucleares. 14/01/1980. Caderno B. p. 3.

<sup>134</sup> JORNAL DO BRASIL. Ciclistas protestam contra usina nuclear. 28/01/1980. Caderno B. p. 10.



Figura 13: JORNAL DO BRASIL. *Ciclistas protestam contra usina nuclear*. 28/01/1980. Caderno B. p. 10.



### **Ato antinuclear em Angra dos Reis, início dos anos 80**

Figura 14: *Jornada ecológica antinuclear em Angra dos Reis*. Disponível em <http://www.geocities.ws/coonatura/coonaturap2.html>. Acesso em 18/02/2022 às 10:20h.

A Coonatura realizou outras mobilizações antinucleares em diversas datas ao longo da década de 1980 e se uniu a outros grupos, tanto do Rio de Janeiro, quanto de outros estados: Movimento Antinuclear/RJ; Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente (FAMA); Associação Harmonia Ambiental; Campanha Popular em Defesa da Natureza; Movimento Arte e Pensamento Ecológico/SP (MAPE); Associação Paulista de Proteção à Natureza (APPN/SP); Comissão de Defesa do Patrimônio da Comunidade (CDPC/SP); Sociedade de Defesa do Litoral Brasileiro. Os grupos se uniam formando uma ampla rede de protesto denunciando os crimes ambientais, recolhendo assinaturas de cidadãos e entidades civis a fim de enviar um manifesto de contraposição à instalação de usinas nucleares ao Congresso Nacional.<sup>135</sup>

<sup>135</sup> JORNAL DO BRASIL. Movimento antinuclear/RJ, Fama, Coonatura, Associação Harmonia Ambiental, CPDN, MAPE/SP, APPN, CDPC, SDLB, Antônio Lago, Maria Glagliardi, João da Cunha Rego Bertolini. *Movimento Antinuclear*. Carta aos Leitores. 25/03/1980. Caderno B. p. 2.

A ameaça nuclear foi um tema muito debatido nos movimentos ambientalistas. Muitos desastres tinham acontecido em diversos países e as discussões e protestos acerca do assunto se estenderam por muito tempo, principalmente após o desastre nuclear de Chernobyl em 1986. Nesse sentido, os ecologistas se uniram a outros movimentos sociais em defesa da paz, do desarmamento, da consciência ambiental, contra o industrialismo e desenvolvimentismo extremo que beirassem a destruição e ameaçassem a vida na Terra.

Um evento gratuito e aberto a todos, de grande adesão e participação popular, organizado pela Coonatura e pela Harmonia Ambiental, foi a festa alternativa da Conclave do Sol, em 23 e 24 de maio de 1981, no Parque do Aterro do Flamengo. Foi um evento cultural, pacifista e apartidário, segundo seus organizadores, que tinha como objetivo realizar uma grande manifestação ecológica, musical, cultural e festiva para sensibilizar a população carioca para os problemas ambientais e energéticos.

Muitos artistas da música popular brasileira estiveram presentes no primeiro dia do evento, como “Geraldo Azevedo, Maurício Tapajós, Joyce Manduka, Raimundo Sodré, Elza Maria, Cátia de França, Angela Ro Ro, Eduardo Dusek, Jorge Mautner, Marina, Bebeto Alves, Tadeu Matias, Wagner Tiso, Toninho Horta, Erasmo Carlos e As Frenéticas”.<sup>136</sup> Além desses artistas, o evento contava com a participação especial da cantora pacifista norte-americana Joan Baez, integrante do movimento ecológico internacionalista, no entanto, de última hora, ela recebeu um ofício informando que estaria proibida de cantar, embora estivesse munida de uma liminar, que permitia sua apresentação artística no Brasil, expedida pelo Juiz Renato Tonini, da 12ª Vara Criminal. Os policiais alegaram que havia sido uma ordem da Polícia Federal, e disseram que foi um ofício do delegado Hélio Guerreiro, da censura federal, que declarou que a proibição estava dentro dos termos do Decreto-Lei 73.332, que decretava que caberia ao Departamento da Polícia Federal exercer a censura de diversão pública. No caso de Joan Baez, o evento Conclave do Sol havia sido permitido, porém o nome da ativista ecológica não constava do programa. Sua presença atraiu grande parte do público e, segundo o chefe da Divisão de Controle e Fiscalização de Diversões Públicas, delegado Dilermando Amaro, a decisão foi política, como consta da matéria do *Jornal do Brasil* do dia 24 de maio de 1981, intitulada *Joan Baez ganha liminar, mas não consegue cantar no Rio*.<sup>137</sup>

No segundo dia de evento, que começou pela manhã, a abertura contou com práticas de exercícios corporais bioenergéticos, como Tai-Chi (um tipo de ginástica chinesa), meditação, práticas de conscientização corporal e massagens, com profissionais de renome. À tarde, os shows continuaram com a presença dos artistas Sérgio Sampaio, Joanna, Leci Brandão, Lenine, entre outros e grupos de música também. Entre as apresentações, tanto de sábado, quanto de domingo,

<sup>136</sup> JORNAL DO BRASIL. *Baez, MPB, ecologia, bioenergética, comida natural, meditação: Conclave do Sol faz a festa alternativa no aterro*. 23/05/1981. Caderno B. p. 8.

<sup>137</sup> JORNAL DO BRASIL. *Joan Baez ganha liminar, mas não consegue cantar no Rio*. 25/05/1981. Caderno B. p. 25.

aconteciam minipalestras e depoimentos de cientistas, ecologistas e naturalistas. Os responsáveis pelas palestras e depoimentos foram os físicos Enio Candotti e Luiz Pinguelli Rosa, da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), Rose Marie Muraro, Joaquim Moura (da Coonatura) e Antonio Lago (da Harmonia Ambiental). A intenção das palestras e depoimentos era aprofundar a consciência da população para os problemas socioambientais, bem como oferecer soluções duráveis, viáveis economicamente, democráticas e ecológicas.<sup>138</sup>

O evento recebeu licença de autoridades municipais, que também proveram os serviços de segurança pública. Há controvérsias quanto à quantidade de participantes, pois há duas publicações no *Jornal do Brasil* com números divergentes: uma atesta 9 mil pessoas presentes<sup>139</sup> e outra mencionou a participação de 30 mil pessoas<sup>140</sup>. De toda forma, o encontro nos traz algumas percepções claras. Presume-se que, por ser um evento de grande alcance e com nomes importantes da música popular brasileira, e por contar ainda com a participação de uma cantora internacionalmente reconhecida, os atores principais da Coonatura e da Associação Harmonia Ambiental eram, provavelmente, pessoas influentes e socialmente de classe média-alta. Dizemos isso fundamentados nas profissões de alguns deles – Antônio Lago era engenheiro químico da Petrobrás; Joaquim Moura era, como já informado, escriturário e depois analista do Banco Central; Luis Alberto do Rego Monteiro era engenheiro sanitário da CEDAE. Havia ainda muitos estudantes universitários no encontro, e, naquela época, o acesso à universidade não era comum entre a população mais empobrecida. Os endereços para correspondência que foram mencionados nas cartas enviadas ao *Jornal do Brasil* são outro indício da extração social dos cooperativistas, geralmente com residência localizada na Zona Sul da cidade do Rio de Janeiro. O tamanho do próprio evento que a Associação e a Cooperativa organizaram e as licenças obtidas com órgãos municipais também atestam o capital sócio-econômico dos organizadores. Também ficam evidentes a importância e o impacto da cooperativa e da associação para a cidade do Rio de Janeiro diante de tamanha adesão. A seguir, uma imagem de matéria com alguns dos associados da Coonatura, na qual expressaram suas expectativas referentes à ecologia e a uma vida mais simples.

---

<sup>138</sup> JORNAL DO BRASIL. *Baez, MPB, ecologia, bioenergética, comida natural, meditação: Conclave do Sol faz a festa alternativa no aterro*. 23/05/1981. Caderno B. p. 8.

<sup>139</sup> JORNAL DO BRASIL. *Nove mil pessoas, muita música e uma Joan Baez que só pôde dançar*. 25/05/1981. p. 1.

<sup>140</sup> JORNAL DO BRASIL. *No Bennett, debate-se a luta pela paz*. 02/06/1982. Caderno B. p. 1.



# A SAÍDA ECOLÓGICA

"Já está faltando petróleo no país" — admite o presidente do Conselho Nacional do Petróleo. "A economia do país está dando os sinais mais inequívocos de perda de substância" — proclama um respeitado

prócer político, ao lançar as bases de um novo Partido. É uma dona-de-casa: "Eu, que tenho quatro filhos, dos 16 aos 23 anos, sei o nome da sobrevivência dessa gente: milagre". É a

crise configurada, denunciada e sofrida. A perplexidade parece geral, inclusive, nos meios oficialmente encarregados de buscar soluções e administrar os recursos que escasseiam. Mas

há quem proponha saída: uma nova atitude diante da vida e que se define em torno de alguns conceitos básicos: a simplicidade que abre mão do consumo ostensivo e supérfluo, a alimentação natural, uma es-

cala mais humana de convívio, uma tecnologia alternativa e apropriada a pequenas comunidades rurais e a cidades menores, desburocratizadas. Numa palavra, uma atitude: a ecologia. Com ela, mais

tempo não para o superestimado desenvolvimento econômico, mas para o desenvolvimento físico-psíquico-social que, segundo os autores da proposta, "é o que interessa".

João da Cunha Rego Bertolini



Vinte e três anos, formado em Administração Pública e aluno do segundo ano de Psicologia, na UERJ. Mora com os pais em Copacabana. Apesar de se considerar, antes de mais nada, um ecologista, pretende continuar morando na cidade grande, conscientizando através da Coonatura e do Movimento Harmonia Ambiental, dos quais faz parte, a população periférica, "a mais atingida pela poluição".

Paulo Fortes



Vinte e um anos, aluno do terceiro ano de Agronomia, especialidade Florestal (estudo da planta em seu meio). Considera-se uma pessoa que apenas está esboçando uma vida alternativa, num preparo para sair da cidade grande. Ainda não tem um plano de trabalho definido. Mora com os pais no Rio de Janeiro, mas pretende adquirir terra daqui a algum tempo.

Nina Sargaço



Vinte e um anos, solteira, mora em Copacabana com os pais. Abandonou o curso de História pela metade. Vegetariana há seis anos, trabalha como garçoneiro no Restaurante Natural, em Ipanema. Tem renda mensal fixa de Cr\$ 6 mil, complementada pela venda de artesanato e a ajuda dos pais.

Antônio Lago



Quarenta e um anos. Dedicou tempo integral ao ecologismo e ao cooperativismo. Para sobreviver, arranja tempo gasto em aulas de dança. Já foi engenheiro químico. Solteiro, pratica ioga e sua religião é o culto ao amor e à fraternidade. Ainda mora em apartamento, mas pretende sair para uma casa.

Luis Alberto do Rego Monteiro



Quarenta e quatro anos. Engenheiro sanitário da CEDAE há 20 anos. Desquitado (cinco filhos, entre 23 e 16 anos), adepto do budismo, praticante de ioga. Mora na Ilha do Governador, em uma casa da CEDAE, onde planta uma pequena área que dará começo a uma horta. Não fuma e não bebe. Só come alimentos naturais e pratica a medicina preventiva.

Paulo Aguinaga



Vinte e um anos. Ex-estudante de Agronomia, com matrícula travada no terceiro ano. Faz parte da Coonatura, tendo largado a faculdade por uma experiência comunitária num sítio em Nova Friburgo.

Joaquim Moura



Trinta e dois anos, desquitado, uma filha, desenhista industrial, mora três anos no interior de Goiás e Espírito Santo, consultor para tecnologias intermediárias do Ministério da Indústria e do Comércio, através da Fundação de Tecnologia Industrial. Não fuma nem bebe, mas às vezes incorre em pequenos pecadilhos, socialmente. Mora em Copacabana.

Figura 15: JORNAL DO BRASIL: A saída ecológica. 28/11/1979. Caderno B. p. 7

Compreendemos que a Coonatura realizou um papel ambientalista importante na capital carioca, se fez presente assiduamente no *Jornal do Brasil*, principalmente na seção de carta aos leitores, e realizou muitos protestos, eventos, variadas manifestações – geralmente divulgadas no Jornal – e se integrou à rede de movimentos ecológicos do Brasil. A adesão de muitas pessoas, desde a primeira carta publicada por Joaquim Moura no Jornal; o número de associados, que em um ano somavam 400 pessoas; a crescente demanda por produtos orgânicos, apesar de, até o início da década de 1980, só haver a Coonatura comercializando em pequena escala, apontam que o trabalho da cooperativa foi relevante para o debate e consciência ambientais locais.

Outros eventos foram realizados pela Coonatura, como a Caravana Ecológica com destino ao Parque Nacional de Sete Quedas, no movimento que ficou conhecido como "Adeus às Sete Quedas", protestando e desaprovando o fechamento das comportas da cascata pela empresa Itaipu Binacional.<sup>141</sup> Participou da Festa do Meio Ambiente, promovida pelo artista Prefeito Fortuna e coordenado pelo Circo Voador, Federação Estadual de Engenharia do Meio Ambiente (FEEMA) e o carnavalesco Joazinho Trinta.<sup>142</sup> É preciso destacar que, em 1983, ano em que ocorreu a Festa do Meio Ambiente, Joaquim Moura era um dos representantes da Federação Estadual de Engenharia

<sup>141</sup> JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 17/07/1982. 1º caderno. p. 6.

<sup>142</sup> JORNAL DO BRASIL. Maria Eduarda Alves de Souza. *Na Quinta da Boa Vista, a animada festa do meio ambiente*. 03/06/1983. Caderno B. p. 9.

do Meio ambiente, além de ser um dos principais cooperativistas da Coonatura e associado da Harmonia Ambiental. A ocupação em um cargo na FEEMA contribuiu para as articulações realizadas pela Coonatura. A Coonatura também foi uma das organizadoras do Encontro pela Paz juntamente com a Liga Brasileira de Defesa dos Direitos humanos, Renovação Cristã do Brasil (ligada à Igreja Católica), União Brasileira de Mães e o Movimento Feminino pelas Liberdades Democráticas, que aconteceu na Quinta da Boa Vista, em junho de 1982, e teve clima semelhante ao do Conclave do Sol, porém com menor alcance.<sup>143</sup>

Nos primeiros cinco anos de existência da Coonatura, a cooperativa se fortaleceu e criou uma rede de apoiadores e de aliados. O *Jornal do Brasil* noticiou tanto grandes movimentações – como o evento Conclave do Sol, já mencionado – quanto pequenas mobilizações – como pequeno protesto contra poluição<sup>144</sup> – realizadas pela Coonatura. Os associados e os parceiros da gestão advinham de setores variados, eram de universidades, instituições religiosas, artistas, grupos ecológicos, instituições de agrônomos, enfim, a Coonatura se fortaleceu com apoio em diversos campos de ação e ocupou variados espaços com a causa ecológica.

Para compreendermos os caminhos de ocupação da Coonatura, iremos citar algumas ações específicas. As palestras eram constantes, como a promovida pela cooperativa, em 1982, no Teatro da Casa do Estudante Universitário, sobre “O Encaminhamento Político da Questão Ecológica”, no qual o palestrante foi Joaquim Moura, seguido por um debate com os participantes.<sup>145</sup> Outra palestra foi realizada no mesmo ano, no mesmo teatro, em que o palestrante foi o psicólogo Eugênio Marer, sobre Consciência Ecológica e Corporal.<sup>146</sup> Os debates e exposições gerados pelas palestras eram uma boa maneira de conscientizar os participantes e criar engajamento, principalmente entre os estudantes universitários.

O movimento antinuclear se estendeu por toda a década de 1980. Assim, no ano de 1983 a Coonatura, em conjunto com o grupo “Hiroshima Nunca Mais”, promovia uma nova caravana para Angra dos Reis em um fim de semana de evento com teatro e música, pela paz e contra as armas nucleares.<sup>147</sup> A cooperativa também realizou, juntamente com a Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos, a exibição de filmes da ONU a fim de gerar debates pela paz e desarmamento mundial, atividade da qual qualquer pessoa poderia participar.<sup>148</sup> Os filmes, “Boom” e “A grande questão” (dois desenhos de curta-metragem) e “Na mente dos homens” (um filme também de curta-metragem), foram projetados na Sede da Associação de Moradores e Amigos, do Posto 6 e Arpoador gratuitamente em uma segunda-feira, com a intenção de gerar uma aversão às guerras, já que os filmes abordavam este assunto. Esse evento, realizado no dia 16/07/1983, fazia parte de um ciclo de

<sup>143</sup> JORNAL DO BRASIL. *No Bennett, debate-se a luta pela paz*. 02/06/1982. Caderno B. p. 1.

<sup>144</sup> JORNAL DO BRASIL. *Protesto contra poluição causa tumulto no trânsito*. 26/09/1980. 1º caderno. p. 4.

<sup>145</sup> JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 27/01/1982. 1º caderno. p. 6.

<sup>146</sup> JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 17/02/1982. 1º caderno. p. 6.

<sup>147</sup> JORNAL DO BRASIL. *Fim de semana pela paz em Angra*. 04/08/83, Caderno B. p. 8

<sup>148</sup> JORNAL DO BRASIL. *Divirta-se (de graça ou pagando pouco)*. 16/7/83. Classificados. p. 8.

filmes e debates pela paz e desarmamento mundial. Ao longo de suas atividades, muitas caminhadas, como a passeata pelo desarmamento em 1984<sup>149</sup>, e semanas ecológicas de protestos ou de conscientização ocorreram, sendo a Coonatura promotora ou convidada.

O movimento ecológico brasileiro ganhou muita força na década de 1980 e lutava por diversas causas que ameaçavam a vida humana e ambiental. A alimentação esteve no cerne dos debates. Embora o conhecimento sobre as agriculturas alternativas e de base ecológica ainda fossem pouco conhecidas, existiam diversos grupos que realizavam trabalhos em pequenas escalas e de forma muito regional, uma grande maioria de agrônomos e estudantes de agronomia. O panorama, de forma geral, começou a se alterar quando alguns grupos se mobilizaram e realizaram o I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (EBAA), no ano de 1981.

As experiências da Coonatura referentes à produção agrícola nos moldes da agroecologia e a demanda pelos seus produtos cresciam cada vez mais. Decerto, o progressivo debate e divulgação nos jornais de notícias sobre intoxicações por agrotóxicos, novas formas de se fazer agricultura sem veneno, mobilizações a favor de um modo de vida mais saudável e os alertas sobre o quão nociva estava a alimentação contaminada, foram razões colaborativas para o aumento de consumidores em produtos ecológicos.

Segundo Aguinaga, a Coonatura cresceu tanto que, no final de 1983, o espaço que eles utilizavam para o comércio das cestas ecológicas no bairro de Copacabana não era suficiente, pois havia aumentado tanto a produção e integração de mais agricultores do Brejal, com novos produtos para escoar, quanto a demanda de consumidores. Dessa forma, o grupo decidiu, coletivamente, alugar um outro espaço de maior tamanho, também na Zona Sul da cidade, para realizar, além do escoamento da produção do Brejal, um espaço para pequenos eventos sobre ecologia. A nova sede da Coonatura se localizava na Rua Hans Staden, no bairro de Botafogo, no Rio de Janeiro. Era uma casa onde o grupo instalou um entreposto, com produtos orgânicos vindos de várias regiões do Brasil que a Coonatura não produzia, e uma área cultural para palestras sobre agricultura e ecologia, entre outros assuntos, bem como para se reunirem nas ocasiões de encaminhamentos de atividades da Cooperativa.<sup>150</sup> É preciso destacar que não existia um canal de comercialização estabelecido; o entreposto e a venda de produtos de outras regiões eram informais, geralmente com indicação de conhecidos de outros movimentos.

Embora, em 1984, a Coonatura estivesse com aproximadamente 1.000 associados<sup>151</sup>, Aguinaga revelou que o “núcleo duro” que mobilizava as demandas, as ações, que organizava os eventos, que trabalhava no núcleo rural e urbano, entre outras questões burocráticas, se concentrava em cerca de 15 a 20 pessoas. Também é importante sabermos que as pessoas associadas pagavam

---

<sup>149</sup> JORNAL DO BRASIL. *Passeata fecha a semana do desarme*. 01/11/1984. 1º caderno. p. 5.

<sup>150</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

<sup>151</sup> JORNAL DO BRASIL. Vivian Wyler. *Todos os dias são da árvore (ou deveriam ser)*. 21/09/1984. Caderno B. p. 1.

um valor<sup>152</sup> fixo e único no momento da associação. Essa taxa, as vendas da produção, os produtos do entreposto e as doações voluntárias eram as receitas que mantinham a Coonatura e seus articuladores.

Na segunda metade da década de 1980, o trabalho da Coonatura era um grande exemplo e incentivador na região do Brejal e do distrito da Posse, tanto na esfera ambiental, quanto na saúde dos trabalhadores daquela localidade. As atividades desenvolvidas foram importantes para a mudança de paradigma de que o “agro (tóxico) é tudo” na vida do produtor rural, de que sem químico/remédio/veneno não há colheita, bem como para a transformação social e econômica pela qual passaram os produtores que se juntaram à cooperativa. Na matéria do *Jornal do Brasil* citada abaixo, isso fica explícito.

A Coonatura já deixou de ser um simples projeto para os produtores de Posse. Depois que a cooperativa conseguiu plantar e colher ervilhas – uma missão impossível sem o uso dos agrotóxicos para os produtores vizinhos – e, em três anos, alcançou a mesma produtividade das outras plantações vizinhas, ela chamou a atenção e despertou uma curiosidade geral. Muitos lavradores da região, seguindo a decisão da família de Elis Gonçalves Oliveira, já estão conscientes dos problemas de saúde causados pelo uso constante de “defensivos”.<sup>153</sup>

As notícias demonstram o trabalho agroecológico da Coonatura ao ser exemplo de uma produção agrícola socialmente justa, economicamente viável e ecologicamente sustentável. O trabalho de cooperação, que nasceu de uma simples carta na intenção de construir uma cooperativa mista de produtores e consumidores de alimentação natural no Rio de Janeiro, se transformou em um movimento de mudanças para o campo e para a cidade.

Em 1983, no Rio de Janeiro existia mais de 20 lojas de produtos de alimentação natural espalhadas entre o centro e a zona sul da cidade.<sup>154</sup> Isso demonstra que a demanda por uma alimentação mais saudável e livre de agroquímicos também havia aumentado.

O crescimento da Coonatura não foi uma questão isolada, pois nos anos de 1983 e 1984 muitos outros grupos surgiram pelo Brasil fortalecendo a rede ecológica e de agricultura alternativa e agroecológica. Foi o caso, no Rio de Janeiro, do surgimento da AS-PTA, criada em 1983, e do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa realizado também no estado do Rio. A rede foi se expandindo e fortalecendo as atividades voltadas para a produção e o consumo de produtos livres de veneno. Em 1985, ano do recorte temporal dessa pesquisa, mais um grupo carioca nasceu para consolidar o movimento da agricultura de base ecológica no estado, a Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Veremos no subcapítulo 3.3 o adensamento e a

---

<sup>152</sup> Não sabemos ao certo o valor da taxa que as pessoas pagavam para se associar à Coonatura. Sabemos que em 1999 o valor da taxa era de R\$50,00, assim, o associado teria 10% em todas as suas compras. Esse valor correspondia a 37% do salário-mínimo, sendo assim, é possível conjecturar que o valor cobrado aos associados na década de 1980 corresponde, aproximadamente, entre 30 e 40% do salário-mínimo da época

<sup>153</sup> JORNAL DO BRASIL. *Albertos dá o exemplo que Brejal não vê*. 17/06/1988. p. 5.

<sup>154</sup> JORNAL DO BRASIL. *Sonia Hirsch. Comida Natural*. 29/05/1983. Sem página.

formação dessa rede ecológica carioca que se formou a partir de 1983.

Diante da formação da Coonatura, primeiro grupo no Rio de Janeiro que se mobilizou em função de uma produção e consumo de alimento sem agrotóxico, percebemos que a cooperativa foi crescendo e se fortalecendo localmente, mas também em conjunto com outros grupos pelo Brasil. A causa ecológica, que já era pauta no Brasil desde o início da década de 1970, foi se ampliando nacionalmente, tanto em função do processo de retorno da democracia, quanto frente aos desastres ambientais, como os de armas nucleares e poluição, cada vez mais frequentes. Também vale ressaltar, que o processo de transformação agrícola realizado pela Coonatura no Distrito da Posse, em Petrópolis, condiz com a definição de agroecologia feita por Gliessman, na qual se aplicam conceitos e princípios ecológicos para o desenho e manejo de agroecossistemas sustentáveis, que sejam adequados ambientalmente, produtivos e viáveis economicamente. E que também valorizem o conhecimento empírico local dos agricultores a fim de aplicá-lo para a sustentabilidade (GLIESSMAN, 2002, p. 13).

### **3.2 O I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa**

Os Encontros Brasileiros de Agriculturas Alternativas (EBAA's) foram essenciais para o surgimento do debate agroecológico. As preocupações iniciais se davam na esfera técnica da agricultura e contavam com pouca presença de agricultores, mas o número de participantes foi aumentando progressivamente e seu público foi se mesclando entre políticos, estudantes e profissionais de várias áreas, bem como produtores rurais. Formou-se, então, um grupo heterogêneo com diferentes pontos de vista em relação à agricultura, levantando debates distintos. Uma das fortes críticas referentes à agricultura alternativa é a de que esta necessitava de transformações que envolvessem os trabalhadores e as classes populares de maneira mais profunda e com maior participação (LUZZI, 2007, p. 7). Nessa conjuntura, foram introduzidos referenciais da agroecologia abordando vários campos de conhecimento e que visavam compreender os processos dos agroecossistemas de forma mais abrangente e mais inclusiva.

O I EBAA, realizado em 1981, aconteceu na cidade de Curitiba (PR) e teve José Lutzenberger como idealizador. O evento foi organizado pela Federação das Associações dos Engenheiros Agrônomos do Brasil (FAEAB), Associação dos Engenheiros Agrônomos do Paraná e por aqueles que defendiam uma agricultura alternativa da Associação dos Engenheiros Agrônomos do Estado de São Paulo (AEASP), com o apoio da prefeitura de Curitiba, e reuniu cerca de 400 participantes (LUZZI, 2007, p. 17; EHLERS, 1999, p. 80). O grupo reunido era composto

basicamente por engenheiros agrônomos. Os palestrantes foram, em especial, os pioneiros do movimento (Ana Primavesi, José Lutzenberger, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Adilson Pascoal); Claude Aubert – pesquisador francês, membro da Associação Europeia de Agricultura Biológica, especialista de renome internacional em agricultura biológica; profissionais de instituições de ensino,

pesquisa e extensão rural que trabalhavam com tecnologias poupadoras de insumos e dos recursos naturais. Além das palestras, os Encontros tinham a preocupação de apresentar também relatos de experiências produtivas existentes no Brasil.

O Encontro foi uma expressão da tentativa de construir um movimento nacional mais amplo, integrado e consolidado a favor das agriculturas alternativas e ecológicas. Segundo Nilza Luzzi, a compreensão sobre o conceito de agricultura alternativa ainda era muito restrita entre os participantes, assim, ela menciona a carta de Curitiba que procurava firmar seu entendimento:

Este Encontro define a Agricultura Alternativa como uma nova postura diante da agricultura, através de um conjunto de técnicas aplicadas às produções vegetal e animal; essas técnicas são capazes de gerar alimentos de alta qualidade biológica, respeitando a natureza, trabalhando com ela e não contra ela, por meio de um ciclo autárquico de produção, quer a nível de propriedade, quer de País, num balanço energético equilibrado; mantém a fertilidade do solo com a generalização da policultura e da integração lavoura e criação, realizando assim o controle da erosão e a preservação da água potável, com o uso judicioso de fertilizantes e sem o emprego de agrotóxicos poluidores dos alimentos e do ambiente; cria soluções adequadas com vistas a atingir as causas e não os sintomas; tem como objetivo social maior a valorização do homem e de seu trabalho (SARGS, 1981: 12 *apud* LUZZI, 2007: 18-19).

Com a discussão sobre agricultura alternativa mais presente nos cursos de agronomia, biologia, entre outros (PAULINO, 2017), e mais presente nas cidades por meio de movimentos como o da Coonatura, que realizavam palestras, encontros, caminhadas, publicavam notas nos jornais, além das notícias que a mídia televisiva apresentava sobre a contaminação dos agrotóxicos, o movimento se avolumava. Nesse mesmo sentido, as definições de agricultura alternativa também iam se alterando e incorporando outras questões da esfera social, econômica, política, para além da ambiental.

O I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa repercutiu pouco no *Jornal do Brasil*. As notícias discorriam sobre alguns dos debates realizados no Encontro, como a crítica ao programa Pro-álcool, com produção de combustível a partir do cultivo monocultor de cana, para geração de energia, feita por Ana Primavesi e o francês Claude Albert. A matéria mencionava que o I EBAA reuniu agrônomos e ecólogos de todo o país para discutir a utilização de agrotóxicos na produção de alimentos.<sup>155</sup> O Jornal também mencionou a discussão sobre a contaminação da água por componentes organoclorados, como os encontrados em agrotóxicos como o DDT, denunciada por José Lutzenberger. Alertava, também, sobre intoxicação por agrotóxicos, relatando que existiam em grande quantidade até mesmo no leite materno, em uma pesquisa realizada na França, e que no Brasil milhares de crianças morriam por intoxicação com o leite contaminado, segundo o prof. Luiz Carlos Pinheiro Machado.<sup>156</sup>

Outro apontamento, repercutido após o I EBAA, foi que o Brasil estava em terceiro lugar no

<sup>155</sup> JORNAL DO BRASIL. *Agrônomo Francês critica a opção*. 22/04/1981. 1º caderno. p. 22.

<sup>156</sup> JORNAL DO BRASIL. *Francês alerta para intoxicação*. 23/04/1981. 1º caderno. p. 9.

*ranking* dos consumidores mundiais de insumos agrícolas, superado apenas pelos Estados Unidos e França. A matéria dizia que nossos solos não tinham mais fertilidade, os rios estavam poluídos e existia fome no país, sendo assim era hora de pesquisar sobre agricultura biodinâmica, compreendida ali na explanação do jornal como intermediária entre a convencional e a orgânica.<sup>157</sup> Os termos e definições das agriculturas alternativas ainda eram muito confusas e associadas, geralmente, como uma forma de produção que não utilizasse agrotóxicos. Não eram muito bem definidas as especificidades de cada uma das vertentes das agriculturas alternativas e é possível verificar isso em como as produções agrícolas sem agrotóxicos era denominadas de formas variadas. Na divulgação sobre o I EBAA no *Jornal do Brasil* e no *Diário do Paraná*<sup>158</sup>, há menção a duas vertentes, sendo a biodinâmica e a biológica, termo usado pelo professor francês Claude Aubert e pela professora Ana Maria Primavesi.

Pelo fato de ter ocorrido em Curitiba, encontramos mais notícias em um periódico local, o *Diário do Paraná: Órgão dos Diários Associados (PR)*. Na matéria “Preservação do meio ambiente é imperativo, afirma pesquisadora”, publicada no jornal do Paraná antes do I EBAA, Ana Primavesi informa sobre a agricultura biológica, e chama a atenção para o fato de que esta agricultura não correspondia à simples substituição de métodos químicos por biológicos, mas a um trabalho metodológico ecológico, seguindo uma filosofia honesta e responsável para garantir solo e meio ambiente para as gerações futuras. Além disso, Primavesi também menciona que o valor dos insumos agrícolas químicos estava alto, inviabilizando o trabalho do agricultor; nesse sentido, deveriam adotar um modelo de agricultura autossustentável<sup>159</sup>.

Como mencionado, um dos objetivos no Encontro era conhecer as experiências de agriculturas alternativas desenvolvidas no Brasil. Um dos participantes que compartilhou o trabalho que vinha sendo desenvolvido foi o agrônomo paulista Yoshio Tsuzuki. Depois de se mudar do Japão para o Brasil, em 1955, já formado em agronomia, Yoshio trabalhou na empresa Bayer, que atuava no campo produtivo e comercial de inseticidas, fungicidas e herbicidas. Depois de longos anos, o agrônomo se dedicou ao estudo de agricultura orgânica e iniciou os trabalhos dessa prática agrícola em sua propriedade no interior de São Paulo. Tsuzuki era um dos palestrantes do Encontro e mencionou que, na agricultura orgânica, a dinâmica é de tentativa e erro, pois, conforme sua experiência, levou alguns anos para colher uma boa safra e lidar com as lagartas que comiam a plantação. Yoshio disse que além da adubação, é importante compreender que mato não é inimigo e nem é erva daninha, muito pelo contrário, são ervas úteis que contribuem na adubação e na melhoria do solo, além de ajudarem a lidar com as lagartas e outros pequenos animais que se

---

<sup>157</sup> JORNAL DO BRASIL. *Brasil é o terceiro consumidor mundial de insumo agrícola*. 18/05/1981. 1º caderno. p. 12.

<sup>158</sup> DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Preservação do Meio Ambiente é imperativo, afirma pesquisadora*. 21 de março de 1981. 2º caderno. p. 4.

<sup>159</sup> DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Preservação do Meio Ambiente é imperativo, afirma pesquisadora*. 21 de março de 1981. 2º caderno. p. 4.

alimentam de plantas.<sup>160</sup>

A agricultura alternativa não era conhecida no Brasil em 1981. Uma outra matéria do Diário do Paraná, intitulada “Alternativas”, menciona que não existiam definições claras sobre essas agriculturas, mas que seria uma maneira de o ser humano lidar melhor com o solo, as plantas, a água etc. A matéria expressa a visão dos ecologistas da época, que partia do princípio de que tudo estava intrinsecamente interligado e influenciado mutuamente – humanos e natureza. Ainda registrou o aumento de pragas com agroquímicos e a contaminação no organismo dos indivíduos com os produtos clorados que eram utilizados nas plantações.<sup>161</sup>

No dia 21 de abril, durante o Encontro, o Diário do PR publicou uma matéria mencionando as denúncias e alertas proferidas pelo agrônomo José Lutzenberger no I EBAA. De acordo com o registro do Jornal, a fala do ecologista foi imponente, alertando os participantes da urgência de abandonar os agrotóxicos e realizar uma agricultura alternativa.<sup>162</sup>



Figura 16: DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Agricultura Alternativa é debatida em Curitiba*. 21/04/1981. 2º caderno. p. 4.

O I Encontro de Agricultura Alternativa, realizado no Colégio Estadual do Paraná, centralizou em explanações de experiências produtivas e seus resultados. O objetivo foi debater tecnologias e alternativas para disseminar as práticas agrícolas opostas à convencional, ou seja, opostas às práticas químico-industriais. Ao final do encontro foi elaborada a Carta de Curitiba, um documento com as considerações e resultado do I EBAA. O Diário do Paraná mencionou na matéria

<sup>160</sup> DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Ervas podem ser úteis à agricultura*. 07/04/1981. 2º caderno. p. 1.

<sup>161</sup> DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). Ivan Schmidt. *Alternativas*. 19/04/1981. 2º caderno. p. 6.

<sup>162</sup> DIÁRIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Agricultura Alternativa é debatida em Curitiba*. 21/04/1981. 2º caderno. p. 4.



“*Carta fixa diretriz da agricultura alternativa*”, no dia 25 de abril de 1981, que, da carta, constava a definição da agricultura alternativa, sendo

“como nova postura diante da agricultura através de um conjunto de técnicas aplicadas às produções vegetal e animal; estas técnicas são capazes de gerar alimentos de alta qualidade biológica responsável pela natureza trabalhando com ela e não contra ela por um meio autárquico de produção, quer a nível de propriedade, quer de país, num balanço energético equilibrado que mantém a fertilidade do solo com generalização da policultura e da integração e criação, realizando assim o controle da erosão e a preservação da água potável com o uso judicioso de fertilizantes e sem o emprego de agrotóxicos poluidores dos alimentos e dos ambiente; cria soluções adequadas com vistas a atingir as causas e não os sintomas, tendo como objetivo social a valorização do homem e do seu trabalho.”<sup>163</sup>

Como podemos ver, o I EBAA tratou de questões mais tecnicistas da agricultura alternativa e também sobre suas definições. O fato de não ter sido muito divulgado em outros estados, se concentrando mais no Jornal Paranaense, aponta como os movimentos de agricultura alternativa se realizavam, majoritariamente, de forma local. De toda forma, o Encontro foi importante para o debate e o conhecimento das experiências, pois formou redes de apoio e de troca de informações e conhecimento.

Os EBAA's posteriores ocorreram em 1984, em Petrópolis, Rio de Janeiro; em 1987 na cidade de Cuiabá, Mato Grosso; e o último em 1989, em Porto Alegre, Rio Grande do Sul. O número de participantes aumentou gradativamente, sendo que o último recebeu cerca de 4.000 participantes. O perfil de participantes também foi se alterando ao longo do tempo, sendo o primeiro marcado pela presença majoritária de engenheiros agrônomos e estudantes de agronomia, passando, até o último EBAA, para um perfil mesclado entre engenheiros agrônomos, secretários estaduais, estudantes, agricultores, movimentos sociais rurais, entre outros (LUZZI, 2007, p. 18-19).

### **3.3 A rede agroecológica carioca**

Como demonstrado, a Coonatura foi crescendo entre o fluxo da demanda de consumidores e a produção agrícola, assim como pela adesão de produtores em transição agroecológica na região do Brejal. A cooperativa, que iniciou seus trabalhos com as cestas agroecológicas em uma espécie de estacionamento cedido por parentes de um dos organizadores, em Copacabana, precisou se mudar para um local maior, passando assim a alugar uma casa localizada no bairro de Botafogo. A procura por produtos conhecidos como naturais, biológicos ou orgânicos, havia aumentado tanto que, após entregar as encomendas dos associados, a cooperativa distribuía para as pessoas, que procuravam pelos produtos, um número de senha, de acordo com a quantidade de cestas da produção. Segundo Aguinaga, era comum o número de pessoas, que queriam comprar as cestas, ser maior do que a

<sup>163</sup> DIARIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Carta fixa diretriz da agricultura alternativa*. 25/04/1981. 1º caderno. p. 5.

quantidade que a cooperativa tinha para vender.<sup>164</sup>

É preciso ter em mente que o objetivo por todo o tempo de existência da Coonatura não foi se transformar em um comércio de produtos naturais, orgânicos, e sim de ser uma cooperativa com um trabalho coletivo ecológico de produtores e consumidores de produtos naturais. A busca progressiva pelas cestas da Coonatura indica a urgência que havia, naquele período de início dos anos 80, em se consumir alimentos que fossem benéficos para a saúde humana. O crescimento da demanda e da produção ocorreu de forma involuntária e não-premeditada, e todas as mudanças decorridas com a cooperativa foram decididas coletivamente.

A Coonatura iniciou no Rio de Janeiro um movimento que havia começado também em outras localidades, principalmente no Sul do país. Como já dissemos, um ano antes do nascimento da Coonatura, foi criada em Porto Alegre, em 23 de janeiro de 1978, a Cooperativa Ecológica Coolmeia. Ela surgiu com objetivo de juntar pessoas interessadas em consumir alimentos naturais, livres de agrotóxicos, e em debater sobre assuntos como cooperativismo, ecologismo e naturismo (SANTOS, 1996, p. 26). A Coolmeia criou um entreposto que comercializava produtos de agricultores que não utilizavam agroquímicos em suas lavouras. Ao longo de sua trajetória, em 1982, a cooperativa passou a dividir espaço com a AGAPAN e a Ação Democrática Feminina Gaúcha (ADFG), crescendo a cooperativa em quantidade e qualidade (SANTOS, 1996, p. 27).

Paulo Aguinaga, que acompanhou o movimento e a cooperativa do Sul, criou um laço afetivo com as pessoas da Coolmeia, se aproximando muito de um dos organizadores da Feira ecológica que a cooperativa criou em 1989 e que se expandiu no início da década de 1990, Nelson Dias Diehl. A Coolmeia foi uma grande inspiração e uma parceira da Coonatura. No entreposto instalado na sede da cooperativa em Botafogo, alguns produtos que não eram muito produzidos em Petrópolis, como o arroz, vinham de produtores associados da Coolmeia. Criou-se uma rede de apoio entre cooperativas que contribuiu para o fortalecimento do movimento carioca, possibilitando que os associados e moradores do Rio de Janeiro tivessem acesso a produtos variados. Para enviar a produção do Sul para o Rio de Janeiro era necessário que a Cooperativa tivesse um CNPJ (Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica), entretanto, não existia um regimento próprio de cooperativas, algo que só se tornou mais comum após a Constituição de 1988. Sendo assim, a primeira junção da rede carioca foi entre Coonatura e Associação Harmonia Ambiental, por esta já ser uma associação registrada. Assim, com a fusão se tornaram Associação Harmonia Ambiental Coonatura.

Um dos diretores da Associação era Antônio Carlos Lago, o Tuíca, já mencionado nessa dissertação. Antônio Lago era engenheiro químico e ativista das questões ecológicas, escrevia no *Jornal do Brasil* constantemente a favor da ecologia, sobre agricultura alternativa e sobre do trabalho da Harmonia Ambiental e da Coonatura rural. Esse foi o único grupo existente no Rio que

---

<sup>164</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

se integrou à Coonatura em trabalhos conjuntos das duas associações.

Outras associações existiam no Rio e realizaram trabalhos juntamente com a cooperativa, como: Movimento Antinuclear; Federação das Associações Fluminenses de Defesa do Meio Ambiente (Fama); Liga Brasileira de Defesa dos Direitos Humanos; Renovação Cristã do Brasil (ligada à Igreja Católica); União Brasileira de Mães; Movimento Feminino pelas Liberdades Democráticas; universidades, instituições religiosas; artistas; instituições de agrônomos, no entanto não compunham um movimento direcionado para as questões de produção e alimentação natural. Assim, devemos ter em mente que a Coonatura se integrava a um movimento ecológico e, ao mesmo tempo, a um movimento agroecológico, no qual se envolviam outros atores e grupos.

A rede agroecológica carioca se adensou quando foi criado o Projeto Tecnologias Alternativas/FASE<sup>165</sup>, embora não tenha realizado trabalho em conjunto com a Coonatura. O PTA foi criado em 1983, mas seus trabalhos se iniciaram em 1980 com Jean Marc von der Weid, seu fundador, segundo seu próprio relato, no site da AS-PTA, em uma notícia contando o início do projeto, em comemoração dos seus 30 anos de existência.<sup>166</sup> É necessário conhecermos a trajetória de Weid até a criação do projeto para analisarmos o contexto e a relação com o movimento já existente.

Jean M. Weid ingressou no curso de engenharia química na década de 1960 e foi um importante ativista no período da ditadura civil-militar. Atuou em organizações políticas de esquerda e chegou a ser presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), em março de 1969. Antes disso, em 1968, foi condenado a dois anos de prisão devido à sua participação em manifestações estudantis, porém ficou na clandestinidade até que foi preso em outubro de 1969. Após sair da prisão, em 1971, foi banido do Brasil e se exilou no Chile, inicialmente, e depois foi para a França, onde se graduou e fez um mestrado em Economia Agrária. Weid retornou ao Brasil somente em 1979, quando foi promulgada a Lei da Anistia (AS-PTA, 2013).

Segundo seu relato, em 1980 foi ao aniversário de um amigo, ex-militante do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR), e que era advogado da Comissão Pastoral da Terra, já mencionada no primeiro capítulo. Em uma conversa sobre trabalho, o amigo advogado, Miguel

---

<sup>165</sup> A FASE é uma ONG de nominada Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional, criada em 1961. Iniciou seus trabalhos fundamentados no associativismo e cooperativismo, porém, com a o golpe de 1964 e instauração da ditadura civil-militar redefiniu os rumos. Como conta a história em seu endereço eletrônico, “a resistência à ditadura e a formação das oposições sindicais e dos movimentos comunitários de base passaram a ser o foco principal da entidade. Na década de 70, apoiou o movimento de organização social que enfrentou a carestia, o trabalho infantil e as desigualdades econômicas e sociais. Teve grande presença junto ao campesinato no norte do Brasil, junto aos trabalhadores rurais do nordeste, aos trabalhadores da construção civil e das indústrias metalúrgicas do sudeste e aos movimentos de associações de moradores de norte a sul do país. Formando centenas de lideranças pelo Brasil e apoiando-as em suas reivindicações, a FASE chegou aos anos 80 participando de todo o processo que levou à anistia, à constituinte e às eleições diretas. Disponível em [https://fase.org.br/pt/quem\\_somos/quem-somos/](https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/). Acesso em 10/02/2022 às 8:40h.

<sup>166</sup> Jean Marc von der Weid. *30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas*. 13/05/2013. Disponível em [http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas](http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas) acesso em 10/02/2022 as 10:20h.

Pressburger, mencionou sobre a luta pela posse de terra de camponeses na cidade de Paraty, no estado do Rio de Janeiro, porém, naquele momento, esses camponeses pensavam em vender suas propriedades, mesmo após tanto tempo de luta. Os motivos se fundamentavam no fato de a terra ser pouco produtiva e muito desgastada, comprometendo a segurança alimentar e econômica daqueles camponeses.

Weid e Miguel conversaram sobre aquela realidade, que era também de outros camponeses no Brasil, e tentaram buscar soluções diante de um cenário de “terra degradada, tecnologias de baixo rendimento, sem apoio de políticas públicas, sem crédito, sem acesso a mercados”<sup>167</sup>. Assim, Miguel desafiou Weid a criar um projeto para melhorar aquela situação de Paraty e que poderia ser também a solução de outras localidades.

A questão colocada era a da possibilidade de produzir propostas tecnológicas que oferecessem baixos custos, minimizassem os riscos e garantissem aumentos sustentados de produtividade e de produção. Estes novos sistemas de produção, combinados com um esforço comum para enfrentar as condições dos mercados poderiam proporcionar o aumento de renda, a melhoria da alimentação e da segurança alimentar e das condições de vida em geral, capazes de criar novas esperanças para a população rural (WEID, 1997, p. 08 apud LUZZI, 2007, p. 38).

O projeto foi feito e Miguel levou à FASE (Federação de Órgãos para Assistência Social e Educacional) junto com Weid, porém a Federação achou a proposta arriscada e onerosa, solicitando uma alternativa. Na busca por outras possibilidades, Weid procurou conhecimento sobre agricultura alternativa no Brasil e encontrou trabalhos de Ana Primavesi, Luiz Pinheiro Machado e de José Lutzenberger. Querendo saber mais sobre o assunto e opções para um novo projeto, contatou o amigo Silvio Almeida, com quem escreveu o Projeto Tecnologias Alternativas (PTA). Weid menciona que desenvolveram o projeto

ampliando o escopo para não apenas a produção agrícola mas também para outras questões de importância para o campesinato: habitação, acesso à água de qualidade, energia, mecanização, transportes, armazenamento, etc., bem como a organização da produção e do acesso aos mercados. Adotamos um conceito mais amplo de “tecnologias alternativas” que já conhecíamos em debates na França sob o nome de tecnologias apropriadas. (ASPTA, 2013<sup>168</sup>)

O PTA tinha uma proposta nacional e foi apoiado pela FASE e CPT (Comissão Pastoral da Terra) no período inicial, em 1981, além de abrir portas para que Weid e Silvio se empenhassem em conseguir financiamento com parceiros da Federação. A primeira fase do projeto, com duração de três anos, seria de dedicação na busca de conhecimento por soluções alternativas, porém precisavam de investimento para aplicar os conhecimentos que iriam adquirir. No ano de 1981 não tiveram respostas.

<sup>167</sup> Idem.

<sup>168</sup> Jean Marc von der Weid. *30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas*. 13/05/2013. Disponível em [http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas](http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas) acesso em 10/02/2022 as 10:20h.

Weid, que era muito articulado e tinha muitos contatos internacionais, foi trabalhar para a FAO na Guiné Bissau, e, segundo sua narrativa, foi onde aprendeu a reconhecer o conhecimento tradicional da sociedade camponesa e suas diferenciadas técnicas de plantio sem agrotóxicos, adubos químicos e sementes modificadas. No período em que trabalhava para a FAO, Weid foi à França acompanhando o Ministro do Planejamento da Guiné, de quem era assessor. Assim, apresentou o projeto para pessoas conhecidas que ocupavam posições políticas importantes no governo e conseguiu o financiamento desejado, que foi aprovado em dezembro de 1982. No entanto, os recursos advindos da cooperação técnica francesa foram liberados apenas em fevereiro de 1983, data de início do PTA.

As ações iniciais do projeto se concentraram em encontrar experiências em agricultura alternativa em diferentes partes do Brasil. “Foi feito um mapeamento das experiências, instituições e pessoas que desenvolviam algum trabalho envolvendo as tecnologias alternativas” (LUZZI, 2007, p. 38), tanto no campo acadêmico/científico, quanto em experiências alternativas existentes entre camponeses. No campo acadêmico, encontraram alguns poucos trabalhos pioneiros do movimento de agricultura alternativa, tornando-se referência para a trajetória do projeto. Já entre os camponeses e pequenos produtores, foram identificadas algumas experiências e contatadas por meio “de vínculos políticos previamente existentes, principalmente por meio de lideranças populares ligadas ao trabalho da Igreja Católica (CPT, sindicatos, cooperativas, associações de produtores, etc.)” (LUZZI, 2007, p. 39).

Os coordenadores do projeto, Weid e Almeida, fizeram todos os esforços para trazer ao Brasil o conhecimento de agriculturas alternativas e de agroecologia, tanto que, no final dos anos 1980, o PTA/FASE tinha um acervo grande com publicações e referências bibliográficas, inclusive, foi quem traduziu o livro do professor chileno Miguel Altieri, “Agroecologia: base científica para uma agricultura sustentável”. Além disso, “havia identificado mais de 3.000 práticas agropecuárias alternativas e sistematizado 20% desse total, constituindo um acervo bastante original e significativo sobre o assunto” (MELO, 1993, p. 155 *apud* LUZZI, 2007, p. 40).

Para tornar viável o ambicioso projeto de dimensão nacional, o PTA/FASE organizou um evento em Campinas, no final de 1983, que teve a participação de aproximadamente cem pessoas, entre lideranças políticas, acadêmicos, movimentos sociais que trabalhavam com agricultores, entre outros. O intuito era dialogar sobre o projeto e conseguir apoio para viabilizar sua execução na rede nacional. Ao final do encontro,

foi definido que o PTA/FASE iria acompanhar cinco experiências, desenvolvidas em diferentes estados da federação, consideradas mais avançadas em termos de tecnologias alternativas. As experiências escolhidas foram: CAPA – Centro de Aconselhamento do Pequeno Agricultor (Santa Rosa, Rio Grande do Sul), Instituto Vianei de Educação (Lages, Santa Catarina), ASSESOAR – Associação de Estudos, Orientação e Assistência Rural (Francisco Beltrão, Paraná), MOC – Movimento de Organização Comunitária (Feira de Santana, Bahia) e PATAC – Programa de Aplicação de Tecnologias Adaptadas (Campina Grande, Paraíba)

(LUZZI, 2007, p. 40)

Dessa forma, o Projeto Tecnologias Alternativas iria acompanhar essas experiências a fim de conhecer seus trabalhos e trajetórias de desenvolvimento de produção, organização e comercialização para, posteriormente, divulgar as soluções encontradas em diferenciadas realidades. Nilza Luzzi menciona que o resultado não foi como esperado, pois, realizar um trabalho em diferentes estados do Brasil, com realidades distintas, acarretou problemas técnicos e de infraestrutura que não contribuiu para o alcance dos objetivos iniciais. Além disso, as condições “socioeconômicas, culturais e ambientais” eram diferenciadas, o que tornou o trabalho mais complexo (LUZZI, 2007, p. 41).

Pensando na rede agroecológica carioca, uma questão pairou sobre a reflexão: vimos que havia, na região serrana do Rio de Janeiro, algumas experiências com agricultura alternativa, sendo mencionadas em nosso trabalho a experiência local da Fazenda Arca de Noé, de João Carlos Ávila, com a agricultura biodinâmica, e o próprio trabalho do núcleo rural da Coonatura. Compreendemos que na Arca de Noé não existia um trabalho comunitário que contribuísse para o objetivo da PTA/FASE em transformar a realidade de tantos produtores rurais, entretanto, o trabalho da Coonatura no Brejal envolvia pequenos produtores que tiveram a possibilidade de melhorar suas condições sociais, econômicas, ambientais (com uma agricultura de regeneração de solo e melhoria agroecossistêmica), de organização e de comercialização. A questão levantada é, por qual motivo o Projeto de Tecnologias Alternativas e a Cooperativa Coonatura não se uniram a fim de somar forças em um mesmo propósito?

Infelizmente, as fontes analisadas não conseguem responder a essa pergunta, no entanto, com base na trajetória de cada um deles e de seus atores, algumas hipóteses são possíveis de serem concebidas. A começar, Jean Marc von der Weid assumiu desde sempre um posicionamento político, tanto em sua trajetória pessoal, quanto em seus contatos e meios para viabilizar o trabalho da PTA/FASE. Por outro lado, segundo Paulo Aguinaga, em entrevista, a Coonatura era vista como um grupo apolítico, sendo criticada tanto por grupos da direita política, quanto da esquerda. Esse é um ponto de articulação política que diferencia os dois projetos, e, provavelmente, dificultou um trabalho em conjunto. Outra questão é que, diferente do PTA, a Coonatura tinha como objetivo inicial formar uma cooperativa de consumidores e produtores; não existia a intenção de transformar a realidade dos pequenos agricultores rurais, embora essa tenha sido uma das consequências de seus trabalhos na região do Brejal. Em contrapartida, o objetivo de Weid, desde o início, era tornar possível a permanência de pequenos agricultores em suas terras, evitando a miséria e o êxodo rural entre a população camponesa em âmbito nacional. O PTA teve como ponto de partida solucionar os problemas dos pequenos produtores, e a Coonatura, partiu para resolver os problemas de consumidores urbanos.

Não sabemos dizer se houve ou não contato entre os grupos: se, porventura, se conheciam, se apoiaram, se trocaram conhecimentos e experiências. Isso não temos como presumir, pois não encontramos dados nas fontes pesquisadas. No entanto, é evidente que os caminhos eram distintos e as vias também. O trabalho da Coonatura se concretizou como solução para o centro urbano do Rio de Janeiro, desde o primeiro encontro no Parque Lage, ou desde a carta-semente. Como dissemos, o trabalho com os pequenos agricultores foi um efeito não antecipado dos encontros, mas que contribuiu para que o Brejal se tornasse referência na produção orgânica e agroecológica, corroborando para que Petrópolis se tornasse a capital estadual dos alimentos orgânicos, de acordo com a Lei estadual nº 8118 de 2018.

De toda forma, podemos compreender que a Coonatura e a PTA/FASE exerceram trabalhos paralelos. Apesar de o Projeto de Tecnologias Alternativas ter realizado trabalhos em outros estados, o levantamento e produção de trabalhos científicos desenvolvido por Weid e por Silvio Almeida, certamente, foi alicerce para toda a comunidade brasileira e latino-americana que buscava aprender sobre agricultura, tecnologias alternativas e agroecologia. Esse conhecimento, pode ter contribuído para o trabalho dos atores da Coonatura, afinal, não se sabe o vínculo entre eles e se tiveram acesso uns aos outros.

O PTA/FASE trouxe outra dimensão para a rede agroecológica brasileira. As conexões e influências de Weid nas redes internacionais foram importantes para integrar os projetos do Brasil na rede latino-americana. O PTA compôs a rede de Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe (MAELA) e do Consorcio Latino-americano de Agroecología y Desarrollo (CLADES) nos fins da década de 1980. Além deles a Associação de Agricultura Orgânica (AAO), criada por Ana Pimavesi, também compunha o Movimento Agroecológico da América Latina. Ou seja, o alcance da rede brasileira se ampliou por meio das articulações realizadas pelo PTA/FASE, que, em 1989, se desvinculou da FASE e se tornou AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa).

O PTA/FASE foi um dos projetos que esteve presente no II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, que ocorreu em 1984. Este foi realizado em Petrópolis, estado do Rio de Janeiro, entre os dias 2 e 6 de abril daquele ano, tendo sido promovido pela FAEAB e AEARJ, com apoio da BANERJ, CNPq, CREA, EMATER-RIO, EMBRAPA, FINEP, PESAGRO-RIO, UFRRJ e Prefeitura Municipal de Petrópolis.<sup>169</sup> Foi um evento que contou com o quádruplo de participantes do primeiro encontro, em 1981, obtendo em torno de 1.800 participantes presentes de todo o Brasil e foi mais divulgado nos periódicos e nos centros universitários.

---

<sup>169</sup> Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1984, p. 3



Figura 17 – *Panfleto do II Encontro de Agricultura alternativa*. Disponível em < <http://agronomos.ning.com/profiles/blogs/encontro-brasileiro-de-agricultura-alternativa?overrideMobileRedirect=1> > Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

Como no primeiro encontro, a participação de engenheiros agrônomos foi predominante, entretanto, o II EBAA contou com a presença de técnicos, agricultores, ambientalistas, intelectuais, estudantes, imprensa, entre outros. Um outro fato que o diferenciou do 1º encontro foi a presença de 24 secretários estaduais de 12 localidades do país: Espírito Santo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, Santa Catarina, São Paulo, Goiás, Maranhão, Mato Grosso, Mato Grosso do Sul, Pará e Paraná. O encontro contou com a participação especial de alguns dos expoentes mais conhecidos no Brasil referentes às agriculturas alternativas, como Agostinho Guerreiro, Luiz Carlos Pinheiro Machado, Claude Aubert (do L’Institut National Agronomic/França), Sebastião Pinheiro, Adilson Paschoal, José Lutzenberger, Ana Primavesi, Ernest Goetsch (referência em agrofloresta), Graziano Neto, os representantes do PTA/FASE, entre outros.<sup>170</sup>

Foram realizadas em torno de 40 palestras seguidas por debates, diante das perguntas dos participantes aos apresentadores. Os debates que foram realizados durante o encontro tiveram um caráter mais tecnicista sobre as consequências da agricultura industrial para a produção agrícola, o ambiente e a saúde humana, e sobre as técnicas e métodos que poderiam ser aplicados para converter o cenário de produção com agroquímicos. Ou seja, as discussões se baseavam mais no conhecimento

<sup>170</sup> Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1984.



adquirido do que na realidade prática, que ainda era muito inicial no Brasil.

Uma das questões levantadas pela PTA/FASE, que consta dos Anais do evento e que vai ao encontro das premissas da agroecologia, é a importância de considerar o conhecimento dos agricultores. A equipe do PTA/FASE iniciou dizendo que “nem toda a verdade está na ciência dos laboratórios” (Anais do II EBAA, 1984, p. 16), que apoiava a busca por técnicas exógenas, pois faltaria conhecimento no Brasil, e defendia uma agricultura alternativa que valorizasse o conhecimento campesino, conforme o trecho a seguir:

E ao lembrar dos produtores devemos realizar que eles não são o objeto – executor mecânico – das elaborações dos sábios que detém a verdade científica, mas agentes sociais com experiências, culturas, ideias, motivações e habilidades próprias. Do imenso universo da experiência acumulada dos milhões de produtores brasileiros existe um saber a recuperar e valorizar. Desta prática de gerações existe um lado repetitivo-conservador, muitas vezes defasado com as mudanças no seu ecossistema e nas suas relações econômicas, mas há também um processo criativo, inovador, de adaptação e mudanças que muitas vezes surpreende por seu alcance técnico e social. É claro que dependerá de uma interrelação entre um sistema de pesquisa científica e de difusão renovados e arejados, e potencialização e generalização das inovações parciais e localizadas do saber camponês, mas o ponto de partida de resgatar esta realidade é fundamental para os que pensam em gerar um modelo alternativo de desenvolvimento agrícola neste país (Anais do II EBAA, 1984, p. 17).

O II EBAA, assim como o primeiro, foi muito importante para o debate sobre as agriculturas alternativas e para o conhecimento de práticas localizadas pelo Brasil. O posicionamento do PTA/FASE, sobre conferir protagonismo aos agricultores rurais, foi essencial para promover o caráter social do movimento das agriculturas alternativas com a valorização do conhecimento daqueles que já trabalham na terra e que são a chave principal para o desenvolvimento da agroecologia.

José Lutzenberger também realizou um pronunciamento muito otimista, no qual mencionava que o uso de agrotóxicos estava em declínio, não pela aversão à agricultura tóxica, mas sim devido à crise econômica pela qual o país passava e que se refletia nos produtores, que se viam sem crédito e sem recurso financeiro para comprar os insumos agroquímicos. Sendo assim, ele afirmou que essa era uma excelente oportunidade para alcançar os produtores e dialogar sobre alternativas sustentáveis de produção. Além disso, Lutzenberger também chamou atenção para o fato de, no Brasil, existir uma crescente conscientização entre os agrônomos sobre as agriculturas alternativas, diferentemente do que estava acostumado a ver em outros países, mas, no entanto, faltava entre os agrônomos brasileiros conhecimento científico (Anais do II EBAA, 1984, p. 79).

O encontro destacou as seguintes lições: “necessidade de o movimento pela agricultura alternativa manter-se unificado nos seus grandes objetivos; foi revelado que a agronomia e os agricultores brasileiros dispõem de tecnologias capaz de produzir, sem venenos, independentemente da escala de produção” (Anais do II EBAA, 1984, p. 12). Ademais, os secretários estaduais

assinaram um documento denominado “Carta de Petrópolis – protocolo de intenções” no qual se comprometeram em cumprir oito acordos, dentre eles

“apoiar e redirecionar a pesquisa, a difusão e o uso de alternativas agropecuárias mais adequadas à realidade nacional, respeitadas as suas peculiaridades regionais; agilizar a criação e implantação das legislações estaduais sobre agrotóxicos e biocidas, assegurando a compatibilização das mesmas, respeitadas as peculiaridades regionais” (Anais do II EBAA, 1984, p. 304).

Estavam também presentes no II EBAA alguns produtores da região de Nova Friburgo. Alguns eram considerados novos camponeses, bem como aqueles atores da Coonatura – exemplo do Paulo Aguinaga – que saíram da cidade para produzir no campo e ter uma vida mais simples e sustentável. O Encontro foi um momento especial para que as pessoas se conhecessem, e inclusive as experiências regionais. Nesse sentido, um grupo de novos rurais se contactou no II EBAA e se reuniu ainda no ano de 1984 para refletir sobre a possibilidade de criar uma feira para escoar os seus produtos.

Segundo Cristina de Brito Ribeiro<sup>171</sup>, cofundadora da Associação Biológica dos Produtores do Rio de Janeiro (ABIO), ela e outras pessoas precisavam escoar suas produções e, pelo fato de os produtos produzidos com base ecológica não terem um padrão estético uniforme, não conseguiam escoar para mercados convencionais. Sendo assim, precisavam de um outro meio. Uma alternativa foi criar uma feira em Nova Friburgo, porém a prefeitura colocou a condição de que precisavam criar uma associação e, dessa maneira, criou-se a Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro, em março de 1985. Era um grupo de, aproximadamente 18 pessoas com perfil, majoritariamente, de professores e pesquisadores universitários e da Embrapa<sup>172</sup> que, como dissemos, haviam saído da cidade e se mudado para o campo. Um dos membros da associação era João Carlos de Souza Ávila, que mantinha o Sítio Arca de Noé, já mencionado anteriormente.

A ABIO, então, surgiu com um propósito diferenciado da Coonatura, pois era uma associação criada por produtores e marcada pela comercialização de produtos. Assim que a Associação foi criada, a feira em Friburgo foi inaugurada, e funcionou por muitos anos, até ser transferida para uma localidade junto aos produtores convencionais. Como consta do seu livro de Ata, a ABIO surgiu “para trabalhar pela promoção e difusão de uma agricultura que é baseada em métodos alternativos de produção e que não admitia o uso de insumos químicos e práticas que possam representar riscos à saúde, poluição e agressão ambiental ou desequilíbrio de ordem social”<sup>173</sup>.

<sup>171</sup> Entrevista concedida por Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, na Sede da ABIO, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min). Essa entrevista foi realizada para o desenvolvimento de minha monografia como trabalho de conclusão do curso de História da UFRJ. MOREIRA, Paula Fortini. *O surgimento das feiras orgânicas no Rio de Janeiro: uma perspectiva histórica*. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: 2020.

<sup>172</sup> Entrevista concedida por Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, na Sede da ABIO, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min).

<sup>173</sup> Entrevista concedida por Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, na Sede da ABIO, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min).

A ABIO foi importante para o adensamento da rede agroecológica carioca, principalmente com a comercialização nos circuitos curtos, e no seu objetivo de contribuir para o movimento de agricultura orgânica que ainda era recente do Brasil<sup>174</sup>. Nesse sentido, a associação somava à rede carioca com pontos de vendas específicos na cidade do Rio de Janeiro, como no Clube da Hebraica, no bairro Laranjeiras, na igreja de São Judas Tadeu, no bairro Cosme Velho, na Igreja Cristo Redentor, no bairro Laranjeiras, e em um box cedido na Cobal de Humaitá. A ABIO não funcionou como um movimento social de agricultura alternativa e não se considerava politizada em suas articulações. A associação se voltava para a prestação de serviços aos associados, no sentido de viabilizar caminhos para a comercialização de seus produtos.<sup>175</sup>

A ABIO e a Coonatura não trabalhavam em conjunto, inclusive se diferenciavam por ser a primeira de produtores e a segunda de consumidores. Entretanto, também conseguimos identificar algumas semelhanças, a começar pelo perfil social dos associados e fundadores de ambos os grupos. Além disso, os dois também se identificam com um perfil apolítico, o que difere do Projeto Tecnologias Alternativas. É importante saber que, apesar das diferenças, ABIO e Coonatura tinham certa proximidade por atuarem no mesmo campo de trabalho com a alimentação de base ecológica, porém isso ocorria de forma paralela. Inclusive, muitas vezes, associados da ABIO também eram associados da Coonatura, principalmente para ter acesso a alguns produtos indisponíveis na associação de Friburgo, como era o caso dos grãos, vendidos pela Coonatura.

É preciso salientar que a ABIO denominava a agricultura produzida por seu grupo como agricultura orgânica. Segundo Cristina Ribeiro, apesar de saberem a definição geral do que era essa agricultura, ainda assim não havia um consenso sobre as premissas da prática agrícola<sup>176</sup>. Dessa maneira, para garantir e certificar que o produto era orgânico, os produtores coordenadores da ABIO se basearam nas normas da *International Federation of Organic Agriculture Movements* (IFOAM) para a Autoavaliação de Sistemas Participativos de Garantia (SPG)<sup>177</sup> e foram criando seus dados de notas e conferência. Atualmente a ABIO é uma das coordenadoras do Circuito Carioca de Feiras Orgânicas e é a maior certificadora de orgânicos do estado do Rio de Janeiro.

Temos um cenário em meados da década de 1980 de grande crescimento das questões

<sup>174</sup> É possível encontrar mais informações sobre a Associação em <https://abiorj.org>

<sup>175</sup> Entrevista concedida por Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, na Sede da ABIO, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min).

<sup>176</sup> Entrevista concedida por Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, na Sede da ABIO, em Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min).

<sup>177</sup> A IFOAM, enquanto federação internacional de agricultura orgânica, disponibilizava um questionário de livre acesso que funcionava como uma ferramenta de autoavaliação e avaliação dos pares para iniciativas de produção orgânica. Dentro das normas e sugestões da IFOAM, o questionário se baseava nos dados referentes a informações pessoais da propriedade, primeira parte sobre a visão compartilhada e normas concordadas; segunda parte sobre o procedimento para verificar a conformidade e a compreensão entre produtores; terceira parte sobre sistema de gestão documentada; parte quatro sobre a horizontalidade de avaliação entre os pares; parte cinco sobre a participação do consumidor e outros atores; parte seis sobre os sistemas de gestão das não-conformidades; parte sete sobre os mecanismos de apoio aos produtores; e por último sobre selos e etiquetas. Disponível em [https://ifoam.bio/sites/default/files/pgs\\_sef](https://ifoam.bio/sites/default/files/pgs_sef). Acesso em 02/03/2022 as 11:50h.

ecológicas e sobre a importância de se alimentar bem e com alimentos de qualidade, de preferência orgânicos e sem veneno. As notícias do quão nocivos eram os agrotóxicos para a saúde humana e ambiental, como vimos, eram cada vez mais constantes, sendo pauta entre instituições associadas ao governo, como a Embrapa e Emater, bem como de indivíduos e grupos que iniciavam projetos políticos para, ao menos, diminuir o uso indiscriminado de agrotóxicos.

No Rio de Janeiro, projetos, grupos, movimentos e associações relacionadas à agricultura de base ecológica aumentavam progressivamente e, cada vez mais, expandiam o número de comércios de alimentos naturais. Esses coletivos, apesar de possuírem finalidades semelhantes, realizavam trabalhos paralelamente e não em conjunto amplo. A Coonatura, como consta das fontes, teve um trabalho pioneiro na cidade do Rio de Janeiro, principalmente na região sul da cidade. Também foi precursora no trabalho de produção agrícola orgânica, biológica, biodinâmica, na região do Brejal, e no processo de transição agroecológica, transvertendo a realidade de diversos produtores daquela localidade.

Em 1984, cinco anos após a criação da Coonatura, o *Jornal do Brasil* anunciou que a feirinha, já localizada no bairro de Botafogo, estava mudando os hábitos alimentares dos moradores da Zona Sul e que a procura por hortaliças sem veneno estava se intensificando.<sup>178</sup> Os consumidores cariocas estavam cada vez mais preocupados com o veneno nos alimentos e procurando uma alternativa. Proporcionalmente a essa procura também surgiam as lojas de produtos naturais e de venda de hortaliças, legumes e frutas. Entre o centro do Rio e a Zona Sul existiam 19 pontos de comércio de comida saudável e naturais, além de três grupos que distribuía alimentos aos associados, como é o caso da Coonatura.<sup>179</sup>

---

<sup>178</sup> JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Zona sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico*. 28/05/1984. 1º Caderno. p. 4.

<sup>179</sup> JORNAL DO BRASIL. Sonia Hirsch. *Comida Natural*. 29/05/1983. Sem página.



Figura 18: JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Zona sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico*. 28/05/1984. 1º Caderno. p. 4.

Além da Coonatura, que vendia suas cestas aos associados (que somavam em torno de 1.000 em 1984) e distribuía 70 senhas às terças-feiras para vendas avulsas, existia outra feirinha de produtos naturais no bairro Ipanema, denominada Moinho D’água, que provinha de Nova Friburgo, do Sítio do produtor Jeferson Pires Barroso. Matéria do *Jornal do Brasil* menciona que a procura era tão intensa que, até o horário de meio dia, os produtos se esgotavam, ou seja, o movimento estava crescendo exponencialmente, assim como a conscientização da população.<sup>180</sup> A chegada da produção e a comercialização organizada pela ABIO aumentou o número de ofertas para os cariocas em meados dos anos 1980, tanto nos pontos específicos de clubes e igrejas, quanto na Cobal.

Segundo Paulo Aguinaga, a intenção da Coonatura não era se transformar em um supermercado de orgânicos; o núcleo cooperativista tinha a intenção de priorizar as relações humanas, de manter um atendimento individual que permitisse fluir uma conversa sobre cultura e ecologia, de realizar cursos e palestras em sua sede. Ele relatou que, devido à demanda comercial enorme nos fins da década de 1980 e início de 1990, essas prioridades estavam sendo abafadas, e foi, então, que cogitaram a hipótese de criar uma feira de produtos naturais, seguindo os moldes da feira da Coolmeia em Porto Alegre.<sup>181</sup>

Nesse período, muitos agricultores do distrito de Posse, no Brejal e em Albertos eram associados da Coonatura, assim como havia aumentado o número de produtores associados da

<sup>180</sup> JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Zona sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico*. 28/05/1984. 1º Caderno. p. 4.

<sup>181</sup> Entrevista concedida por Paulo Aguinaga, no dia 21 outubro de 2018, em sua residência no bairro Botafogo, Rio de Janeiro. (81min).

ABIO, que articulava caminhos de comercialização de produção agrícola advindas de Teresópolis, Nova Friburgo, Itaboraí, entre outras regiões. Os dois grupos, como já dito, realizavam trabalhos paralelos, nos quais uns se associavam no grupo dos outros, ou vendiam excedentes. Dessa maneira, se articularam em um propósito comum alguns anos depois e criaram, juntos, a Feira Orgânica da Glória, em 1994, ficando a ABIO responsável pela qualidade dos produtos e a Coonatura pela organização e funcionamento da feira, que foi inaugurada no dia 15 de outubro, como podemos ver na cartilha abaixo (Figura 18 e 19).

A Feira teve apoio de 5 órgãos públicos, são eles: EMBRAPA, EMATER, Secretaria Estadual de Agricultura, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ) e Instituto Estadual de Florestas (IEF). Nesse momento, a Associação Harmonia Ambiental Coonatura contava com 1.700 associados e colhia, em sua propriedade rural localizada em Petrópolis, 10 toneladas de verduras e legumes sem agrotóxicos por semana, segundo a informação dada por Nelson Diehl ao *Jornal do Brasil* na matéria sobre a primeira feira do Rio (ver figura 17). Ele ainda informou que a produção abastecia dois entrepostos da Coonatura, um em Botafogo e outro no bairro Barra da Tijuca, que havia sido inaugurado na década de 1990, e o excedente era vendido para a CEASA. Diante desses dados quantitativos, podemos entender que, em 15 anos, a Coonatura prosperou em seu objetivo de “produzir, distribuir e consumir alimentos frescos puros e baratos... produzidos sem inseticidas nem outras químicas... e contribuir para a melhora da alimentação dos sacrificados cariocas”<sup>182</sup>, como publicado na carta-semente.

---

<sup>182</sup> JORNAL DO BRASIL. Joaquim e Ligia. *Comida sem veneno*. Carta aos leitores. 12/01/1979. Caderno B. p. 5.

### Maia pode ser processado por comerciantes

Advogado afirma que ameaça de liberar os ambulantes nas portas das lojas é ilegal

O advogado Jorge Baga, especialista em ações de responsabilidade civil, disse ontem que os comerciantes do Centro que tentam anular o direito de livre circulação por meio de determinação dos juizes César Maia poderão entrar no Juízo com ação cautelar, para obter a prefeitura a retirar os ambulantes do local.

Maia vem ameaçando os comerciantes, caso eles não participem da reunião para a contratação de segurança particular no Centro, mas Baga garante que os comerciantes podem exigir que a prefeitura crie um poder de polícia e compare o Código de Posturas em vigor. Segundo o advogado, o Código tem uma série de limitações que impedem a ocupação das calçadas.

Jorge Baga destacou que a segurança da população é dever da Polícia Militar e da Polícia Civil. "O prefeito não pode exigir e muito menos obrigar alguém a formar uma guarda particular. Isso é ilegal", afirmou o advogado. Para ele, Maia está seguindo a criação de uma polícia própria.

**Intenção** — Orem, o prefeito estava a considerar a disposição de colocar ambulantes na porta dos comerciantes que não querem colaborar com o projeto César Maia desenvolvido pela Associação Comercial.

### Babuino Du



O Rio poderá ganhar em breve a primeira feira livre dirigida aos moradores. A feira será lançada no próximo dia 15, quando a Associação Harmonia Ambiental Coonatura — que reúne 1.700 adeptos da alimentação natural no Estado — promoverá uma feira experimental na Rua do Russel, na Glória, das 7h30 às 13h, vendendo frutas, verduras e legumes sem agrotóxicos. Se o projeto der certo, a cidade pedirá autorização à prefeitura para já começar a funcionar todos os sábados no local.

Por mercadorias serão vendidas por pequenos produtores — a maioria do interior do Estado — que fazem o cultivo natural e são conhecidos abastecedores dos ecologistas cariocas. Eles dividem vendas em barracas com os cinco órgãos públicos que darão apoio à feira: Embrapa, Emater, Secretaria Estadual de Agricultura, Universidade Federal Rural e Instituto Estadual de Floresta.

Segundo o coordenador da feira, Nelson Diehl, da Coonatura, o objetivo não é de atender apenas os ecologistas. "Queremos engajar toda a sociedade a aderir à alimentação natural".

**Vantagens** — Nelson informou que a associação possui há seis anos uma pequena propriedade em Petrópolis, onde cultiva 10 toneladas de verduras e legumes sem agrotóxicos por semana. A mercadoria é comercializada em duas lojas da Coonatura — em Botafogo e na Barra da Tijuca — e o excedente é vendido para a Ceasa.

"Nós, ecologistas, já temos nosso problema de abastecimento resolvido. Queremos agora mostrar para a sociedade que o que é bom para a nossa saúde e bom para todos", afirmou Diehl. De acordo com ele, além de fazer compras pelo mesmo preço das outras feiras, o público poderá conversar no local com nutricionistas da associação sobre as qualidades de se fazer uma alimentação natural.

Para transformá-la numa feira fixa, no entanto, Nelson teme dois obstáculos: a burocracia da prefeitura e uma possível resistência dos moradores da Glória. "Vamos mostrar a eles que a nossa feira será diferente das outras, pois todo o lixo é reaproveitado", disse. Segundo o coordenador, em São Paulo, Minas, no Paraná e no Rio Grande do Sul já existem pontos de venda de alimentação natural funcionando com sucesso.

esta sendo expandida e chegada de um filão de tipo alternativo — o maior dos últimos e sempre em expansão — e de alimentos.

O tempo de gestação dos ha-

### Rio terá sua primeira feira natural

O Rio poderá ganhar em breve a primeira feira livre dirigida aos moradores. A feira será lançada no próximo dia 15, quando a Associação Harmonia Ambiental Coonatura — que reúne 1.700 adeptos da alimentação natural no Estado — promoverá uma feira experimental na Rua do Russel, na Glória, das 7h30 às 13h, vendendo frutas, verduras e legumes sem agrotóxicos. Se o projeto der certo, a cidade pedirá autorização à prefeitura para já começar a funcionar todos os sábados no local.

Por mercadorias serão vendidas por pequenos produtores — a maioria do interior do Estado — que fazem o cultivo natural e são conhecidos abastecedores dos ecologistas cariocas. Eles dividem vendas em barracas com os cinco órgãos públicos que darão apoio à feira: Embrapa, Emater, Secretaria Estadual de Agricultura, Universidade Federal Rural e Instituto Estadual de Floresta.

Segundo o coordenador da feira, Nelson Diehl, da Coonatura, o objetivo não é de atender apenas os ecologistas. "Queremos engajar toda a sociedade a aderir à alimentação natural".

**Vantagens** — Nelson informou que a associação possui há seis anos uma pequena propriedade em Petrópolis, onde cultiva 10 toneladas de verduras e legumes sem agrotóxicos por semana. A mercadoria é comercializada em duas lojas da Coonatura — em Botafogo e na Barra da Tijuca — e o excedente é vendido para a Ceasa.

"Nós, ecologistas, já temos nosso problema de abastecimento resolvido. Queremos agora mostrar para a sociedade que o que é bom para a nossa saúde e bom para todos", afirmou Diehl. De acordo com ele, além de fazer compras pelo mesmo preço das outras feiras, o público poderá conversar no local com nutricionistas da associação sobre as qualidades de se fazer uma alimentação natural.

Para transformá-la numa feira fixa, no entanto, Nelson teme dois obstáculos: a burocracia da prefeitura e uma possível resistência dos moradores da Glória. "Vamos mostrar a eles que a nossa feira será diferente das outras, pois todo o lixo é reaproveitado", disse. Segundo o coordenador, em São Paulo, Minas, no Paraná e no Rio Grande do Sul já existem pontos de venda de alimentação natural funcionando com sucesso.

## Rio terá sua primeira feira natural




Figura 19: JORNAL DO BRASIL. Rio terá sua primeira feira natural. 08/10/1994. p.18.

#### PERSPECTIVA DA FEIRA



UM LAZER SAUDÁVEL PARA VOCÊ E SEUS FILHOS!

#### MAPA/LOCALIZAÇÃO DO EVENTO



Apio: Secretaria de Agricultura - R.J.  
Programa de microbacias

#### PARTICIPANTES

- Núcleo Rural da Coofatura (Brajá - Petrópolis)
- Assentamento Eldorado (Seropédica - Itaguaí)
- Agrinature - Teresópolis
- Associação de agricultores de São Sebastião do Alto
- APERJ (Núcleo Ecológico - Petrópolis)
- Chácara Le Landeron (Maricá)
- Sítio S<sup>o</sup> Antonio (Itaboraí)
- Sítio Campo Grande (Itaboraí)
- Rancho Santa Fé (Magé)
- Sítio Coco Duro (Cachoeira de Macaú)
- Ervanório O Amor do Campo (Niterói)
- Eunice (Maricá)
- Hélio (Magé)
- Márcio dos Brotos (Itaipava)

#### OUTROS ESTADOS

- Projeto Grande (E.S.)
- Colmeia (R.S.)
- PROMAN (S. P)
- Pedro+Telene (Itamonte - MG)

#### INSTITUIÇÕES

- EMBRAPA (RJ)
- Programa de Microbacias (Secretaria de Agricultura)
- EMATER (RJ)
- Universidade Rural (RJ)
- IEF (Instituto Estadual de Floresta)

#### APICULTORES

- Apirório Gelson Santos (RJ)
- Gil (Júz de Fora - MG)
- Amigos da Terra (RJ)
- Cássio (MG)

#### ARTESANATO ECOLÓGICO

- Prêa (Nova Friburgo)
- Ama - Assoc. das Mulheres do Mato (Nova Iguaçu)
- Mãos Mineiras (Júz de Fora - MG)
- Coopa-Roca (Rocinha RJ)
- Chapéu Mangueira (RJ)
- Abayomi (RJ)
- Aviores (Nova Iguaçu)
- Artesões Associados da Coonatura
- Artesões Associados da ABIO

#### LIVROS

- Fase - Aspta - Coonatura

#### Artes e Alimento sem agrotóxico

# feira cultural ecológica

comemoração do dia mundial da alimentação

assistência técnica ABIO Assoc. dos agricultores ecológicos RJ.

## 15 de outubro

Praça do Russel - Glória  
7:30 às 13:00

dia mundial de luta contra os agrotóxicos

Organização: Coonatura - Ass. Harmonia Ambiental

Figura 20: Cartilha da Feira Cultural Ecológica da Glória no Rio de Janeiro. Lado A. Fonte: arquivo pessoal do Sr. Paulo Aguinaga.

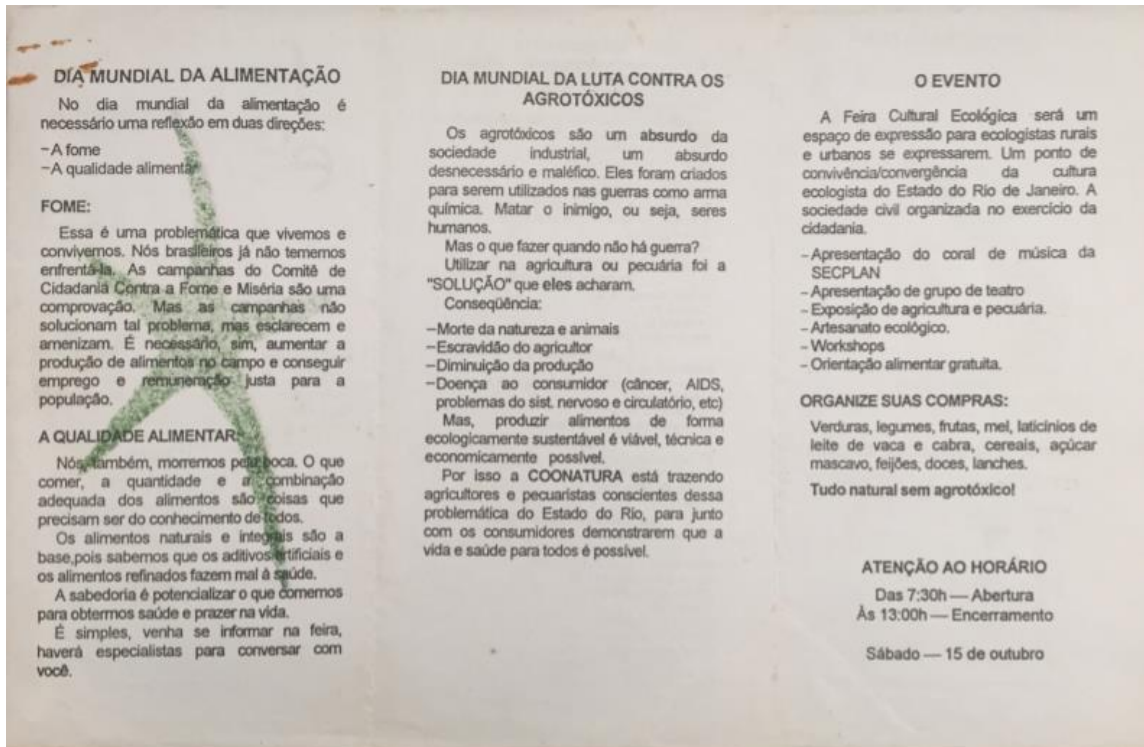


Figura 21: Cartilha da Feira Cultural Ecológica da Glória no Rio de Janeiro. Lado B. Fonte: arquivo pessoal do Sr. Paulo Aguinaga.

Na cartilha acima fica evidente a presença de uma rede estadual de produtores participantes da Feira da Glória, do mesmo modo que vemos a articulação com cooperativas e associações de outros Estados, como Espírito Santo, Rio Grande do Sul, São Paulo e Minas Gerais. Nos anos 90, momento de criação da Feira, as formas alternativas de produção e a agroecologia eram um pouco mais difundidas e a comercialização aumentava gradativamente. Enfim, percebe-se que a rede de agricultura alternativa, ou agroecológica, foi se fortalecendo ao longo do tempo e expandindo as regiões de atuação.

É importante, para concluir, que nos finais da década de 1970 e no início da década de 1980, os movimentos ecológicos e os movimentos sociais que estavam surgindo diante do processo de redemocratização, criaram, de certa maneira, vias de comunicação sobre as pautas levantadas por cada um desses grupos. A criação e o trabalho da Coonatura não se deram de forma isolada; ela se integrava ao movimento nacional que, naquele momento, se organizava localmente. A Coonatura foi pioneira em formar uma cooperativa para produção e consumo de alimentos agroecológicos no Rio de Janeiro e, em pouco tempo, novos colegas e trabalhos surgiram encorpando a rede agroecológica no estado, proporcionando aos cariocas uma alternativa de alimentação saudável. Atualmente o Brejal é uma das principais regiões do estado em produção orgânica e agroecológica, levando Petrópolis ao título de capital dos orgânicos, e a cidade do Rio de Janeiro tem o Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, coordenado pela ABIO, que conta com 22 feiras de produtores de várias regiões do estado.



### 3.4 Um breve panorama do início da rede agroecológica latino-americana

Para que fossem disseminadas as ideias de uma agricultura sustentável, alternativa ou agroecologia, na América Latina, Kaimowitz diz que foi de extrema importância o nascimento e atuação das ONGs. Essas surgiram na década de 1980 ou “década perdida”, como mencionou Miguel Altieri. Este autor diz que a década de 1980, em muitos países da América Latina, foi marcada por uma grave crise econômica de extraordinários custos ambientais, denominada de “década perdida” (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 72) e que motivou o surgimento de diversas mobilizações.

Apesar de vários projetos de desenvolvimento, os países latino-americanos estão inseridos em uma ordem econômica mundial, pautado no modelo econômico neoliberal, e que, apesar do fato de que em alguns países, como Argentina, Chile e México, o modelo de agricultura industrial tenha parecido ter tido êxito, numa perspectiva macroeconômica, as questões ambientais foram degradantes. Pode-se citar como exemplo o “desmatamento, erosão do solo, poluição industrial, contaminação por pesticidas e a perda da biodiversidade, todas essas questões continuam com taxas alarmantes e que não refletem nos indicadores econômicos” (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 78). Altieri afirmou que existiu uma crise econômica mesmo com a inserção do modelo de produção da Revolução Verde, e que essa forma neoliberal capitalista na produção agrícola não trouxe um resultado tão satisfatório como vislumbrado e, além disso, custou a degradação do meio ambiente (ALTIERI; MASERA, 1997, p. 83).

Conforme mencionado acima, o surgimento e a atuação das organizações não-governamentais foram essenciais para a disseminação da agricultura alternativa nos países latino-americanos. As ONGs, as quais irei me referir mais à frente, partem de um princípio de desenvolvimento ecológico e sustentável. Elas foram essenciais para a implantação e aderência de uma nova forma de agricultura alternativa aos padrões industriais, pois, como dito, o modelo dominante industrial acarretou alterações negativas reais no campo e no distanciamento dos camponeses com as tradições de plantio. Além disso, Sílvia Ribeiro destaca que as relações de dependência do rural em relação ao urbano

em nível nacional repetem-se no plano internacional, determinando que os atores diretos da produção agrícola fiquem cada vez mais fragmentados e marginalizados da possibilidade de tomar as decisões que dão forma à sua vida, tanto no plano do trabalho e econômico, quanto no social e cultural (RIBEIRO, 1997, p. 153).

Nesse sentido, as ONGs têm um papel fundamental de promover capacitação de restauração ou apoio aos modelos de produção agrícola tradicionais, revalorizando as tecnologias dos próprios produtores rurais e relembrando a importância das culturas locais. Isso é muito importante, tendo em vista que a agricultura é uma das principais atividades econômicas de quase todos os países latino-americanos.

Os Encontros Brasileiros de Agricultura Alternativa, como ressaltamos, foram muito importantes quando esta ainda não era muito conhecida. Nesse sentido, foi um excelente espaço para fortalecer e expandir as ideias de novas maneiras de se fazer agricultura e de construir agroecossistemas sustentáveis entre produtores, estudantes, agrônomos, políticos, adentrando o meio rural, as universidades e as políticas públicas. A agroecologia aparece no âmbito do debate das agriculturas alternativas e vai conquistando espaço entre as ONG's, associações e federações durante a década de 1980. Além disso, ela foi se integrando a um movimento internacional de produção científica e experiências agroecológicas. Segundo Abreu e Bellon, o conceito de agroecologia está associado a três universidades: Universidade de Berkeley, (EUA) com o agrônomo Miguel Altieri; Universidade de Santa Cruz, (Espanha) com o biólogo Stephen Gliessman; e Universidade de Córdoba (Espanha) com Eduardo Sevilla Guzmán e Manuel González de Molina (ABREU, BELLON, *apud* PAULINO, 2017, p. 156).

O termo agroecologia não era usado comumente. Na década de 1970 e 1980 a agroecologia era conhecida como uma disciplina científica de alguns cursos de agronomia, e, foi na década de 1990 que ela surgiu como movimento social, relacionado a um conjunto de práticas agrícolas. A agroecologia, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, ultrapassou a questão ambiental da produção agrícola, abrangendo questões de justiça social, posse de terra, economia camponesa, entre outras questões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais. Por ser tão extensa em seus propósitos, articulou-se a movimentos sociais e ONGs de diversos locais latino-americanos (COSTA et al., 2015, p. 71).

Segundo a AS-PTA (Assessoria e Serviços a Projetos em Tecnologias Alternativas),

a proposta agroecológica deve ser compreendida como uma reação social crítica e ativa frente aos efeitos socioambientais negativos gerados pelo projeto de modernização agrícola implantado nos países da região a partir da década de 1960. Essa reação mobiliza também parcelas crescentes do campo científico-acadêmico envolvidas na sistematização e no desenvolvimento teórico da Agroecologia. Por meio dessa evolução descentralizada, que articula atores de várias esferas sociais, a Agroecologia é hoje concebida como uma prática, como uma ciência e como um movimento social (PETERSEN; LONDRES, 2015).

Um acontecimento essencial para a difusão do conhecimento acerca da agroecologia e seus conceitos foi a publicação do livro de Miguel Altieri, em 1987, denominado *Agroecologia*, e traduzido no Brasil pela AS-PTA em 1989. Assim, muitas ONGs e movimentos sociais que se identificaram com seus pressupostos aderiram aos seus projetos, mesmo que utilizassem de outros termos por ser um conceito muito novo.

Vale ressaltar que, nas décadas de 1970 e 1980, muitos termos eram utilizados com a mesma finalidade. Por exemplo, é possível encontrar no *Jornal do Brasil* os termos “agricultura natural” e “agricultura alternativa” em uma mesma matéria, na qual se referem a um mesmo propósito. Nesse período, o termo agroecologia era muito recente, e poderia ser facilmente utilizado com o mesmo

sentido de agricultura orgânica ou alternativa. Só mais tarde, no fim da década de 1980 e 1990, que o conceito de agroecologia foi compreendido com mais clareza, tendo como base o livro de Altieri. Assim, algumas ONGs, nomeadas com o termo “agricultura alternativa”, faziam parte da rede agroecológica<sup>183</sup>.

Para termos uma ideia do processo progressivo do termo agroecologia, nos fins da aludida década perdida, em 1989, no Chile, nasceu o Consórcio Latino-americano de Agroecología y Desarrollo (CLADES), composto por 10 ONGs da América Latina. Foi formado pela PTA-FASE (Brasil); CPCC e CECTEC (Paraguai); IMCA (Colômbia); INDES (Argentina); CAAP (Equador); CET (Chile); CIED e IDEAS (Peru) e SEMTA (Bolívia). O objetivo da criação do Consórcio era possibilitar o desenvolvimento institucional das ONGs e de seus membros por meio da pesquisa, da capacitação e da informação acerca da difusão da agroecologia (COSTA et al., 2015, p. 71). Dessa forma as Organizações poderiam contribuir para a formação de outros grupos, movimentos e compartilhar os conhecimentos a respeito da agroecologia, suas implementações, lutas políticas e sociais.

No mesmo ano, diversas ONGs também deram origem ao Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe – MAELA, que só veio a se formalizar em 1992. Esse movimento está relacionado às agriculturas alternativas e experiências agroecológicas que estavam sendo desenvolvidas em diversos países da América Latina e tinha por objetivo

contribuir para o processo de mudanças sociais, tecnológicas, científicas e políticas que possibilitem a construção de um novo modelo de desenvolvimento socialmente justo, ecologicamente sustentável, que respeite a diversidade cultural e que conte com uma participação popular ativa. (WEHRLE, 1997, p. 163)

Segundo Wehrle, a criação do MAELA também está associada à *International Federation of Organic Agriculture Movements* – IFOAM – que, por iniciativa de regionalização, promoveu em 1989, na Bolívia, o Primeiro Encontro Latino Americano de Agricultura Orgânica, no qual a maior parte das organizações presentes eram não-governamentais.<sup>184</sup> Nesse encontro foram estabelecidos objetivos, estratégias de trabalho e organizações, tendo como resultado a criação de um Comitê de Coordenação para reforçar as redes ou movimentos agroecológicos e de produção orgânica nos países da América Latina. Sendo assim, o MAELA pretendeu “ser um movimento de movimentos ou redes nacionais orientadas a reforçar o desenvolvimento do Movimento a partir da base” (WEHRLE, 1997, p. 163).

Outros dois Encontros do MAELA foram realizados ainda no século XX, sendo um no

---

<sup>183</sup> É importante compreender que hoje há muitos estudos que definem de maneira mais precisa e diferenciam com clareza o movimento da agricultura alternativa e o movimento agroecológico, bem como a agricultura orgânica, entretanto para o período de surgimento do movimento agroecológico essa diferenciação não era muito evidente. Ainda hoje muitas pessoas confundem os termos e desconhecem os significados com exatidão.

<sup>184</sup> <https://www.ifoam.bio/>

mesmo ano da Rio-92, na cidade de São Paulo, e outro em 1995 na Venezuela, consolidando o Movimento Agroecológico. Wehrle nos apresenta os avanços significativos nas redes e movimentos nacionais já existentes na América Latina, incentivando, apoiando, fortalecendo e consolidando-os. A saber:

Movimento Agroecológico Chileno (MACH); Rede de Agricultura Ecológica (RAE) no Peru; Coordenadora Ecológica Equatoriana (CEA), **Associação de Agricultura Orgânica (AAO) e Assessoria e Serviços a Projetos em Agricultura Alternativa (AS-PTA)**, no Brasil; Rede Argentina de Agroecologia, Mesa Ecológica no Uruguai; Rede Colombiana de Agricultura Ecológica de El Salvador (COAGRES); Rede Coordenadora de ONGs com Projetos Alternativos de Desenvolvimento (COPROALDE) na Costa Rica; junto a outras que se encontram em formação. A maioria destas organizações realizam regularmente ações de capacitação, assessoramento técnico, difusão e informação para seus integrantes, certificação de produtos biológicos ou orgânicos, obtendo um significativo reconhecimento como organizações autorizadas no tema dentro de seus respectivos países. (WEHRLE, 1997, p.164) **Grifo nosso.**

As associações, cooperativas, redes e movimentos de agricultura alternativa criaram uma teia na América Latina que se fortaleceu e se apoiou em detrimento da agricultura industrial implantada em meados do século XX. Além disso, é possível ver que o movimento Agroecológico Latino-Americano e Caribenho manteve sua rede afora da América, visto que há também uma vinculação com a EULEISA – Rede Europeia para a Agricultura de Baixos Insumos Modernos (WEHRLE, 1997, p. 164). É perceptível que o poder da agricultura industrial é forte, por estar vinculado a grandes corporações multinacionais, em contrapartida, as redes de agricultura alternativa também são fortes e ativas, e levam informações, educação ambiental, saúde, tecnologias ecológicas e culturas socioambientais conscientizando a sociedade da importância da segurança alimentar. Uma rede de transformação.

Um ponto que queremos chamar atenção sobre a formação do movimento latino-americano de agroecologia é o nome das organizações não governamentais e as associações. Os termos utilizados se misturam em ‘agroecologia’, ‘agricultura ecológica’, ‘agricultura orgânica’, ‘agricultura alternativa’, entre outros. O MAELA surgiu no fim da década de 80 e se formalizou no início de 1990, sendo assim, analisamos que na década de 1980, recorte temporal da nossa pesquisa, a agroecologia não era algo ainda tão definido, seu conceito se confundia com as mais variadas formas de agricultura alternativa.

A Coonatura não teve uma relação direta com o Movimento Agroecológico da América Latina e do Caribe, pois era uma cooperativa local que se preocupava com a produção e consumo de alimentos livres de agroquímicos e que, em sua trajetória, foi incluindo pautas sociais e econômicas na comunidade campesina da região em que se inseriu. O Projeto Tecnologias Alternativas/FASE, que posteriormente se tornou a AS-PTA, foi quem esteve envolvido diretamente com o surgimento do CLADES e do MAELA.

A ação e envolvimento da AS-PTA com as organizações latino-americanas, como no

MAELA e no CLADES, se deu no intuito de constituir uma rede de conhecimentos, elaboração, implantação e acompanhamento de políticas públicas.<sup>185</sup> Além disso, a rede do Movimento Agroecológico da América Latina se articula entre seus associados na busca pela soberania alimentar com apreço pelo meio ambiente, e se fez necessária para a troca de informações entre as experiências agroecológicas no continente. Atualmente, a AS-PTA exerce uma função importante na articulação brasileira e latino-americana para o funcionamento da rede agroecológica e da agricultura familiar camponesa.

---

<sup>185</sup> É possível encontrar mais informações sobre a Associação em <http://aspta.org.br>

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

Na década de 1970, emergiram grupos preocupados com as questões ecológicas relacionadas à saúde e sobrevivência humana, bem como a saúde ambiental. Foi um período de ascensão de movimentos ambientalistas em diversos países do mundo, inseridos em um movimento de contracultura, que incluíam causas de lutas ambientais distintas, sendo a agricultura, que é a pauta abordada neste trabalho, uma delas. O movimento brasileiro por uma agricultura que fosse ecológica contou com o protagonismo essencial de alguns nomes para sua dispersão e aprofundamento, como José Luzenberger, Ana Primavesi, Luiz Carlos Pinheiro Machado e Adilson Paschoal. Vimos, que nessa década, as mobilizações se davam principalmente na esfera regional, como foi o caso do movimento no Rio de Janeiro.

O movimento ambientalista e a concepção integrativa da saúde humana e ambiental afloraram diante dos numerosos casos de desastres e de denúncias às atividades nocivas à saúde, como, por exemplo, o uso indiscriminado de agrotóxicos na produção agrícola e suas consequências publicadas no famoso livro de Rachel Carson, *Silent Spring*, em 1962. Além disso, o movimento ecológico e de agriculturas alternativas se associavam ao cenário contracultural existente em países europeus, estadunidenses e latino-americanos, mesmo que em períodos distintos. Os adeptos da contracultura se contrapunham aos preceitos da vida moderna-industrial em diferentes esferas, principalmente relacionadas ao corpo humano físico, mental e emocional, sendo assim, buscavam uma vida mais simples e próxima à natureza.

Os “contraculturistas” não se enquadravam como um grupo homogêneo, ao contrário, eram grupos heterogêneos que lutavam por diversas causas e liberdades de expressão, religião, alimentação e outras, sendo os movimentos mais conhecidos o hippie, punk, feminista, entre outros. A arte, a música, a alimentação e o modo de vida campesino foram alguns dos meios de expressão do descontentamento com a vida moderna e de como os grupos escolhiam viver, contrapondo os padrões moderno-industriais estabelecidos. Nesse sentido, as questões ecológicas e o movimento dos “novos rurais” – pessoas que saem da cidade para o campo a fim de viver da terra – se encontravam dentro do “guarda-chuva” da contracultura.

Como vimos, na década de 1970, alguns dos novos rurais se reuniam nos Encontros Nacionais de Comunidades Rurais, nos quais compartilhavam as dificuldades que enfrentavam no mundo campesino. Além disso, trocavam conhecimento, experiências e informações sobre soluções alternativas, seja referente à energia, à agricultura ou outras. Como analisado nessa pesquisa, se enquadra, nesse caso, o exemplo de João Carlos Ávila, que criou a Fazenda Arca de Noé em Nova Friburgo, no estado do Rio de Janeiro, e que recebia alguns voluntários que quisessem aprender sobre agricultura biodinâmica. Também inclui alguns atores da Coonatura, como Paulo Aguinaga, que se mudou para o Brejal, e os primeiros integrantes da Associação Biológica do Estado do Rio

de Janeiro (ABIO), totalmente formada por novos rurais, como bem identificou sua diretora executiva, Cristina Ribeiro.

Em nossa pesquisa, partimos da questão principal, “como se deu a formação inicial do movimento agroecológico no Rio de Janeiro?”, e da hipótese de que a Coonatura teria iniciado esse movimento local, a partir de 1979. Para isso, buscamos traçar uma estratégia de investigação por meio da qual procuramos analisar sob quais contextos, condições e influências surgiu o movimento agroecológico no Rio de Janeiro, quais eram as demandas do coletivo no aspecto socioambiental e as associações com outros movimentos brasileiros da época.

A Coonatura foi um dos primeiros grupos a se organizar para criar alternativas de consumo de alimentos sem agrotóxicos no Rio de Janeiro. Suas mobilizações, a partir da carta-semente escrita por Joaquim Moura e Ligia Lara, foram bastante divulgadas no Jornal do Brasil, não só pela sua produção e distribuição de alimentos agroecológicos, mas também pelas suas pautas e ações atinentes às questões ambientais, como energia nuclear e poluição.

As ações principais ocorridas no primeiro ano de existência da Coonatura, mencionadas na pesquisa, foram as bases para a construção do que ela foi se tornando ao longo de sua trajetória. As primeiras atuações, em resumo, se basearam na mobilização para a formação de um grupo urbano que buscasse solucionar o impasse de produzir, distribuir e consumir produtos sem agrotóxicos na cidade do Rio de Janeiro, por meio de uma cooperativa, visto que não se encontravam opções alternativas aos produtos da agricultura moderna-industrial. Diante do grupo formado, as ações se voltaram para a implementação de cultivos agrícolas, especialmente hortas, nos terrenos disponibilizados pelos interessados na cooperativa, e em instituições urbanas, como colégios, hospitais psiquiátricos, asilos, entre outros. Além disso, a Coonatura se unia às mobilizações que lutavam por causas ambientais para além da agricultura, como os atos contra a instalação da usina nuclear em Angra dos Reis, no entanto o seu foco prevalecente era a questão agrícola. Era uma cooperativa que teve dois núcleos, um urbano e um rural.

O núcleo urbano, o primeiro a ser formado, em 1979, foi o mais difundido nos periódicos a partir das atividades na cidade do Rio de Janeiro. Estas se relacionavam às hortas implementadas em escolas, asilos, terrenos vazios e hospitais, e à organização de passeatas, palestras, cursos, feiras, e, até mesmo, um evento de arte e música que reuniu milhares de pessoas na Zona Sul da cidade em 1981. As primeiras ações da Coonatura se realizaram, majoritariamente, na esfera urbana.

O núcleo rural se constituiu no segundo semestre de 1980, inicialmente com o arrendamento de um terreno na região do Brejal, localizado no último distrito da cidade de Petrópolis, distrito da Posse, cujo nome foi designado como Sítio Semente. Os primeiros anos de produção agrícola de base ecológica foram nesse sítio, sendo seus produtos destinados aos associados da Cooperativa. Aos poucos os agricultores vizinhos do Brejal foram se integrando à Coonatura. Alguns deles já produziam sem agrotóxicos, e outros fizeram uma *transição agroecológica*, fornecendo sua

produção para a comercialização direta aos consumidores no Rio de Janeiro. A oferta dos produtos e a demanda dos consumidores foram aumentando de maneira proporcional, ou seja, à medida que a cooperativa obtinha novos associados, e novos produtores se agregavam ao núcleo rural.

Assim, a Coonatura instaurou, na Zona Sul da cidade, uma pequena feira improvisada e informal onde vendia os excedentes aos moradores que buscavam uma alimentação saudável e sem veneno. Diante do crescimento da cooperativa e da necessidade de obter um Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), uniu-se, entre 1982 e 1984, à Associação Harmonia Ambiental, que já era formalizada, e abriu uma sede no bairro de Botafogo, também na Zona Sul do Rio de Janeiro. A nova sede da cooperativa se propôs a ter um entreposto com produtos advindos de diversas regiões do Brasil, comercializar as “cestas” da produção da região do Brejal aos associados, e os excedentes à população carioca, e a criar um espaço para debates, palestras e cursos sobre questões relacionadas à natureza, seja referente às agriculturas alternativas, ou às questões ecológicas de modo geral. Como pudemos ver na pesquisa, a Coonatura se articulava e compunha uma rede de troca de produtos agroecológicos com outros grupos, caso de sua relação com a cooperativa Coolmeia, de quem comprava alimentos, como o arroz.

A década de 1980 foi um período de grande expansão do conhecimento sobre as agriculturas alternativas (biológica, natural, orgânica, biodinâmica, ecológica etc.), que ganhou força, principalmente, após a realização do I Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em 1981, e do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, em 1984. Nos dois encontros, as discussões se centravam na esfera mais tecnológica e, entre os participantes, encontravam-se majoritariamente profissionais e estudantes das ciências agrônomicas. No decorrer do tempo, as questões socioeconômicas foram sendo inseridas, bem como o aumento significativo de agricultores e agricultoras rurais. Esses encontros foram essenciais para a dispersão do conhecimento agroecológico por criar um espaço de troca de saberes entre pessoas de diferenciadas regiões do Brasil e de outros países, entre cientistas, técnicos, professores, agrônomos, produtores rurais, entre outros.

O termo agroecologia se tornou mais conhecido e foi sendo utilizado ainda mais no final da década, principalmente após a tradução do livro do agrônomo chileno Miguel Altieri, denominado “Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável”, realizada pela AS-PTA em 1989. No período do recorte temporal da pesquisa, de 1979 a 1985, a agroecologia não era bem propagada e se misturava com os movimentos sociais e de agricultura alternativa que surgiram a partir do processo de redemocratização. Nesse sentido, é preciso justificar os motivos de considerar o movimento no Rio de Janeiro, a partir de 1979, de agroecológico.

Faz-se necessário compreender que, segundo as fontes encontradas no Jornal do Brasil, não se denominava de movimento agroecológico a união desse grupo de pessoas das quais se formou a Coonatura, no entanto, o objetivo de caracterizá-lo como tal se dá diante do fato de que a



preocupação do grupo formado não era apenas com a técnica de produção agrícola, mas levava-se em conta aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, ecológicos, de saúde, entre outros. Além disso, a Coonatura teve o papel de conscientizar e incentivar a *transição agroecológica* de produtores da região do Brejal, que se inseriam nos padrões da produção industrial, ainda que não fosse denominado assim pelos atores.

A emergência de um movimento agroecológico, orgânico e alternativo no Rio de Janeiro se associava tanto ao movimento ambientalista internacional quanto com pautas ambientais nacionais. As cooperativas, associações, ONGs e outras instituições formavam uma ampla rede que se contatava entre si a fim de consolidar uma luta em contraponto à agricultura industrial e suas consequências para a sociedade e para o meio ambiente. A década de 1980 foi pautada pelo surgimento de muitas ONG's, associações, cooperativas e grupos informais que lutavam por causas ambientais que se encontravam na intercessão das causas agrícolas.

A diversidade de agentes ambientalistas e dos contextos que se inseriam, tanto no Brasil, quanto nos países vizinhos da América Latina, era grande, no entanto os objetivos foram se alinhando em torno de um projeto alternativo para agricultores e agricultoras do mundo.

Foi no bojo das experiências locais em diversas regiões, apoiadas por setores institucionais, como as Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), que os grupos e organizações foram ganhando maior visibilidade e criando as redes regionais. A partir do momento de redemocratização no Brasil, foi constituindo um ambiente social e político de maior interação entre os grupos mobilizadores e maior articulação política das experiências ecológicas, proporcionando debates e lutas em prol do desenvolvimento rural sustentável com a ocupação de espaços públicos. O processo de criação de uma rede local, ampliada para uma rede regional, adensada nacionalmente e estabelecendo uma rede internacional foi se desenvolvendo ao longo dos anos 80, favorecendo a expressão do campo agroecológico em formação.

Na década de 1970 e 1980, a agroecologia era conhecida como uma disciplina científica de alguns cursos de agronomia, e, foi na década de 1990, que ela surgiu como movimento social, relacionado a um conjunto de práticas agrícolas. A agroecologia, no final dos anos 90 e início dos anos 2000, ultrapassou a questão ambiental da produção agrícola, abrangendo questões de justiça social, posse de terra, economia camponesa, entre outras questões sociais, ambientais, econômicas, políticas, culturais.

Sustento, portanto, que é possível traçar um olhar analítico sobre a construção da Coonatura e sobre suas ações para caracterizá-la como o prelúdio de um movimento agroecológico. Após o enorpamento da rede carioca, com o surgimento da AS-PTA e a ABIO, a rede agroecológica se ampliou e foi alcançando outros pilares da agroecologia, cada um com sua particularidade.

As atuações do grupo do Núcleo Rural são o que nos levam a caracterizar o movimento da Coonatura enquanto agroecológico, pois a transformação na região abarcou as dimensões da

agroecologia, aplicando e incentivando a *transição agroecológica* entre vizinhos, possibilitando escoamento dos produtos agrícolas no ponto de venda da Coonatura, sem intermediação, criando relações e ambientes sustentáveis na região do Brejal. A preocupação do grupo formado pela Coonatura não era apenas com a técnica de produção agrícola, mas levava-se em conta aspectos sociais, econômicos, políticos, culturais, ecológicos, de saúde, entre outros.

O trabalho agroecológico da Coonatura funcionou de quatro maneiras: por meio do seu exemplo de produção e venda crescente de seus produtos; pela conscientização e incentivo da *transição agroecológica* nos sítios dos agricultores familiares da região do Brejal; pelo apoio técnico-científico na implementação da *transição agroecológica*, considerando os saberes dos agricultores; e pela opção de escoamento da produção agrícola em uma dinâmica de circuito-curto de mercado. Embora a ideia inicial da Cooperativa não se traduzisse na construção de uma rede de agricultores rurais e no trabalho de incentivo e transformação de produção agrícola na região que a cooperativa produzisse seus alimentos, despretensiosamente foi o que se desenvolveu de forma orgânica.

A Coonatura atuou ativamente na cidade do Rio de Janeiro realizando protestos e caminhadas pelas questões ecológicas, implementando produções agrícolas em locais urbanos, abordando temáticas ecológicas no *Jornal do Brasil*, sobre agrotóxicos, questões nucleares, modo de vida industrializado, entre outros. Também realizou trabalhos culturais de dispersão do conhecimento ambientalista por meio de cursos, de palestras, de amostras de filmes e debates, e proporcionou à população urbana uma via para consumir alimentos sem agrotóxicos; produtos que ela produzia ou dos agricultores que se integraram à cooperativa. Além disso, o trabalho rural da Coonatura, de incentivo e apoio na realização da *transição agroecológica* nos agroecossistemas dos agricultores familiares da região do Brejal, viabilizou uma produção ecologicamente sustentável, marcada pela redução e substituição de agroquímicos por compostos orgânicos, contribuindo para a melhora da saúde dos agricultores. Contribuiu para uma produção economicamente viável, considerando que muitos produtores se encontravam em situação de marginalização por não conseguirem crédito rural para adquirirem os agrotóxicos e adubação química, e que com a produção agroecológica voltaram a produzir de forma orgânica e com poucos gastos, redesenhando seu espaço produtivo. Também possibilitou o escoamento dos produtos dos agricultores diretamente aos consumidores, eximindo-os dos atravessadores que pagavam valores irrisórios aos produtores. Por fim, a Coonatura contribuiu para a implementação de uma produção socialmente justa, visto que valorizava os conhecimentos dos agricultores e agricultoras, melhorando suas condições de vida e solucionava também o impasse urbano de consumir alimentos advindos de uma produção de base ecológica.

Apesar de a AS-PTA ter protagonismo nos trabalhos e teses sobre o movimento agroecológico e orgânico no Rio de Janeiro, diante de sua atuação em diversas regiões do Brasil e

por ter sido fundamental no estabelecimento da agroecologia no país e na América Latina, buscando ativamente a implementação de políticas públicas, podemos considerar que o movimento local do Rio de Janeiro se iniciou alguns anos antes, com a atuação da Coonatura. A Cooperativa foi grande propulsora para a conscientização dos malefícios que a agricultura industrial propicia à saúde humana e ambiental, tanto quanto sobre os benefícios e a importância de uma produção livre de agrotóxicos no Rio de Janeiro. O trabalho da Coonatura pode ser considerado agroecológico com base na realização dos pilares que fundamentam a ciência agroecológica.

Diante da disseminação dos conhecimentos da agricultura alternativa e da importância de se consumir alimentos sem agrotóxicos, a rede carioca se amplificou a partir de meados da década de 1980, tanto com o trabalho da PTA/FASE, quanto da Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). O trabalho conjunto da Coonatura e da ABIO promoveu a criação da primeira feira orgânica na cidade. Ela existe até os dias atuais, sob gestão da ABIO, no Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, e da qual a Coonatura não pertence mais por ter encerrado seus trabalhos em 2001. Podemos concluir que o movimento agroecológico no Rio de Janeiro teve seu berço nas ações da Coonatura, principalmente em seu trabalho no distrito da Posse, na cidade de Petrópolis, que atualmente é uma região abundante em agricultura orgânica e agroecologia. Enfim, o movimento iniciado pela cooperativa foi valioso, considerando que agroecologia é vida, saúde e transformação.

## REFERÊNCIAS

### Fontes Orais

Cristina de Brito Ribeiro, 5 out. 2018, ABIO Santa Teresa, Rio de Janeiro. (115 min)

Paulo Aguinaga, 21 out. 2018, Residência em Botafogo, Rio de Janeiro. (81min)

### Fontes Pessoais

Arquivos pessoais da Associação Harmonia Ambiental COONATURA, sob tutela do Sr. Paulo Aguinaga.

Livro de Ata e documentos de certificação da Associação dos Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro (ABIO). Sede ABIO, RJ.

Anais do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, 1984.

### Periódicos (Jornais e Revistas)

DIARIO DO PARANÁ: Órgão dos Diários Associados (PR). *Preservação do Meio Ambiente é imperativo, afirma pesquisadora*. 21/03/1981. 2º caderno. p. 4.

JORNAL DO BRASIL. *Fundação para Conservação da Natureza*. 31/08/1958. 2º caderno, p. 8

JORNAL DO BRASIL. *A humanidade está morrendo aos poucos*. 14/05/1965. Caderno B. p. 7.

JORNAL DO BRASIL. *Panorama das artes*. 28/07/1967. Caderno B. p. 7

JORNAL DO BRASIL. *A Contracultura*. 10 e 11/02/1971. Caderno B. p. 7.

JORNAL DO BRASIL. *Strong adere à tese do Brasil sobre o ambiente*. 22/01/1972. 1º caderno. p. 3.

JORNAL DO BRASIL. *Poluição no vizinho*. 1º caderno. 25/02/1972, p. 6.

JORNAL DO BRASIL. Mário Gibson. *Política Econômica Internacional*. 31/03/1972. Revista Econômica. p. 184.

JORNAL DO BRASIL. Juarez Bahia. *Intoxicação por inseticidas vai ficando comum*. 12/04/1972. 1º caderno, p. 13.

JORNAL DO BRASIL. *Poluição e Progresso*. 19/05/1972. 1º caderno. p. 4.

JORNAL DO BRASIL. *Poluição e progresso*. 19/05/1972. 1º caderno. p. 7.

JORNAL DO BRASIL. *Política econômica internacional*. Mário Gibson Barboza. Revista Econômica. 31/05/1972, p. 184.

JORNAL DO BRASIL. *Dom Ivo Lorscheider diz que não vê motivo para expulsão do padre Jentel*.

01/06/1972. 1º caderno. p. 16.

JORNAL DO BRASIL. *Lorscheider mostra “visão geral”*. 28/09/1974. 1º caderno. p. 8.

JORNAL DO BRASIL. *Agrobiologia, a alquimia do século XX*. 23/04/1975. Caderno B. p. 9.

JORNAL DO COMMERCCIO. John Cherrington. *O que há contra a lavoura orgânica*. 08/06/1976. p. 10.

JORNAL DO BRASIL. Wade Greene. *Os novos alquimistas: vivendo em paz com a natureza sem usar máquinas ou técnicas modernas*. 10/10/1976. p. 28

JORNAL DO BRASIL. *Crítica a defensivos é problema conceitual*. 25/10/1976. 1º caderno. p. 16.

JORNAL DO BRASIL. *Minhas entrevistas*. 04/05/1977. 1º caderno. p. 19.

JORNAL DO BRASIL. *Ecologistas*. 12/03/1978. Caderno especial. p. 3.

JORNAL DO BRASIL. Ernani Fornari Neto. Carta aos Leitores. *Inquietação Prioritária*. 09/06/1978. p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Jovino Santos. Carta aos leitores. *O vilão*. 14/06/1978. Caderno B. p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Joaquim e Ligia. *Comida sem veneno*. Carta aos leitores. 12/01/1979. Caderno B. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. *Dupont aplicará 100 milhões de dólares em cinco anos*. São Paulo. 12/02/1979. 1º caderno, p. 16.

JORNAL DO BRASIL. *Por uma comida sem veneno*. 15/02/1979. Caderno B. p. 9.

JORNAL DO BRASIL. *Gaúcho defende agricultura orgânica*. 09/03/1979. 1º caderno. p. 8.

JORNAL DO BRASIL. *“Por uma comida sem veneno”*. 09/03/1979. Caderno B. p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Joaquim Moura. *“Por uma comida sem veneno”: um encontro no Parque Lage*. 21/03/1979. Caderno B. p. 10.

JORNAL DO BRASIL. *“Por uma comida sem veneno”: os utopistas estão chegando*. 15/05/1979. Caderno B. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Zózimo. *Baleias*. 17/05/1979. Caderno B. p. 3.

JORNAL DO BRASIL. *IEA defende política nuclear*. Mais críticas. 01/06/1979. 1º caderno. p. 15.

JORNAL DO BRASIL. Joaquim Moura. *Crise energética: a saída pela democratização da pesquisa*. 17/06/1979. Caderno B. p. 2.

JORNAL DO BRASIL. Mara Caballero. *Os novos camponeses e os muitos caminhos da vida alternativa*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4-5.

JORNAL DO BRASIL. *Novos camponeses: misticismo e ciência unidos*. 19/08/1979. Caderno B. p. 4.

- JORNAL DO BRASIL. *Redescobrimo a vida no campo*. 19/08/1979. Caderno B. p. 5.
- JORNAL DO BRASIL. João Bertolini, Joaquim Moura, Taís Ribeiro de Lima. *Cidadãos inspirados*. 24/08/1979. Caderno B. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. *A saída ecológica*. 28/11/1979. Caderno B. p. 7.
- JORNAL DO BRASIL. *Jornada ecológica protesta contra usinas nucleares*. 14/01/1980. Caderno B. p. 3.
- JORNAL DO BRASIL. *Ciclistas protestam contra usina nuclear*. 28/01/1980. Caderno B. p. 10.
- JORNAL DO BRASIL. *Ecologista pede maior controle*. 07/03/1980. 1º caderno. p. 8.
- JORNAL DO BRASIL. Movimento antinuclear/RJ, Fama, Coonatura, Associação Harmonia Ambiental, CPDN, MAPE/SP, APPN, CDPC, SDLB, Antônio Lago, Maria Glagliardi, João da Cunha Rego Bertolini. *Movimento Antinuclear*. Carta aos Leitores. 25/03/1980. Caderno B. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. Moisés Montalvão. Carta aos leitores. *Marxismo na Teologia*. Rio de Janeiro. 19/04/1980. Caderno B. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. *Greve Geral*. 21/04/1980. 1º caderno. p. 4.
- JORNAL DO BRASIL. João Bertolini e Hermano de Mattos, pela Coonatura. *Defensivos nocivos*. 10/06/1980. Caderno B. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. *Naturalistas creem que alimentos naturais são a salvação da humanidade*. 11/08/1980. 1º caderno. p. 8.
- JORNAL DO BRASIL. *Protesto contra poluição causa tumulto no trânsito*. 26/09/1980. 1º caderno. p. 4.
- JORNAL DO BRASIL. Soffiati Netto. Carta aos Leitores. *Movimento Ambientalista*. 18/10/1980. Caderno B. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. Antonio Lago. *Indivíduos Livres*. 04/11/1980, caderno 2. p. 2.
- JORNAL DO BRASIL. *Agrônomo Francês critica a opção*. 22/04/1981. 1º caderno. p. 22.
- JORNAL DO BRASIL. *Francês alerta para intoxicação*. 23/04/1981. 1º caderno. p. 9.
- JORNAL DO BRASIL. *Brasil é o terceiro consumidor mundial de insumo agrícola*. 18/05/1981. 1º caderno. p. 12.
- JORNAL DO BRASIL. Baez, MPB, ecologia, bioenergética, comida natural, meditação: *Conclave do Sol faz a festa alternativa no aterro*. 23/05/1981. Caderno B. p. 8.
- JORNAL DO BRASIL. *Joan Baez ganha liminar, mas não consegue cantar no Rio*. 25/05/1981. Caderno B. p. 25.
- JORNAL DO BRASIL. *Nove mil pessoas, muita música e uma Joan Baez que só pôde dançar*. 25/05/1981. p. 1.
- JORNAL DO BRASIL. *Lixo industrial e agrotóxico poluem 8 rios no Paraná*. 05/09/1981. 1º

caderno. p. 8.

JORNAL DO BRASIL. *Herbicida intoxica família paranaense*. 29/10/1981. 1º caderno. p. 16.

JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 27/01/1982. 1º caderno. p. 6.

JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 17/02/1982. 1º caderno. p. 6.

JORNAL DO BRASIL. *No Bennett, debate-se a luta pela paz*. 02/06/1982. Caderno B. p. 1.

JORNAL DO BRASIL. *Informe JB. Lance Livre*. 17/07/1982. 1º caderno. p. 6.

JORNAL DO BRASIL. Sonia Hirsch. *Comida Natural*. 29/05/1983. Sem página.

JORNAL DO BRASIL. Maria Eduarda Alves de Souza. *Na Quinta da Boa Vista, a animada festa do meio ambiente*. 03/06/1983. Caderno B. p. 9.

JORNAL DO BRASIL. *Divirta-se (de graça ou pagando pouco)*. 16/07/1983. Classificados. p. 8.

JORNAL DO BRASIL. *Fim de semana pela paz em Angra*. 04/08/1983, Caderno B. p. 8

JORNAL DO BRASIL. *Pesticida mata no Sul agricultor*. 13/01/1984. 1º caderno. p. 12.

JORNAL DO BRASIL. *Sul quer controlar agrotóxico*. 24/01/1984. 1º caderno. p. 4.

JORNAL DO BRASIL. *Agrotóxico no Sul matou 3 e envenenou 7 este ano*. 29/01/1984. 1º caderno. p. 18.

JORNAL DO BRASIL. *Número de mortes cai desde 81*. 29/01/1984. 1º caderno. p. 18.

JORNAL DO BRASIL. Ezídio Barroso. *Agrotóxicos gera intoxicações ao ficar no tomate*. Teresópolis/RJ. 19/02/1984. 1º caderno. p. 12.

JORNAL DO BRASIL. *Agrônomo aponta presença de agrotóxico em hortaliças*. 01/03/1984. 1º caderno. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Hortigranjeiros do Rio são envenenados por agrotóxicos*. Teresópolis/RJ. 18/03/1984. p. 18.

JORNAL DO BRASIL. *Desafio inadiável*. 24/03/1984. 1º caderno. p. 10.

JORNAL DO BRASIL. *Associação quer coibir agrotóxicos*. 29/03/1984. 1º caderno. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Israel Tabak. *Zona sul intensifica procura de hortaliças sem agrotóxico*. 28/05/1984. 1º Caderno. p. 4.

JORNAL DO BRASIL. Vivian Wyler. *Todos os dias são da árvore (ou deveriam ser)*. 21/09/1984. Caderno B. p. 1.

JORNAL DO BRASIL. *Passeata fecha a semana do desarme*. 01/11/1984. 1º caderno. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. *Albertos dá o exemplo que Brejal não vê*. 17/06/1988. p. 5.

JORNAL DO BRASIL. Celia Abend. *Guerra verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha*

*para salvar suas lavouras saturadas pelo uso de agrotóxicos. Uma produção ameaçada pela desinformação.* 17/06/1988. p. 6.

JORNAL DO BRASIL. Célia Abend. *Guerra verde na Serra: Petrópolis prepara uma campanha para salvar suas lavouras saturadas pelo uso de agrotóxicos.* 17/06/1988. p. 6.

MATUTINA. *Profeta Verde.* 30/09/1987. Segundo Caderno. p. 6.

O GLOBO. *Semear o grão e colher o fruto. Eis uma lição que criança nenhuma esquece.* 19/9/1982. p. 6. Joaquim Moura está à direita.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Comida sem veneno passa do papel para a prática.* 26/04/1979. p. 5.

TRIBUNA DA IMPRENSA. *Encontro de agricultura natural.* 20/04/1979. p. 11.

### **Legislação**

RIO DE JANEIRO. Lei 8118, de 25 de setembro de 2018. Confere ao município de Petrópolis o título de “capital estadual dos produtos orgânicos”. *Rio de Janeiro*, RJ, 2018.

### **Fontes da Internet**

ABRACEN. Associação Brasileira das Centrais de Abastecimento. Disponível em <https://abracen.org.br/noticias/a-importancia-das-ceasas-no-abastecimento/#:~:text=A%20cria%C3%A7%C3%A3o%20das%20Centrais%20de,vendedores%20em%20um%20mesmo%20local> acesso em Acessado em 20 de fevereiro de 2022.

AMAVerde. Disponível em <http://www.amave.com.br/>

ARQUIVO NACIONAL. disponível em <http://dibrarq.arquivonacional.gov.br/index.php/secretaria-especial-do-meio-ambiente-1973> acesso em 28/10/2021 às 12:01h). < >

CÂMARA DOS DEPUTADOS. Disponível em [https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop\\_mostrarintegra;jsessionid=349AD13B8186C0F2AAB1ADA8BF676730.proposicoesWebExterno2?codteor=1172859&filename=Dossie+-PL+3454/1980](https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=349AD13B8186C0F2AAB1ADA8BF676730.proposicoesWebExterno2?codteor=1172859&filename=Dossie+-PL+3454/1980). Acesso em 18/02/2022 às 10h.

CURRÍCULO ILUSTRADO. Disponível em <https://silo.tips/download/curriculo-ilustrado-de-joaquim-moura> acesso em 16/08/2021 às 19:40h.

EMBRAPA. Disponível em <https://www.embrapa.br/visao/trajetoria-da-agricultura-brasileira>. Acesso em 11 de novembro de 2021 às 15:20h.

FASE. Disponível em [https://fase.org.br/pt/quem\\_somos/quem-somos/](https://fase.org.br/pt/quem_somos/quem-somos/). Acesso em 10/02/2022 às 8:40h.

JORNAL DA FAMERJ. *A festa dos 10 anos.* Fevereiro de 1988 – Ano V – nº43. p. 2. Disponível em <http://www.cpvsp.org.br/upload/periodicos/pdf/PJOFMRJ021988043.pdf>, acessado em 13/02/2022 às 9:45h.

MAPA DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. Disponível em <http://www.rio-turismo.com/mapas/regioes.htm> Acessado em 20 de fevereiro de 2022.



OLIVEIRA, Pedro A. Ribeiro de. Comissão Pastoral da Terra (CPT). Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.

WEID, JEAN MARC VON DER. *30 anos de AS-PTA: Uma visão pessoal Parte I – A gênese do Projeto Tecnologias Alternativas*. 13/05/2013. Disponível em [http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm\\_source=rss&utm\\_medium=rss&utm\\_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas](http://aspta.org.br/2013/05/13/30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas/?utm_source=rss&utm_medium=rss&utm_campaign=30-anos-de-as-pta-uma-visao-pessoal-parte-i-a-genese-do-projeto-tecnologias-alternativas) acesso em 10/02/2022 as 10:20h.

## **Bibliografia**

ACOT, Pascal. *História da ecologia*. Rio de Janeiro: Campus, 1990.

ALMEIDA, Silvio Gomes de. Construção e desafios do campo agroecológico brasileiro. In: *Agricultura familiar camponesa na construção do futuro* / Paulo Petersen (org) - Rio de Janeiro: AS-PTA, 2009.

ALMEIDA, Silvio Gomes de.; PETERSEN, Paulo.; CORDEIRO, Ângela. *Crise socioambiental e conversão ecológica da agricultura brasileira: subsídios à formulação de diretrizes ambientais para o desenvolvimento agrícola*. 1 ed. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2001.

ALTIERI, 2012. *Agroecologia: bases científicas para uma agricultura sustentável*. 3ª Ed. Rio de Janeiro: Expressão Popular, AS-PTA, 2012.

ALTIERI, Miguel A., MASERA, Omar. Desenvolvimento rural sustentável na América Latina: construindo de baixo para cima. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

ARAÚJO NETO, Luiz Alves; TEIXEIRA, Luiz Antonio. De doença da civilização a problema de saúde pública: câncer, sociedade e medicina brasileira no século XX. *Boletim do Museu Paraense Emílio Goeldi*. Ciências Humanas, v. 12, n. 1, jan.-abr. 2017.

BLOISE, Denise Martins. *A análise do processo de organização da agricultura da Fazenda Pedras Altas, Brejal, Petrópolis, RJ*. Um estudo de caso à luz da produção agroecológica. Tese (Doutorado em Psicossociologia de Comunidades e Ecologia Social). Rio de Janeiro. Universidade do Rio de Janeiro, 2013.

BOROWY, Iris. Global Health and Development: Conceptualizing Health between Economic Growth and Environmental Sustainability. *History of Medicine and Allied Sciences*, vol. 68, nº 3, 2013, p.451-485.

BRANDÃO, Júlia L. G. Saúde e Ambiente nos debates do II Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa (1984). In: 2º Encontro de História e Parcerias/ 6º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História/ 5ª Jornada do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde, 2019, Rio de Janeiro. *Anais do 2º Encontro de História e Parcerias/ 6º Seminário Fluminense de Pós-Graduandos em História/ 5ª Jornada do Programa de Pós-graduação em História das Ciências e da Saúde*, 2019

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antônio. *Agroecologia e desenvolvimento rural sustentável: perspectivas para uma nova Extensão Rural*. v.1, n.1, p.16-37, jan./mar 2000.

\_\_\_\_\_. Análise multidimensional da Sustentabilidade: uma proposta metodológica a partir da

Agroecologia. *Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável*. Porto Alegre, v.3, n.3, Jul/Set 2002

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: alguns conceitos e princípios*. 24 p. Brasília: MDA/SAF/DATERIICA, 2004.

CAPORAL, Francisco Roberto; COSTABEBER, José Antonio; PAULLUS, Gervásio. *Agroecologia: uma ciência do campo da complexidade*. Brasília: 2009. 111 p.

CARSON, Rachel. *Primavera Silenciosa*. São Paulo: Gaia, 2010.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. *A invenção ecológica: narrativas e trajetórias da educação ambiental no Brasil*. Porto Alegre: Ed Universidade/UFRGS, 2001.

CARVALHO, Miguel Mundstock Xavier de; NODARI, Eunice Sueli; NODARI, Rubens Onofre. “Defensivos” ou “agrotóxicos”? História do uso e da percepção dos agrotóxicos no estado de Santa Catarina, Brasil, 1950-2002. *História, Ciências, Saúde – Manguinhos*, Rio de Janeiro, v.24, n.1, jan.-mar. 2017.

CAVALLET, Valdo José. *A formação do engenheiro agrônomo em questão: a expectativa de um profissional que atenda as demandas sociais do século XXI*. Tese de doutorado em Educação. Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo – FEUSP. 2009.

COSTA, Manuel B. et al. Agroecologia no Brasil – 1970 a 2015. In: *Semana de Agroecologia*, I., 2011, UFSCar Sorocaba. Anais, 2015. P.63-75.

DAROLT, M. R., LAMINE, C., & BRANDEMBURG, A. A diversidade dos circuitos curtos de alimentos ecológicos: ensinamentos do caso brasileiro e francês. *Revista Agriculturas*, 10(2), 8-13. 2013.

DEAN, Warren. *A ferro e a fogo: A história e a devastação da Mata Atlântica brasileira*. São Paulo: Cia das Letras, 1995. (ver se é 1995 ou 1996).

DELGADO, Nelson Giordano. O papel do rural no desenvolvimento nacional: da modernização conservadora dos anos 1970 ao Governo Lula. In: Delgado, N.G. (coord.). *Brasil rural em debate – coletânea de artigos*. Brasília (DF), CONDRAF/MDA, 2010, p. 28-78, p.34-35.

\_\_\_\_\_. Agronegócio e agricultura familiar no Brasil: desafios para a transformação democrática do meio rural. *Novos cadernos NAEA*. v. 15, n. 1, p. 85-129, jun. 2012

DIAS, Marcelo Miná. As mudanças de direcionamento da política nacional de assistência técnica e extensão rural (PNATER) face ao difusionismo. *Revista Oikos*, Viçosa, v.18, n.2, p.11-21, 2007

\_\_\_\_\_. *A extensão rural e a modernização agrícola dos anos 70*. Texto didático. 2016. Disponível em [https://www.academia.edu/38464371/A\\_extens%C3%A3o\\_rural\\_e\\_moderniza%C3%A7%C3%A3o\\_agr%C3%ADcola\\_dos\\_anos\\_1970?auto=citations&from=cover\\_page](https://www.academia.edu/38464371/A_extens%C3%A3o_rural_e_moderniza%C3%A7%C3%A3o_agr%C3%ADcola_dos_anos_1970?auto=citations&from=cover_page) Acessado em 18/02/2022 às 16:20h.

EHLERS, Eduardo. A agricultura alternativa: uma visão histórica. *Estudos Econômicos*, São Paulo, V.24, N. Especial. 1994. p.231-262.

EHLERS Eduardo, *Agricultura Sustentável*. Guaíba: Ed. Agropecuária, 1999.

FERREIRA, Marieta de Moraes; MONTALVÃO, Sérgio. *Jornal do Brasil*. Dicionário Histórico-Biográfico Brasileiro – Pós 1930. Rio de Janeiro: CPDOC, 2010. In: <http://cpdoc.fgv.br> Acesso em 13/01/2022.CPDOC.

FRANCO, José Luiz de Andrade; DRUMMOND, José Augusto. *O cuidado da natureza: a Fundação Brasileira para a Conservação da Natureza e a experiência conservacionista no Brasil (1958-1992)*. Textos de História (UnB), v. 17, 2009, p. 59-84, p. 61

GAUD, W. S. *The Green Revolution: Accomplishments and Apprehensions*. Disponível em: <https://www.agbioworld.org/biotech-info/topics/borlaug/borlaug-green.html>, acesso em 12 dez. 2019.

GLIESSMAN, Stephen. R. *Processos ecológicos em agricultura sustentável*. 2.ed. Rio Grande do Sul: Editora da Universidade, 2001.

\_\_\_\_\_. *Agroecologia: procesos ecológicos en agricultura sostenible / Stephen R. Gliessman*. — Turrialba, C.R. : CATIE, 2002.

GUZMÁN, Eduardo Sevilla. *A perspectiva sociológica em Agroecologia: uma sistematização de seus métodos e técnicas*. Porto Alegre, v.3, n.1, jan./mar. 2002.

GUZMÁN, Eduardo S; DE MOLINA, Manuel G. *Ecología, campesinado e historia*. Madrid: La Piqueta, 1993.

\_\_\_\_\_. *Sobre a evolução do conceito de campesinato*. Via Campesina do Brasil, 2005.

HARAWAY, Donna. *Saberes localizados*. Cadernos pagu, v. 5, p. 7-41, 2009

HECHT, Suzanna B. The evolution of agroecological thought, in: Altieri M.A. (Ed.), *Agroecology: the science of sustainable agriculture*, Westview Press, Boulder, CO, USA, 1995. pp. 1–19.

KAIMOWITZ, David. “O avanço da agricultura sustentável na América Latina”. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

KAMINSKI, Leon Frederico. Mundo afora, Brasil adentro: a circulação cultural da contracultura e suas apropriações. In: KAMINSKI, Leon Frederico (Org.). *Contracultura no Brasil, anos 70: circulação, espaços e sociabilidade*. 1. ed. Curitiba [PR]: CRV, 2019. pp. 19-41

KNABBEN, Virgínia Mendonça. *Ana Maria Primavesi: histórias de vida e agroecologia*. 2. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2017.

LAGO, Antonio.; PÁDUA, José Augusto. *O que é ecologia*. 1ª edição eBook, 2017.

LEIS, Héctor Ricardo; D´AMATO, José Luís. O ambientalismo como movimento vital: Análise de suas dimensões histórica, ética e vivencial. in: CAVALCANTI, Clóvis (org.): *Desenvolvimento e natureza: Estudos para uma sociedade sustentável*. 2. ed. São Paulo/Recife: Cortez/Fundação Joaquim Nabuco, 1998, p. 77–103, 429

LIMA, Luís Corrêa. *História, meio ambiente e cultura: a contribuição de Fernand Braudel*. Em Debate (PUCRJ. Online), Rio de Janeiro, RJ, n.2, p. 1-15, 2005.

LINHARES, Maria Yedda Leite.; SILVA, Francisco Carlos Teixeira da. *Terra Prometida: uma história da questão agrária no Brasil*. Rio de Janeiro: Campus, 1999.

LUCA, Tania Regina de. História dos, nos, e por meio dos periódicos. In: PINSKY, Carla Bassanezi. *Fontes Históricas*. Ed. São Paulo: Contexto, 2008. p.111-154.

LUZZI, Nilza. *O debate agroecológico no Brasil: uma construção a partir de diferentes atores sociais*. Instituto de Ciências Humanas e Sociais. Rio de Janeiro, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, 2007, 182.

\_\_\_\_\_. O debate agroecológico brasileiro: uma discussão a partir dos EBAAS e a experiência do PTA/FASE. *32º Encontro Anual da ANPOCS*, Caxambu, 2008.

MACHADO, Luis Carlos Pinheiro; MACHADO FILHO, Luiz Carlos Pinheiro. *Dialética da agroecologia*. 2 ed. São Paulo: expressão Popular, 2014.

McCORMICK, John. *Rumo ao Paraíso: a história do movimento ambientalista*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1992.

McNEILL, J. R. *Something new under the Sun: An environmental history of the Twentieth-Century World*. New York, London: W. W. Norton & Company, Inc., 2000.

\_\_\_\_\_; ENGELKE, Peter. *The great acceleration: An Environmental History of the Anthropocene since 1945*. Cambridge, Massachusetts: Belknap Press of Harvard University, 2014.

MELLO, Vanessa Pereira da Silva e. *A EMBRAPA na Amazônia oriental: ditadura militar, desenvolvimento e ambientalismo (1972-1993)* - Tese de Doutorado em História das Ciências e da Saúde - Fundação Oswaldo Cruz. Casa de Oswaldo Cruz- Rio de Janeiro: s.n., 2017.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Ensino Agrícola e influência norte-americana no Brasil (1945-1961)*. Tempo [online], vol.15, n.29, 2010, p. 139-165.

\_\_\_\_\_. Agronegocio, corporaciones agrarias y politicas estatales de investigación agropecuaria em Brasil (1950-2002). In: GIBAL-BLACHA, Noemi M; MENDONÇA, Sonia Regina de. (orgs). *Corporaciones agrarias y políticas públicas em América Latina*. Rosario: Prohistoria Ediciones, 2013, p. 109-126.

MITMAN, Gregg.; MURPHY, Michelle; SELLERS, Christopher. Introduction: a Cloud over History. Osiris, v. 19 – *Landscapes of Exposure: Knowledge and Illness in Modern Environments*, 2004.

MOREIRA, Paula Fortini. *O surgimento das feiras orgânicas no Rio de Janeiro: uma perspectiva histórica*. Monografia. Universidade Federal do Rio de Janeiro, UFRJ: 2020.

MOREIRA, Roberto José. Críticas Ambientalistas a Revolução Verde. 2000. *Estudos, Sociedade e Agricultura*. CPDA. Rio de Janeiro: 15 de outubro de 2000: 39-52 p.

NASH, Linda. *Inescapable ecologies: a history of environment, disease, and knowledge*. California, 2006.

NETO, Francisco Graziano. *Questão agrária e ecologia: crítica da agricultura moderna*. São Paulo: Brasiliense, 1982.

PÁDUA, José Augusto. "Natureza e projeto nacional. As origens da ecologia política no Brasil". In: PÁDUA, José Augusto (org.). *Ecologia e política no Brasil, espaço e tempo*. Rio de Janeiro: IUPERJ. 1987.

\_\_\_\_\_. *Environmentalism in Brazil: An Historical Perspective. A Companion to global Environmental History*. Edited by John R. McNeil and Erin Stewart. Oxford: Wiley Blackwell, 2012.

PASCHOAL, Adilson D. *Pragas, agrotóxicos e a crise ambiental: problemas e soluções*. 1. ed. São Paulo: Expressão Popular, 2019

PAULINO, Jonatta Sousa. *O campo científico e a agroecologia no Brasil: atores, discursos, políticas públicas*. Tese de doutorado em Ciências Sociais. UFCG. Centro de humanidades. Campina Grande-PB, 2017.

PAULL, John. From France to the World: the International Federation of Organic Agriculture Movements. *Journal of Social Research & Policy*, nº 2. December, 2010.

PEREIRA, Elenita Malta. Meio Ambiente e Ditadura no Brasil: A luta contra a Celulose Borregaard (1972-75). *Revista de História Ibero-americana*. Vol. 7, nº 2. 2014, p. 1-20.

\_\_\_\_\_. *A ética do convívio sustentável: Uma biografia de José Lutzenberger*. Tese (Doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2016.

PETERSEN, Paulo; ALMEIDA, SG de. Rincões Transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro—uma perspectiva a partir da Rede PTA. Rio de Janeiro, 2006.

PETERSEN, P.; ALMEIDA, S. G. *Rincões transformadores: trajetória e desafios do movimento agroecológico brasileiro – uma perspectiva a partir da Rede PTA (versão provisória)*. Rio de Janeiro: AS-PTA, 2006. 54 p

PETERSEN, Paulo Federico; WEID, Jean Marc von der; FERNANDES, Gabriel Bianconi. Agroecologia: reconciliando agricultura e natureza. *Gestão Ambiental na Agricultura*, Belo Horizonte, v.30, n.252, p.08, set./out., 2009.

PETERSEN, Paulo; LONDRES, Flavia. *Seminário Regional sobre Agroecologia na América Latina e Caribe*. 2015. Disponível em: <https://aspta.org.br/2015/11/23/fao>, Acesso em: 06 jun. 2021.

PINSKY, Carla Bassanezi (org.) *Fontes históricas*. 2.ed., 1ª reimpressão.— São Paulo : Contexto, 2008.

PINTO, Lucas Henrique. Comisión Pastoral de la Tierra (CPT). Salomón, Alejandra (Orgs.). *Diccionario del agroIberoamericano: 3ra edición / AlejandraSalomón; JoséMuzlera; editado por Alejandra Salomón; JoséMuzlera*. –3aed. –CiudadAutónoma de Buenos Aires: Jose Muzlera, 2021. p. 311 – 317.

PLOEG, J. D. V. D. *Camponeses e impérios alimentares: lutas por autonomia e sustentabilidade na era da globalização*. Porto Alegre: Editora UFRGS, 2008.

PONTE, Carlos Fidélis, org. *Na corda bamba de sombrinha: a saúde no fio da história/ Carlos Fidélis e Ialê Falleiros (Org)*. – Rio de Janeiro: Fiocruz/COC; Fiocruz/EPSJV, 2010.

POSSENTI, J.; TOZETTO,F.;BETTIATO,G.;SZEPANHUK. A agricultura convencional e suas implicações para o meio ambiente. *I Seminário Sistemas de Produção Agropecuária* – Universidade Tecnológica Federal do Paraná – Campus Dois Vizinhos. UTFPR, V. 2007.

RIBEIRO, Sílvia. Elementos para uma elaboração sobre o papel das ONGs na agricultura sustentável. In: ALMEIDA, Jalcione, NAVARRO, Zander. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura:*

ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

RÜCKERT, Fabiano Quadros. O ambientalismo em três escalas de análise. *Cadernos IHU / Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Instituto Humanitas Unisinos*. – [Ano 1, n. 1 (2003)]- . – São Leopoldo: Universidade do Vale do Rio dos Sinos, 2015.

RUSCHI, Augusto. *Agroecologia*. Nota editor. Geraldo Vasconcelos. Brasília, Horizonte, 1978.

RUSSELL, Edmund. *War and nature: fighting humans and insects with chemicals from World War I to Silent Spring*. Cambridge. 2001.

SANTOS, Adriana Vitória dos. *A institucionalização do movimento ambientalista: um estudo da formação do Partido Verde no Brasil*. Dissertação (Mestrado). Pontifícia Universidade Católica de São Paulo. Instituto de Ciências Sociais. 2008

SANTOS, Luiz Carlos Rebellato dos. *Agricultura ecológica: um retorno ao passado ou uma verdadeira transferência de poder?* Universidade Federal de Santa Catarina. Centro de ciências agrárias. Departamento de zootecnia. Florianópolis (SC): junho, 1996.

SEABRA, Rogério dos Santos. *A rede de comercialização agrícola no Estado do Rio de Janeiro: articulações, processos e fluxos nas novas formas de abastecimento alimentar*. Tese (Doutorado). Universidade do Estado do Rio de Janeiro. Instituto de Geografia. 2015.

SILVA, Claiton Marcio da. *Agricultura e cooperação internacional: a atuação da American International Association for economic and social development (AIA) e os programas de modernização no Brasil (1946-1961)*. Tese de Doutorado, Fundação Oswaldo Cruz, Casa de Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 2009.

SILVA, José Graziano da Silva. *A nova dinâmica da Agricultura Brasileira*. 2. Ed. Ver. Campinas, SP: UNICAMP. IE, 1998.

STAPLES, Amy L. S. *The birth of development: how the world bank, food and agriculture organization, and world health organization have changed the world, 1945 – 1965*. The Kent State University Press, Kent, Ohio, 2006.

THOMÉ, Luciano Quednau. *Contracultura: o conceito, sua história e seus problemas*. Ensino, Direito e Democracia: *anais / XIII Encontro Estadual de História de 18 a 21 de julho de 2016 / Orgs.:* José Carlos da Silva Cardozo; Paulo Roberto Staudt Moreira, Jonathan Fachini da Silva; Rodrigo Luis dos Santos. - Porto Alegre: ANPUH-RS, 2016.

UMAÑA, Wilson Picado. Ciencia e geopolítica en los orígenes de la Revolución Verde. *Revista de ciencias ambientales*. Vol. 36. Diciembre, 2008. p. 46-56.

UMAÑA, Wilson Picado. (2011), Breve historia semántica de la Revolución Verde, en LANERO, D. y FREIRE, D. (coord.), *Agriculturas e innovación tecnológica en la península Ibérica (1946 - 1975)*, Ministerio de Medio Ambiente y Medio Rural y Marino, Madrid, 2011, pp.25-50.

UMAÑA, Wilson Picado. *Revolución Verde. Tercer Mundo, 1941 – 2020*. Salomón, Alejandra (Orgs.). *Diccionario del agroIberoamericano: 3ra edición / AlejandraSalomón; JoséMuzlera*; editado por Alejandra Salomón; JoséMuzlera. –3aed. –CiudadAutónoma de Buenos Aires: Jose Muzlera, 2021. p. 917 – 922.

VALENÇA, Tainá Guimarães. *Circuito Carioca de Feiras Orgânicas, um olhar geográfico sobre a expansão da comercialização de alimentos orgânicos na cidade do Rio de Janeiro*. 2016. Dissertação de mestrado, IGEO, UFRJ, Rio de Janeiro, 2016.

VEIGA, José Eli da. Problemas da transição à agricultura sustentável. *Estudos Economicos*, São Paulo, V.24, N. Especial. 1994. p.9-29.

VIOLA, Eduardo. O movimento ecológico no Brasil (1974-1986): do ambientalismo à Ecopolítica. In: PÁDUA, José Augusto. (org.) *Ecologia e política no Brasil*. Ed. Espaço e Tempo, 2ª ed., 1985.

VIOLA, Eduardo J. O movimento ambientalista no Brasil (1971-1991): da denúncia e conscientização pública para a institucionalização e o desenvolvimento sustentável. In: GOLDENBERG, M. (Coord.). *Ecologia, ciência e política; Participação social, interesses em jogo e luta de ideias no movimento ecológico*. Rio de Janeiro: Revan, pp. 49-76, 1992.

VIOLA, Eduardo J. E BOEIRA, Sérgio. A Emergência do ambientalismo complexo multissetorial no Brasil (Particularmente na microrregião de Florianópolis) nos anos 80. In: Vários autores: *Universidade e Sociedade face à política ambiental brasileira*. Florianópolis – Santa Catarina: IBAMA, pp.41-99, 1990

VIOLA, Eduardo J. E LEIS, Héctor. A evolução das políticas ambientais no Brasil, 1971- 1991: do bissetorialismo preservacionista para o multissetorialismo orientado para o desenvolvimento sustentável. In HOGAN, Daniel J. & VIEIRA, Paulo (Org.). *Dilemas socioambientais e desenvolvimento*. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, pp. 73-95, 1992.

\_\_\_\_\_. O Ambientalismo multissetorial no Brasil para além da Rio-92: o desafio de uma estratégia globalista viável. In: VARIOS AUTORES. *Meio Ambiente, Desenvolvimento e Cidadania: desafios para as ciências sociais*. – São Paulo: Cortez; Florianópolis; Universidade Federal de Santa Catarina, pp. 134-160, 1995.

\_\_\_\_\_. A emergência e evolução do ambientalismo no Brasil. In: LEIS, Héctor: *O labirinto: ensaios sobre ambientalismo e globalização*. São Paulo: Gaia; Blumenau, SC: Fundação Universidade de Blumenau, pp. 89-112, 1996.

WEHRLE, Andrés. “O movimento agroecológico da América Latina e do Caribe – Maela: por uma nova face para nossa agricultura”. In: ALMEIDA, J., ZANDER, N. (Orgs). *Reconstruindo a agricultura: ideias e ideais na perspectiva do desenvolvimento rural sustentável*. Porto Alegre: Editora da Universidade/UFRGS, 1997.

WEZEL, Alexander et al. “Agroecology as a science, a movement and a practice”. A review. *Agronomy for sustainable development*, v. 29, n. 4, p. 503-515, 2009.

\_\_\_\_\_. Agroecological practices for sustainable agriculture: principles, applications, and making the transition. *World Scientific*, New Jersey, USA, 2017.

WEZEL, A.; SOLDAT, V. A quantitative and qualitative historical analysis of the scientific discipline of agroecology. In: *International Journal of Agricultural Sustainability*. 2009. Pages 3-18.

WORSTER, Donald. Para fazer História Ambiental. *Revista Estudos Históricos*. Rio de Janeiro, v. 04, n. 08, p. 198-215, 1991.

\_\_\_\_\_. *Nature's economy: A history of ecological ideas*. Second Edition. Cambridge-UK: Cambridge University Press, 1985.

WRIGHT, Angus. “Descendo a montanha e seguindo para o norte: como a degradação do solo e os pesticidas sintéticos orientaram a trajetória da agricultura mexicana ao longo do século XX”. Estados Unidos da América. *Topoi*, v. 13, n. 24, jan.-jun. 2012.